

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ALINE AVER VANIN

**À FLOR DA PELE:
A EMERGÊNCIA DE SIGNIFICADOS DE CONCEITOS DE EMOÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

Porto Alegre
2012

ALINE AVER VANIN

**À FLOR DA PELE:
A EMERGÊNCIA DE SIGNIFICADOS DE CONCEITOS DE EMOÇÃO**

Tese apresentada como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Dr. Jorge Campos da Costa

Porto Alegre

2012

V258f Vanin, Aline Aver
À flor da pele: a emergência de significados de
conceitos de emoção / Aline Aver Vanin. Porto Alegre,
2012.
287 f. : il.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação
em Letras, Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa. Co-
orientador: Zoltán Kövecses.

1. Emoções. 2. Corporeidade. 3. Interface. 4.
Conceitualização. 5. Linguística Cognitiva. 6. Metáfora
Conceptual. 7. *Blending*. 8. Teoria da Relevância. I.
Costa, Jorge Campos da. II. Título.

CDD 410
418

Bibliotecária Responsável
Isabel Merlo Crespo
CRB 10/1201

ALINE AVER VANIN

**À FLOR DA PELE:
A EMERGÊNCIA DE SIGNIFICADOS DE CONCEITOS DE EMOÇÃO**

Tese apresentada como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Jorge Campos da Costa - Presidente (PUCRS)

Dr. Marcos Antônio Costa (UFRN)

Dr. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (UCS)

Dr. Maity Simone Guerreiro Siqueira (UFRGS)

Dr. Jane Rita Caetano da Silveira (PUCRS)

À memória de Moacir J. Picoli Junior

AGRADECIMENTOS

A escrita desta tese de doutorado foi um caminho repleto de desafios, mas nunca solitário. Gostara de agradecer especialmente:

A Deus, por me guiar e me fazer ter fé no caminho que trilhava; pela força que fez nascer em mim nos momentos de angústia e de dúvida – e pelos momentos de alegria.

À minha família, pelo suporte, amor, paciência e por compreender todas as minhas ausências. Aos meus pais, Juarez e Cleonice, meus alicerces e exemplos; à minha mais que irmã, Adriane, amiga, parceira e confidente; e ao meu irmão, Eduardo, por sempre transmitir alegria.

Ao meu orientador, Professor Dr. Jorge Campos da Costa, por ter sido relevante em todas as suas considerações, pelas conversas construtivas e inspiradoras, pelos conselhos e palavras diretas e pelo incentivo nas minhas decisões.

Ao professor Dr. Zoltán Kövecses, pela acolhida calorosa mesmo antes da minha chegada em Budapeste, por confiar no trabalho que estávamos realizando, e pelas sugestões que acarretaram em mudanças substanciais em meu trabalho. *Köszönöm!*

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), pela concessão da bolsa que permitiu a realização deste trabalho com dedicação exclusiva nos dois últimos anos do Doutorado.

Ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que concedeu a bolsa de Doutorado-Sandwich por seis meses em Budapeste, Hungria.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por ter me acolhido nesses seis anos de pós-graduação.

À Professora Dr. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes, pela gentileza em compartilhar ideias e pelo incentivo mesmo antes da banca de qualificação. Minha trajetória se deve muito à sua influência ainda nos bancos da Graduação em Letras na Universidade de Caxias do Sul.

À Professora Dr. Maity S. G. Siqueira, pela acolhida em seu curso sobre Semântica Cognitiva e pelas sugestões na determinação da interface.

Aos professores Dr. Marcos Antônio Costa, Dr. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes, Dr. Maity Simone Guerreiro Siqueira e Dr. Jane Rita Caetano da Silveira por terem aceitado serem os

arguidores de minha tese e, no momento da defesa, terem contribuído imensamente com sugestões relevantes para a versão final deste trabalho.

À amiga Cristina Rörig, sempre parceira nesta longa caminhada, pela possibilidade de compartilhar grande parte das emoções desta trajetória.

À Camila Xavier Nunes, pelas longas e inspiradoras discussões que propiciaram a descobertas de grandes interfaces.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Mara e Isabel, pela disponibilidade e atenção.

La utopía está en el horizonte. Camino dos pasos, ella se aleja dos pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. ¿Entonces para qué sirve la utopía? Para eso, sirve para caminar.

(Eduardo Galeano, em “El derecho al delirio”)

RESUMO

O presente trabalho discute a construção de uma interface metateórica que visa descrever e explicar os processos cognitivos subjacentes à conceptualização de emoções. Para esse empreendimento, assumimos que tanto as teorias ligadas à Linguística Cognitiva, como a Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 1980) e a Teoria da Integração Conceptual (FAUCONNIER; TURNER, 2002), quanto a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1995) são capazes de explicar como significados de conceitos emergem, embora compreendam esse processo de maneiras divergentes em seus fundamentos. Contudo, não se trata de uma aproximação teórica apenas; é através da elaboração de um construto oriundo de uma perspectiva de interface que o nosso objeto de estudo, conceitos relacionados a emoções, assume uma faceta complexa, isto é, em que sua significação é compreendida a partir do ponto de vista da interface. Tomando como princípio que conceitos de emoções são construídos a partir da elaboração de metáforas e metonímias conceptuais baseadas na perspectiva de um realismo corpóreo, investigamos como essa interface explica os processos cognitivos subjacentes à conceptualização (*ad hoc*) de emoções no curso da comunicação. A fim de ilustrar a estrutura e o funcionamento desse construto, são analisados cinco (5) textos extraídos da mídia eletrônica em que o enfoque se dá em um evento que teria provocado certa emoção ou a temática é a própria emoção.

Palavras-chave: emoções – corporeidade – interface – conceitualização – Linguística Cognitiva – metáfora conceptual – *blending* – Teoria da Relevância.

ABSTRACT

The present work discusses the construction of a metatheoretical interface that aims at describing and explaining the cognitive processes underlying the conceptualization of emotions. In order to achieve such a goal, it is assumed that theories related to Cognitive Linguistics, such as Conceptual Metaphor Theory (Lakoff and Johnson, 1980) and Conceptual Integration Theory (FAUCONNIER; TURNER, 2002), and Relevance Theory (SPERBER; WILSON, 1995) are able to explain how concepts emerge, though this process is understood in a myriad of distinct ways as to their foundations. However, this is not just a theoretical approach; it is through the elaboration of an intricate construal which originates from an interface perspective that the object of study, emotion concepts, assumes a complex side, that is, its meaning is understood from the interface point of view. Assuming as a principle that emotion concepts are built from conceptual metaphors and metonymies, which are elaborated in accordance with embodied realism, it is investigated how such an interface deals with the cognitive processes underlying (ad hoc) conceptualization of emotions during communication. In order to illustrate the structure and the running of this construal, five (5) texts extracted from electronic media are analyzed, in which the emphasis is in an event that would have triggered certain emotion or in which the theme is the emotion itself.

Key-words: emotions – embodiment – interface – conceptualization – Cognitive Linguistics
conceptual metaphor – blending – Relevance Theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rede de integração conceptual para (39) “ <i>Estava com tanta raiva que tinha fumaça saindo pelos seus ouvidos.</i> ”	113
Figura 2: Rede Simplex	116
Figura 3: Rede de espelho	117
Figura 4: Rede de escopo único	119
Figura 5: Desambiguação do conceito lexical CHUTAR	188
Figura 6: Processos cognitivos envolvidos na emergência do significado de conceitos	228

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Níveis de categorização	71
Tabela 2: Mapeamentos metafóricos de O AMOR É UMA VIAGEM	83
Tabela 3: Mapeamento da metáfora RAIVA É TER UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE	86
Tabela 4: Mapeamentos entre dois domínios de experiências perceptuais que formariam um conceito abstrato direto para RAIVA	110
Tabela 5: Mapeamento metafórico entre o domínio-alvo (RAIVA) e o domínio-fonte (CALOR)	111

SUMÁRIO

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS	13
1 DO DUALISMO MENTE-CORPO À FILOSOFIA DA (E NA) CARNE: SOBRE O CONHECER O MUNDO E A EXPRESSÃO DE EMOÇÕES	18
1.1 O HIATO ENTRE AS SENSações DO CORPO E A RACIONALIDADE DAS EMOÇÕES	20
1.2 O PAPEL DAS EXPERIÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS	30
1.3 EMOÇÕES: EVOLUÍDAS E CONSTRUÍDAS	35
1.4 O PAPEL DO CORPO NA CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO: O EXPERIENCIALISMO	41
1.4.1 Breves palavras sobre a primeira Geração da Ciência Cognitiva: a mente como um computador	41
1.4.2 A Segunda Geração da Ciência Cognitiva: a mente encarnada	43
1.5 FALAR SOBRE A EXPERIÊNCIA E OBJETIVÁ-LA: O DOMÍNIO DAS EMOÇÕES	51
1.6 UMA REFLEXÃO SOBRE A CONCEPTUALIZAÇÃO DE EMOÇÕES.....	61
2 A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS DE EMOÇÃO PELO OLHAR COGNITIVISTA	66
2.1 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA HUMANA	69
2.2 ESQUEMAS DE IMAGEM	75
2.3 METÁFORAS CONCEPTUAIS E A EXPRESSÃO DAS EMOÇÕES	79
2.3.1 Especificando metáforas conceptuais	84
2.4 METONÍMIAS CONCEPTUAIS	90
2.5 MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS	93
2.6 UNIVERSALIDADE E VARIAÇÃO CONCEPTUAL	97
2.7 REDES DE INTEGRAÇÃO: CRIATIVIDADE E IMAGINAÇÃO	106
2.8 LIGANDO OS PONTOS: SOBRE A NATUREZA DOS CONCEITOS	123
2.9 LINGUAGEM DE EMOÇÕES: SENTIDOS LITERAIS E FIGURADOS	131

3 RELEVÂNCIA E EMOÇÕES: PROCESSOS INFERENCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS <i>AD HOC</i>	141
3.1 INTENÇÃO E INFERÊNCIAS NA DETERMINAÇÃO DO SIGNIFICADO ..	142
3.2 OSTENSÃO, INFERÊNCIA E RELEVÂNCIA	147
3.3 A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE COGNITIVO COMPARTILHADO E A DINAMICIDADE DO CONTEXTO	150
3.4 PREMISSAS INFERENCIAIS E O PROCESSO INTERPRETATIVO	153
3.5 A MODULARIDADE (MASSIVA) <i>vs.</i> A MENTE CORPÓREA	159
3.6 ESFORÇOS E EFEITOS COGNITIVOS EM COMUNICAÇÃO	163
3.7 <i>FUZZINESS</i> E PALAVRAS DE EMOÇÃO	169
3.8 SIGNIFICADOS LITERAL <i>VS.</i> METAFÓRICO: A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS <i>AD HOC</i>	175
4 A EMERGÊNCIA DE CONCEITOS DE EMOÇÕES: UMA QUESTÃO DE INTERFACES	197
4.1 A CONSTRUÇÃO DO NOSSO OBJETO SOB UMA ÓTICA DE INTERFACE	198
4.2 A INTERFACE: OBSERVAÇÕES PRIMEIRAS	203
4.3 OS FUNDAMENTOS DA INTERFACE PROPRIAMENTE DITA	206
4.3.1 Padrões inferenciais: processo dedutivo ou associativo?	213
4.3.2 A emergência de conceitos de emoção: uma perspectiva integrada	220
4.4 A EMERGÊNCIA DO SIGNIFICADO: SOBREPONDO PROCESSOS COGNITIVOS	229
4.4.1 Quando ter raiva é urrar	230
4.4.2 Ter vapor saindo pelas orelhas numa raiva shakespeariana	237
4.4.3 Quando a felicidade é contagiosa	245
4.4.4 Quando o medo é uma força paralisante	249
4.4.5 Quando a tristeza é ubíqua em uma nação	258
4.5 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERFACE	267
CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS FUTUROS	271
REFERÊNCIAS	277

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

*“Eu não sentia nada. Só uma transformação pesável.
Muita coisa importante falta nome.”*

(João Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: veredas*)

Falar sobre as nossas próprias emoções envolve muito mais do que os rótulos estabelecidos e reconhecidos na língua por uma comunidade de fala. Muitas vezes, dar nome a certos sentimentos vai além do léxico disponível, e o esforço para explicá-los com acurácia pode trazer resultados apenas vagos para quem os ouve. O sentimento de saudade pela pátria distante, pela família que mora em outra cidade ou por alguém que partiu desta vida assume significados diferentes para cada um desses casos, mas ainda assim um rótulo específico é convencionalmente instituído e generalizado para um escopo amplo de usos. De outro modo, sentir um misto de emoções às quais não podemos dar um nome apenas é comum, e uma longa descrição de percepções, sensações e julgamentos é feita para que, enfim, quem a ouve ou lê seja capaz de compreender, ainda que de forma truncada e aproximada, os anseios do falante, ou do escritor. Tarefa igualmente difícil parece ser a de explicar uma emoção em uma língua estrangeira, o que pode acarretar incompreensões ou mal-entendidos, já que muitos dos afetos são primeiro elaborados e conceptualizados por meio da língua-mãe e, muitas vezes, faltam palavras no léxico daquela língua para descrevê-la. Há, em casos assim, tentativas de criar uma representação de sentimentos de emoção em que o significado apenas se aproxima daquilo que o falante teria a intenção de comunicar em sua língua de origem. A filósofa Viviane Mosé expõe o problema:

Compreender é tentar traduzir em linguagem e a linguagem [se] reduz a 23 letras. Por mais que você queira expandir, há um dicionário com um número de verbetes fixos. Há muito mais afetos no mundo que o número de sentimentos escritos no dicionário. Quando seu sentimento não tem correspondente no dicionário, você fica mal, porque você sente a angústia, um sentimento sem nome. No entanto, qual é o problema de ter um sentimento sem nome? (MOSÉ¹)

A conceptualização e a nomeação de uma emoção pode significar estabelecer, em uma linha tênue, que aquilo que se sente pode se encontrar entre os conceitos lexicais MELANCOLIA, TRISTEZA, DESALENTO, e até AFLIÇÃO ou RANCOR, por exemplo, mas não ser reconhecido como nenhum deles, ou, contrariamente, como uma mistura deles. Dizer que o que se sente é uma

¹ MOSÉ, Viviane. Entrevista concedida a Fernanda Bellei, em <http://www.cpfcultura.com.br/post/cafe-filosofico-entrevista-com-viviane-mose>, acesso em 11/04/2010.

mistura de amor e ódio não é uma contradição, mas uma forma de expressar uma concepção sobre a emoção sentida que ainda não possui uma contraparte lexical única. Sentir “uma coisa” por alguém pode ser uma tentativa de situar esse sentimento entre o que se entende por ATRAÇÃO, AMOR, AFETO, CARINHO, PAIXÃO, mas ainda assim não serem exatamente esses os sentimentos que invadem o falante em relação a alguém. No entanto, construir um conceito de emoção e especificá-lo verbalmente pode envolver uma composição de algumas das características de cada um dos conceitos lexicais já conhecidos.

A forma como nos expressamos acerca de nossas emoções reflete a nossa concepção sobre elas, e também nos ajuda a organizar o nosso próprio entendimento sobre o que sentimos. O “problema de ter um sentimento sem nome” é a impossibilidade de entendê-lo, de conceptuá-lo, de comunicá-lo. É por meio das palavras que damos sentido e ajustamos os significados de nossas emoções e os dos outros, bem como esse refinamento aponta para questões mais amplas sobre como vemos o mundo. Com base nesse pressuposto, o ponto de partida de nossa discussão é construir uma concepção sobre o que são emoções para que então possamos delinear uma proposta sobre como damos significado ao que sentimos.

Mesmo que o foco de nosso estudo se concentre no *processo de conceptualização* de emoções, parece-nos crucial buscar os muitos pontos de vista que delinearam as ideias existentes sobre esse tópico através das concepções de mundo e, portanto, de realidade. Desse modo, o capítulo que inaugura as nossas discussões traça um percurso que destaca a evolução do pensamento acerca do mundo como parte de uma realidade absoluta para chegar à concepção de que esse é construído por meio de perspectivas. Veremos, a partir disso, que o modo como concebemos a realidade se reflete na forma como entendemos as próprias emoções. Em um mundo no qual os objetos são dados e cabe a nós interpretá-los por meio da razão, as emoções seriam parte da natureza humana mais subjetiva, ofuscando a interpretação da realidade. Contudo, no decorrer desse capítulo, passaremos dessa concepção para destacar o papel central das experiências para a construção de perspectivas sobre o mundo. Trata-se de compreender as dimensões através das quais nos estendemos: ao interagimos com o outro é que nos constituímos como o que somos. É no contato com o outro que nos individualizamos. Nós somos à medida que o outro também é, porque ele se constitui como objeto de significação.

Entretanto, para chegar a essa definição, é necessário libertarmo-nos das amarras que nos prendem à tradição cartesiana que leva os dualismos da vida cotidiana ao extremo. Mas como veremos nesse mesmo capítulo, é difícil nos libertarmos completamente do pensamento de que mente e corpo são elementos distintos, tendo em vista a tradição socrático-platônica (e, por conseguinte, cartesiana) até hoje acompanhar setores diversos da vida cotidiana. Ainda nesse

capítulo, todavia, demonstraremos em que ponto a filosofia cedeu espaço às percepções, em especial aos apelos do corpo, tão marginalizado pela cultura ocidental. Dessa discussão, veremos por que a amálgama corpo e mente é tão relevante para o estudo das emoções. Nesse ponto, teremos demonstrado que é inevitável que assumamos um realismo essencialmente corpóreo na elaboração de conceitos de emoção, no qual as nossas experiências com o mundo e com outros indivíduos constroem perspectivas da realidade, mesmo que, socioculturalmente, ainda tenhamos raízes num pensamento cartesiano, mas agora de cunho metodológico.

Esses são os fundamentos a partir dos quais nos apoiamos para delinear os capítulos seguintes, nos quais questões teóricas mais pontuais são descritas e discutidas. Assim, no capítulo 2 uma razão corpórea é assumida na perspectiva da Linguística Cognitiva. Segundo essa linha teórica, os processos de organização da experiência humana estão fortemente ligados à interação corpórea, que busca elementos não apenas das percepções sensório-motoras para a construção de conceitos, mas de uma rede que engloba elementos do ambiente, da cultura, da sociedade, do contexto histórico, das disposições biológicas e neurológicas, entre tantos outros. Discutiremos os processos cognitivos que embasam a natureza dos conceitos, como categorização, esquemas de imagem, modelos cognitivos idealizados, *frames*, entre outros, os quais levam à elaboração de metáforas e metonímias conceptuais, como pressuposta em Lakoff e Johnson (1980; 1999), por exemplo, bem como de redes de integração conceptuais, como defendida por Fauconnier e Turner (2002).

Um ponto importante desse capítulo são os questionamentos levantados quanto as teorias exploradas. Veremos que uma das maiores críticas à Teoria da Metáfora Conceptual é o fato de os exemplos utilizados para ilustrá-la são, na sua maioria, criados pelos autores, sem aplicações ao discurso real, interativo. Além disso, argumentamos que a teoria não explica como os mapeamentos metafóricos selecionam os elementos que constituem o domínio-fonte para serem utilizados na construção de uma metáfora, tendo em vista que nem tudo o que se encontra nos domínios fará parte do produto final.

Apesar de a Teoria da Integração Conceptual tratar de processos dinâmicos e situados da emergência do significado, explorando a ocorrência de conceitos novos e criativos, de maneira semelhante à Teoria da Metáfora a abordagem falha em explicar como os elementos dos espaços de *input* emergem e de que forma esses elementos são selecionados para que a rede seja executada. Além disso, questionamos a noção de inferência e o seu papel na construção de redes de integração conceptual, posto que a existência de um processo inferencial é mencionada na descrição da Teoria de *Blending*, mas não há detalhes sobre como esse funciona. Essas questões

serão retomadas no capítulo final, numa tentativa de explicá-las por meio do construto de interface que proporemos.

No terceiro capítulo o nosso foco muda completamente ao apresentarmos uma perspectiva para a construção de significados que se baseia numa interface semântica/pragmática. A Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1995) é uma abordagem que sustenta uma interação entre comunicação e cognição, e trata o significado como resultado de um processo inferencial dinâmico e situado. A fim de descrevê-lo e analisá-lo, partimos dos pressupostos do modelo de Grice (1975 [1957]), que trata, em linhas gerais, do papel da intencionalidade e do processamento inferencial na compreensão de enunciados. A Teoria das Implicaturas e as noções de dito e implicado, desse autor, são peças-chave para que Sperber e Wilson (1995) proponham uma abordagem que busque descrever e explicar a construção do significado através de um processo ostensivo-inferencial. A fim de explicar como a busca por relevância e as noções de esforço e efeitos cognitivos norteiam a construção de inferências e guiam a interação, os autores propõem um modelo que demonstra como nos comunicamos e nos fazemos entender por nosso interlocutor. Ao final desse capítulo, veremos que não se pode distinguir conceitos ditos literais daqueles de uso vago [*loose*], como os metafóricos. Os recentes estudos relacionados a essa teoria exploram a noção de conceitos lexical e *ad hoc*, que buscam especificar ainda mais a distinção entre conceitos estabelecidos na memória enciclopédica e conceitos que emergem dinamicamente, os quais passam a fazer parte do que assumimos como contexto global, conforme estabelecido por Kövecses (2005; 2010c).

Ainda que os estudiosos ligados à Teoria da Relevância a entendam como deflacionária, sem distinguir entre conceitos literais e metafóricos, não há clareza sobre como as associações entre os elementos que constituem a metáfora são tratadas por meio do processamento inferencial. Além disso, a construção de inferências, vista como resultado de um processo delineado por um mecanismo dedutivo, parece indicar um nível de formalidade extremo para as operações cognitivas. Essa hipótese está ligada a uma abordagem em que a mente é compreendida como massivamente modular, na qual não há espaço para o corpo e para uma racionalidade baseada nele. Entretanto, a interdependência entre os processos cognitivos e perceptuais e da experiência corpórea na construção da realidade está refletida nos significados que emergem nas expressões linguísticas. Ressaltamos também que a teoria de Sperber e Wilson (1995) não trata com especificidade sobre o papel das experiências na constituição da memória enciclopédica e, por conseguinte, na relação dessas na construção do significado.

Apesar do fato de as teorias sob o escopo da Linguística Cognitiva e a da Teoria da Relevância divergirem quanto a uma série de aspectos em seus fundamentos, ainda assim

vislumbramos uma possibilidade de aproximação metateórica. Há um propósito comum entre essas abordagens, que é o de tratar da emergência do significado (de conceitos), mas cada qual delineada a partir de fundamentos próprios. Viemos propor que, a partir da exposição e discussão das teorias nos capítulos 2 e 3, se construa uma interface metateórica, em que os objetos das teorias envolvidas – conceitos de emoções – serão redimensionados e vistos como objetos complexos, por assumirem novos pressupostos reelaborados a partir do exame e estruturação das teorias já existentes para o estabelecimento de um construto novo, que seja capaz de resolver os problemas brevemente descritos nesta introdução e mais bem explorados ao longo dos capítulos.

Nosso objetivo, com isso, não é elaborar uma nova teoria que explique a construção de significados de conceitos de emoções, nem estabelecer, nessa interface, uma concepção de emoção. Em outras palavras, o que pretendemos é construir uma interface metateórica que seja capaz de descrever e explicar a emergência de conceitos de emoção *ad hoc*, demonstrando como somos capazes de elaborar e compreender conceitos tão abstratos como os ligados a FELICIDADE, a TRISTEZA, a MEDO, por exemplo, bem como as expressões “explodir”, “ter um vazio por dentro”, “congelar (de medo)”, ou “pular (de alegria)” podem refletir um entendimento complexo sobre nossas emoções. Portanto, a partir da elaboração dessa interface, buscaremos responder a uma pergunta geral, que nos guiará ao longo do texto: *como conceitos relacionados a emoções emergem e podem ser interpretados no fluxo da interação comunicativa?*

Após organizarmos esse construto metateórico, buscamos *ilustrá-lo* por meio de textos extraídos da mídia eletrônica. Para tanto, coletamos textos nos quais determinados sentimentos de emoção estão em evidência ou são temas deles. Nossa escolha se justifica por considerarmos o texto como uma forma de interação em que o autor é aquele que tem a intenção de comunicar algo para um leitor, que é interlocutor. À medida que a leitura se desdobra, o conceito de emoção se modifica, ou se desenvolve, ampliando-se ou restringindo-se, de acordo com o contexto que ali se constrói com base no conhecimento trazido pelo próprio leitor para a sua interpretação.

Finalmente, é importante ressaltar que a interface metateórica poderia descrever e explicar a emergência de quaisquer conceitos, mas a escolha pelos de emoção se justifica devido às suas propriedades bastante particulares de englobar imagens mentais diversas a partir de experiências integradas, em um *continuum*, as quais se organizam por percepções corporais, composições visuais, táteis, olfativas, gustativas e auditivas, além de julgamentos sobre eventos emocionais, que são influenciados pelas (e influenciam as) interações.

1 DO DUALISMO MENTE-CORPO À FILOSOFIA DA (E NA) CARNE: SOBRE O CONHECER O MUNDO E A EXPRESSÃO DE EMOÇÕES

*“Minha alma é uma orquestra oculta; não sei que instrumentos tocam e
rangem, cordas e harpas, timbales e tambores, dentro de mim.
Só me conheço como sinfonia.”
(Fernando Pessoa, em “O livro do desassossego”)*

Explicar como um conceito de emoção é formulado requer muito mais esforço do que simplesmente dar nome a certas sensações e percepções. A busca pela compreensão do que é uma emoção e como é possível descrever o que se sente tem sido tema de debates controversos e significativos desde Platão e Aristóteles, os quais já tentavam definir a natureza das emoções e como essas eram expressas na vida em sociedade. É fato que a forma como as emoções são conceptualizadas depende de como percebemos o mundo. No entanto, estudos e tratados sobre emoções nem sempre levaram em conta a influência de fatores de níveis diversos, como individual, social e cultural, por exemplo. Dizer o que dada concepção de emoção significa é, por si só, problemático, visto que a própria definição de “significado” para a realidade foi sendo moldada ao longo do tempo, partindo-se de um pensamento socrático-platônico, de um dualismo entre mente e corpo, até alcançar uma visão em que esses aspectos se fundem, numa relação de interdependência.

Observando as mudanças de paradigmas relacionadas às diferentes concepções de mundo e, portanto, de realidade, optamos, neste primeiro texto, por reconstituir alguns desses caminhos a fim de compreendermos por que os estudos relacionados a emoções abrangem pontos de vista tão diversos. Nesse sentido, pretendemos movimentar-nos a partir de uma perspectiva na qual a mente é o centro da racionalidade, que exclui as percepções e sensações, e perpassar pela noção de que as experiências são capazes de construir conceitos até, finalmente, chegarmos à ideia de que há uma amálgama nas dicotomias mente/cérebro, razão/emoção. Essa relação, inextricável, é proposta com vistas a explicar a nossa compreensão do que pode ser uma emoção e o(s) sentimento(s) decorrente(s) dela. Contudo, como se deve esperar em qualquer texto teórico, não aspiramos ao abarcamento de todos os estudos já realizados sobre emoções; buscamos, apenas, pensar as diferentes perspectivas relacionadas a esse tópico ao longo do tempo justamente para salientar essa mudança diacronicamente e, então, demonstrar como a compreensão do nosso objeto de estudo evoluiu até o ponto de não ser mais possível uma difusão de uma racionalidade

tipicamente cartesiana. Interessa-nos, além de apreender as concepções de mundo que embasam o entendimento da natureza das emoções e dos sentimentos em cada perspectiva, refletir acerca dos possíveis caminhos a serem tomados para uma investigação sobre a construção de conceitos de emoções e, então, assumir um ponto de vista com relação a esse tema.

O nosso entendimento sobre as emoções não é uno. Em verdade, ele é necessariamente múltiplo, posto que sustentamos que emoções são indissociáveis daquilo que somos: um emaranhado de concepções e sentidos que brotam das nossas percepções sobre o mundo, as quais envolvem dimensões diversas, perpassando níveis individuais, essencialmente subjetivos, até os culturais e sociais, todos voltados à inter-relação com outros indivíduos. Talvez seja por essa posição interacional que, mesmo apropriando-nos de uma visão experientialista (cf. LAKOFF; JOHNSON, 1999), ainda assim não podemos nos dissociar da tradição filosófico-cultural estabelecida e arraigada na nossa mente coletiva. Ainda que incorporemos o mundo pelas nossas experiências, continuamos a pensá-lo dualisticamente – e evidências desse fato serão elencadas neste e no capítulo seguinte, bem como nas análises exemplificadoras do capítulo final. As construções emergentes de nossa percepção como seres de mente corpórea e como sujeitos que agem e são influenciados pelo meio no qual se inserem revelam-se na forma como nos expressamos linguisticamente. Afirmamos, desde já, a nossa crença de que as palavras refletem a forma como organizamos nosso sistema cognitivo-conceptual, ao mesmo tempo em que suscitam a pluralidade de significados decorrentes dos jogos nos quais nos engajamos por meio da linguagem (nos termos de Wittgenstein, 1984 [1953]).

É inegável a influência das percepções e da experiência na forma como elaboramos a nossa própria realidade, mas é também evidente que o pensamento ocidental, de cunho profundamente dualista, entra em cena em nossas elucubrações sobre como construímos conceitos de toda sorte. Esses modos de pensar se desvelam à medida que interagimos com outros seres, estando, assim, intrinsecamente ligados aos processos de conceptualização de nossas próprias emoções.

Dizem os poetas que as emoções são meras epifanias; que elas “transbordam” do corpo, que “mexem” com todo o ser e podem até levar à “perda da razão”. No entanto, como veremos ao final deste e no próximo capítulo, por trás dessas expressões tão comuns estão percepções que são frutos da experiência corpórea e, decorrente dessa, de elaborações profundas, de caráter cognitivo e processual, que emergem como um reflexo do sistema conceptual em constante reformulação.

1.1 O HIATO ENTRE AS SENSACÕES DO CORPO E A RACIONALIDADE DAS EMOÇÕES

Considerar as emoções como sentimentos desprovidos de qualquer conteúdo e, por esse motivo, dissociados da racionalidade é parte de uma tradição que se instaura desde a filosofia socrático-platônica, para a qual o mundo das ideias e do pensamento é superior às limitações do corpo. Segundo essa visão, a verdade é estabelecida através de uma busca pelo ideal. Assim, sentidos e ideias são duas coisas distintas, e a interferência dos primeiros afetaria a clareza com que se perceberiam as segundas. Sócrates chama os sentidos de *corpo*, e exige um afastamento dele para que se possa chegar a uma racionalidade mais abstrata e etérea. De acordo com o filósofo, para poder ver a verdade, é necessário transpor os sentidos, posto que o corpo é fator patológico para o mundo das ideias. É por isso que, sob essa ótica, a filosofia é vista como *maieutica* das ideias imutáveis e puras, e o filósofo é aquele que rememora uma verdade inscrita na alma, já que não pode conhecer a verdade do corpo. O aspecto corpóreo, nessa visão, é impuro; o “conhece-te a ti mesmo” não abarca o mundo dos sentidos – somente pelo expurgo das sensações é que se alcança a verdade, e nela está a fonte daquilo que é o ser. O corpo é reino das incertezas, das coisas insensatas e capazes de trazer distorções ao que é verdadeiro: ele não pode se entrelaçar às profundezas da alma e, por isso, está em oposição direta com a razão. Não podendo controlar as sensações, não há confiança sobre o que é esse corpo; ele é marginalizado e isolado no limbo das incertezas para que só assim seja possível ter controle absoluto do pensar.

Sob a influência socrática, Platão explora, em seus diálogos, a crença em uma realidade imutável e absoluta, independente daquilo que é percebido pelos sentidos, que são parte de um mundo em constante transformação². Para ele, a alma é dissociada do corpo, sendo aquela que, na passagem para a morte, permanece viva, que é imortal e, portanto, tem acesso às verdades universais. Essa concepção pode ser vista no *Fédon*, no qual a imortalidade da alma é tema da chamada *Teoria das Ideias*. Nela, as ideias, descoladas de um mundo imperfeito, são representadas como independentes dos entes sensíveis; são eternas, imutáveis, invisíveis aos sentidos e perceptíveis somente pela inteligência. As ideias perfeitas são, portanto, extratos da realidade, que é autônoma de um mundo sensível, incompleto e limitado, o qual só traria prejuízos às ideias puras se a elas estivesse vinculado. As ideias, então, têm características opostas aos seres sensíveis. No livro VII d’*A República*, Platão enfatiza que as ideias são qualificadas como unas, perfeitas em si mesmas, imateriais e eternas, mostrando, através de sua Alegoria da Caverna, que o homem vive em um mundo de aparências, e que é preciso libertar-se das amarras da percepção corporal para se chegar ao mundo das ideias. Em resumo, há uma separação completa do mundo

² Essa concepção é uma herança dos pensadores pré-socráticos, para os quais o mundo está em um constante devir.

paradigmático das Ideias, imutável, perfeito e puro, e do fluxo constante da mudança ininterrupta percebida na experiência no mundo sensível.

Essas concepções platônicas são referências para uma noção de emoção, haja vista a crença de que, para alcançar a verdade e o bem, seria necessário libertar-se dos sentidos: os apelos do corpo levariam os seres humanos a paixões descontroladas, as quais os afastariam da verdade. Seguindo essa concepção, no diálogo *O Banquete*, Platão discute principalmente sobre a natureza do amor e suas características. Para o personagem Sócrates, o amor é aquilo que não se tem, aquele que se busca. É por isso que surge, posteriormente, a expressão “amor platônico”, ou “amor sócrático”, para designar uma relação que não envolve contato físico, mas valoriza o caráter e a inteligência. Vulgarmente, diz-se que se trata de um amor idealizado, inatingível. Esse estereótipo, de acordo com Marques (2010, p. 46-48), é erroneamente interpretado pela tradição ocidental: nesse diálogo, o amor possui diversas facetas, exploradas pelos que discutem a questão. Ao mesmo tempo em que é associado a um deus, Eros, o amor é também “uma dimensão interna ou estrutural dos seres humanos, força que determina as modalidades de atração, seja no sentido da procriação, seja no sentido da satisfação dos apetites, propiciando um apaziguamento que ameniza a vida [...]” (MARQUES, 2010, p. 46). Sócrates, aqui personagem, argumenta que, não sendo nem bom nem mau, nem belo nem feio, nem sábio nem ignorante, o amor é um ser *intermediário*, uma potência que se situa *entre* o divino e o humano. No mesmo diálogo, vemos, ainda, a visão de amor como sentimento e também como algo permanente, um modo de ser. Na perspectiva platônica, o amor não é algo inatingível, mas “um ser entre”. O ideal, em Platão, é entendido como “um modo de ser radical, cujas determinações são puramente inteligíveis. [...] A essência, então, é alguma coisa à qual temos acesso por meio da inteligência” (MARQUES, 2010, p. 48). Assim desenvolvida através de diálogos, a essência é posta como referência. Desse modo, o mesmo autor afirma que “o objeto dito ‘ideal’ não é um objeto perfeito imaginado nem mera projeção [...]. O objeto inteligível é proposto como algo a ser pensado, conhecido e amado” (p. 48).

Contudo, o problema da *Teoria das Ideias* é o fato de ela não explicar como ocorre essa relação entre as Ideias e o mundo sensível, visto a sua segmentação ser tão marcada. Por isso, Platão trata de reformular essa concepção, trazendo a linguagem para o debate. No *Timen*, o filósofo delinea a existência de um lugar ontológico para a linguagem como um elemento intermediário entre o reino das Ideias e o mundo sensível. Nesse sentido, surgem duas teses relacionadas à significação: (1) palavra e ser estão conectados de tal modo que dizer algo é dizer o ser; e (2) palavra e ser não têm ligação, pois a primeira é apenas um signo arbitrário usado para rotular as coisas.

No *Crátilo*, Platão tenta resolver esse paradoxo ao separar o ser e a linguagem, mas sem fazê-los perder contato. Nesse diálogo, estabelece-se, com a mediação de Sócrates, personagem, o debate entre *naturalistas*, os quais acreditavam que as palavras exprimem a essência dos objetos, e *convencionalistas*, os quais afirmavam que a relação entre as palavras e as coisas que elas nomeiam é um caso de convenção. A aparente conclusão desse diálogo é de que há, ao mesmo tempo, algo de naturalista e algo de convencionalista a respeito da natureza da linguagem. Essa filosofia postula que a linguagem seria uma cópia do mundo das ideias, mas não uma cópia feita por elementos idênticos àqueles no mundo, mas por elementos que têm, entre si, as mesmas relações que mantêm os termos que representam.

Posto isso, a linguagem teria a função de ser uma medida ontológica entre o mundo das ideias e o mundo sensível: não é completamente convencional e é capaz de expressar a essência de uma coisa, distinguindo e manifestando a natureza de dado objeto no mundo. Contudo, há a hipótese de que, sendo o personagem Sócrates o representante das ideias de Platão, pode-se pensar que há a crença de que as palavras expressam a essência das coisas. De acordo com Ribeiro (2006), as ideias platônicas correspondem ao que a metafísica contemporânea chama de *proposição*, ou seja, o conteúdo expresso em uma afirmação. Segundo essa visão, as proposições são objetos abstratos que existem independentemente da mente. O conceito AMOR, por exemplo, deve ser idêntico em outras línguas, apesar de a mesma proposição ser expressa com palavras diferentes.

Já Aristóteles nega o postulado de que há entidades cuja essência não se pode provar com evidências do mundo da experiência. O discípulo de Platão afasta-se parcialmente das ideias de seu mestre ao definir a alma como algo orgânico, unido ao corpo, em uma relação de continuidade. A partir da crítica ao dualismo platônico entre ideia e matéria, Aristóteles mostra que a primeira é imanente à segunda. No entanto, mesmo essa ligação entre alma e sentidos não é completa, já que cada concepção é definida como tendo uma função distinta nessa relação:

Parece que a maioria das condições da alma – raiva, coragem, desejo, e qualquer sensação – não são nem agentes e nem ativadas sem o corpo. O ato de pensar provavelmente pertence à alma sozinha, mas mesmo se esse pensamento acontece a algum tipo de imaginação ou conectado com a imaginação, então ele, também, pode pertencer ao corpo assim como à alma (ARISTÓTELES, *De anima*, 403^a2-403^b19; in: SOLOMON, 2003, p. 9, tradução nossa).

A filosofia aristotélica define o indivíduo, substância física, como a única realidade efetiva no mundo, sendo ele a síntese entre matéria e forma. A essência, igual em todos os indivíduos, deriva da forma, e a individualidade, o que diferencia os seres, depende da matéria. Nesse sentido, diz-se que o indivíduo é um universal particularizado, múltiplo e uno ao mesmo tempo. Explica

Aristóteles que, da relação entre matéria e forma, gera-se o movimento, a mudança, já preconizada pelos pré-socráticos, especialmente por Heráclito, como *devenir*, isto é, um eterno vir-a-ser, característica de um mundo em constante transformação. Esse devir seria a realização do possível, em que a relação entre mente e corpo decorre do fato de que o primeiro é o que move o segundo. Assim, a alma é o motor que leva ao movimento do corpo, que é potência e matéria. Para Zingano (1998), há uma similaridade de funcionamento entre sentir e pensar: “razão e sensação não são meras alterações corruptivas – de onde o caráter impassível da razão” (p. 7). O mesmo autor continua: “porém, o intelecto é a recepção das formas (inteligíveis, no seu caso), similarmente à sensação, que é afetada pelas formas sensíveis – de onde o fato de ser passivo ou receptivo” (p. 7).

Pode-se dizer que, para Platão e Aristóteles, mente e mundo são inseparáveis; a diferença consiste no fato de que, para Platão, o mundo toma forma a partir das ideias, já inscritas na alma, as quais vêm à tona conforme a reflexão, enquanto para Aristóteles as ideias são construídas, tomando forma a partir do mundo. Assim, na filosofia aristotélica, contrariamente à platônica, as formas estão implicadas na experiência humana, a qual constitui a essência. A representação do sensível decorre da forma como as coisas são no mundo. Nesse sentido, a lógica é parte do mundo e tem seu lócus no tempo, no espaço e nos objetos e, conseqüentemente, há uma razão transcendente, ou seja, uma razão *no mundo*. A mente humana é capaz de apreender as formas das coisas no mundo; perceber algo significa *incorporar* a sua forma na mente, atualizando-a. É por isso que, nessa perspectiva, se pode dizer que aquilo que está além da experiência sensível não pode ser nada para o indivíduo. Segundo Zingano (1998, p. 8-9), há aqui uma oposição precisa entre sensação e razão, “ambas sendo operações de discriminação, *na conjunção das quais unicamente o conhecimento humano é possível*, mas operando cada uma segundo um regime próprio, oposto um ao outro quanto às suas características principais” (grifo nosso).

Na *Retórica*, Aristóteles expõe uma tentativa de definir as emoções com base nessa separação, não tão marcada quanto para Platão, entre alma e corpo, mas numa relação de causa e efeito. Para ele, “as emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo e outras semelhantes, assim como as suas contrárias” (ARISTÓTELES, 1998, p. 160). Vê-se, nessa definição, que há uma mistura entre emoções, sentimentos e valores morais, demonstrando também uma noção de causalidade entre o objeto da emoção e a emoção em si. O mesmo pode ser notado na sua análise da ira: “admitamos que a ira é um desejo acompanhado de dor que nos incita a exercer vingança explícita por causa de um desdém manifestado contra nós, ou contra pessoas de nossa convivência, sem haver razão para tal [...]”.

Portanto, em *De Anima*, Aristóteles posiciona-se quanto à conjunção do intelecto, fonte dos pensamentos advindos da alma, e das sensações. O filósofo procura não distinguir mente e corpo, argumentando que crenças, movimentos corporais e mudanças fisiológicas são elementos inseparáveis da emoção. Desse modo, a separação entre o racional, ou cognitivo, e o irracional, ou físico, é evitada, levando à constatação de que as emoções ocorrem em ambos os lados e em graus variados de complexidade. Por isso, Aristóteles não vê as emoções como reações descontroladas, ou irracionais, para certas situações:

Aparentemente, todas as condições da alma estão conectadas ao corpo, incluindo raiva, gentileza, medo, pena, coragem, além da alegria, amor, ódio, porque o corpo é afetado por cada uma dessas emoções. Evidências para isso são encontradas em nossa transformação de ser provocada a raiva ou o medo após encontrar um estímulo descaradamente poderoso, mesmo que em outras vezes nós tenhamos sido provocados por pequenos, leves estímulos – quando o corpo está em um estado físico que lembra o que ocorre quando há uma raiva real (ARISTÓTELES, *De anima*, 403^a2-403^b19; in: SOLOMON, 2003, p. 9-10).

Em linhas gerais, conforme Zingano (1998), a tese aristotélica sustenta que o que é apreendido na sensação e reproduzido na imaginação é reconhecido pelo conceito. Para o autor, “o conhecimento humano procede de duas fontes muito distintas quanto à natureza; algo é dado na sensibilidade e o intelecto produz a partir desse dado universal que a ele corresponde” (p. 9).

Tal aproximação entre corpo e mente no realismo aristotélico nos remeterá, nas próximas páginas, ao pensamento kantiano, cuja base se dá na construção dos objetos através da experiência com eles, o que leva a um “idealismo transcendental”. O exame da visão de que corpo e mente são aspectos distintos do humano, mesmo no quase-dualismo em Aristóteles, é essencial neste texto, tendo em vista que influenciou profundamente a maneira como as emoções foram compreendidas ao longo da história, perspectiva que ainda permeia o pensamento ocidental.

Vê-se, em *De Anima III*, que Aristóteles chama a atenção para a existência de uma parte da alma, o intelecto produtivo, que seria imortal e eterna, a qual tem a função do conhecimento por ser capaz de pensar e conceber. Enquanto as afecções fisiológicas são sempre ligadas ao corpo, e, da mesma forma, são inerentes à alma, a atividade de raciocínio, de pensamento, dita mais nobre, não tem ligação com o corpo. Desse modo, estabelece-se um “problema” para a questão da razão em Aristóteles: enquanto o pensamento não tem transposição para o corpo, as demais atividades psicológicas, ligadas à percepção, são sempre psicofísicas. Portanto, para o filósofo, a atividade do intelecto não se liga à da sensação – logo, pensar *não é* uma afecção da alma.

As noções platônica e aristotélica de percepção das coisas no mundo são bases para a maneira como o pensamento ocidental se organiza, haja em vista que interpretação do mundo ainda possui, entre outros aspectos, uma grande carga dessa tendência à separação entre reinos ontológicos, em que as coisas no mundo sempre têm uma porção oposta, como amor-ódio; raiva-alegria; bem-mal. Ainda hoje elaboramos enunciados como “Ele ficou dominado pelas emoções”, “Ela não pensou com a cabeça”, ou “Ele ficou fora de si”, e até mesmo proferimos a máxima “o homem é um animal racional”, como se fosse possível uma distinção real, ontológica, entre as sensações corpóreas e a mente.

Essa maneira de pensar influenciou em grande medida o filósofo Descartes, no século XVII³, que pregava a dúvida como principal método de investigação. Para ele, apenas a absoluta certeza é fundamento para o conhecimento humano, e a razão seria a única ferramenta confiável para se alcançar um entendimento do mundo. Com essa asserção, Descartes estabelece o método dedutivo como um elemento codificador dos procedimentos racionais da ciência de uma maneira que livraria os seres humanos de suposições arbitrárias e sem fundamento (AZCÁRATE, 2002, p. 55). Por isso, pensar cartesianamente significa pensar por princípios de causa-e-efeito, de identidade e de não-contradição. Nesse sentido, havia uma preocupação em encontrar um método que fosse capaz de levar à verdade, e que tornasse possível conhecer o mundo, que poderia ser investigado e tornado visível ao ser humano somente através da razão. Para tanto, seria necessário expor uma dúvida que pusesse em cheque todas as crenças, fazendo com que a razão tivesse o *status* de única forma de conhecer. Desse modo, nem fé, nem o conhecimento proveniente dos sentidos teriam valor. O objeto a ser conhecido, então, deve isentar-se de todas as outras coisas que possam impedir que se alcance a verdade objetiva.

O pensamento desse filósofo se fundamenta na onipotência da racionalidade, que é sintetizada pelo seu “cogito, ergo sum”. Logo, aquilo que advém dos sentidos não tem nenhum valor para o conhecimento – as emoções são, portanto, ilusórias. Assim como para a filosofia socrático-platônica, o objeto a ser conhecido, que já está no mundo, deve isentar-se de todas as outras coisas que não tenham a ver com a razão puramente, pois poderiam impedir que se alcançasse a verdade objetiva. A lógica, estrutura da nossa linguagem, diz que aquilo que é, é de fato: ao afirmar algo, esse se torna fixo. A verdade, dessa forma, é estabilidade, constância, identidade, e não transformação.

³ O nosso salto temporal se justifica por considerarmos importante tratar as vias tomadas pelo nosso pensamento para fundamentar-se e delinear-se. Por esse motivo, não pensaremos essa construção sob um viés cronológico – embora percebamos a sua relevância –, posto que, como veremos nas próximas páginas, muitos autores contemporâneos são chamados para o diálogo com filósofos de tempos diversos, os quais influenciam o pensamento até hoje, como é o caso do racionalismo cartesiano.

Assim, Descartes explicita a separação entre sujeito e objeto, sendo o primeiro o portador da razão, enquanto o segundo está separado de tudo o que não pode ser compreendido racionalmente⁴. A dicotomia *res extensa*, substância corpórea, mecânica, e *res cogitans*, substância pensante, traz à tona a distinção de duas realidades heterogêneas, resgatando o duplo platônico, em que o mundo, com toda a sua carga sensorial, é apenas uma sombra da realidade. Escreve Descartes:

[...] ao analisar com atenção o que eu era, e vendo que podia presumir que não possuía corpo algum e que não havia mundo algum, ou lugar onde eu existisse, mas que nem por isso podia supor que não existia; e que, ao contrário, pelo fato mesmo de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas, resultava com bastante evidência e certeza que eu existia; [...] compreendi, então, que eu era uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de lugar algum, nem depende de qualquer coisa material. De maneira que esse eu, ou seja, a alma, por causa da qual sou o que sou, é completamente distinta do corpo e, também, que é mais fácil de conhecer do que ele, e, mesmo que este nada fosse, ela não deixaria de ser tudo o que é (DESCARTES, 1999, p. 61).

Desse modo, Descartes constrói uma filosofia baseada nas ideias, para ele originadas na alma. A partir disso, podemos dizer que o pensamento racional contribuiu para organizar os elementos da vida humana, mas o exagero nas questões da razão molda um homem incompleto. Afinal, ao afastar contradições do pensamento, Descartes mantém distância do fato de que os seres humanos afetam e são afetados, e a expressão das percepções, imanente ao homem, é isolada dessa descrição de mundo lógico.

A afirmação ontológica que sustenta a distinção do corpo material – cuja existência só pode ser reconhecida por meio das percepções – e da substância mental – reconhecida pelas pessoas imediatamente – trouxe à baila o problema de como ambos os aspectos interagem, posto que na proposta cartesiana esses parecem ser autossuficientes. Contudo, ao se tratar de um tema como o das emoções, essa questão é ainda mais manifesta, tendo em vista o reconhecimento do valor das sensações: essas são mencionadas como se fossem sentimentos⁵ de agitação física e excitação. Em *As paixões da alma*, o filósofo escreve que as emoções são parte de um fenômeno

⁴ É preciso enfatizar que esse sujeito cartesiano que se depara com as coisas do mundo não é exatamente um sujeito físico; trata-se de uma necessidade metodológica, uma abstração criada pelo filósofo para marcar a separação entre matéria e ideia, estando essa última em um *nível* mais elevado que a primeira, visto que só através dela é que se podem representar as coisas no mundo.

⁵ Diversos autores fazem referência às palavras *sentiment* e *feeling*. Ambas podem ser traduzidas por “sentimento”, e muitas vezes são usadas aleatoriamente. No entanto, há ainda autores que preferem essa distinção herdada da filosofia cartesiana. De acordo com o dicionário online www.dictionary.com (acesso em 07/05/2010), o primeiro é um “sentimento mental”, “uma emoção”, “uma *opinião*”, “um pensamento *influenciado* por, ou *procedente* de um sentimento [feeling] de emoção”; o segundo é mencionado como “a função ou poder de perceber pelo *toque*”, “uma sensação *física* não conectada a visão, audição, tato, gustação, olfato”, e também “o estado geral de consciência considerado independentemente de sensações particulares, pensamentos” (grifos nossos).

psíquico referido de maneira geral como “paixão” [*passion*]⁶, e essas parecem estar divididas entre a mente e o corpo: “nossas percepções são [...] de dois tipos, em que uma tem a alma como uma causa e a outra, o corpo” (DESCARTES, 1998, artigo 19).

[...] nada resta em nós que devemos atribuir à nossa alma, exceto nossos pensamentos, que são principalmente de dois gêneros, a saber: uns são as ações da alma, outros as suas paixões. Aquelas a que chamo suas ações são todas as nossas vontades, porque sentimos que vêm diretamente da alma e parecem depender apenas dela; [...] ao contrário, pode-se em geral chamar suas paixões toda espécie de percepções ou conhecimentos existentes em nós, porque muitas vezes não é nossa alma que os faz tais como são, e porque sempre os recebe das coisas por elas representadas (DESCARTES, 1998, artigo 17).

Parece claro que, em Descartes, grande parte das paixões humanas não é nada além dos efeitos de interações mecânicas de fluidos e partes do corpo. Assim referidas como (parte das) “paixões”, as emoções também parecem participar da divisão mente e corpo, posto que, de um lado, são meras agitações físicas e sensações; de outro lado, há uma tentativa de descrevê-las como parte de desejos e crenças associados a diferentes tipos de emoções (SOLOMON, 2003, p. 20-21). Na visão de Descartes, a palavra “percepção” é usada para significar todos os pensamentos que não são ações da alma. Devido a esse recorte, até hoje é muito comum dizer que alguém se deixou contaminar pelas emoções, ou que não pensou antes de agir; por essa lógica, dever-se-ia pensar que o que se passa no mundo dos sentidos não poderia interferir no raciocínio sobre os fatos cotidianos. Mas, ao se individualizar a racionalidade da emoção, não se considera o papel essencial desses dois aspectos do humano, conjuntamente, nas interpretações para o mundo.

É Spinoza (2006) quem procura colocar mente e corpo em conjunção: o filósofo rejeita o domínio da razão sobre a emoção e escreve que mente e corpo são atributos paralelos, isto é, manifestações da mesma substância. O pensamento spinoziano traz à tona a noção de que mente e corpo estão interligados, que são *processos* correlacionados, em que o corpo molda os conteúdos da mente muito mais do que a mente molda os conteúdos do corpo, embora os processos da mente podem também ter efeitos sobre o corpo. De acordo com Damásio (2004, p. 22), “Espinosa [*sic*] [...] concebeu corpos e mentes como construídos a partir de componentes que se podiam combinar em diversos padrões e formar diferentes espécies. Assim, Espinosa [*sic*] é compatível com o pensamento evolucionário de Charles Darwin”, sobre o qual trataremos ainda neste capítulo. Como se pode observar, essa é uma primeira tentativa de tratar o ser humano como um todo indissociável, em que os papéis do corpo e das percepções passam a ter lugar de

⁶ Quando necessário, marcaremos diferenças entre vocábulos que podem suscitar interpretações outras que não a pretendida usando o vocábulo na língua de origem entre colchetes.

destaque. Para o filósofo, a razão não é oposta ao que ele chamava de *afetos*, ou seja, os atos de movimento e repouso impostos por outros corpos; na verdade, a razão *é* um afeto. Para Spinoza, a ideia de que as ações nas quais os homens se engajam é fruto das decisões da mente é puramente ilusão: as *causas* que determinam essas decisões são determinadas pelas *paixões* (isto é, no sentido de *sofrer uma ação*):

[...] a própria experiência ensina, não menos claramente que a razão, que os homens se julgam livres apenas porque são conscientes de suas ações, mas desconhecem as causas pelas quais são determinados. Ensina também que as decisões da mente nada mais são do que os próprios apetites: elas variam, portanto, de acordo com a variável disposição do corpo. Assim, cada um regula tudo de acordo com o seu próprio afeto e, além disso, aqueles que são afligidos por afetos opostos não sabem o que querem, enquanto aqueles que não têm nenhum afeto são, pelo menor impulso, arrastados de um lado para outro (Spinoza, *Ética*, parte 3, proposição 2).

No entanto, o filósofo foi considerado maldito por muitos anos após a sua morte e sofreu excomunhão pela Igreja Católica, que preferia adotar a visão cartesiana, a qual continuava a separar a mente (alma) do corpo. Só muito mais tarde as contribuições de Spinoza foram aceitas, influenciando estudiosos como Damásio, que dá destaque ao humano como ser completo, indivisível. Mas antes de explorarmos essa perspectiva, veremos nos apontamentos seguintes que a visão cartesiana perdurou ainda por muito tempo, inclusive quanto ao estudo das emoções: muitas vezes, as propriedades daquilo que se sente, fisicamente, daquilo que se pensa e, inclusive, do que se julga moralmente são vistas como elementos separados.

A perspectiva cartesiana parece afetar diretamente a pesquisa de William James (1884), para o qual uma emoção é uma sensação, ou um conjunto de sensações, causada por distúrbios fisiológicos, impelidos por alguma percepção (SOLOMON, 2008). Segundo esse autor, há, em primeiro lugar, a percepção do estímulo causador da emoção e então a experiência de emoção. Com o mesmo pensamento, e praticamente na mesma época, C.G. Lange (1912 [1885]) desenvolve teoria semelhante, possivelmente estimulado pela forma de pensar vigente na época. A chamada teoria James-Lange das emoções é talvez a mais bem conhecida em Psicologia. Para os autores, as emoções nada mais são do que sensações de agitação, em que a percepção de distúrbios fisiológicos é causada por nossa própria consciência dos eventos e dos objetos em nosso meio. Nesse sentido, a partir das percepções, o sistema nervoso cria eventos fisiológicos, tais como tensão muscular, aumento dos batimentos cardíacos, transpiração, boca seca, etc. As emoções, segundo esses autores, ocorrem como um resultado desses efeitos corporais, ao invés de ser a causa deles. Para eles, a experiência emocional se desenrola conforme a sequência: *Evento* > *Precipitação* > *Interpretação* > *Emoção*. O medo de algum animal, por exemplo, não seria nada além da percepção das mudanças fisiológicas, intuitivas e involuntárias.

Essa perspectiva mostra-se como uma extensão um pouco mais sofisticada da visão cartesiana, e trata-se de uma *reversão* daquilo que tradicionalmente se considera por ordem causal dos eventos emocionais. James (1884) exemplifica dizendo que não choramos porque nos sentimos tristes, mas nos sentimos tristes porque choramos. Aqui, a reação fisiológica é essencial para a emoção. Contudo, um dos problemas da teoria jamesiana é que se considera que os sentimentos [*feelings*] são as próprias emoções, sem diferenciá-las. Desse modo, o aspecto cognitivo da emoção resume-se à percepção do estímulo e da atividade corpórea. Além disso, a teoria de James-Lange não explica a vagueza na distinção de certas emoções, sendo esse o motivo pelo qual Cannon (1915) lança críticas severas ao modelo, por não considerar os aspectos cognitivos e comportamentais das emoções, além de não levar em conta a sutileza existente na distinção de emoções tratadas como similares, como raiva e rancor, por exemplo. De acordo com Prinz (2003), a teoria também falha ao deixar inexplorados os casos de emoções que *não* são constituídas por mudanças corporais, ou, contrariamente, os casos em que mudanças corporais não são emoções, além de não tratar da impossibilidade de um pareamento entre estímulo corporal e emoção, bem como de não considerar a necessidade de se observar as intenções e a interpretação de emoções.

Schachter e Singer (1962) tentam suplementar a teoria de James-Lange por uma teoria dita mais cognitiva. Para eles, a emoção pode ser um estado corporal de excitação, mas outros fatores devem existir para dar conta da variedade de emoções e da nossa habilidade de separá-las, pelo simples ato de rotulá-las, nomeando-as, correta ou incorretamente. Assim, os autores acreditam que pode haver um mesmo estado que faz surgir raiva, medo ou ciúme, mas o rótulo que damos a essas emoções as tornaria distintas. De acordo com Sabini e Silver (2005), o modelo de Schachter e Singer é restrito ao que acontece quando uma pessoa vivencia um estado de reação emocional [*arousal*] inexplicável. Os autores propõem que há apenas um pequeno número de estados experienciais, e que há um estado que subjaz todas as emoções, isto é, o estímulo do sistema nervoso simpático, o qual varia em grau. Dessa forma, os autores conseguem explicar a intensidade das várias emoções, mesmo não tratando da variação de tipos emocionais. Schachter e Singer (1962) analisam, assim, a natureza dos episódios de emoção e de como essa é descrita. Conforme ilustrado pelos autores, se alguém é insultado, reage emocionalmente a esse ato. A reação emocional, nesse caso, é atribuída ao insulto, levando a pessoa, primeiro, a demonstrar comportamentos relacionados à raiva e depois a descrever a si mesma como estando com raiva.

De acordo com esses autores, a teoria das emoções tem dois componentes: o componente para o surgimento da emoção, nos termos de James, e um componente cognitivo que determina como as emoções são rotuladas e discriminadas entre outras. Os autores

presumem que as emoções seriam uma combinação de fatores fisiológicos e cognitivos, concluindo que um sujeito identifica os estados de excitação fisiológico nos termos das “cognições oferecidas a ele” e que uma “explicação completamente satisfatória” exclui a necessidade de se identificar o estado de alguém em termos emocionais.

Contudo, se não é necessário identificá-la, dada emoção deve ser inata e aceita como verdade universal. Logo, não seria essencial que as experiências façam parte desse processo de construção. Contrariamente a essa ideia, veremos, nas próximas seções, que o papel da experiência para a (re)formulação de conceitos, inclusive os de emoções, é fundamental. Os movimentos de nossos corpos no mundo é que fazem nascer as experiências nas quais embasamos nos nossos processos inferenciais de compreensão das coisas. Aqui, é necessário distinguir entre a capacidade de sentir uma emoção e a conceptualização da emoção propriamente dita. Quando afirmamos que as emoções não são inatas, referimo-nos ao segundo caso. Retomaremos alguns dos pensamentos que mostram que a experiência é base para a construção de conceitos, em especial os de emoções.

1.2 O PAPEL DAS EXPERIÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS

A ideia de que a razão é base para o conhecimento e para os julgamentos morais é contestada ainda no século XVIII, quando se passou a dar lugar às emoções e aos sentimentos no processo do conhecimento. Sob essa perspectiva, Hume (1975) refuta o papel dito fundamental da razão na cognição, dando aos sentimentos uma função essencial na epistemologia e na moral. Dessa forma, o filósofo amplia o papel da atuação dos sentimentos ao torná-los também parte do conhecimento quando escreve que a experiência sensorial traria dados que contribuiriam para a organização do raciocínio. É por isso que, segundo Porto (2006), acreditava-se que “conhecer a realidade não consiste apenas em obter informações através de nossos sentidos, pois essas informações precisam ser analisadas e organizadas num todo coerente” (p. 11).

Através da defesa da experimentação do mundo, Hume (1975) propõe uma visão empírica, em que o âmago do conhecimento não se origina somente do pensamento, como julgava a filosofia cartesiana, mas por causa de sua base na experiência. Segundo essa visão, ao aproximar-se das sensações, o indivíduo encontrará um caminho para o conhecimento. Vê-se uma perspectiva contrária à influência socrático-platônica, e é por esse motivo que as emoções – que conteriam graus variáveis de agitação física e mental – conseguem espaço em um pensamento predominantemente racional. Hume via cada uma das emoções como um todo

indecomponível causado por percepções e crenças em relação a um objeto ou a outra pessoa (SOLOMON, 2003, p. 45). Sob essa perspectiva, as emoções, sendo originadas da experiência, seriam *causadas*.

É importante acrescentar que, para Hume (1975), todos os raciocínios de causa e efeito fundamentam-se na experiência, e todos os raciocínios experimentais baseiam-se na suposição de que o curso da natureza continuará uniformemente o mesmo. Para o filósofo, conclui-se que as mesmas causas, em situações iguais, sempre produzirão os mesmos efeitos. Nesse sentido, toda a ideia de que dispomos significa na medida em que pode ser encontrada a impressão da qual ela se origina (FIGUEIREDO, 2005). Como poderemos ver nas próximas páginas, em se tratando de emoções, essa regra não se aplica; nem sempre uma emoção vai desencadear os mesmos efeitos, e a causa de uma emoção pode gerar efeitos diversos, em indivíduos diferentes, e em situações variadas.

A constatação humiana de que o conhecimento da natureza estaria associado à experiência leva Kant, em sua *Crítica da Razão Pura*, a tratar diretamente de questões da racionalidade humana numa perspectiva de fenômeno como objeto de conhecimento. Através dessa influência, o filósofo nega que seja possível conhecer a realidade das coisas em si, argumentando que os conteúdos da razão dependem da experiência para existirem:

não resta dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência; efetivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão os objetos que afetam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado, põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência? Assim, *na ordem do tempo*, nenhum conhecimento precede em nós a experiência e é com esta que todo o conhecimento tem o seu início (KANT, 2001, introdução B1).

Contudo, Kant afirma que se todo o conhecimento⁷ se inicia *com* a experiência, isso não prova que ele *derive da* experiência. Isso significa que só há entendimento na medida em que aquilo que nos é dado pelos sentidos for determinado como objeto de experiência, e isso envolve condições subjetivas *a priori* relativas à forma como percebemos fenômenos e como esses são pensados enquanto natureza. A experiência, então, é sempre estruturada, não por si mesma, mas pela razão, a qual seria um conjunto de regras e princípios inatos com os quais a matéria dada pelos sentidos é a *forma pura* das intuições sensíveis em geral. Espaço e tempo seriam formas *a priori*, as quais organizam a percepção e através das quais somos afetados pelos objetos. Por meio

⁷ De acordo com Figueiredo (2005), para Kant conhecer é diferente de pensar; *conhecemos* a natureza na medida em que determinamos fenômenos sensíveis enquanto objetos de experiência e os *pensamos* como partes de uma totalidade irreduzível a toda verificação.

dessas formas, o que é exterior ao pensamento já não equivale às coisas *em si*, mas a como elas aparecem à nossa intuição sensível.

Portanto, para o filósofo, nosso saber sobre as coisas do mundo é fundamentado em elementos inscritos na nossa faculdade para o conhecimento, cuja estrutura antecede a experiência e determina os parâmetros no interior dos quais ela se torna possível. Pensar é conectar as percepções, as quais se tornam inteligíveis à medida que se subordinam a regras prévias, que projetam o que é determinado como experiência em uma totalidade sistemática posta pela razão.

Em Kant, nossa razão possui uma estrutura universal, necessária e *a priori* que organiza necessariamente a realidade nos termos das formas advindas da sensibilidade e dos conceitos e categorias do entendimento: “[...] bem poderia o nosso próprio conhecimento por experiência ser um composto do que recebemos através das impressões sensíveis e daquilo que a nossa própria capacidade de conhecer (apenas posta em ação por impressões sensíveis) produz por si mesma [...]” (KANT, 2001, introdução, B2). Para ele, a razão é sempre subjetiva; não se pode conhecer a realidade em si mesma, nem é possível pretender que exista uma razão objetiva governando as coisas. Na sua *Crítica*, Kant visa a examinar os poderes de um *a priori* racional, baseado no heliocentrismo copernicano aplicado à filosofia. O mundo se estruturaria de acordo com categorias ou modos de cognição, e a mente humana conteria esses princípios que organizam, os quais impõem ordem nas impressões sensoriais humanas. Essas categorias existiriam antes de qualquer análise ou experiência (AZCÁRATE, 2002, p. 49).

[...] costuma-se dizer de alguns conhecimentos, provenientes de fontes da experiência, que deles somos capazes ou os possuímos *a priori*, porque não os derivamos imediatamente da experiência, mas de uma regra geral, que todavia fomos buscar à experiência (KANT, 2001, introdução, B2).

O conhecimento empírico, segundo o filósofo, teria origem *a posteriori*, ou seja, na experiência. Trata-se de um idealismo transcendental, em que todos nós trazemos formas e conceitos *a priori* para a experiência concreta com o mundo, os quais seriam, de outra forma, impossíveis de determinar: “Chamo *transcendental* a todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de conhecê-los, na medida em que este deve ser possível *a priori*” (KANT, 2001, B25).

Desse modo, o filósofo convida-nos a separar, em um dado conhecimento, aquilo que a razão fornece de si mesma. Para ele, distingue-se o que é “puro” do que é “empírico” no conhecimento. Há, então, uma volta à distinção clássica entre forma e matéria envolvidas no conhecer. “O que a razão fornece de si mesma equivale ao que pode ser antecipado por ela, em

um âmbito distinto das coisas e no qual se decide previamente o modo como são percebidas e pensadas por nós” (FIGUEIREDO, 2005). A forma do fenômeno que dará origem ao conhecimento é sempre dada *a priori* na razão humana e seria moldada numa estrutura pura – teoricamente vazia e sem conteúdos. Por *puro* ou *a priori* entende-se um conhecimento ao qual nenhuma experiência ou sensação tenha se unido; a *razão*, então, seria a faculdade que fornece os princípios para o conhecimento apriorístico. A partir de um conceito puro transcendental, como o espaço e o tempo, é que se possibilitará à mente humana a ligação entre as estruturas *a priori* da razão com os objetos externos ao sujeito.

De acordo com essa perspectiva, a realidade existe, mas não se poderia entendê-la se os humanos não tivessem mentes criadoras, equipadas com uma estrutura racional. A objetividade, portanto, se baseia no aparato mental do sujeito. Assim, o mundo só existe como objeto do pensamento humano. Há, desse modo, uma visão idealista, na qual o fato de as coisas existirem no mundo depende da cognição, exclusivamente. Aqui, enfatiza-se a existência de um mundo subjetivo, em oposição à visão objetiva predominante da verdade como correspondência com o mundo.

Um dos méritos do pensamento kantiano é trazer para a sua filosofia a noção de *perspectiva*, em que o conhecimento, originado da experiência que temos do mundo, passa antes por uma espécie de *filtro*, a nossa percepção. Através das percepções do corpo, enquadrados e delimitamos a realidade. Cada olhar impõe uma perspectiva, em que a ordem do mundo é produto da *razão*⁸. Portanto, não podemos conhecer todas as coisas do mundo, mas apenas aquilo que é captado por nosso “aparato de conhecer”: na relação sujeito-objeto, não se pode conhecer as coisas em si, mas *para nós* (KANT, 2001).

Para Chauí (2005), Kant priorizou o *sujeito* do conhecimento, enquanto Hume, empirista, e Descartes, inatista, davam primazia ao *objeto* do conhecimento. Nesse sentido, o sujeito é uma razão universal, e não uma subjetividade pessoal e psicológica; é a partir desse sujeito e de suas experiências que o conhecimento se estruturaria. Todavia, segundo Chauí (2005), Kant engana-se pelo excesso de subjetivismo, em que o sujeito racional dependeria exclusivamente do sujeito do conhecimento, das suas estruturas da sensibilidade e do entendimento.

Além disso, parece haver uma visão animista em Kant, pois esse preconiza que conceitos sintéticos *a priori* são resultados de impressões causadas aos nossos sentidos, os quais são excitados pelos “objetos” fora do sujeito do conhecimento. Essas impressões formariam representações mentais desses objetos que afetam os sentidos, para afirmar que nossa inteligência, por si mesma, põe “em movimento a nossa faculdade intelectual” (KANT, 2001, B1)

⁸ Essa afirmação é uma adaptação da leitura da filósofa Viviane Mosé, na ocasião da sua palestra sobre Kant, no Café Filosófico, promovido pelo CPFL Cultura (www.cpfcultura.com.br – acesso em 14/03/2010).

– tudo isso com o intuito de formar o conhecimento a partir das experiências *a posteriori* do sujeito desse conhecimento. Ora, tomamos aqui a liberdade de interpretar que há, em Kant, a ideia de uma mente humana como um mecanismo autômato, com a função de fazer conhecer os objetos do mundo circundante; no entanto, apercebemo-nos de que a definição de um *a priori* apenas leva ao problema de procurar saber como tais estruturas, geradoras do conhecimento, teriam emergido no ser humano: Teriam elas nascido com os homens? Como teriam sido formadas?

As reflexões kantianas acerca da experiência trazem à baila uma discussão sobre a forma como as coisas são percebidas no mundo: “parece-nos, pois, apenas necessário saber [...] que há dois troncos do conhecimento humano, porventura oriundos de uma raiz comum, mas para nós desconhecida, que são a *sensibilidade* e o *entendimento*; pela primeira são-nos dados os objetos, mas pela segunda são esses objetos *pensados*” (KANT, 2001, B29, itálicos do autor).

Mesmo com a excessiva importância dada à subjetividade, e do problema da necessidade de uma definição mais clara do que seriam, de fato, as estruturas *a priori* da razão humana, o pensamento kantiano reflete-se em teorias que buscam explicar de que forma a experiência humana tem papel na definição do conhecimento. Desse modo, a noção de experiência é ajustada à de perspectiva, demonstrando que a forma de ver o mundo depende das lentes utilizadas para compreendê-lo. Sob esse olhar, não há, portanto, um mundo pronto à espera de tradução; é preciso que nós, baseados nas relações com o mundo e nas suas percepções e sensações, construamos uma visão daquilo que possa ser a sua verdade.

Tal configuração da forma de pensar abre portas para a inserção da noção de experiência, bem como o corpo e as percepções assumem um papel fundamental para a compreensão do mundo. Em Hume e Kant encontramos a ênfase para esse aspecto do humano, mas ainda sob uma perspectiva dualista. Desse modo, a racionalidade assumiria o corpo como um *mediador* para a constituição de conceitos diversos, mas ainda pressupondo uma estrutura pronta, inata, que seria preenchida com os elementos advindos das percepções.

Lakoff e Johnson (1999) criticam a ideia da racionalidade transcendental kantiana, já que as operações mentais não são, de nenhum modo, ligadas a mecanismos formais abstratos, apesar de compartilharem com ele a ideia de que o conhecimento se constrói a partir das experiências advindas do mundo. Para os autores, não pode haver uma razão pura, como preconizada por Kant, pois a maneira como pensamos o mundo é construída a partir de “recursos conceituais e inferenciais de uma cultura, mesmo que essa possa transformar e estender criativamente esses recursos” (p. 341). Assim, a dependência da experiência corpórea inclui as delimitações impostas pelo corpo e pelo meio em que esse corpo está inserido, de onde todos os conceitos emergem, e

não porque há uma estrutura *a priori* para a razão humana. Isso porque, mesmo em se tratando do corpo como templo das percepções, há ainda, em Kant, uma visão de falsa integração entre mente e corpo, e, nela, a razão pura é uma estrutura *a priori*, vazia, pronta para receber as experiências para então virarem conhecimento.

Nas próximas seções, constataremos que a noção de experiência, trazida por Hume e seguida por Kant, é reelaborada a fim de demonstrar como conceptualizamos o mundo e, conseqüentemente, as nossas emoções. Nosso percurso teórico continua em saltos temporais, tendo como base a visão filosófica experiencialista para aquilo que designamos como emoções e sentimentos, e também biológica, no sentido darwinista, segundo a qual há uma estrutura inata para emoções, a partir da qual todas elas evoluem. Além disso, apresentam-se outros vieses que sustentam uma interface entre experiência, biologia, aspectos culturais e sociais, bem como contextuais, os quais influenciam o processo de conceptualização.

1.3 EMOÇÕES: EVOLUÍDAS E CONSTRUÍDAS

Considerando não somente a influência dos elementos fisiológicos e dos processos cognitivos relacionados à compreensão das emoções, Darwin, em *The expression of emotion in Man and Animals*, escreve que emoções e expressões emocionais no homem e nos animais são similares; sua crença de que o homem teria se desenvolvido a partir de formas mais básicas de vida suplementa a sua comparação. Darwin (1998 [1896]) delinea três princípios gerais para explicar a origem da expressão emocional. Primeiro, algumas expressões emocionais surgem originalmente porque elas são úteis ao lidar com a situação em que estão envolvidas; têm, por isso, valor de sobrevivência. Segundo, outras emoções são simplesmente opostas ao comportamento emocional útil associado à emoção oposta. E outras, em terceiro lugar, relacionadas à fisiologia, tal como o empalidecimento, a aceleração nos batimentos cardíacos, a tremeadeira, o rubor na face, são simplesmente um resultado das mudanças físicas que ocorrem durante as experiências emocionais. O mais importante a se notar, aqui, é que Darwin propunha que as emoções seriam elementos imanentes aos seres vivos – contudo, com a especificidade de os humanos serem capazes de lançarem um olhar reflexivo para aquilo que sentem. De acordo com Lazarus (1991), as emoções podem servir como uma função essencial na nossa adaptação à vida cotidiana, pois elas guiam nossos movimentos em relação a tudo o que encontramos. Além disso, o autor declara que “as emoções humanas dependem da inteligência e da avaliação, as quais constituem um passo evolucionário além dos reflexos sensoriomotores e das direções

fisiológicas” – nesse sentido, pensar sobre dada emoção, ao invés de somente experienciá-la é o que nos distingue dos demais animais.

Segundo Plutchik (2001), uma emoção não é simplesmente um estado de percepção: é, na verdade, uma rede complexa de eventos conectados, iniciando com um estímulo e incluindo sentimentos, mudanças psicológicas, impulsos para ação e comportamentos voltados para objetivos específicos. Dessa forma, os sentimentos não ocorrem isoladamente, mas são respostas para situações significativas na vida de um indivíduo, e frequentemente motivam ações – o medo, por exemplo, leva a uma reação de fugir ou de lutar. Essa definição de emoções permite que um conceito relacionado a esse tema seja generalizado até mesmo para insetos, os quais, segundo Darwin, também expressam fúria, terror, ciúme e afeto por seus pares. A partir disso, muitos estudiosos buscaram o caráter universal das emoções, tentando provar que há, sim, emoções básicas. Através de uma perspectiva psicológica, as emoções básicas seriam geradoras de blocos primitivos, dos quais emergiriam outras emoções, denominadas *não-básicas* (ORTONY; TURNER, 1990). Apesar de muitos teóricos acreditarem na existência de um grupo de emoções básicas (também chamadas *primárias* ou *fundamentais*), há pouco consenso sobre quantas emoções são básicas, quais são elas e por que possuem o caráter de serem mais básicas que outras.

Ekman (2003), em uma tentativa de refutar as hipóteses darwinistas, avalia pesquisa expressões faciais relacionadas a diferentes tipos de emoções em culturas diversas. Sua hipótese de trabalho estaria ancorada no fato de que as emoções seriam amplamente culturais em origem. Contudo, ao explorar o tema, percebeu que a hipótese darwinista era coerente. A partir disso, reconhece o valor da universalidade das *expressões faciais*, afirmando que elas seriam, em essência, síndromes biológicas que acompanham uma emoção – embora às vezes o pesquisador sugira que as expressões *são* a própria emoção, sem explicar com precisão a conexão entre reconhecimento e produção de expressões faciais de uma emoção. Ekman (1992) desenvolveu a “teoria das emoções básicas”, segundo a qual uma emoção básica é aquela que pode ser identificada nos termos de uma base biológica, síndrome evolucionária de expressão neurológica, hormonal e muscular, especialmente em expressões faciais. Em suas pesquisas, Ekman parece reviver os esforços de Descartes, que defendia uma concepção de emoções universais e primitivas. Contudo, há três pontos a serem considerados em relação a essa busca por uma definição de emoções básicas: primeiro, ele parece reduzi-las a uma comparação de expressões faciais somente; segundo, o resto das percepções corporais não tem papel relevante para as emoções, isto é, o corpo é simplesmente esquecido em seu papel desencadeador de emoções; e terceiro, as experiências e a situação que acarretam uma emoção parecem não ter relevância na sua compreensão.

Ainda sob essa perspectiva, vemos que Lazarus (1994) e Frijda (1994) também optam por seguir uma abordagem evolucionária. O primeiro é fundador de uma teoria do julgamento [*appraisal theory*], para a qual uma emoção surge a partir de um julgamento de valor do mundo, o qual muitas vezes não é consciente e nem sempre é articulado ou reconhecido pelo sujeito. O segundo segue uma psicologia experimental com base na teoria da evolução darwinista. Para Frijda (1994), as emoções são funcionais, na maior parte do tempo, por servirem à preservação e à intensificação da vida. Opondo-se à teoria jamesiana, que se ocupava com as respostas físicas primitivas e os sentimentos, ressalta em grande medida as “tendências de ação” das emoções.

Em oposição à inclinação em pensar as emoções como produtos da evolução, Lutz (1988) acredita no fato de que não somente a expressão linguística das emoções, mas as próprias emoções seriam culturalmente moldadas e “construídas”. Rejeita a noção de emoções “naturais” distintas e discretas, e insiste na noção de emoções “não naturais”, ou seja, não inatas, mesmo não negando que elas sejam, de alguma forma, baseadas na biologia, e insistindo que elas são, fundamentalmente, produtos culturais. Segundo a autora, “embora o valor da emoção como símbolo não seja dependente de alguma relação objetiva com o corpo, meu propósito não é cortar o corpo das emoções ou simplesmente civilizá-las” (p. 4). Na verdade, a autora sugere que: (1) deve ocorrer uma desconstrução da emoção, mostrando que o uso do termo nas interações cotidianas ocorre em uma rede de frequentes associações implícitas que dão força aos enunciados que a usam e (2) se mostre que as pessoas falam sobre as emoções de tal forma que isso reflete seus valores, seus esforços de poder.

Para Lutz (1988), uma emoção é, em essência, uma estrutura psicobiológica e uma faceta do indivíduo. À luz da tradição filosófica ocidental, o papel da cultura na experiência da emoção seria visto como secundário. Contudo, mesmo que experienciemos as emoções como algo que aumenta e diminui dentro dos limites dos nossos corpos, as origens sociais do entendimento de nós mesmos, do outro, do mundo, juntamente com a experiência chamam a nossa atenção para os processos interpessoais pelos quais algo chamado emoção, ou aquilo que chamamos de alegria, raiva, medo, vem a ser atribuído e experienciado por nós. Segundo Lutz (1988), o uso de conceitos de emoção como elementos de prática ideológica local envolve a negociação sobre o seu significado e os eventos em que ocorrem, sobre direitos e moralidade, sobre o controle de recursos – requer, portanto, esforços relacionados ao âmbito de grupos humanos. Uma vez “desessencializada”, como se inserida em um ato de desconstrução, a emoção pode ser vista como um processo cultural e interpessoal de nomeação, sendo justificado e acordado pelas pessoas de uma mesma cultura. O significado emocional é, então, uma realização social antes de ser individual – um produto emergente da vida social.

Mesmo não negando o papel dos aspectos fisiológicos e corpóreos das emoções, Lutz (1988), numa desconstrução *metodológica*, analisa o papel dessas no meio cultural. Assim como Rosaldo (1984) sugere que as emoções podem ser vistas como “pensamentos corporalizados” (p. 143), estabelece-se a percepção de que é preciso escapar das dificuldades instauradas pela forma de pensar cartesiana e entender que não é possível uma dicotomia real entre razão e emoção. Situando a expressão das emoções na perspectiva dos jogos de linguagem de Wittgenstein, Rosaldo demonstra que o sentido das palavras de emoção só pode ser delineado a partir do ato social, em consonância com uma experiência emocional pré-verbal: “sentimentos não são substâncias a serem descobertas em nosso sangue, mas práticas sociais organizadas por histórias em que nós mesmos atuamos e contamos” (ROSALDO, 1984, p. 143). De acordo com Bezerra (2001), esses jogos de linguagem são “uma *maneira de lidar* com o mundo, os outros e o próprio corpo que permite a emergência de coisas como a experiência de um Eu capaz de reconhecer-se como tal e de um mundo que não é apenas *sentido*, mas *concebido* como tal” (p. 22, itálicos do autor). Desse modo, a forma como elaboramos e conceptualizamos as nossas emoções depende, em grande medida, de como percebemos os nossos corpos e as interações pelas quais eles se engajam num mundo em constante reformulação.

Tomando como hipótese o papel do corpo na racionalidade, Damásio (1996) busca explicar como as estruturas corpóreas e cerebrais associam-se à percepção e à compreensão das emoções. Para ele, não seria possível separar nenhuma dessas estruturas inerentes ao indivíduo a fim de que ele compreenda e expresse o que sente:

o hipotálamo, o tronco cerebral e o sistema límbico intervêm na regulação do corpo *e* em todos os processos neurais em que se baseiam os fenômenos mentais, como, por exemplo, a percepção, a aprendizagem, a memória, a emoção, o sentimento e, ainda [...], o raciocínio e a criatividade. A regulação do corpo, a sobrevivência e a mente estão intimamente ligados. Essa interligação verifica-se no nível do tecido biológico, e utiliza sinais químicos e elétricos, qualquer deles dentro da *res extensa* de Descartes (o domínio físico no qual ele inclui o corpo e o meio envolvente, mas não a alma não física, que pertence à *res cogitans*). Curiosamente, essa interligação ocorre de forma intensa não muito longe da glândula pineal, no interior da qual Descartes procurou aprisionar a alma incorpórea (DAMÁSIO, 1996, p. 144).

O neurocientista parte da hipótese de que os seres humanos estão programados para reagir com uma emoção de modo pré-organizado quando certas características dos estímulos – do mundo ou dos corpos – são detectadas individualmente ou em conjunto. Damásio afirma que há uma interdependência entre as estruturas corpóreas e os padrões cerebrais, bem como há uma influência do meio para a formação dessas concepções. Para ele, não é possível definir o que existe realmente, posto que o objeto a ser significado é uma construção contínua, que se inicia no partilhar de experiências e acaba nas elaborações subjetivas – embora, devido ao fato de os seres

humanos estarem em constante interação, não acredite em um subjetivismo extremo, mas num subjetivismo que se constrói enquanto se interage com outros humanos. Dessa forma, se não há como delimitar as fronteiras entre o que é biológico ou cultural, mente ou corpo, razão ou emoção, nessa perspectiva, esses fatores são interdependentes. Isso se pode verificar na passagem em que o autor menciona a importância do contato dos diferentes níveis de interação:

não viso reduzir os fenômenos sociais a fenômenos biológicos, mas antes debater a forte ligação entre eles. Quero sublinhar que, muito embora a cultura e a civilização surjam do comportamento de indivíduos biológicos, esse comportamento teve origem em comunidades de indivíduos que interagiam em ambientes específicos. A cultura e a civilização não poderiam ter surgido a partir de indivíduos isolados e, portanto, não podem ser reduzidas a mecanismos biológicos e ainda menos a um subconjunto de especificações genéticas (DAMÁSIO, 1996, p. 146).

A partir desses termos, constata-se que “o cérebro, que computa a mente, evoluiu a fim de facilitar a sobrevivência do corpo. Isso levou a uma mente que surge a partir de uma interação simbiótica cérebro-mente, a qual Mark Johnson refere como: *O corpo na mente*” (EVANS, 2009, p. 29). A comprovação da existência de uma mente corpórea é diretriz para explorar temas como o da conceptualização linguística de emoções, o qual abordaremos com mais detalhes a partir do Capítulo 2.

O que Lutz, Rosaldo e Damásio mostram, em suas pesquisas, é que a separação cartesiana da mente e do corpo deve ser apenas metodológica, mas esse dualismo expressa uma maneira tradicional de pensar o mundo. Em Damásio (2004), o uso dos termos “mente” e “corpo” não constitui um deslize descuidado do dualismo de substância, ontológico. Para o autor, mente e corpo emergem da mesma substância biológica, mas esses são investigados distintamente pelas mesmas razões que o levam a separar emoções de sentimentos: trata-se de uma estratégia de pesquisa que permite avançar a nossa compreensão desse conjunto integrado que é o humano (Damásio, 2004, p. 311, nota 2). Isso reforça a ideia de que a investigação científica depende da perspectiva que se assume ao olhar o objeto – no nosso caso, essa concepção vai interferir na maneira como examinamos emoções e sentimentos. Contudo, é comum tal dualismo metodológico contrapor-se – e confundir-se – diretamente com um dualismo ontológico, tendo em vista que a ideia de que é realmente possível fazer tal distinção está firmemente arraigada numa concepção do mundo para o senso comum. Em geral, por organizarmos todas as coisas às quais temos acesso no mundo de maneira dicotômica, não esperamos que exista a possibilidade de que as entidades estejam em fusão; no pensar ocidentalizado, em geral concebemos mente/corpo, natureza/cultura, razão/emoção e emoção/sentimento como elementos distintos, e geralmente opostos.

No entanto, de acordo com Arreguy (2008, p. 184), “[...] com o desenvolvimento das funções cognitivas superiores, torna-se nítida a percepção de uma suposta descontinuidade entre mente e corpo na experiência subjetiva”. A autora cita o exemplo de Leder (1990, apud ARREGUY, 2008), o qual, através de uma experiência empírica, ameniza a crítica a Descartes ao tentar provar que é impossível aperceber-se de duas coisas, figura e fundo, concomitantemente. Assim como não se consegue observar dois objetos simultaneamente, a analogia aqui reside no fato de que o corpo se tornaria o fundo quando relacionado a certos aspectos cognitivos, os quais dão a impressão de corresponderem a estados não-corpóreos (ARREGUY, 2008). Desse modo, a crença na distinção entre mente e corpo deve-se à percepção diferenciada dos processos mentais e físicos: a concentração consciente em um desses aspectos leva a um efeito em que esses parecem ser duas realidades distintas. Conforme Evans e Green (2006), temos a tendência a direcionar nossa atenção a apenas alguns aspectos de uma cena, e não para o todo: “[o] aspecto que focalizamos é algo sobre o qual podemos fazer certas previsões” (p. 18). Esse fato explica por que, pela linguagem, configuramos a informação de certa maneira e não outra, muitas vezes assumindo pontos de vista diferentes em relação ao mesmo objeto. Assim, a posição proeminente assumida por uma emoção em dado momento leva outros aspectos ligados ao humano a um nível menos relevante, mas nunca os excluindo. Quando alguém aparentemente é tomado pela raiva, os aspectos fisiológicos dessa emoção ganham posição de destaque, enquanto quaisquer outros elementos que a impulsionam – até mesmo a interpretação que a desencadeia – ficam subjugados a uma posição secundária.

Como veremos nas páginas seguintes, a perspectiva que adotaremos será a da ligação inextricável entre essas entidades, na abordagem de *corporeidade situada*. Ao mesmo tempo em que ainda temos a tendência de criar uma distinção entre mente e corpo, devido às bases culturais nas quais nos inserimos e pela prevalência de certas percepções em detrimento de outras no momento interacional, é preciso enfatizar que, ao falarmos do que sentimos, não é possível nos despirmos do corpo que possuímos. Ao interagir com outros corpos e através da inserção em dado ambiente, acabamos por conceptualizar as coisas conforme os esquemas corpóreos que acabam por emergir na forma como nos expressamos linguisticamente. Em se tratando da construção de significados, em especial daqueles ligados à definição de emoções e sentimentos, trataremos de dar ao corpo o lugar que lhe é devido: assumiremos que a base da nossa organização conceptual é essencialmente corpórea, tendo em vista que corpo, cérebro, mente se entrelaçam em uma amálgama irreduzível, de modo a resultarem em unidade. Com o intuito de explicarmos de que modo conceitos relacionados a emoções emergem e são partilhados com outros indivíduos, assumiremos, assim, a noção de *realismo corpóreo*, ou *experencialismo*, utilizada

como fundamento da segunda geração da Linguística Cognitiva. Na próxima seção, levantaremos a base sobre a qual essa perspectiva se sustenta, mas sem deixar de lado a influência da tradição cognitivista *desencarnada*.

1.4 O PAPEL DO CORPO NA CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO: O EXPERIENCIALISMO

"[...] o pensamento se elabora do corpo como corpo – que vê sente, percebe, intui – ao corpo das palavras." (Marcia Tiburi)

A Ciência Cognitiva, em especial a abordagem da Linguística Cognitiva, constitui-se por dois movimentos contrários em seus fundamentos, definidos por comprometimentos filosóficos diferentes. A *primeira geração da ciência cognitiva* assume muitas das ideias da filosofia tradicional, como a de separação entre razão e percepção, em que a mente é vista como uma máquina que processa as suas diversas habilidades cognitivas por meio de módulos mentais. Portanto, sob esse ponto de vista, a linguagem seria auto-organizada, independente de quaisquer outros elementos que fazem parte do corpo. A *segunda geração da ciência cognitiva*, por sua vez, trata da mente encarnada, ou do papel do corpo na concepção de significados para o mundo (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 75), e do valor das experiências para a construção de sentidos para a realidade. À primeira geração dedicaremos algumas linhas a fim de situar a visão que assumiremos como base para o estudo das emoções.

1.4.1 Breves palavras sobre a primeira Geração da Ciência Cognitiva: a mente como um computador

Propondo uma perspectiva funcionalista para a mente, a Ciência Cognitiva dos anos 1950 e 1960 não assume as particularidades do corpo e do cérebro como relevantes para a natureza da racionalidade humana. Nesse sentido, a visão de mente e corpo individualizados é uma verdade a ser seguida: a mente teria a função de processar os símbolos que ora possuem apenas relações internas entre eles, ora assumem o papel de serem representações internas da realidade externa, e o corpo acaba sendo apenas o repositório dessas funções. (EVANS; GREEN, 2006). O significado, seguindo essas concepções, está diretamente associado aos objetos no mundo, e cabe à mente processá-los de modo a formular representações de conceitos. Para Lakoff e Johnson

(1999), nessa visão, a mente está integrada ao cérebro: “o cérebro seria o *hardware* no qual o *software* da mente funciona [...]” (p. 76). Funcionalmente, dizem os autores, a mente seria desencarnada. Assim, sob a influência da tradição filosófica instaurada em uma visão estritamente cartesiana, esse cognitivismo afirma que a razão humana é transcendental, universal, desencarnada e literal.

Nesse sentido, o dualismo mente/corpo que se origina na filosofia socrático-platônica e que ganha força no racionalismo cartesiano influencia também o desenvolvimento da Linguística. A primeira revolução cognitivista enfatiza o estudo de fenômenos linguísticos puramente mentais. Assim, na perspectiva da Linguística Gerativa, movimento liderado por N. Chomsky, vem à tona a necessidade de se estudar a língua formalmente, em que a sintaxe é vista como base para os demais elementos constituintes da linguagem. O desenvolvimento sintático, nesse caso, independe do significado, de contexto, de memória enciclopédica e de intenções. Nesse paradigma, a metáfora A MENTE É UM COMPUTADOR predomina, em que uma semântica das condições-de-verdade vê o significado como uma relação entre as palavras e as coisas no mundo. A visão *objetiva* de mundo prevalece, e a verdade nada mais é que a correspondência do conceito com o objeto em uma realidade pré-estabelecida. Portanto, nessa visão, conceitos são literais, independentes do sistema sensorio-motor, configurando a mente como uma abstração desencarnada, a qual só o cérebro é capaz de executar. Contudo, como explica Sweetser (1990, apud EVANS; GREEN, 2006), “ao ver o significado como a relação entre palavras e mundo, a semântica das condições-de-verdade elimina a organização cognitiva do sistema linguístico” (p. 156). Tendo em vista uma divisão metodológica tão extrema que deixa escapar fenômenos como a conceptualização a partir das interações do corpo, o paradigma da semântica das condições-de-verdade não dá espaço para outros elementos que não tenham correspondência direta com os objetos prontos no mundo.

Tomando como estímulo a noção de experiência como base para a racionalidade, fundamentada principalmente em Kant, a Filosofia passa a dar ênfase ao corpo e ao seu papel central na estruturação e na organização do aparato cognitivo, os quais afetam e são afetados pelos tipos de experiências vivenciadas. A Ciência Cognitiva acaba se apropriando dessa noção de experiência e a reestrutura a fim de dar fôlego para a sua segunda geração, a da *mente corpórea*. Trata-se, a partir de então, de uma nova perspectiva, na qual se assume que é a natureza dos corpos que possuímos que nos permite ver o mundo sob determinadas lentes.

1.4.2 A Segunda Geração da Ciência Cognitiva: a mente encarnada

Tu dizes “eu” e orgulhas-te desta palavra. Mas há qualquer coisa de maior, em que te recusas a acreditar, é o teu corpo e a sua grande razão; ele não diz Eu, mas procede como Eu. Aquilo que a inteligência pressente, aquilo que o espírito reconhece nunca em si tem o seu fim. Mas a inteligência e o espírito não passam de instrumentos e de brinquedos; o Em si está situado para além deles. O Em si informa-se também pelos olhos dos sentidos, ouve também pelos ouvidos do espírito.

O Em si está sempre à escuta, alerta; compara, submete; conquista, destrói. Reina, e é também soberano do Eu. Por detrás dos teus pensamentos e dos teus sentimentos, meu irmão, há um senhor poderoso, um sábio desconhecido: chama-se o Em si. Habita no teu corpo, é o teu corpo.

Há mais razão no teu corpo do que na própria essência da tua sabedoria. E quem sabe por que é que o teu corpo necessita da essência da tua sabedoria?

(Friedrich Nietzsche, em 'Assim Falava Zaratustra')

Como vimos, a perspectiva cartesiana, influência para o que o senso comum chama de racionalidade, provoca uma divisão entre o pensamento subjetivo e o corpo, com uma quebra na forma de ver o próprio homem: ele se fragmenta em múltiplas partes em uma realidade na qual ele apenas se coloca, mas não a constrói, pois essa já está pronta diante de seus olhos. Contudo, contemplar um homem em pedaços é apenas vislumbrar sombras daquilo que ele realmente é. Nesse sentido, tomar o corpo como referência para a condição cognitiva é entender o humano como um todo, que elabora conceitos para si e para a realidade, no fluxo intenso dos acontecimentos nos quais esses se instauram. No comprometimento que o corpo tem quanto à própria *racionalidade* das emoções, esse passa a ser a voz dessas emoções, imprimindo nuances na definição do que acredita sentir. A intenção de comunicar as suas emoções decorre da necessidade de dar voz ao corpo intersubjetivo.

Para Lakoff e Johnson (1999), a incorporação da razão, como revelada pela Ciência Cognitiva, dá um novo entendimento de como mente e realidade se encaixam. Esse *realismo corpóreo* rejeita a visão cartesiana, sendo “enraizado na nossa capacidade de funcionar bem em nossos ambientes físicos”, e fundamenta-se na ideia de evolução. Assim, o contato do corpo com o meio faz com que a mente assuma uma forma encarnada. Apesar de serem corporalmente inscritos, os esquemas da experiência corporal não são exclusivos daqueles que passam por determinadas experiências: de fato, “nossa comunidade nos ajuda a determinar a natureza de nossa compreensão sempre coerente com a do nosso mundo ao redor” (GREINER, 2005, p. 43). Corpo e ambiente são, desse modo, co-determinados, em que um não se impõe sobre o outro: de acordo com Greiner (2005), o ambiente não é uma estrutura imposta, exterior aos seres vivos, mas faz parte de um processo de co-evolução com eles. O organismo é, portanto, sujeito e objeto da ação.

A crença em uma razão corpórea decorre do fato de que os mecanismos neurais e cognitivos que nos permitem perceber e mover são os que criam nossos sistemas conceituais e modos de razão. Além disso, formas de inferências perceptiva e motora, também presentes em outras espécies de animais, são usadas e construídas pela razão (GREINER, 2005, p. 45). Essas inferências constituem parte da interpretação do mundo, em que o corpo é base da significação:

o corpo vivo se constrói como uma espécie de *modelo semântico* e este modelo emerge sempre da ação. Ele não a precede. Os conceitos são gerados ou tornados conscientes pelo corpo vivo, no fluxo da vida cotidiana, através de ações como mascar, urinar e respirar, entre outras. Assim, a ação vai criar novos conceitos e os novos conceitos incitam a ação. Existe portanto uma ligação indissolúvel entre o pensamento e a evolução e este nexos ocorre no corpo vivo (GREINER, 2005, p. 66 – grifo nosso).

A hipótese da corporeidade da razão é fundamento para a Linguística Cognitiva, essencialmente experiencialista, em que as interações entre organismos e ambiente influenciam-se mutuamente, por meio das experiências enraizadas em aspectos físicos, perceptuais, sociais, culturais, emocionais, todos eles elaborados por meio do contexto situacional. Desse modo, não há uma realidade una e completa, mas aquela que se constitui pelos movimentos do corpo.

O realismo corpóreo que assumiremos aqui terá suas raízes nos trabalhos relacionados à Fenomenologia fundamentada em Dewey⁹ e Merleau-Ponty¹⁰. Lakoff e Johnson (1999) expõem que esses autores assumem que

[...] mente e corpo não são entidades metafísicas separadas, e que a experiência é encarnada, não etérea, e que quando usamos as palavras *mente* e *corpo* estamos impondo estruturas conceituais limitadas artificialmente no processo integrado em andamento que constitui a nossa experiência (p. 97).

Pode-se afirmar que, no trabalho de Merleau-Ponty, a corporeidade é vista como uma estrutura física e vivida ao mesmo tempo; há um fluxo necessário entre o interior e o exterior como elementos que são faces de uma mesma moeda, mas nunca opostas.

Lakoff (1988) esclarece que o termo ‘experiencial’, para o Realismo Corpóreo, é tomado em sentido amplo, englobando experiências sensoriomotoras, emocionais, sociais, culturais, bem como as capacidades inatas que dão forma a tais experiências e que as tornam possíveis. Contudo, o termo não deve ser compreendido como as impressões do sentido que dão forma a uma *tábula rasa*; em verdade, nessa perspectiva, a experiência tem funcionamento ativo e faz parte do ambiente natural e social. Dados os corpos e as suas capacidades inatas de operar no mundo, a

⁹ DEWEY, J. *Experience and nature*. Chicago: Open Court, 1925.

¹⁰ MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1962].

experiência comum é um elemento motivador, e não determinante, do que é significativo para o pensamento humano (LAKOFF, 1988, p. 120).

Para Lakoff e Johnson (1999, p. 4), a razão é evolucionária, pelo fato de, mesmo na sua forma mais abstrata, fazer uso da natureza animal de modo que a sua essência coloca o ser humano em um *continuum*. Do mesmo modo, a razão é também universal, tendo em vista ser uma capacidade compartilhada por todos os seres humanos. Essa razão, na maior parte do tempo, é inconsciente, estruturando-se conceptualmente por causa das experiências vividas. O entendimento de nossa estrutura conceptual desse modo oferece subsídios para explicar “por que nós temos as categorias que temos, por que temos os conceitos que temos, e como nossa incorporação molda nosso raciocínio e a estrutura do entendimento que forma a base para o que tomamos ser verdadeiro” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 97-98). De modo semelhante, Greiner (2005) afirma que o fluxo incessante dos movimentos corpóreos “constrói novos vocabulários que são muito mais do que nomes vagando pelo mundo. Este ‘novo vocabulário’ reflete modos de organização dos pensamentos que organizam as ações corpóreas e o mundo” (p. 55). Em outras palavras, não é mais possível pensar em uma mente abstrata e etérea, com seus módulos operacionais que são ativados e se interligam para a execução de tarefas sintáticas em primeira instância; essa mente, em nossa concepção, é essencialmente corpórea.

A noção de mente corpórea para a Linguística Cognitiva leva a uma profunda transformação, na década de 1970, no que diz respeito ao enfoque filosófico para o significado: numa reação contra uma visão objetiva de mundo, sustentada pela Linguística Formal, passa a assumir uma perspectiva que incluiria as percepções e sensações na organização das representações mentais. Essa mudança, liderada principalmente por Talmy, indica um movimento em direção a uma pesquisa relacionada ao conteúdo conceptual e a sua organização na linguagem (TALMY, 2000). Para tanto, enfatiza-se a importância da experiência humana para esse paradigma e o papel crucial do corpo humano na organização cognitiva, numa relação de mútua influência e inextricabilidade. Para Lakoff (1987), o paradigma objetivista, em que o mundo está pronto, não podendo ser criado pelas mentes humanas, é falso: “as instituições são criadas pelas pessoas. Elas são específicas-da-cultura [*culture-specific*]. Elas são produto da mente humana” (p. 207).

A visão de mundo assumida decorre, portanto, da constituição de nossos corpos. De acordo com Damásio (1996, p. 117), “se nossos organismos fossem desenhados de maneiras diferentes, as construções que fazemos do mundo que nos rodeia seriam igualmente diferentes. Não sabemos, e é improvável que alguma vez venhamos a saber, o que é a realidade ‘absoluta’”. A realidade é, de fato, uma das verdades a qual podemos ter acesso sob dada perspectiva, pela

mediação da natureza de nossos corpos e do entendimento que dela extraímos. A *verdade corpórea*, como a denominam Lakoff e Johnson (1999), não é puramente objetiva, tendo em vista a compreensão individual ligada inextricavelmente às interações corpóreas, e nem é inteiramente subjetiva. Nesse sentido, não há mais a noção da existência de um mundo objetivo, como assumido pela filosofia tradicional; os objetos não são externos a nós, independentes de nossas capacidades perceptivas e cognitivas, mas fazem parte do que somos. A ideia de uma objetividade parcial vem da compreensão de que o conhecimento é o resultado de uma interpretação em andamento que emerge de nossas capacidades de entender. Essas estão enraizadas nas estruturas de nossa corporificação biológica, mas são vivenciadas dentro de um domínio de ação consensual, compartilhada, e cultural.

A hipótese da corporeidade, em Lakoff e Johnson (1999), vê os conceitos abstratos como construídos por meio de um mapeamento de domínios mais físicos. Os autores chegam a afirmar que há tipos naturais de experiência, e não só de experiência do corpo, mas com o ambiente físico e com a cultura. Contudo, mencionam de maneira geral o fato de que esses elementos são relevantes para a corporeidade, deixando de desenvolver noções como a relação do homem com o mundo por ele criado e com os outros. Os recentes trabalhos de Kövecses (2005, 2010a, 2010b, 2010c, 2011) tratam das diferentes dimensões contextuais, em que os cenários físicos, culturais, sociais e também o fluxo discursivo estão envolvidos. Contudo, de certa forma, o autor não aborda tais aspectos como sendo também básicos para a corporeidade. Como viemos propondo ao longo deste capítulo, é importante ter em mente que a corporeidade desenvolve-se não só porque temos percepções a partir do corpo, mas que o envolvimento desse corpo com estímulos externos do ambiente e da cultura em que se insere são também peças-chave na construção de significados para o mundo.

Jensen de López e Sinha (1998, apud ROHER, 2001) esclarecem que a concepção central de corporeidade na Linguística Cognitiva deve ser revista: em seu estudo, revelam que a interação com o espaço é tão básica quanto a relação de elementos do corpo em si mesmo. Além disso, ao assumir a interpretação da hipótese da corporeidade apenas tomando o corpo *per se*, como se isolado do ambiente, a Linguística Cognitiva estaria ignorando práticas culturais de extrema importância para a conceptualização (JENSEN DE LÓPEZ; SINHA, 1998, apud ROHER, 2001). Desse modo, as relações do corpo consigo mesmo, com o mundo e com os outros de sua cultura, numa relação intersubjetiva, é base para a construção e compreensão da realidade. Segundo Roher (2001), o estabelecimento de referência compartilhada é algo que toma forma em meio a um contexto cultural; o corpo se desenvolve em interação com as pessoas e a cultura em que se insere, bem como em interação com o espaço.

Rohrer (2001, p. 60-62) sustenta que a questão da corporeidade pode ser abordada sob diferentes sentidos e níveis de investigação:

- i. a partir de seu significado fenomenológico, isto é, no papel dos nossos corpos em moldar nossas auto-identidades e nossa cultura através de nossos atos de consciência;
- ii. tomando por referência as contribuições culturais e o contexto no qual corpo, cognição e linguagem emergem e se situam;
- iii. a partir de uma perspectiva filosófica que vai contra a tradição cartesiana de separação entre mente e linguagem;
- iv. referindo-se ao inconsciente cognitivo, nos termos de Lakoff & Johnson (1999);
- v. em um sentido neurofisiológico, em que o termo ‘corpóreo’ pode referir a estruturas neurais particulares e específicas;
- vi. para relacionar modelos neurocomputacionais de linguagem, principalmente aqueles relacionados a metáforas conceptuais;
- vii. ‘corpóreo’ pode referir-se às mudanças no desenvolvimento pelas quais o organismo passa na transformação de criança até adulto;
- viii. pelo curso evolucionário do desenvolvimento que as espécies têm passado durante o curso de sua história genética;
- ix. no sentido de ‘corporeidade’ dado por Lakoff e Johnson (1980), em que há uma forte delimitação na unidirecionalidade metafórica, em que um domínio-fonte mais corpóreo é usado para entender um domínio-alvo abstrato;
- x. em que o significado é enraizado em termos de escolha de um número finito de domínios-fonte semanticamente autônomos (conforme Lakoff e Turner, 1989), isto é, em que o sentido de corporeidade seria uma generalização sobre os tipos de domínios conceptuais básicos que geralmente servem de domínios-fonte.

Seguindo essa interpretação, explicam Varella, Thompson e Rosch (1991) que mundo e “sujeito apercebedor” especificam-se mutuamente, numa negociação entre um mundo externo, físico, e um mundo parcialmente idealizado ao longo da vida, o qual se ajusta e se modifica, projetando-se na linguagem. De acordo com esses autores, é necessário ultrapassar essa geografia lógica de interior *versus* exterior através do estudo de uma cognição que não seja a de recuperação de concepções prontas ou de uma projeção, mas de *ação incorporada*. Os autores salientam que “a cognição depende dos tipos de experiência obtidos pelo fato de se ter um corpo com várias capacidades sensoriomotoras” e que “essas capacidades [sensoriomotoras] individuais estão inscritas em um contexto biológico, psicológico e cultural mais abrangente” (VARELLA;

THOMPSON; ROSCH, 1991, p. 172-173). Além disso, o termo *ação*, em *ação incorporada*, enfatiza que os processos sensoriomotores, a percepção e a ação não estão apenas ligados, mas inserem-se em uma condição de evolução inextricável. Nesse sentido, assumimos desde já que não é possível dicotomizar as relações sociais (e por *sociais* entendemos, neste momento, a diversidade de relações em uma comunidade de fala) e os aspectos cognitivos da construção do significado: a cognição, essencialmente corpórea, é sempre fundada ou situada socialmente – trata-se, portanto, de uma *sociocognição* (VEREZA, 2010). Para Bezerra (2001), mente, corpo e mundo são indissociáveis e é por esse fato que não há distinções ontológicas entre eles:

no entendimento pragmático, a linguagem não produz nenhuma ruptura abissal entre sujeito e a realidade, entre o ser e o mundo. Nele, o mundo é aquilo com que estamos em contato o tempo todo. A linguagem não cria nem dele nos afasta, mas permite uma relação diferente com ele. A experiência humana é um interjogo em que o mundo age de maneira permanente e complexa sobre nós e nós sobre ele: é possível descrever esse processo como o emergir – nosso e do mundo – *na* experiência (BEZERRA, 2001, p. 31-32, itálico do autor).

Wilson (2002) elucida que os processos cognitivos estão enraizados profundamente nas interações do corpo com o mundo. Essa posição, segundo a autora, se desdobra em seis pontos distintos:

- i. a cognição é situada (a atividade cognitiva tem seu lugar no contexto de um ambiente do mundo real, e envolve percepção e ação);
- ii. a cognição é pressionada pelo tempo [*time-pressured*] (a cognição deve ser entendida conforme ela funciona sob as pressões da interação em tempo real com o ambiente);
- iii. o funcionamento cognitivo é descarregado no ambiente (devido às limitações de nossas habilidades de processamento da informação, exploramos o ambiente para reduzir a carga de funcionamento);
- iv. o ambiente é *parte* do sistema cognitivo (o fluxo de informações entre mente e mundo é tão denso e contínuo que a mente somente não é uma unidade significativa de análise);
- v. a função da cognição é guiar a ação (os mecanismos cognitivos, tais como percepção e memória, dão sua contribuição para o comportamento situacional mais apropriado);
- vi. a cognição “*off-line*” é baseada no corpo (a atividade da mente está enraizada em mecanismos que evoluíram para a interação com o ambiente)¹¹.

¹¹ A cognição *off-line* constituirá o contexto *off-line*, sobre o qual falaremos no próximo capítulo, que pode ser compreendido como o conjunto de elementos experienciais e relevantes que emerge a partir da memória enciclopédica, ou memória de longo prazo, durante a interação.

Segundo a mesma autora, a quarta afirmação é profundamente problemática, tendo em vista que, em outras palavras, quer dizer que “as forças que dirigem a atividade cognitiva não residem somente dentro da cabeça do indivíduo, mas ao invés disso são distribuídas pelo indivíduo e a situação enquanto eles interagem” (WILSON, 2002, p. 630). O problema residiria no fato de que, sendo ciência e essa procurar por princípios e regularidades, seria necessário buscar delimitações para tratar das questões da cognição como um sistema. No entanto, segundo a proposta da mente corpórea, a cognição pode ser distribuída facultativamente, durante as interações, sendo aberta às modificações do ambiente. Por isso, não vemos essa característica como tão controversa: por estar profundamente arraigada ao corpo, a cognição se modifica conforme o fluxo de suas interações no mundo. O ambiente tem papel relevante na construção do próprio conhecimento enciclopédico, que é fundamental para a (re)construção de (novos) conceitos conforme a interação ocorre.

Assim, não possuímos uma mente, ou uma racionalidade, que está inserida em um corpo, pois *somos* o nosso próprio corpo. É o corpo que nos orienta e situa no mundo físico: não apenas estamos no mundo, como também *somos* o próprio mundo, pois é a partir do corpo que percebemos e damos significados ao que chamamos de realidade. Desse modo, sendo o mundo e parte dele, a nossa subjetividade só pode ser parcial, tocada pela nossa objetividade construída: “a subjetividade é tingida pelo corpo, ao mesmo tempo em que o corpo, realidade mundana, é atravessado por uma dimensão subjetiva, é o corpo vivido” (GIORDANI, 2009, p. 813). Segundo Greiner (2005), “[...] a fonte da subjetividade está sempre ligada à imagem de um organismo durante o ato de perceber e de responder a uma entidade externa” e, desse modo, o que chamamos de subjetividade “pode emergir de qualquer cérebro capaz de construir uma representação simples de si-mesmo e, obviamente, com a capacidade de criar imagens e se transformar” (p. 81). Assim, não há uma subjetividade *stricto sensu*, encerrada em um só corpo e somente revelada por ele em seu *self* restrito; essa sempre dependerá de outro(s) corpo(s), e não só do “Em si” (*self*) nietzschiano.¹²

Os objetos, portanto, não estão prontos, dentro de nós, sem levar em conta fatores sociais e culturais – os quais, por sua vez, também são construídos da experiência. A linguagem não se relaciona aos conceitos internos à mente e nada mais. Para Sinha (1999), isso levaria a uma forma extrema de *subjetivismo*, no qual conceitos são totalmente desagregados do mundo ao qual eles se relacionam. Na verdade, os conceitos só existem porque eles servem como uma forma inevitável de entender o mundo, e eles emergem porque a nossa arquitetura conceptual é baseada

¹² Tomaremos a noção de *self* segundo Greiner (2005), como ligada ao sujeito como epicentro do conhecimento e da cognição, da experiência e da ação, em que não se pressupõe um observador desencarnado, nem um mundo existente apenas na mente de alguém.

no meio em que nossos corpos interagem, e na natureza desses corpos. Portanto, essa subjetividade é, também, construída de acordo com a mediação corpórea, inserindo-se em um mundo biológica, social e culturalmente compartilhado.

O que entendemos sobre o que é o mundo é determinado por muitas coisas: nossos órgãos sensoriais, nossa habilidade de nos movermos e de manipular objetos, a estrutura detalhada de nosso cérebro, nossa cultura, e nossas interações em nosso meio, pelo menos. *O que nós tomamos como sendo verdade em uma situação depende de nosso entendimento corpóreo da situação*, o qual é, por sua vez, moldado por todos esses fatores (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 102, grifo dos autores).

Essa verdade nada mais é do que fruto das nossas percepções e interações, e nada tem a ver com a verdade objetiva; de fato, ela é apenas uma noção parcial daquilo que construímos como objetividade e como subjetividade. A formação de conceitos é vista como uma construção compartilhada, intersubjetiva, em que tanto a mente quanto o mundo são construídos. A consequência disso, dizem Evans e Green (2006), é que “nós só podemos falar sobre o que percebemos e concebemos [...]” (p. 46), e só podemos falar daquilo que é real para nós, ou seja, do que é constantemente moldado e ressignificado pelas interações cotidianas. Greiner (2005, p. 103) defende essa hipótese ao dizer que o fluxo das informações se dá pela construção mútua do particular e do coletivo o tempo inteiro.

Por ser o corpo a base para que os dados advindos da experiência se acomodem e se organizem para estipular perspectivas para o mundo, ele é influenciado e, ao mesmo tempo, influencia. O corpo é o lugar no qual os *inputs* de toda sorte se vão estabelecer e os conceitos são significados mediatamente: a constituição de si próprio e das coisas do mundo está em consonância com as relações intersubjetivas.

O corpo, em inextricável relação com a cognição, em atitudes interacionais – conscientes ou não – é capaz de fazer emergir conceitos inscritos na memória enciclopédica – cujo fundamento se dá pelas relações sociais, culturais, históricas, sensoriomotoras e, em grande medida, emocionais – para ser capaz de reformular, a cada movimento, as suas concepções, recriando constantemente, a partir da sua base experiencial, a própria realidade. Veremos, na próxima seção, que essa experiência tem papel fundamental na constituição de uma objetividade parcial, que se desdobra em caminhos explicativos, os quais possibilitam direções variadas para a leitura do mundo e, conseqüentemente, para a definição de conceitos como os de emoção.

1.5 FALAR SOBRE A EXPERIÊNCIA E OBJETIVÁ-LA: O DOMÍNIO DAS EMOÇÕES

Ao afirmarmos que construímos a realidade, não queremos dizer que tudo o que existe é fruto unicamente de nossas operações cognitivas. Isso seria o mesmo que cair em um idealismo ingênuo. Está claro que o mundo existe antes mesmo de nós o habitar e essa condição permanecerá mesmo após perecermos. O que queremos dizer é que esse mundo diante de nós é diferente da tela que pintamos sobre ele. Nas palavras de Bezerra (2001, p. 18), “quando deixamos de nos perguntar sobre a existência ou não de um mundo prévio a nós e à linguagem, e passamos a nos perguntar quais objetos constituem esse mundo, ingressamos no domínio das descrições languageiras e dos pontos de vista que elas acarretam”. Dessa maneira, o mundo *per se* existe independentemente de nós, mas a sua delimitação, não.

Harder (1999) argumenta que a posição ontológica sustentada na relação entre fatos cognitivos de um lado e fatos sociais e funcionais de outro é o *realismo*, também chamado de *objetivismo*. O autor acrescenta que “há uma diferença importante entre ser um objetivista em relação ao mundo e ser um objetivista em relação ao significado” (p. 201). Citando Searle (1995), Harder afirma que, no primeiro caso, o mundo existe independentemente da percepção ou da compreensão do indivíduo; no segundo, acredita-se que os significados de palavras podem ser traduzidos em categorias “objetivas” independentes da mente. Tendo em vista que não se pode escapar da própria condição cognitiva, não é possível ter uma visão objetiva integral do mundo; só se pode estabelecer qual é a crença que se tem em relação a um objeto que colocamos em nosso recorte do mundo. Nesse sentido, o fato de outra pessoa encontrar-se em estado de raiva faria com que aquele que o percebe tenha apenas uma *crença* sobre a raiva que o outro sente, se esse sentimento de emoção tem um grau elevado ou não, quais as sensações o indivíduo pode estar sentido, e estabelecer uma relação com o contexto que desencadeou tal emoção, posto que as experiências de quem observa permitem-lhe definir aquele estado emocional que ele acredita ser raiva, e não alegria ou tristeza, por exemplo.

Para Maturana (2001), experiência e explicação da experiência são elementos distintos da percepção, mas que se fundem a ponto de os descrevermos como se fossem um só. Para o autor, “a experiência nunca está em jogo. [...] O problema é sempre a explicação da experiência” (p. 43). Em verdade, nós a expressamos linguisticamente, e essa deve ser *aceita* para ser realmente uma explicação de experiência. Nessa concepção, a questão da objetividade, tratada acima por Harder (1999), é mais bem especificada nas palavras de Maturana (2001), o qual sugere a existência de dois caminhos explicativos para essa percepção: o primeiro, chamado *objetividade sem parênteses*, refere-se aos elementos que usamos para escutar, mas que existem independentemente da nossa

observação. Nesse caso, podemos fazer distinção entre ilusão e percepção, já que esses elementos são independentes do ser. O escutar, aqui, se dá com elementos da experiência aceitos pelo indivíduo. Portanto, ao seguir o caminho explicativo da objetividade sem parênteses, tentamos ter acesso privilegiado à realidade que valida nossa ação, para a qual temos uma referência (MATURANA, 2001, p. 38). Nesse domínio dão-se discussões que envolvem conceitos compartilhados entre indivíduos, como as discussões ideológicas, as quais “colocam-se como posições experienciais ou filosóficas que pretendem ter acesso à realidade em si” (p. 40).

Já para o segundo caminho explicativo, a *objetividade entre parênteses*, a existência depende do observador, do eu. Assim, ao vivermos uma linguagem de objetos, falando sobre eles, reformulamos a realidade, que não existe independentemente de quem a observa. De fato, essa realidade só se faz presente por causa do observador e da linguagem que ele utiliza: não há *uma* realidade, pois ela se molda conforme o observador, que a interpreta e a descreve. Portanto, ao nos movermos através da linguagem, temos domínios de realidade distintas, que são assumidas conforme a escuta que fazemos. Nesse caso, ao elaborarmos o conceito de TRISTEZA, por exemplo, através da metáfora TRISTEZA É TER UMA NUVEM PAIRANDO SOBRE A CABEÇA, como no enunciado “*Ele não conseguia ver nada porque sua visão se nublara pela tristeza*”, há um domínio de realidade em que a tristeza tem uma conotação conceptualmente metafórica para quem a expressa (ou para quem a ouve). Se há discordância entre os interlocutores quanto ao que o conceito significa, então esses sujeitos estão em domínios de realidade diferentes, construídos por perspectivas distintas. Nesse caminho explicativo da objetividade entre parênteses, diz Maturana (2001), a corporalidade é nossa possibilidade, porque ela ocorre por meio da relação com o ambiente e com outros corpos; ela é legítima, porque é a partir da sua biologia que se pode explicar o observar, “é o que permite resolver o dilema tão antigo da relação mente-matéria” (p. 41), o qual é insolúvel na objetividade sem parênteses.

Nessa relação de objetividades, contudo, não se pode cair em um reducionismo; conforme o mesmo autor,

[...] objetividade sem parênteses e objetividade entre parênteses *não* são a antinomia objetivo-subjetivo. A objetividade entre parênteses não significa subjetividade, significa apenas ‘assumo que não posso fazer referência a entidades independentes de mim para construir meu explicar’ (MATURANA, 2001, p. 35, grifo nosso).

Nessa concepção, movemo-nos entre essas duas objetividades, em domínios de realidade que se distinguem conforme os ouvimos. Acordamos quanto a um caminho explicativo ou outro no jogo interacional. Assim, explicações sobre a experiência não se configuram na verdade, mas em domínio(s) de verdade(s), que são elaborados discursivamente. No entanto, por pertencermos

a uma cultura que se fundamenta em uma objetividade sem parênteses, a tendência é que essas explicações sejam *potencialmente* universais (transcendentais). Contudo, elas só podem ser universais no *domínio* da interação.

É importante ressaltar que, no caminho da objetividade sem parênteses, temos o que Maturana (2001) chama de *domínio das ontologias transcendentais*, em que se assume uma ontologia no sentido aristotélico de uma reflexão sobre as propriedades gerais do ser, numa visão metafísica; já no outro caminho, da objetividade entre parênteses, há um domínio das ontologias constitutivas, no qual “fazemos referência às condições de constituição daquilo que falamos” (MATURANA, 2001, p. 43), ou seja, à reformulação dessas condições de constituição do que observamos.

Normalmente, funcionamos em uma realidade sem parênteses, em que aquilo que falamos é totalmente ligado a uma objetividade. Essa objetividade está ligada à perspectiva pela qual observamos o nosso objeto, nos termos de uma objetividade entre parênteses, e de maneira consensual – em que os elementos existentes são independentes do observador – e compartilhada na objetividade sem parênteses.

Uma emoção, nesse caso, deveria ser definida tanto na objetividade sem parênteses, referida como *a emoção*, sendo um elemento a ser estabelecido socialmente na objetividade entre parênteses. Maturana (2001, p. 45) esclarece que, nesse último caminho explicativo, é necessário questionar qual é a *operação de distinção* que fazemos para definirmos cada emoção. Para o autor, uma emoção é definida em termos do domínio de ação no qual ela se insere, o qual se especifica pelas disposições corporais relacionadas a essa emoção. Nesse sentido, é pela observação dos movimentos corporais dos outros que é possível definir o domínio de ação. Dessa forma, as emoções são, por um lado, definidas em termos biológicos. Por outro, as relações humanas são, em grande medida, fundamentadas nas emoções, pois essas se atualizam na dinâmica das ações com os outros. Contudo, para Maturana (2001), nem todas as relações humanas são relações sociais, muito embora acreditemos que há uma necessidade básica de ligação com o outro¹³. Maturana sustenta que a linguagem, base para a convivência humana, e as relações sociais se fundamentam nas emoções:

¹³ De fato, baseamo-nos na ideia trazida pela Teoria da Conectividade Não-Trivial, desenvolvida por Costa (2005), segundo o qual os seres humanos têm uma tendência natural para a conexão uns com os outros. Nas palavras do autor, a interatividade “pode ser caracterizada como uma consequência da sociabilidade natural mais a natureza do social, ou seja, da natureza da linguagem enquanto propriedade genética para a expressão das línguas enquanto construções sociais” (COSTA, 2005, p. 120).

as emoções são centrais na evolução de todos os seres vivos, porque definem o curso de seus fazeres: onde estão, para onde vão, onde buscam alimentos, onde se reproduzem, onde criam seus filhotes, onde depositam seus ovos, etc. [...] com os seres humanos ocorre exatamente a mesma coisa. O emocionar, o fluxo das emoções, vai definindo o lugar em que vão acontecer as coisas que fazem no conviver. Então, se uma pessoa se move, por exemplo, a partir da frustração, isso vai definir continuamente o espaço relacional na qual se encontra e o curso que vai ter seu viver. Se vive a partir da confiança, vai seguir um curso distinto. Assim, portanto, o que guia o fluxo do viver individual são as emoções e na constituição evolutiva também (MATURANA – entrevista concedida a SACRAMENTO; VIEIRA, nov. 2004).

Assim, as emoções parecem guiar os movimentos dos corpos em uma constante construção nas interfaces social, cultural, cognitiva e evolutiva, provando assim o seu papel relevante na tomada de decisões. Nessa visão, o tipo de movimento emocional que leva uma pessoa a agir de certa forma determina como ela deverá interagir com o outro em dado espaço, no fluxo dos acontecimentos.

Maturana e Varela (1997) afirmam que nossos corpos devem ser compreendidos, ao mesmo tempo, como estruturas vivas e experienciais, em que interno e externo, biológico e fenomenológico estão em interação. O corpo, inserido em um constante devir, serve de base para a experiência e nos leva ao entendimento dos conceitos que nós mesmos construímos pela linguagem e pela cultura. Ao fazermos parte do mundo, colocamo-nos em uma posição indissociável a ele: somente produzimos significados para ele porque ele próprio é construído. Desse modo, pelo fato de entendermos o corpo como um modelo semântico que se molda no fluxo da vida cotidiana (GREINER, 2005), a tese da corporeidade sustenta que muitos dos conceitos que construímos surgem a partir de elementos advindos dessa tricotomia corpo-mente-mundo. Essa fica evidenciada na forma como nos expressamos linguisticamente, tendo em vista que muitos dos conceitos que elaboramos emergem de nossas experiências, através de um sistema cognitivo altamente metafórico (LAKOFF; JOHNSON, 1980). Assim, mesmo expressões altamente convencionais, como “Saramago é o maior escritor em Língua Portuguesa”, temos uma metáfora conceptual (IMPORTÂNCIA É TAMANHO) que nos permite compreender e estruturar conceitos complexos e abstratos a partir de outros mais básicos, os quais são elaborados desde a nossa mais tenra idade (cf. SIQUEIRA, 2003). Para Mandler (2004), experiências recorrentes e básicas com o mundo formam a base da *arquitetura semântica* da criança, estabelecida ainda antes de ela começar a produzir linguagem. Nesse sentido é que se pode dizer que a corporeidade forma a base dos conceitos humanos mais fundamentais. Até mesmo tempo e espaço são conceitos estruturados devido à nossa experiência: atividades passadas estão atrás de nós (“Deixei para trás todas as minhas amarguras”) e o futuro está logo ali, na nossa frente; uma casa pode ser grande demais para uma pessoa sozinha, enquanto um elevador que carrega oito pessoas pode ser muito pequeno quando lotado. Conceitos relacionados a emoções também têm

lugar privilegiado nas teorias baseadas no realismo corpóreo: ao dizermos que alguém transborda de emoção, percebemos que essa pessoa caracteriza seu corpo como um recipiente no qual estão contidas todas as suas emoções, por exemplo.

Com base nas afirmações feitas até aqui, enfatizamos que a separação cartesiana da substância mental e física, numa visão essencialmente metafísica, não mais se sustenta. Certamente, resquícios dessa tradição ainda permanecem em nossa maneira de pensar, como quando dizemos que as emoções tomam conta de nós, ou que perdemos a cabeça em momentos de emoção intensa. A realidade pressuposta pelo *cogito* se reduz ao postulado de uma mente imaterial, base de toda a racionalidade. Contudo, já sabemos que, com a inserção do corpo no debate sobre a forma como pensamos, estabelecemos um caminho sem volta. Mesmo que ainda nos expressemos baseados nessa realidade estritamente racional, metafísica, tão enraizada em nossa tradição ocidental, nosso sistema cognitivo opera a partir das experiências de nossos corpos em interação na construção do nosso entendimento sobre o mundo.

A noção de corporeidade decorre do fato de sermos agentes ativos com um corpo de determinado tipo, sustentado como experiência vivida e como objeto físico, a partir do qual estabelecemos as nossas percepções e nossos pensamentos em relação às nossas vivências no mundo. Como já afirmamos, o diálogo (intersubjetivo) com outros corpos nos faz construir as realidades que tradicionalmente chamamos de objetiva e subjetiva. “O que podemos experienciar e como fazemos sentido do que experienciamos depende dos tipos de corpos que temos e das maneiras como interagimos com os vários ambientes nos quais habitamos” (JOHNSON, 1999, p. 81). É pelo engajamento com outros seres humanos que nos constituímos e que damos sentido à realidade que se constrói no movimento dos corpos no mundo. Para Maturana (2001, p. 100), “[...] sempre nos movemos [...] neste jogo de que na linguagem interagimos de modo que [...] se produzem no outro e em nós mudanças estruturais às quais somos constitutivamente cegos”. Dessa forma, essas mudanças estruturais levam à mudança na forma como nos encontramos com o outro e na maneira de perceber o mundo. Para o mesmo autor, a história de mudança estrutural de um organismo em interações é uma *deriva estrutural*.

a ontogenia de um ser vivo é uma deriva estrutural, na qual as mudanças estruturais que ocorrem são contingentes com as interações com o meio. Não são determinadas pelas circunstâncias do meio, mas são contingentes com elas, porque o meio apenas desencadeia no ser vivo mudanças estruturais. E vice-versa: o meio muda de maneira contingente com as interações com o organismo, e aquilo ao qual o observador irá se referir vai depender de onde esteja seu olhar (MATURANA, 2001, p. 82).

Essa deriva nada mais é que o curso que a estrutura do organismo segue em consonância com as suas interações. As mudanças ocorridas se produzem a todo o momento, pois o contato do corpo com o meio é, também, inevitável – mesmo que ele esteja parado, a sua estrutura deve variar. Os comportamentos em relação ao outro decorrem das suas coordenações consensuais (MATURANA, 2001, p. 85): assim como a estrutura de um corpo se modifica em relação ao(s) outro(s), suas condutas são congruentes às condutas dos outros. Mas essa conduta interacional nem sempre é consciente: para Sellars (1963 [1991]), há dois tipos de percepção: (1) a percepção como “comportamento discriminatório”, que dispensa o uso da linguagem e é manifesto por qualquer ser que seja capaz de processar informações; e (2) a percepção como “estar no espaço lógico das justificações”, experimentado por seres capazes de expressar argumentos, opiniões, justificações em relação às percepções do primeiro tipo. Assim, para Sellars (1963 [1991]), a percepção é, em primeira instância, puramente corpórea, elaborada por meio de *inputs* inconscientemente processados, dados pelas respostas corpóreas, e a percepção construtiva, em que há uma elaboração consciente do primeiro tipo de percepção, explorada em nível linguístico. Respectivamente, trata-se do “conhecer X” e do “entender X”. O filósofo afirma que esses dois tipos de percepção não são a mesma coisa, embora estejam conectados.¹⁴

Seguindo essa concepção, Bezerra (2001) salienta que os seres têm a capacidade de atingir certos fins porque, de certa forma, *sabem* que tipo de comportamento adotar. Por exemplo, um bebê *sabe* (conhece) o cheiro de sua mãe, e por isso se acalma ao estar no colo dela. Trata-se do primeiro tipo de percepção, em que os seres *sabem*, *instintivamente*, como agir e como processar os *inputs* que se mesclam às suas percepções corpóreas através de “discriminação seletiva de estímulos do meio e da adequada utilização de recursos de que cada organismo dispõe” (p. 27). Segundo o mesmo autor, “em algum momento [...] às suas capacidades biológicas inatas irá se juntar uma outra, aprendida na prática social e na interação com outros humanos: o uso da linguagem e a capacidade de ingressar no jogo das justificativas” (p. 28) – trata-se, aqui, do segundo tipo de percepção, a que introduz o equipamento linguístico a fim de levar a criança a se reconhecer como um *Eu*, percebendo não só as suas próprias emoções, mas as dos outros, conseguindo designá-las e nomeá-las. Há, a partir desse ponto, não apenas a consciência de si, mas a consciência de si como sujeito que é capaz de comunicar algo e expressar opiniões, desejos, justificativas; consegue, portanto, atribuir sentidos às suas experiências (Bezerra, 2001). Veremos,

¹⁴ Tais tipos de percepção parecem estar em consonância com a noção de “ideia de ideias”, de Damásio (2004), que “abre caminho para a representação de relações e para a criação de símbolos” (p. 228). Assim, na definição da espécie mais básica do *self* há uma ideia, mas uma “ideia de segunda ordem”. Essa teria por base a relação de duas ideias de primeira ordem: uma delas seria do objeto cuja percepção estamos construindo, e a outra seria do nosso corpo à medida que é modificado pela percepção do objeto. Temos, então, a relação entre o objeto de que se tem percepção e o corpo modificado pela percepção.

a partir do Capítulo 2, que essa distinção entre dois tipos de percepção é válida para a construção de conceitos de emoção, tendo em vista que há, de fato, um estágio anterior à compreensão e estabelecimento de conceitos para o que sentimos. Tal hipótese estará ligada, como explicaremos no próximo capítulo, ao trabalho de Barsalou (1999).

A base corpórea e perceptual do processo de conceptualização está em conexão direta com nossos comportamentos comunicativos. Num estágio em que a percepção é fundamento para a interpretação dos estímulos sensoriomotores, o modo de interação tem papel essencial nessa construção, bem como na perspectiva tomada no momento conversacional. No contato com o outro, nosso falar tomará determinada direção e um certo foco de atenção, de acordo com a percepção da existência do outro e de suas intenções ao dizer algo. Em outras palavras, direcionamos ao nosso interlocutor a nossa intenção de comunicar algo, e esse ouvinte tomará a nossa fala como tendo conteúdo que é pressupostamente relevante – como veremos no Capítulo 3, essa noção baseia-se no Princípio Comunicativo de Relevância, de Sperber e Wilson (1995). O ato comunicativo é, por isso, influência mútua, em que os sujeitos envolvidos adaptam-se conforme o fluxo da comunicação. Cabe ressaltar que é a partir das experiências e das inter-relações de nossos corpos com outros que somos capazes de criar conceitos para elementos existentes na realidade por nós mesmos criada.

Assim, o mundo, compreendido como um construto da objetividade entre parênteses, não está pronto: tudo aquilo que se relaciona a nós mesmos – tempo, espaço, emoções – faz parte das elaborações que fazemos em consonância com o movimento de nossos corpos. O realismo corpóreo, dessa forma, nega que exista uma descrição única para o mundo. Para Lakoff e Johnson (1999), isso talvez pareça uma forma de relativismo, mas não de tipo extremo, tendo em vista que deve dar conta de como o conhecimento real e estável é possível. Para os autores, há duas considerações a se fazer sobre esse relativismo: primeiro, “há conceitos incorporados *diretamente*, tais como conceitos de nível básico, de relações espaciais e de estrutura de eventos” (p. 96, *itálico nosso*), e esses têm uma origem evolucionária e nos permitem agir bem em situações cotidianas; segundo, conforme veremos em detalhes no próximo capítulo, metáforas conceptuais básicas, ou primárias, “tornam possível a extensão desses conceitos incorporados em domínios teóricos abstratos” (p. 96). Essas metáforas primárias são construções delimitadas diretamente por nossas experiências. Exemplo disso é o conceito de AMOR, muitas vezes referido como CALOR, que emerge linguisticamente sob a forma de uma construção metafórica – como ocorre em “Nossa relação está cada vez mais quente”. Do mesmo modo, a partir de metáforas altamente convencionais, novos e complexos mapeamentos metafóricos, bem como redes de

integração conceptual, podem se estabelecer no intuito de tentar definir o significado de conceitos ligados a emoções e sentimentos.

Vale lembrar que, apesar de esses conceitos estarem ligados ao domínio das emoções e dos sentimentos, eles não são concebidos em uma relação de igualdade, isto é, um conceito de emoção *não* equivale à própria emoção ou a um sentimento, mas é uma representação particular do que um indivíduo e/ou uma comunidade de fala elaboram e compreendem a respeito desses domínios. Aliás, a distinção entre emoções e sentimentos aparece diluída do ponto de vista do senso comum. Contudo, uma definição do nosso entendimento de cada um desses domínios nos parece necessária a fim de explicitarmos a base a partir da qual construímos o nosso objeto de estudo.

Ao se fundamentar principalmente em uma matriz biológico-cultural da existência humana, Maturana (2001) a assume também para o domínio da emoção. Essa concepção é compatível com a abordagem defendida por Prinz (2004), para o qual as emoções são vistas como elementos desenvolvidos evolutivamente e construídos culturalmente. Por isso, esse autor considera que há duas perspectivas principais para explicar a origem das emoções. Para uma delas, emoções são produtos da seleção natural: são adaptações de acordo com a evolução humana. Há considerável acordo entre estudiosos dessa linha darwinista, de que há, de fato, emoções “básicas” – como vimos em Ortony e Turner (1990) e Ekman (1992). Seguindo o outro ponto de vista, as emoções seriam construídas socialmente, e poderiam variar interculturalmente – neste ponto, sustentam-se os trabalhos de Rosaldo (1984), Lutz (1988) e Damásio (1996; 2004). Segundo Prinz (2004), cada emoção que tem um nome é produto da natureza e também do desenvolvimento evolutivo. Desse modo, emoções são, ao mesmo tempo, evoluídas e construídas, e a dicotomia entre as duas abordagens não pode ser mantida.

A lista padrão de emoções básicas, que para muitos é universal, não tem, na verdade, esse *status*. Segundo Prinz (2004), não há *nomes* para emoções básicas – todas as emoções sobre as quais se fala são *culturalmente informadas*. Enquanto se diz que há uma diferença entre emoções básicas e não básicas, acredita-se que essa diferença não é estrutural; todas as emoções são fundamentalmente semelhantes. Isso porque elas emergem a partir de percepções, desencadeadas a partir de dadas situações, e, por isso, caracterizadas de acordo com os aspectos culturais e sociais confrontados pelo indivíduo. Assim, se uma criança se encontra em estado de prostração e lhe é apontado que tudo aquilo que ela está sentindo é estar triste, ou tristeza¹⁵, vai, daí em diante, pensar sob esse rótulo esse conjunto de sensações – do qual são derivadas emoções

¹⁵ Exemplo semelhante é dado por Maturana, em entrevista a Sacramento e Vieira (2004).

similares, cujos nomes são elaborados à medida que o grau de complexidade e a sua denominação se faz necessária.

Contudo, uma emoção não é apenas o conjunto de sensações que a constitui; nem o evento emocional tem uma sequência causal fixa. Para Damásio (1996), as emoções podem ocorrer, de fato, como James (1884) as descreve (a saber: Evento > Precipitação > Interpretação > Emoção), mas os passos que as constituem tendem a ser interpostos, bem como uma *filtragem* desses estímulos acontece. Para o neurocientista, a cognição gerada pelo estado emocional não é totalmente confinada a imagens de estímulos e a mudanças corpóreas, como previa James, mas as emoções humanas também desencadeiam certas mudanças cognitivas que acompanham as mudanças corpóreas: “[...] os sentimentos não têm origem necessariamente no *estado real do corpo*, mas sim no *estado real dos mapas cerebrais* que as regiões somatossensitivas constroem em cada momento” (DAMÁSIO, 2004, p. 122).

Nesse sentido, Damásio (1996; 2004; 2010) explica que sentimentos [*feelings*] e emoções são processos distintos, mas entrelaçados ao mesmo tempo. Trata-se de um ciclo que se inicia no cérebro, com a percepção e o julgamento de um estímulo potencialmente capaz de causar uma emoção e, subsequentemente, desencadear uma emoção. O autor esclarece que o processo se espalha pelo cérebro e pelo corpo, *construindo* o estado emocional, e, a seguir, retorna ao cérebro para a parte de sentimento [*feeling*] do ciclo, numa relação causal.

Emoções, numa visão neurobiológica, são tratadas como programas de *ações* complexas interligados à evolução. Damásio (2010) entende que as ações são complementadas por um “programa *cognitivo* que inclui certas ideias e modos de cognição, mas o mundo das emoções é, de modo amplo, aquele em que ações desempenhadas em nossos corpos, das expressões faciais e posturas a mudanças viscerais e no ambiente interno” (p. 109). Já os sentimentos de emoção são compreendidos como “*percepções* compostas do que acontece no corpo e na mente quando nos emocionamos” (DAMÁSIO, 2010, p. 109). Assim, sentimentos [*feelings*] são imagens de ações ao invés de ações em si mesmas. As percepções chamadas de “sentimentos de emoções” são “baseadas na relação única entre corpo e cérebro que privilegia a interocepção”¹⁶. Para o mesmo autor, há outros aspectos do corpo que são representados em sentimentos emocionais, mas “a interocepção domina o processo e é responsável por aquilo que designamos como o aspecto *sentido* [*felt*] daquelas percepções” (p. 110).

Em uma obra anterior, Damásio (2004) traça uma classificação para sentimentos e emoções, ainda que os limites entre as categorias designadas sejam muito porosos. Para o autor, há *sentimentos de fundo*, *emoções primárias* e *emoções sociais*. Tal distinção explicaria porque há emoções

¹⁶ *Interocepção* é a sensibilidade a estímulos originados no corpo.

que são constituídas com enfoque principal nas percepções do corpo, como a raiva, e porque há outras que não levam em conta o papel dos sinais corpóreos, mas somente de percepções cultural ou socialmente designadas, como a vergonha.

Os *sentimentos de fundo*, segundo Damásio (2004), não são especialmente proeminentes, e dependem de manifestações sutis, como o perfil dos movimentos dos membros e/ou do corpo inteiro para que sejam diagnosticadas. Exemplos de sentimentos de fundo são a lassidão, o entusiasmo, o mal-estar e a ansiedade. O segundo grupo citado constitui-se de *emoções primárias*, ou *básicas*, que, segundo esse autor, se compõem de medo, raiva, nojo, surpresa, tristeza, felicidade, por exemplo. Essas emoções são assim denominadas por serem rapidamente identificadas interculturalmente e em toda a espécie animal. “As circunstâncias que causam as emoções primárias e os comportamentos que as definem são igualmente consistentes em diversas culturas e espécies” (DAMÁSIO, 2004, p. 53). Contudo, vale lembrar que essa classificação fundamenta-se basicamente em padrões psicobiológicos, sendo que os rótulos linguísticos atribuídos a emoções ditas básicas podem variar. Nessa atribuição de nomenclaturas, os significados ligados ao conceito desencadeado pela expressão linguística podem suscitar interpretações diversas, ainda mais quando é analisada em um contexto comunicativo. A classificação *linguística* de uma emoção básica depende, então, da sua inserção em uma categoria construída no momento da interação, e essa não pode ser definida *a priori*. Por último, as *emoções sociais* formam um grupo composto por simpatia, compaixão, embaraço, vergonha, culpa, orgulho, ciúme, inveja, gratidão, admiração e espanto, indignação e desprezo, por exemplo. Reações regulatórias, bem como componentes de emoções primárias são partes integrantes, em diversas combinações, das emoções sociais. Para Damásio (2004), o entrecruzamento de componentes mais simples é observável, por exemplo, quando o desprezo utiliza as expressões faciais de nojo, uma emoção primária que evoluiu em associação com a rejeição automática e benéfica de alimentos potencialmente tóxicos. “Palavras e expressões que utilizamos para descrever situações de desprezo e de indignação moral – confessamo-nos enojados ou desgostosos em relação a certas situações sociais – giram à volta desse princípio de encaixamento e incorporação” (DAMÁSIO, 2004, p. 54). É importante salientar que as emoções sociais incorporam as respostas que fazem parte das emoções primárias e as de fundo. Nessa classificação, a natureza dos corpos que possuímos e a forma como nos relacionamos com outros corpos têm papel decisivo na definição do que são emoções e por que vemos algumas delas como sendo mais básicas do que outras, ditas mais complexas. Além disso, o fluxo constante de interações em que o corpo se insere permite um processo de inferenciação que se inicia quando ainda não há consciência das percepções sobre o mundo em construção e só vêm à tona, na

forma de expressões linguísticas, ao se atingir certa compreensão das próprias percepções, designando aí o que compreendemos por *sentimentos de emoção*.

Portanto, através da conduta interacional com outros corpos em dado ambiente é que temos, primeiro, um saber ainda instintivo do que são emoções e sentimentos. Segundo, os entendemos como domínios distintos – sentimentos de fundo, emoções básicas e emoções sociais – porque esse comportamento discriminatório é elaborado via processos inferenciais que levam à construção dos conceitos expressos em nível linguístico. É no jogo das justificativas e no uso da linguagem que passamos a explicitar a nossa concepção sobre as emoções que sentimos – isto é expressamos em palavras os nossos sentimentos de emoção.

1.6 UMA REFLEXÃO SOBRE A CONCEPTUALIZAÇÃO DE EMOÇÕES

Mais do que um fenômeno meramente perceptual, as emoções como construtos psicológicos e neurofisiológicos são produtos das relações intersubjetivas na cultura e na sociedade. Diz-se que emoções evoluíram não apenas como sentimentos conscientes, mas como respostas a estados mentais e corporais. Na verdade, os sentimentos conscientemente revelados são modelados *na e pela* linguagem (com a interferência das interações do corpo com o meio), através da qual se manifestam os modos como determinadas emoções são definidas significativamente e compartilhadas em uma sociedade.

De maneira geral, emoções possuem um caráter universal: elas estão presentes em todas as culturas do mundo, são expressas em maior ou menor grau, e muitas delas parecem ser mais básicas do que outras. Contudo, não se pode dizer que há um vocabulário básico que poderia descrever as emoções, o qual poderia ser encontrado em todas as línguas do mundo¹⁷; na verdade, a conceptualização de uma emoção é reorganizada a partir de padrões e de aspectos reconhecidos pela cognição incorporada; assim, mesmo que uma emoção não tenha sido ainda designada em dada cultura, não significa que as pessoas não a percebam. Exemplo disso é a palavra ‘saudade’, cujo termo é, muitas vezes, inexistente em muitas línguas no mundo; no entanto, sentir saudade não é privilégio apenas daqueles que a possuem em seu léxico.

Se esse fosse o caso, a existência do vocábulo ‘saudade’ na língua portuguesa significaria que só quem fala essa língua seria capaz de sentir e expressar essa emoção. Contudo, mesmo que ‘saudade’ só existisse em português – e há indícios de que em outras línguas existam palavras correspondentes a uma tristeza, ou melancolia, provocada pela ausência, como no polonês

¹⁷ Como sustentam Wierzbicka (1996; 1999) e Goddard (2008), por exemplo.

teskenota, por exemplo (SZCZESNIAK, 2005) – seria estranho pensar que apenas uma parcela ínfima da população mundial é capaz desse sentimento.

Há também uma hipótese de que palavras seriam apenas rótulos para expressões linguísticas relacionadas a conceitos, por exemplo. Há emoções para as quais não há nomes específicos, e muitas vezes é preciso criar descrições para expressar de forma aproximada o que sentimos. Tal constatação poderia enfraquecer a bem conhecida hipótese Sapir-Whorf (SAPIR, 1929 [1958]; WHORF, 1940), a qual pode ser associada a dois princípios: em sua instância forte, preconiza que o pensamento é determinado pela língua (determinismo linguístico); de maneira fraca, o relativismo linguístico assume que pessoas que falam línguas diferentes percebem e pensam sobre o mundo de modos diferentes. Em linhas gerais, o mundo é inconscientemente moldado de acordo com a língua utilizada por uma comunidade de fala, em um acordo implícito e tácito (WHORF, 1940, p. 213-214).

Nossa língua materna pode, de fato, dirigir e moldar o nosso pensamento, mas Boroditsky (2011) demonstra que o caminho inverso também é possível. Segundo a pesquisadora, a língua tem um papel causal em modelar a cognição, e estudos têm demonstrado que a forma como as pessoas falam pode modificar a maneira de pensar. Concomitantemente, o modo como pensamos sobre determinado objeto, como as emoções, reflete-se na língua em uso. Assim, cada língua traz uma visão de mundo e conhecimento que se desenvolveu por muito tempo em uma cultura, cada qual com sua forma de perceber, categorizar e formular significados.

Vocábulos e expressões linguísticas, como veremos, ajudam-nos a construir novos conceitos, ao mesmo tempo em que limitam nossas possibilidades de descrever aspectos humanos abstratos, como no caso de emoções. Muitas vezes, o que percebemos pelos nossos sentidos não tem nome; sentir “uma coisa” por alguém pode significar a experimentação de algo que se tenta acomodar em uma linha tênue entre o que entendemos como “afeição”, “paixão” e “amor”, e ainda pode estar perto do que classificamos como um mero “incômodo” pela presença do outro. O que dizer, então, daquele que sente, ao mesmo tempo, amor e ódio por alguém? É possível, então, dizer que essas emoções são realmente opostas?

O entre-sentimento que surge, e que por vezes não conseguimos nomear, passa a reestruturar-se a fim de que, pela infinita quantidade de emoções que sentimos ou que ainda não conhecemos, possa caber em nosso limitado léxico. Se não é possível definir com clareza o que é dada emoção que nos arrebatava, partimos para a tessitura de relações com o nosso grupo social e cultural, numa tentativa de significar as experiências relacionadas a determinadas emoções.

Sendo a linguagem um guia para o sentido (cf. FAUCONNIER, 1994), a forma linguística orienta as tarefas semântico-cognitivas, sociais e culturais da linguagem. Através dela,

os indivíduos compartilham os processos inerentes às emoções a fim de caracterizar o sentido delas no mundo. De fato, esse sentido é (re)construído pela interação dos falantes, o que pressupõe cooperação. Por isso, ao interagirem uns com os outros, os interlocutores estão ao mesmo tempo partilhando informações, as quais são reelaboradas intersubjetivamente a cada novo ato comunicativo. Somente através do trato social e pelas relações estabelecidas intersubjetivamente é que o sentido se renova: as práticas interativas revelam o desejo de reconstrução dos sentidos para a realidade e, conseqüentemente, para as próprias emoções. Isso não significa dizer que um novo conceito é elaborado no contato com o outro; na verdade, os conceitos advindos da memória enciclopédica que cada interlocutor acessa durante a comunicação são os responsáveis pela alteração e pela construção de conhecimentos – e esses atos ocorrem mesmo que o indivíduo, em sua instância ontogenética, esteja “à deriva” (nas palavras de Maturana, 2001), ou seja, apenas levado pelo fluxo dos acontecimentos. Para Greiner (2005), “esse fluxo incessante constrói novos vocabulários que são muito mais que nomes vagando pelo mundo. Esse ‘novo vocabulário’ reflete modos de organização dos pensamentos que organizam as ações corpóreas e o mundo” (p. 55).

Levando em conta a questão do partilhar através da linguagem e, conseqüentemente, da construção de conceitos em um mundo intersubjetivo, compreendemos que há um acordo entre falantes de uma mesma cultura sobre a percepção de alguns tipos de emoção. Isso ocorre por que as experiências do corpo em relação ao que se sente são adaptadas pela linguagem, e é por ela que essas são estruturadas e compartilhadas.

Essas noções são baseadas em alguns pressupostos da Linguística Cognitiva, como: (a) a linguagem é parte integrante da cognição, e não um módulo dela; (b) a linguagem se fundamenta em processos cognitivos, sociais e culturais, por isso sendo estudada na interação e no contexto em que a conceptualização ocorre, bem como a categorização, o processamento inferencial e do impacto das experiências individuais, sociais e culturais. (LAKOFF; JOHNSON, 1999). Como reafirmamos várias vezes neste texto, na perspectiva do realismo corpóreo conceptualizamos os objetos que conosco interagem por causa da natureza dos nossos corpos. Vimos também que as relações de objetividade e subjetividade são construídas e, por conseguinte, também o são os conceitos. Sendo entidades ditas abstratas, nossas emoções são constituídas corporal e culturalmente pelas interações sociais e dinâmicas, revelando-se em construções metafóricas.

Immordino-Yang (2010) sustenta que os processos psicológicos são pensamentos interrelacionados e sentimentos [*feelings*] sobre o mundo e sobre o Eu, que se mostra instável no contexto dinâmico das estruturas conceptuais. Para a autora, essas estruturas conceptuais evoluíram em resposta a mudanças internas e a circunstâncias externas. Desse modo, as emoções

– compreendidas aqui como *sentimentos de emoções* – tais como as elaboramos conceptualmente são resultado de avaliações, ou interpretações, que fazemos sobre o que sentimos e sobre as reações dos outros a partir de um contexto dinâmico. De fato, para Immordino-Yang, o estímulo emocionalmente definido – isto é, aquele que resulta em interpretação sobre as emoções que se passam com o outro – não está no mundo, mas é “um estado de conhecimento concebido a partir de experiências passadas, elas mesmas subjetivamente percebidas e memorizadas, sobre o que supomos estar acontecendo na mente da outra pessoa, como ligadas indiretamente por nossa percepção de suas circunstâncias e ações” (p. 2). Dessa forma, a conceptualização das emoções passa a existir somente pela presença do outro e por causa de suas manifestações, que podem ser observadas não apenas linguisticamente, mas através de posturas corporais, da velocidade e da forma como executamos nossos movimentos, do tom de voz empregado, da prosódia de nosso discurso quando comunicamos pensamentos relacionados – ou não – a nossos estados emocionais.

Ao abordar essas emoções como processos psicológicos intersubjetivos que se organizam dinamicamente durante o curso de uma troca social, a emoção do participante que se desvela é exteriorizada, e ganhamos uma janela para seus processos. Essa janela permite analisarmos não apenas as partes psicológicas componentes de sua experiência consciente, mas as relações entre essas partes, e os processos pelos quais ele representa mentalmente essas relações (IMMORDINO-YANG, 2010, p. 2).

Portanto, através da ideia de que nossas emoções são construídas intersubjetivamente, via interpretação do que sentimos e também dos estímulos emocionais lançados pelo outro, adotamos a visão de que nosso objeto de estudo – conceitos de emoções – é, ao mesmo tempo, potencialmente universal e culturalmente construído. Designa-se universal devido à faculdade de racionalização, ou interpretação das próprias emoções, via experiência, inerente a todos os seres humanos; é cultural por ser mediado pelas estruturas de significado e de compreensão que se situam socialmente e historicamente.

É importante ressaltar que, mesmo sendo verdade que é a partir do corpo que elaboramos grande parte dos nossos conceitos, ainda assim nosso pensamento oscila entre essa perspectiva e a de um realismo extremo. Acreditamos que a influência cartesiana ainda hoje está marcada em nossa forma de entender o mundo e, por vezes, pensamos nossas próprias emoções como se separadas da racionalidade, justamente por essa forma de ver o mundo ser transmitida culturalmente. Todavia, a influência cultural com predominância de uma razão isolada de suas percepções tem lugar na nossa perspectiva sobre emoções, o que nos leva a organizarmos certos conceitos como se esses fossem suficientes em si mesmos.

Como veremos no capítulo seguinte, o papel do corpo para a constituição de conceitos de emoções é inegavelmente fundamental, já que a maioria dos significados relacionados a conceitos que emergem na fala cotidiana é marcada pela influência das experiências desse corpo em si mesmo, com o mundo e com outros corpos ao longo de nossas vidas.

2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS DE EMOÇÃO PELO OLHAR COGNITIVISTA

“Humanos usam as múltiplas opções da linguagem frequentemente sem pensar. Mas cegamente, eles às vezes caem em armadilhas. São como aranhas que exploram suas teias, mas eles mesmos são pegos nos fios pegajosos.”
(Aitchinson, 1997)

Compreender como somos capazes de elaborar conceitos relacionados às nossas próprias emoções e às dos outros é refletir sobre a forma como concebemos a nossa realidade – um construto que não é inteiramente subjetivo, nem objetivo. O mundo que percebemos é construído em nossas interações corpóreas, as quais são influenciadas pelo ininterrupto devir: é por meio do movimento contínuo dos nossos corpos que podemos elaborar uma compreensão das interações nas quais nos engajamos. No capítulo anterior, referimos essas mudanças como se inseridas em uma *deriva*, nos termos de Maturana (2001), em um “curso que se produz, momento a momento, nas interações dos sistemas e suas circunstâncias” (p. 81). Tomaremos emprestada essa noção para podermos explicitar a nossa concepção de que é no momento da ação e pela influência interacional, mútua, que nossos mecanismos conceptuais organizam as informações e os conceitos, reinterpretando-os. Devido à congruência entre organismos e meio, não é possível definir com clareza as fronteiras do que é o mundo, a mente, ou o corpo; eles estão de tal modo interligados que, no decorrer da vida, definem-se uns nos outros.

Como mostramos no capítulo anterior, o Experiencialismo não assume que o mundo existente é apenas aquele que concebemos. De fato, essa perspectiva admite que há uma realidade que existe independentemente da intervenção humana, a qual Maturana (2001) define como objetiva, sem parênteses, independentemente dos seres humanos. Contudo, os construtos acerca da realidade entre parênteses são compreendidos por meio dos mecanismos cognitivos e do aparato conceptual inerente aos seres humanos, a partir dos quais se concebe uma possível representação de uma realidade socialmente elaborada e situada. Lakoff e Johnson (1999) assumem que há, portanto, uma mediação da realidade por parte da experiência, a qual define e delimita qual a natureza dessa realidade para cada um de nós. Devido ao fato de o sistema conceptual se desenvolver juntamente com o (e pelo) corpo, o significado da expressão linguística em uso se estabelece *no e por meio dele* (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 6). Nesse sentido, os

mesmos autores referem que as estruturas conceptuais emergem da natureza estruturada de nossos corpos, bem como de certos aspectos bem-organizados da experiência corpórea e interacional para as estruturas conceptuais abstratas, como no caso da conceptualização de nossas próprias emoções.

A base conceptual humana é, em essência, corpórea, sendo as nossas experiências elaboradas pelos próprios limites – e manifestações – que a pele impõe. Entenda-se a pele como uma metonímia para expressar essas fronteiras corpóreas, com função restritiva e, ao mesmo tempo, geradora de novos e diferentes sentidos para os conceitos que formulamos. Desse modo, a importância da experiência humana e o papel crucial do corpo para a estrutura e organização cognitivas afetam decisivamente a elaboração de significados: só se pode falar sobre o que é percebido e concebido. Vale lembrar que, como vimos em Roher (2001), temos diferentes dimensões da corporeidade, e nossa percepção não se limita apenas ao que sentimos fisicamente, mas essa perpassa os níveis evolucionário, neurológico, temporal, cultural, social, histórico, entre outros.

Na perspectiva de Lakoff e Johnson (1999, p. 77), a segunda geração da ciência cognitiva evidencia duas visões centrais: (1) há uma forte dependência dos conceitos e da razão sobre o corpo; e (2) a conceptualização e a razão de processos imaginativos (especialmente metáfora, metonímia, protótipos, *frames*, espaços mentais e categorias radiais) são centrais. A partir desses dois aspectos, os seguintes princípios são desenvolvidos:

- i. A estrutura conceptual origina-se a partir da experiência sensorio-motora e das estruturas neurais, em que a noção de “estrutura” é caracterizada por esquemas de imagem e esquemas motores;
- ii. As estruturas mentais são intrinsecamente significativas por causa da sua conexão com os corpos e com a experiência corpórea e, por esse motivo, não podem ser caracterizadas por símbolos sem significado;
- iii. Um nível básico de conceitos se origina em parte dos esquemas motores e das capacidades para a percepção gestáltica e para formação de imagens;
- iv. Os cérebros humanos são estruturados a fim de projetar padrões de ativação a partir de áreas sensorio-motoras para níveis corticais mais elevados, constituindo dessa forma as *metáforas primárias*. As projeções desse tipo permitem que conceitos abstratos emerjam com base em padrões inferenciais usados em processos sensorio-motores diretamente ligados ao corpo;
- v. A estrutura dos conceitos inclui protótipos de diferentes tipos, como casos típicos, casos ideais, estereótipos sociais, exemplares salientes, pontos de referência cognitiva, pontos

- finais de escalas graduais, entre outros, em que cada protótipo usa uma forma distinta de raciocínio;
- vi. A razão é corpórea, no sentido de as formas fundamentais de inferência surgirem a partir das formas sensório-motoras e outras formas de inferência baseadas no corpo;
 - vii. A razão é imaginativa, no sentido de que as formas de experiência corpórea são mapeadas em modos abstratos de inferência através da metáfora conceptual;
 - viii. Os sistemas conceptuais são pluralísticos, não monolíticos, o que significa que conceitos abstratos são definidos por metáforas conceptuais múltiplas.

Devido ao fato de sermos constituídos por uma cognição corpórea, até mesmo espaço e tempo podem ser compreendidos de maneiras diferentes. Uma pessoa alta, por exemplo, não tem as mesmas percepções de uma pessoa baixa e, portanto, significa um mesmo objeto através da perspectiva de suas dimensões corporais. Da mesma forma, ao entrar em uma sala repleta de pessoas, alguém pode pensar que essa não é muito grande; no entanto, essa mesma sala pode ser ressignificada se, ao contrário, estiver vazia, passando, portanto, a ter um *status* de sala grande. Vinte e quatro horas podem ser um período curto para o indivíduo que tem prazos a cumprir, mas são longas para alguém que espera por notícias. A tristeza, por exemplo, pode ter um significado relacionado a uma cor para alguns, como o azul ou o cinza, enquanto para outros pode ser equiparada à profundidade do mar, ou a um espaço vazio. Noções banais, como a ideia de olhar “para frente” para expressar o futuro, ou “deixar algo para trás”, para elaborar o passado, estão tão firmemente arraigadas em nossa estrutura conceptual que acabam por expressar nossa concepção para aspectos cotidianos sem que tenhamos consciência disso.

Partindo da tese da mente corpórea como fundamento para a emergência de conceitos, neste capítulo discorreremos acerca dos processos cognitivos inerentes ao sistema conceptual. Sob a perspectiva da Linguística Cognitiva, trataremos de noções como categorização, esquemas de imagem, modelos cognitivos idealizados, metáforas e metonímias conceptuais, redes de integração conceptual, entre outros. Com a exposição desses aspectos, explicitaremos a ideia de que grande parte de nosso sistema cognitivo-conceptual é metafórica, tendo em vista a necessidade de formular conceitos abstratos em termos de elementos mais concretos. Contudo, como veremos a seguir, um sistema de mapeamentos metafóricos/metonímicos é apenas parte das possibilidades de conceptualização. Essas seções servirão como embasamento para, finalmente, explicitarmos o nosso entendimento sobre a natureza dos conceitos, e, além disso, enfatizaremos a importância da interação para o desenvolvimento de um contexto dinâmico, que é fundamental para o desenvolvimento do processo de conceptualização. Na seção 2.8,

especialmente dedicada à definição da díade *conceito e significado*, os processos cognitivos são ligados a esses construtos metateoricamente, para então adentrarmos, finalmente, na questão da delimitação e na expansão de conceitos. Como veremos, é pela interação que a percepção de que há significados ditos literais e figurados se torna manifesta, bem como o fenômeno da polissemia emerge.

2.1 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA HUMANA

Da mesma forma que itens lexicais em um enunciado podem levar ao surgimento de novos significados para dado conceito relacionado, esse pode ser também restringido semanticamente, dependendo do contexto interativo. Isso ocorre devido ao fato de sermos capazes de identificar similaridades e diferenças entre elementos conceptuais e, por isso, de conseguirmos inseri-los em categorias. Tal habilidade é fundamental em nosso sistema conceptual, tendo em vista que a atividade de significação é decorrente da organização de nossa rede de conhecimento enciclopédico (EVANS; GREEN, 2006, p. 248). A maneira como categorizamos conceitos é resultado de nossas interações no e com o mundo que nós mesmos construímos. É, portanto, uma consequência da experiência corpórea, a qual molda as diversas possibilidades de conceptualização, as quais têm base no processo de categorização.

O que faz de conceitos conceitos é a habilidade inferencial, a habilidade de uni-los de forma a produzir inferências. *Um conceito corpóreo é uma estrutura neural que é, na verdade, parte do, ou faz uso do, sistema sensorio-motor de nossos cérebros. Muito de nossa inferência conceptual é, portanto, inferência sensorio-motora* (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 20, itálicos dos autores).

Nossa propensão a classificarmos e agruparmos entidades no mundo não acontece de forma aleatória, nem as categorias são formas fixas no mundo. Uma categoria não é definida por suas condições necessárias e suficientes, como se estivesse pronta para uso; é, de fato, moldada conforme a sua ocorrência e de acordo com nossas percepções. Ao elaborar a noção de *semelhanças de família*, Wittgenstein (1984 [1953]) demonstrou que membros de um mesmo grupo compartilham elementos com características em comum, mas nem sempre todos os membros são ligados pela mesma característica. O famoso exemplo da categoria “jogo”, elaborado pelo filósofo, é referência para a falta de uma estrutura definida para a categoria, pois não há um traço semântico comum que una todos os tipos de jogos existentes nessa mesma categoria – mas, de certa forma, eles podem ser agrupados. Os elementos de uma categoria são reunidos por meio dos jogos de linguagem nos quais os interlocutores engajam-se dinamicamente. Contudo, essa

ideia de construção categorial é um tanto anárquica, tendo em vista que os critérios para a sua elaboração não são claros. Há, apenas, a afirmativa de que os membros de uma categoria se definem porque são similares devido a um sem-número de modos pelos quais podem ser aproximados, mas, em Wittgenstein, não há uma explicitação sobre como esse processo ocorre.

De acordo com a perspectiva da teoria clássica, “nenhum membro de uma categoria teria um *status* especial” (LAKOFF, 1987, p. 40), e todos os seus elementos teriam igual participação no seu agrupamento. O entanto, Rosch (1978) demonstrou que há assimetrias entre esses membros e nas estruturas dentro dessas categorias. A partir de suas pesquisas, passou-se a considerar a existência de um protótipo, ou “melhor exemplo” dentro de uma categoria, o qual teria o *status* especial de ser o membro mais representativo dentre os demais – logo, os *protótipos* seriam representações mentais abstratas que unem os atributos mais básicos de dada categoria. Assim, para Lakoff e Johnson (1999), as categorias humanas são conceptualizadas de mais de uma forma a partir de protótipos, estruturas neurais que permitem que se realize algum tipo de tarefa inferencial ou imaginativa relacionada a uma categoria. Nessa perspectiva, “o que chamamos de *conceitos* são as estruturas neurais que nos permitem caracterizar mentalmente nossas categorias e raciocinar sobre elas” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 19).

É importante ressaltar que, de acordo com Rosch (1978), os protótipos referem-se a julgamentos de *graus* de prototipicalidade e, portanto, não são elementos fixos na cognição humana (assim como as próprias categorias não o são). Além disso, eles podem delimitar – mas nunca determinar – modelos de representação de uma categoria. Nesse sentido, os efeitos prototípicos, gerados por meio de inferência, são apenas superficiais; algumas categorias, como a da EMOÇÃO, são extremamente *fuzzy*, isto é, sem delimitações rígidas, enquanto numa categoria ligada ao conceito CADEIRA, por exemplo, os elementos seriam mais facilmente enquadrados ao entrarem em consonância com um contexto – note-se, porém, que mesmo essa categoria não tem uma estruturação fixa, já que os efeitos prototípicos são gerados a partir de processos de inferência assimétricos (LAKOFF, 1987, p. 45).

Por meio de nossa habilidade para a categorização, geramos inferências baseadas em pontos de referência cognitivos (ou protótipos) (LAKOFF, 1987). A estrutura conceptual não carrega um protótipo fixo para cada categoria, mas esse emerge de acordo com o contexto e conforme as intenções dos falantes. Essa constatação advém dos trabalhos de Barsalou (1983) e Barsalou e Sewell (1984), que tratam da existência de categorias *ad hoc*, cuja estrutura prototípica, bem como as categorias, não existe *a priori*, mas é determinada pelos objetivos de quem a formula e no decorrer da comunicação. Para Barsalou e Sewell (1984), há propensão em elaborar um exemplar conceptual central, talvez pelo fato de uma palavra que representa uma categoria

implicar que um centro conceptual estável analogamente representa seu significado. Tal hipótese poderia explicar, também, por que há a impressão de que há significados literais para dados conceitos.

O fato de existir um elemento prototípico em cada categoria levou Rosch *et al.* (1976) a observarem que, via categorização, seguimos um princípio de economia cognitiva: ao invés de, a cada nova experiência, estocarmos informações em espaços mentais separados, temos a capacidade de armazenar estímulos semelhantes em categorias. É por esse motivo que utilizamos o mesmo item lexical para tratar de conceitos diferentes; as próprias metáforas conceptuais que construímos são ferramentas que se utilizam dessa habilidade para elaborar conceitos diversos, inclusive aqueles mais abstratos. Por exemplo, ao dizermos “Ela é uma pedra de gelo” estamos levando em conta a noção de custo-benefício na cognição humana – defendida por Sperber e Wilson (1995) para a comunicação –, em que a expressão “pedra de gelo” é entendida como uma metáfora para alguém que não se manifesta emocionalmente. Além disso, a forma como percebemos a estrutura do mundo e a organizamos é de correlação: ‘dedos’, por exemplo, co-ocorrem com ‘mãos’ e ‘braços’, os quais podem implicar habilidades de pegar, pinçar, agarrar as coisas, além de fazerem parte de construções metafóricas por extensão categorial, como na expressão “estar cheio de dedos”, usada para caracterizar alguém indeciso, ou para designar alguém que se encontra em uma situação delicada e não sabe como agir frente a ela.

A partir da constatação de que as experiências moldam as diferentes categorias, e que a formação dessas é guiada por princípios subjacentes que levam à economia cognitiva e à correlação com entidades do mundo, ressaltamos que a elaboração do sistema categorial ocorre em três níveis (ROSCH *et al.*, 1976), de acordo com o seu grau de inclusão. Assim, a categorização é formulada por meio dos níveis *básico*, *superordenado* e *subordinado*, os quais podem ser potencialmente universais: os níveis básicos estão em um estágio intermediário entre categorias superordenadas (mais gerais) e subordinadas (mais específicas), como mostra a tabela abaixo, na qual destacamos duas categorias escolhidas aleatoriamente:

	1	2
Nível superordenado	<i>Mamífero</i>	<i>Móvel</i>
Nível básico	<i>Cachorro</i>	<i>Cadeira</i>
Nível subordinado	<i>Dobermann</i>	<i>Cadeira de balanço</i>

TABELA 1: Níveis de categorização

FONTE: A autora

Rosch (1975) afirma que organizamos informações a partir de níveis conceptuais básicos, já que eles parecem ser os mais inclusivos – são, de fato, os primeiros a serem identificados por crianças bem jovens. O conhecimento é principalmente estruturado no nível básico (LAKOFF, 1987, p. 47), sendo expandido ou restringido de acordo com a intenção de uso. Para essa autora, a categorização de nível básico depende de aspectos experienciais da psicologia humana: percepção gestáltica (geral), elaboração de imagens mentais, atividades motoras, funções sociais (como comunicação), e memória (organização do conhecimento) (p. 46-47). Na primeira coluna do exemplo acima, CACHORRO é o primeiro elemento a ser estabelecido no conhecimento enciclopédico – e o primeiro a emergir na fala cotidiana –, para depois entendermos que se trata de um mamífero e então podermos classificá-lo de acordo com a sua raça.

Dessa forma, as categorias de nível básico distinguem-se das demais por causa dos aspectos experienciais que influenciam a forma como interpretamos o mundo. Esse nível básico é caracterizado por pelo menos quatro condições (ROSCH *et al.*, 1976, p. 382): (i) é o nível mais alto pelo qual uma única imagem mental pode representar a categoria inteira; (ii) é o nível mais alto pelo qual os membros de uma categoria percebem similarmente formas gerais; (iii) é o nível mais alto pelo qual uma pessoa usa ações motoras similares para interagir com os membros da categoria; (iv) é o nível através do qual a maior parte do conhecimento é organizada. Além disso, o nível básico é aquele com o qual interagimos otimamente com o meio, dados os tipos de corpos que possuímos e o tipo de ambiente em que habitamos.

A habilidade de categorizar evoluiu por ser licenciada pelas experiências corpóreas. Por isso, categorias de nível básico são fontes de conhecimento mais estável, e a capacidade de identificá-las permite-nos a extensão de nosso próprio conhecimento. Quando as capacidades de nível básico são expandidas para outras situações de maior complexidade, a habilidade de selecionar divisões no mundo é aperfeiçoada. O nível básico não se refere somente a objetos, mas também a conceitos que requerem certo grau de abstração, como os de emoções. Como afirmam Lakoff e Johnson (1999, p. 29), existem emoções básicas, como felicidade, raiva e tristeza, a partir das quais são geradas muitas outras – contudo, essa classificação fundamenta-se em características psicobiológicas; a expressão linguística é capaz de revelar categorias básicas *ad hoc*, isto é, que assumem tal aspecto durante a comunicação.

Como vimos no Capítulo 1, Ekman *et al.* (1972) estudaram os correlatos fisiológicos de emoções através da análise de expressões faciais em diferentes culturas. Por meio dessa pesquisa, descobriram que há emoções básicas que se correlacionam universalmente através dos movimentos do rosto: felicidade, tristeza, raiva, medo, surpresa e interesse. Certamente, essa é uma contraparte em características biológicas para a questão da constituição de categorias

emocionais, tendo em vista que *'felicidade'*, sendo um termo mais central da categoria, pode gerar *'alegria'* ou *'contentamento'*, por exemplo, assim como ocorre com *'tristeza'*, que pode derivar *'melancolia'*, *'prostração'* ou *'desânimo'*. Essas emoções parecem estar em um nível básico, nos termos de Rosch *et al.* (1976), já que os nossos rostos e a expressão dada por movimentos corporais podem representar dada categoria emocional. Com esses achados, Ekman corrobora a hipótese sobre a existência de conceitos de nível básico e de sua primazia, bem como a centralidade de conceitos ao demonstrar que a emoção é corporizada (LAKOFF, 1987, p. 14). Contudo, é importante frisar que, como mencionamos, nenhuma categoria em linguagem natural é fixa; os pontos de referência cognitivos podem variar conforme a interação se desenrola, segundo os propósitos, as intenções e o conhecimento enciclopédico – o que envolve bases culturais, sociais, de crenças e de valores. Por isso, as categorias de emoção são entendidas como inconstantes, mas a sua organização tem forte ligação com as nossas bases corpóreas. Nosso corpo é, então, o ponto de partida para emoções básicas e os conceitos ligados a elas, bem como para grande parte dos conceitos relacionados.

Todavia, conceitos de emoção parecem variar entre indivíduos e mesmo entre situações particulares (BARSALOU, 2005), ainda que emoções propriamente ditas possam ser identificadas como básicas no sentido biológico – como vimos em Ekman (1992), por exemplo. Desse modo, a ideia de que conceitos são organizados hierarquicamente por meio de uma estrutura gradual poderia não se aplicar. Sendo características *fuzzy*, conceitos com alto grau de abstração possuem aspectos com graus variados de probabilidade de pertença a uma categoria e, portanto, “os limites entre conceitos que representam categorias não são estritos e impenetráveis” (NIEDENTHAL, 2008, p. 592). Aplicando a teoria roschiana para entender como os indivíduos usam seu conhecimento sobre categorias de emoção, pesquisadores (FEHR; RUSSELL, 1984; SHAVER *et al.*, 1987, *apud* NIEDENTHAL, 2008) demonstraram que as hierarquias não se estendem somente a outras emoções relacionadas, mas também a níveis de emoções “positivas e negativas”. Sob essa ótica, o conhecimento sobre categorias básicas de emoção (ou prototípicas) parece conter três tipos de informação: conhecimento dos antecedentes, situações e características corpóreas da emoção. Contudo, como se pode observar, a abordagem de protótipos parece não dar conta da *definição de conceitos*, mas apenas das instâncias de emoções particulares.

De acordo com Niedenthal (2008, p. 595), há uma forma diferente de moldar conceitos (compreendidos como representações mentais de categorias de entidades) de emoção: em teorias relacionadas à cognição corpórea, estados de modalidade específicos que representam percepção, ação e interocepção quando alguém está em interação com uma entidade particular ou tendo uma experiência subjetiva particular *representam* esses mesmos estímulos e eventos quando a entidade

ou experiência não está, de fato, presente. Ter um conceito é ter, então, a habilidade de representá-lo novamente em uma instância de uma categoria, ou ter a habilidade de simulá-lo. Como veremos em Barsalou (1999), conceitos são simuladores corporizados, os quais se desenvolvem para quaisquer objetos, eventos ou aspectos da experiência que emergem repetidamente. Segundo o mesmo autor, grande número de simuladores está estabelecido na memória de longo prazo para representar diferentes experiências, os quais podem ser reutilizados (parcialmente) para outras experiências. Ainda neste capítulo exploraremos a noção de simuladores em maiores detalhes.

Tendo em vista o aspecto corpóreo das emoções, o resgate parcial de conceitos estabelecidos na memória de longo prazo constitui o conhecimento, ou o conteúdo, central deles. Niedenthal (2008) é favorável à noção de que conceitos são simulações que são usadas *online* para os propósitos de ação de tarefas conceituais. Sendo situado, o conhecimento sobre emoções conecta um conceito e uma categoria de tipo natural sem delimitações estritas (justamente por seu caráter *fuzzy*). Além disso, a autora demonstra que diferenças culturais e individuais moldam conceitos de emoção conforme uma emoção é evocada e experienciada, e isso significa que resíduos de experiências pregressas com determinadas emoções estejam presentes na memória de longo prazo: dadas as experiências diversas com um estado emocional, a atenção seletiva pode ser alocada para diferentes aspectos de conceitos de determinada emoção. Acreditamos, a partir dessas afirmações, que estratégias de categorização são utilizadas a fim de organizar as experiências com determinados aspectos de uma emoção (sensoriomotores, por exemplo), considerando especialmente a interação em curso; é a partir disso que se pode dizer que um conceito de emoção pertence a uma categoria *ad hoc* (BARSALOU, 1983; BARSALOU; SEWELL, 1984), isto é, a categorização de determinada emoção é situada conforme a interação.

Desse modo, à RAIVA poderiam estar associados aspectos diversos de emoções cujas experiências pregressas são similares. Por meio de simulação, elementos ligados a conceitos como FÚRIA, ou FUROR, ou RANCOR, e até mesmo REPULSA, entre outros tantos, poderiam ligar-se a uma categoria (e. g., RAIVA) cujas características centrais são parcialmente compatíveis, *em dado momento*. Desse modo, a maneira como determinadas emoções são categorizadas e conceptualizadas demonstra em grande parte a perspectiva que se tem sobre elas. Pode-se notar, no exemplo, que os níveis da categoria explorada são extremamente flexíveis e, portanto, polissêmicos, já que são constituídos pelas experiências pregressas de cada indivíduo. Vale lembrar que a base de determinados conceitos de emoção é construída a partir de modelos culturais sócio-historicamente situados, além de elementos especificamente individuais, mas esse conteúdo conceptual pode variar no fluxo das interações.

Ademais, “tendo em vista que a [formação da] maioria das categorias é uma questão de grau [...], temos também conceitos graduados que caracterizam graus ao longo de uma escala com normas de vários tipos para casos extremos, casos normais, casos não tão normais, e assim por diante” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 20). Essas normas de gradação são chamadas *cerceamentos linguísticos* [*linguistic hedges*] (LAKOFF, 1972, apud LAKOFF; JOHNSON, 1999), e distinguem um grau de outro em uma categoria. Lakoff e Johnson (1999) mencionam a existência de “protótipos de essência” a fim de impor uma distinção mais acurada entre um elemento e outro. Esses protótipos conceptualizam categorias como se elas estivessem definidas e pudessem ser distintas umas das outras. Ao fazer isso, impomos hierarquias aos elementos da categoria, além de contrastá-los uns com os outros para elaborar essa escala. À capacidade de categorizar e organizar os elementos desse processo em gradação está ligada à noção de implicaturas escalares, sobre as quais dedicaremos uma seção no próximo capítulo. Tal formação inferencial permite distinguir os diferentes graus e níveis atribuídos a um conceito; no caso dos conceitos de emoções, esses podem gerar a noção de que podem ser mais ou menos positivos ou negativos, por exemplo, ou a expressão linguística pode até mesmo indicar níveis de intensidade dentro de uma escala de valor que se estabelece de maneira *ad hoc*.

A forma como conceptualizamos cada um desses conceitos reflete a interação de nossos corpos com o meio e em dada situação. Não por acaso afirmamos que alguém está transbordando de emoção: nossos corpos, de modo geral, são configurados como se fossem *recipientes* que carregam nossas emoções. Devido à experiência fundamentalmente corpórea, isto é, sensorial, motora e perceptual, estruturamos, inconscientemente, o que Johnson (1987) chama de *esquemas de imagem*, construtos emergentes derivados de nossas interações com outros corpos, através dos quais múltiplos conceitos são gerados.

2.2 ESQUEMAS DE IMAGEM

Na interação entre a estrutura conceptual e o mundo das percepções, uma série de representações emerge a partir do entendimento de nossa própria natureza. Com essa constatação, Johnson (1987) propõe que uma maneira pela qual a experiência corpórea se manifesta no nível cognitivo é através de esquemas de imagens¹⁸, conceitos rudimentares que são significativos porque derivam da (e são ligados à) *experiência pré-conceptual humana* (derivada da percepção, ação e movimento corpóreos, e da manipulação de objetos), a qual é diretamente

¹⁸ Os termos ‘*esquema de imagem*’, ‘*esquema*’ e ‘*esquema corpóreo*’ são usados intercambiavelmente.

mediada e estruturada pelo corpo humano – conforme vimos no Capítulo 1, essa experiência é condizente com a afirmação de Sellars (1963 [1991]), que afirma que há um tipo de percepção pré-lingüística, e que só existe por sermos capazes de processar as informações de maneira inconsciente a partir da perspectiva de nossos corpos. Portanto, tais conceitos *não são* abstrações desencarnadas. Esses tipos de conceitos corpóreos podem ser estendidos sistematicamente a fim de produzirem conceitos ainda mais abstratos, como no caso das projeções conceptuais relacionadas a emoções. Por isso, dizer que alguém *está cheio de alegria* remete ao esquema de imagem fundamental RECIPIENTE [CONTAINER], o qual pode servir para estruturar conceitos e ideias ainda mais complexos.

Os esquemas de imagem “derivam da experiência sensória e perceptual à medida que interagimos com o, e nos movemos no, mundo” (EVANS; GREEN, 2006, p. 178). Para Mandler (2004, p. 591), a formação de esquemas de imagem ocorre por intermédio de uma redefinição da experiência espacial pelo processo classificado como análise perceptual do significado, em que a estrutura espacial é mapeada na estrutura conceptual. Tais experiências são enraizadas e estabelecidas antes mesmo de a criança produzir linguagem, sendo, dessa forma, as bases de nossos conceitos mais fundamentais.

Esses esquemas emergem das experiências pré-conceptuais de nossos corpos desde o início da vida da criança. Desde cedo, o indivíduo passa a perceber, ainda que inconscientemente, o mundo ao seu redor: nesse sentido, os objetos e o espaço começam a fazer parte da estrutura conceptual. A criança percebe que sua mãe passa a colocar líquido em recipientes, de modo a enchê-los (e esvaziá-los), que seus brinquedos são guardados ou retirados de caixas, e que ele está dentro de um lugar, ou mesmo dentro de suas próprias roupas. É por esse motivo que há uma abstração em relação ao tipo de configuração daquilo que se torna evidente no mundo, nesse caso, uma entidade que está naturalmente contida dentro de outra. Após a experiência inconsciente é que o conceito corpóreo relacionado ao esquema RECIPIENTE é elaborado pelo indivíduo, fazendo parte, a partir de então, de seu sistema conceptual, que pode dar origem a conceitos, ou simuladores, mais específicos.

É preciso salientar que a noção de esquema de imagem é diferente do de uma imagem mental: um esquema de imagem é abstrato e não se limita a propriedades visuais. Eles são influenciados por conhecimentos gerais, sendo mais maleáveis do que simples imagens mentais. De fato, possuem caráter sinestésico e, por isso, operações mentais relacionadas a esquemas de imagem análogos a operações espaciais podem ser realizadas. Além disso, esses esquemas são *não-proposicionais*, no sentido de envolverem operações mentais altamente abstratas, como quando se consideram as transformações de um esquema de imagem básico; pode-se aumentar ou diminuir

o tamanho das coisas, devido ao fato de termos a percepção de que a quantidade aumenta em um recipiente conforme ele se enche, ou o contrário. No caso de uma situação de estresse emocional, pode-se imaginar uma panela de pressão prestes a estourar, e então explodindo.

“Sob essa interpretação, o esquema é uma organização unificada, decorrente de conhecimento e valores conceptuais e proposicionais que compartilhamos em relação a situações e eventos típicos” (JOHNSON, 1987, p. 20). Um esquema é uma porção perceptual interna ao indivíduo que a percebe, que pode ser modificável pela experiência e, na maioria das vezes, específica àquilo que está sendo percebido em dado momento. Assim, o esquema não faz parte somente da memória enciclopédica do indivíduo, mas ele se reformula à medida que interagimos com os outros. Johnson (1987) propõe que, a fim de que tenhamos experiências significativas, conectadas ao que podemos compreender e raciocinar, nossas ações, percepções e concepções devem ser organizadas. Dessa forma, para o autor, “um esquema é um padrão, uma forma, e regularidade recorrentes nessas, ou dessas, atividades ordenadas em andamento” (p. 29). Trata-se de uma estrutura dinâmica que organiza uma atividade à medida que a experienciamos, a qual é modificável de acordo com o contexto.

Como mencionamos acima, uma das estruturas imagético-esquemáticas mais expressivas de nossa experiência é a da percepção do corpo como recipiente físico: “nosso encontro com a contenção e com a delimitação é uma das características mais difundidas de nossas experiências corpóreas” (JOHNSON, 1987, p. 21). Nesse sentido, conceptualizamos as experiências cotidianas em termos do esquema RECIPIENTE, que se define por uma estrutura básica: um interior, um limite e seu exterior. Trata-se de uma estrutura gestáltica, em que as partes não fazem sentido sem o todo. Um esquema RECIPIENTE, assim como qualquer esquema de imagem, é conceptual, e pode ser instanciado fisicamente, como um objeto concreto, por exemplo, ou através de aspectos espaciais. A partir desse esquema, podemos elaborar outros esquemas de imagem relacionados, como: DENTRO-FORA; CHEIO-VAZIO; CONTEÚDO. Devido à nossa percepção, ainda que inconsciente, desses esquemas de imagem é que elaboramos determinadas expressões linguísticas, como em:

- (1) Ela saiu de um casamento falido.
- (2) Ana entrou em uma confusão.
- (3) Carlos criou uma barreira entre eles.
- (4) Ele está fora de perigo.
- (5) Ele entrou em depressão.
- (6) Ele saiu do coma.

(7) *Ele está em estado de euforia.*

Esse esquema é utilizado, em grande medida, para falarmos de nossas próprias emoções:

(8) *Ana é um poço de sentimentos.*

(9) *A carga emocional foi tão grande que ela transbordou em lágrimas.*

(10) *Pedro achou que Ana iria explodir.*

(11) *Ela estava cheia de alegria.*

(12) *Ela encheu-se de esperança.*

De acordo com Johnson (1987, p. 22), há pelo menos cinco acarretamentos importantes relacionados a essas estruturas imagético-esquemáticas para a orientação DENTRO e FORA: (i) a experiência de estar dentro de algo tipicamente envolve a proteção ou resistência a forças externas; (ii) a contenção também limita e restringe forças dentro do recipiente; (iii) por causa dessa restrição de forças, o objeto contido ganha uma fixidez relativa de localização; (iv) essa fixidez relativa de localização dentro do recipiente significa que o objeto contido torna-se acessível ou inacessível à vista de algum observador; (v) experienciamos a transitividade de contenção. Postas essas afirmações, esses acarretamentos são *implicações* da estrutura interna do esquema de imagem.

Outros esquemas de imagem bastante comuns envolvem: (i) esquema PARTE-TODO, no qual os seres humanos são todos constituídos por partes que podem ser manipuladas: *O corpo é um todo com partes*. Um grupo social ou uma família fazem parte desse esquema, por exemplo, pois um indivíduo pode ser *parte de* um grupo social. (ii) O esquema LIGAÇÃO traz a noção de que duas entidades estão ligadas, como ocorre nos relacionamentos sociais e interpessoais, em que as pessoas se unem umas às outras: (13) *Ana tem uma forte ligação com sua irmã*; (iii) No esquema CENTRO-PERIFERIA, os corpos são experienciados como se tivessem centros e contiguidade: (14) *O cerne da discussão entre Ana e Carlos era o aquecimento global*; (iv) Já PARTIDA-CAMINHO-DESTINO parece ser um esquema que envolve a experiência de movimento, como se pode ver no exemplo: (15) *Foi uma longa caminhada até conquistarmos nosso objetivo*. Cabe salientar que esse esquema é topológico, no sentido que um caminho pode ser expandido, diminuído, deformado (estreitado/alargado), e ainda assim permanecer com seu *status* de caminho. Trajetórias são imaginativas; elas não são entidades no mundo, mas são conceptualizadas como uma linha, em que um objeto pode projetar-se em determinada direção. (v) Há, ainda, esquemas que parecem ser ainda mais básicos, como o PARA CIMA-PARA BAIXO, os quais constituirão as metáforas

conceptuais MAIS É PARA CIMA, e MENOS É PARA BAIXO, como em (16) *Os preços estão nas alturas.* e em (17) *Esse é um problema de menor importância.*; (vi) esquema FRENTE-ATRÁS, para designar tempo, por exemplo: (18) *Vamos olhar para frente; deixe o que passou para trás!*; (vii) o esquema ORDEM LINEAR, como no dito popular (19) *Deus escreve certo por linhas tortas.*, é utilizado para designar o andamento dos acontecimentos na vida (sem contar, aqui, a questão da atribuição do destino como controlado por um ser superior); por último, (viii) o esquema ESCALA corresponde à percepção de gradação, o qual é acionado toda a vez objetos são agrupados, por exemplo.

Os esquemas de imagem parecem nortear grande parte da formação de conceitos de base corpórea, além de desencadarem a elaboração de conceitos mais abstratos, como é o caso dos de emoções. Nesse sentido, esquemas de imagem, de acordo com Yu (1998), são bases gerais para mapeamentos metafóricos, sobre os quais falaremos na próxima seção.

2.3 METÁFORAS CONCEPTUAIS E A EXPRESSÃO DAS EMOÇÕES

A forma como nos expressamos linguisticamente, de modo geral, revela parte de nossa perspectiva em relação àquilo que chamamos de realidade. A linguagem empregada para falar de emoções corresponde, em grande medida, aos processos cognitivos de conceptualização baseados em experiências corpóreas em sentido amplo, os quais emergem de forma esquemática. Exemplificaremos essa afirmativa com o poema abaixo, de John Laset¹⁹:

(20) *Fire is love and love is fire
And the fire is within me,
Burning brightly – lighting my way
Everyday
[...]*

Nesse pequeno excerto, o poeta expressa uma maneira particular de conceber o amor. Sendo um conceito abstrato e complexo, o autor utiliza-se de metáforas conceptuais que se refletem em suas palavras a fim de dar vida ao sentimento de emoção em foco. Vemos, então, que se a metáfora conceptual O AMOR É FOGO se sobressai em primeiro lugar, para então verificarmos que há uma metáfora ainda mais específica, que possivelmente subjaz a sua perspectiva em relação a emoções em geral: O CORPO É UM RECIPIENTE PARA EMOÇÕES. Além disso, é possível notar que AMOR é entendido como um caminho no qual os viajantes andam

¹⁹ Disponível em: <http://www.netpoets.com/poems/love/0928002.htm>. Acesso em 15/05/2009.

juntos, ou até mesmo que esse caminho (i.e., o relacionamento), torna-se mais claro, em que a expressão linguística dessa emoção torna o entendimento sobre suas vidas mais compreensível. Essa interpretação advém das metáforas conceituais que também subjazem a concepção dessa emoção no poema: AMOR É UMA VIAGEM; AMOR É LUZ; MELHOR COMPREENSÃO É ILUMINAÇÃO; e INTENSIDADE É QUANTIDADE (DE LUZ). Tal emergência de esquemas de imagem é discutida por Kövecses (2006, p. 222-223), que afirma que conceptualizamos uma situação por meio da sobreposição de vários esquemas de imagem ao mesmo tempo. Para o mesmo autor, uma rede de esquemas de imagens é construída em uma sequência discursiva, o que pode acarretar o uso de muitos significados simbólicos de uma só vez.

Os versos acima indicam o importante papel das metáforas conceituais de traduzir ao leitor um entendimento próprio sobre a sua concepção para AMOR. Nesse sentido, a definição dada não é uma função da linguagem, como tradicionalmente se afirma²⁰, em que metáforas são parte do que chamamos de sentido figurado, em oposição a sentido literal. Na verdade, sob a concepção da Semântica Cognitiva, metáforas conceituais são definidas como uma forma de organização do pensamento, trazidas à superfície e expressas linguisticamente a fim de demonstrar as noções ligadas a determinados conceitos, como o que ocorre no excerto acima. Na visão do realismo corpóreo, a metáfora conceptual funciona como uma ferramenta cognitiva (LAKOFF; JOHNSON, 1999), em que características como a intensidade das emoções e de tantos outros conceitos abstratos é representada mediante conceitos derivados da experiência corpórea.

Na investigação sobre a ocorrência da metáfora conceptual, Lakoff e Johnson (1980) partem de duas teses fundamentais: (i) os conceitos abstratos são amplamente metafóricos, ou seja, o que não faz parte da realidade concreta é conceptualizado na realidade física através de domínios da experiência física; (ii) a mente é essencialmente corpórea, o que significa dizer que os conceitos derivam da experiência sensório-motora. Eles estruturam o que é percebido, como se lida com o mundo e como um indivíduo se relaciona com outras pessoas. Essas construções conceituais influenciam as experiências e ações individuais e, ao se estabelecerem na cognição, servirão de base para futuras aplicações linguísticas durante a comunicação.

Contudo, apesar da afirmação de que a maioria das metáforas que construímos é baseada na natureza de nossos corpos, devemos ter clareza de que a experiência corpórea não é apenas sensório-motora *per se*; se retomarmos as concepções trazidas por Roher (2001), veremos que há muitos outros aspectos que subjazem o escopo da concepção de corporeidade, como os evolutivos, culturais, sociais, temporais, entre outros. Veremos, na seção 2.6, que a variação

²⁰ Ver, por exemplo, o trabalho de DAVIDSON, D. What metaphors mean. In: DAVIS, S. *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.

metafórica é influenciada por fatores que vão além de aspectos puramente perceptuais, mas também por elementos de contextos diversos, incluindo aqui o contexto situacional.

Kövecses (2002b) afirma que a linguagem metafórica “[...] é a principal forma na qual o sistema cognitivo humano produz a realidade não-física, isto é, a realidade social, política, psicológica, emocional, etc.” (p. 111). Nessa perspectiva, as expressões linguísticas que utilizamos refletem as estruturas conceptuais que subjazem nossa compreensão de uma emoção; por exemplo, quando dizemos (21) *Sinto-me fervendo por dentro.*, a metáfora RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE é expressa linguisticamente, demonstrando uma das possibilidades de se pensar sobre essa emoção. Desse modo, podemos dizer que a forma como falamos reflete a maneira como construímos nosso próprio mundo: “[...] o papel e o significado da metáfora na emoção é que ela cria certo *modelo* de emoção” (KÖVECSES, 2002b, p. 112, *italico* nosso). Em outras palavras, a maneira como expressamos nossas emoções reflete a concepção que temos delas; ao ouvirmos o enunciado (21), as metáforas conceptuais que envolvem a construção do conceito de RAIVA serão desencadeadas enquanto o contexto imediato, e situacional, se desenvolve.

O modelo proposto por Lakoff e Johnson (1980, 1999) coloca a experiência humana no centro do ato cognitivo, apresentando-o como essencialmente dependente da metáfora conceptual, definida como um mapeamento de estruturas conceptuais de um domínio para o outro. A questão da sistematização da estrutura conceptual humana é referida por Lakoff e Johnson (1980), para os quais a metáfora é uma operação cognitiva fundamental, sendo uma forma de expressão linguística que permeia a fala cotidiana (p. 3). Ao se observar a maneira como as pessoas falam sobre suas próprias emoções, por exemplo, a sua compreensão sobre elas emerge naturalmente via expressões metafóricas:

(11) *Ela estava cheia de alegria.*

(22) *Ela precisava extravasar tudo o que sentia.*

(23) *Ao perdê-lo, senti-me vazia por dentro.*

Os enunciados acima são todos constituídos pela metáfora conceptual subjacente O CORPO É UM RECIPIENTE PARA AS EMOÇÕES, em que há o entendimento de um domínio conceptual abstrato (EMOÇÕES) em termos de um domínio concreto (RECIPIENTE). No mapeamento de uma metáfora conceptual, são especificados os elementos dos domínios, que co-ocorrem: (i) o domínio-fonte, ou veículo, é o mais concreto, mais acessível aos sentidos – por isso é o domínio usado para conceptualizar; (ii) o domínio-alvo, ou tópico, é o mais abstrato – é o

conceptualizado. Esse mapeamento metafórico serve ao propósito de levar à compreensão conceitos muitas vezes ininteligíveis.

No esforço de compreender determinadas emoções, elaboramos conceitos relacionados a elas em termos de domínios concretos relacionados à experiência, mas muitas vezes a ocorrência desse fenômeno está tão arraigada à estrutura conceptual humana que passa despercebida aos nossos ouvidos. É por esse motivo que Lakoff e Johnson (1980) afirmam que o nosso sistema conceptual “é fundamentalmente metafórico na sua estrutura” (p. 3). Em outras palavras, o nosso sistema conceptual opera não somente pela linguagem, mas está inscrito em nossas operações mais banais, como pensar e agir, já que a maioria dos conceitos é parcialmente compreendida através de outros conceitos, ditos concretos. Nesse sentido, isso ocorre porque há uma tendência de se definir um domínio conceptual em termos de outro, numa transposição e estruturação de domínios. De acordo com Kövecses (2005) a metáfora é, ao mesmo tempo, um recurso conceptual, linguístico, neural-corporificado e sociocultural. A relação, ou o mapeamento, entre os domínios conceptuais tende a ser assimétrica e unidirecional: parte-se de um domínio sensorio-motor (fonte) para um domínio de experiência subjetiva (alvo), o que mostra que a metáfora não reflete uma relação de similaridade.

A expressão “sem rumo na vida” pode ser traduzida pela metáfora conceptual A VIDA É UMA VIAGEM, cujo domínio-fonte poderia ser designado como DESTINOS DA VIAGEM e o domínio-alvo, PROPÓSITOS DE VIDA (KÖVECSES, 2002a). Por ser um conceito abstrato, a necessidade do uso de um domínio mais concreto para falar ou pensar sobre ele torna-se maior. Domínios de emoção, como sustenta Kövecses (2005), são mapeados metaforicamente com mais frequência, pois são extremamente abstratos, contendo componentes coletivos e individuais ao mesmo tempo. Assim, Lakoff e Johnson (1980, p. 49; 85) demonstram que o conceito AMOR pode ser caracterizado nesses termos (em itálicos estão os enunciados cotidianos mais comuns, e entre parênteses, as metáforas conceptuais que os subjazem):

(24) *Vêja o quanto longe nós fomos.* (O AMOR É UMA VIAGEM)

(25) *Estamos em uma encruzilhada.* (O AMOR É UMA VIAGEM)

(26) *Eles têm um relacionamento saudável.* (O AMOR É UM PACIENTE)

(27) *O casamento deles está mal das pernas.* (O AMOR É UM PACIENTE)

(28) *Havia uma energia incrível entre nós.* (O AMOR É FORÇA FÍSICA)

(29) *Havia eletricidade entre nós.* (O AMOR É FORÇA)

(30) *Ele é louco por ela.* (O AMOR É LOUCURA)

(31) *Ele é conhecido por suas conquistas.* (O AMOR É GUERRA)

- (32) *Ela lutou por ele, mas a outra garota venceu.* (O AMOR É GUERRA)
 (33) *Ela lançou um feitiço sobre ele.* (O AMOR É MÁGICO)
 (34) *O encanto do nosso relacionamento se desfêz.* (O AMOR É MÁGICO)

A forma como nos expressamos leva a pistas sobre as metáforas subjacentes à nossa estrutura conceptual, o que demonstra o nosso entendimento relacionado a diversos aspectos de nossa vida. Os mapeamentos de um domínio para outro, dessa forma, constituem o conjunto de correspondências possíveis:

Fonte: VIAGEM		Alvo: AMOR
Os viajantes	→	Os amantes
O veículo	→	O relacionamento amoroso
A viagem	→	Os eventos no relacionamento
A distância percorrida	→	O progresso feito
Os obstáculos encontrados	→	As dificuldades vivenciadas
As decisões sobre um caminho a seguir	→	As escolhas sobre o que fazer
O destino da viagem	→	O(s) objetivo(s) do relacionamento
O fim da viagem	→	O fim do relacionamento

TABELA 2: Mapeamentos metafóricos de O AMOR É UMA VIAGEM
FONTE: Adaptada de Kövecses (2002a, p. 7)

Contudo, como afirma Tendahl (2009), as metáforas não revelam todos os elementos que podem estar inscritos na memória enciclopédica acerca de determinado conceito em dado ato interacional: trata-se de “[...] um efeito colateral inevitável que nem todos os aspectos do domínio-fonte sejam mapeados para o domínio-alvo” (p. 116). Isso significa que a projeção de elementos de um domínio para outro implica necessariamente que “há certos aspectos que permanecem ocultos e que há outros que são realçados” (TENDAHL, 2009, p. 116), o que corrobora a tese sobre a sistematicidade da metáfora, de Lakoff e Johnson (1980), que explica que “compreender um conceito em termos de outro necessariamente esconderá alguns aspectos de um conceito” (p. 10).

Kövecses (2000; 2002a; 2010a), ao tratar desse mesmo aspecto, defende que há um foco de significado principal [*main meaning focus*] que guia a escolha de apenas alguns elementos do domínio-fonte (e do alvo):

cada fonte é associada com foco(s) de significado principal que é (ou são) mapeado(s) para o alvo. Esse(s) foco(s) de significado(s) é (são) constituídos pelo conhecimento

central que pertence a uma entidade particular ou evento dentro de uma comunidade de fala. O alvo herda o(s) foco(s) significado principal da fonte (KÖVECSES, 2000, p. 82, tradução nossa).

A existência de um foco de significado principal pode ser compreendida como um padrão inferencial para a interpretação de enunciados, posto que essa característica sugere uma hipótese para a escolha de uma interpretação em detrimento de outra. Dessa forma, no exemplo (25) *Estamos em uma encruzilhada*, está claro que AMOR é conceptualizado em relação a VIAGEM, e especificamente a uma viagem com obstáculos. Nesse caso, alguns desses elementos podem ficar mais evidentes do que outros, que podem ser deixados para segundo plano: aqui, há uma subconceptualização da metáfora conceptual para AMOR, através da qual se compreende, por inferência, que no relacionamento amoroso há dificuldades a serem superadas. Assim, um conceito metafórico que nos leva a enfocar apenas alguns aspectos salienta essas propriedades a fim de evitar que abarquemos inconsistências para o conceito. Além disso, caso o mapeamento fosse completo, o conceito e a metáfora para esse conceito teriam o mesmo significado.

Entretanto, há ainda muitas perguntas a serem levantadas acerca deste ponto: *De que forma a escolha de determinados elementos de um domínio-fonte ocorre para designar aspectos específicos de um conceito abstrato?* Em outras palavras: *Como, ao mapearmos os domínios conceptuais, escolhemos apenas um, ou alguns, elemento(s) do domínio conceptual em detrimento de outros que poderão existir no mesmo domínio?* Entendemos que chamar a atenção para a existência de um foco de significado principal não explica o processo pelo qual certos elementos de cada domínio adquirem tal foco. Esse é apenas um produto final de um processo cognitivo de seleção. Por esse motivo, proporemos uma alternativa para explicar essas escolhas a partir da interface a ser estabelecida com a Teoria da Relevância, a ser construída no Capítulo 4.

2.3.1 Especificando metáforas conceptuais

Como referimos até aqui, a função básica da metáfora conceptual é elaborar, inferencialmente, via associações de um domínio-fonte para um domínio-alvo, conceitos a respeito das entidades e eventos no mundo. Kövecses (2002a) argumenta que há três tipos de metáforas conceptuais, classificadas de acordo com a sua função: *estrutural*, *orientacional* e *ontológica*. A função cognitiva da metáfora *estrutural* é permitir uma compreensão do domínio-alvo A através do domínio-fonte B, altamente estruturado e claramente definido em relação ao primeiro (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 61), como ocorre na estruturação da noção de tempo cronológico. Em “Já foi o tempo em que...”, “o dia anterior”, “no próximo domingo”, e “nosso momento chegou”, temos a metáfora conceptual TEMPO É MOVIMENTO. Além disso, “tempo”

pode ser considerado algo valioso, como na metáfora tão recorrente em nossa cultura: TEMPO É DINHEIRO.

Já metáforas do tipo *orientacional* derivam da sua função cognitiva de relacionar as funções espaciais básicas a fim de dar sentido a determinados conceitos. Não há arbitrariedade na construção dessas metáforas, posto que elas são determinadas pelas experiências físicas e especificadas por meio da cultura. Assim, os esquemas de imagem PARA CIMA-PARA BAIXO, CENTRO-PERIFERIA, PARA FRENTE-PARA TRÁS, por exemplo, servem para evidenciar esse aspecto, como vemos em BOM É PARA CIMA, RUIM É PARA BAIXO. Esse tipo de metáfora se evidencia em emoções como *felicidade* e *tristeza*: (35) *Estou me sentido para cima*. (36) *Estou realmente no chão esses dias*. Há, também, uma aparente divisão quanto o que é racional e o que não é, segundo o exemplo fornecido por Kövecses (2002a, p. 36): (37) *A discussão recaiu para um nível emocional*. Enunciados como esse evidenciam a crença fundamentada numa tradição cartesiana, como se fosse possível uma separação do humano em razão e emoção.

Por último, *metáforas ontológicas* auxiliam na compreensão de eventos, ideias e, especificamente, emoções (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 25-32), as quais permitem a identificação de nossas experiências como entidades ou substâncias, como no caso de eventos, atividades, emoções e ideias, por exemplo. Desse modo, podemos “referir a elas, categorizá-las, agrupá-las e quantificá-las – e, por esse meio, raciocinar sobre elas” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 25). Para Kövecses (2002a), metáforas ontológicas provêm menos estruturação cognitiva para conceitos de domínios-alvo do que as metáforas estruturais. Segundo o autor, nós concebemos nossas experiências “em termos de objetos, substâncias, e recipientes, em geral, sem especificar exatamente a que tipos de objeto, substância ou recipiente nos referimos” (p. 34). Isso é o que ocorre quando conceptualizamos uma emoção como a raiva: o mapeamento, de acordo com a proposta de Kövecses (2002a), pode ser dado, de maneira mais geral, pelas metáforas INTENSIDADE DE EMOÇÃO É CALOR e RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE:

(10) *Pedro achou que Ana iria explodir*.

(38) *Estava com tanta raiva que tinha fumaça saindo pelos seus ouvidos*.

(39) *A discussão foi bastante acalorada*.

(40) *Ele fez o meu sangue ferver*.

O mapeamento possível dessa metáfora conceptual seria o seguinte:

O recipiente com alguma substância.	→	A pessoa que está com raiva.
A substância no recipiente.	→	A raiva.
A pressão da substância no recipiente.	→	A força da raiva na pessoa com raiva.
A causa da pressão.	→	A causa da força da raiva.
Manter a substância dentro do recipiente.	→	Controlar a raiva.
A substância saindo do recipiente.	→	A expressão da raiva.

TABELA 3: Mapeamento da metáfora RAIVA É TER UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE
FONTE: Adaptado de Lakoff e Kövecses (1987)

Esses mapeamentos são capazes de gerar inúmeras expressões linguísticas relacionando a emoção da raiva com o esquema de imagem RECIPIENTE, como:

- (41) *a) Maria estava com tanta raiva que não conseguiu se segurar.*
b) Carlos estava pulando de raiva.
c) Marina tinha fogo saindo pelas ventas.
d) Ele rugia de raiva.
e) Ele explodiu!
f) Ao ouvir a ofensa, sentiu uma onda de raiva tomando conta de si.
g) Deixe as coisas esfriarem.
h) A discussão foi bastante acalorada.
i) Ele fez o meu sangue ferver.

A partir de metáforas ontológicas, emergem também as chamadas *metáforas de personificação*, nas quais, como o próprio nome diz, um objeto no mundo é caracterizado como se fosse uma pessoa:

- (42) *A inflação está acabando com a minha poupança.*
(43) *A teoria explica o fato de os animais comportarem-se dessa forma.*

A ocorrência dessa metáfora conceptual é muito comum ao tratarmos de nossas próprias emoções:

- (44) *A saudade levou-me a ligar para ela.*

(45) *Fúria toma conta do centro de Atenas.*²¹

Nesses exemplos, as entidades abstratas são tratadas como se tivessem propriedades humanas. Contudo, por serem extensões de metáforas ontológicas, essas não são constituídas simplesmente como RAIVA É UMA PESSOA (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 33), mas elaboradas a partir de metáforas mais específicas como RAIVA É FORÇA, como podemos depreender pelo exemplo (45). Essa divisão dos tipos de metáforas conceptuais tem por objetivo demonstrar metodologicamente a função cognitiva nos mapeamentos entre domínios.

Há uma divisão ainda mais específica, que é tratada nos termos de construções metafóricas potencialmente universais, por essas estarem arraigadas na experiência, e de mapeamentos metafóricos ligados a variações sociais e culturais. Como vimos até aqui, um conceito como o de TRISTEZA, de domínio abstrato, seria conceptualizado em termos de um domínio mais físico, como PARA BAIXO. No entanto, de acordo com Grady (1997a), essa perspectiva não explica porque domínios concretos serviriam para explicar domínios mais abstratos. Para o autor, metáforas como TRISTEZA É PARA BAIXO emergem porque há uma estreita correlação entre duas dimensões distintas da experiência envolvidas nessa elaboração metafórica: entre as sensações físicas relacionadas a tristeza e a simultânea sensação de verticalidade, advinda da metáfora conceptual (primária) RUIM É PARA BAIXO.

O papel da experiência na construção de metáforas conceptuais foi visto como um elemento geral demais para a Teoria da Metáfora Conceptual, tendo em vista que nem todos os conceitos metafóricos pareciam vinculados a uma experiência corpórea. Grady (1997a) levanta a hipótese da existência de *metáforas primárias*, trazendo uma explicação sobre por que algumas metáforas parecem estar mais fundamentadas na cognição e na experiência do que outras. De acordo com Lima (2006), essa tese sugere que a elaboração e a natureza das metáforas conceptuais geralmente baseiam-se em padrões metafóricos mais experienciais. Essa teoria, então, explicaria a falta de base experiencial entre alguns domínios-fonte e alvo – já que as metáforas primárias são consideradas aquelas que estão diretamente arraigadas na experiência humana –, além de tratar da pobreza desses domínios (LIMA, 2006, p. 110). Grady (1997b) esclarece que nem todos os elementos de um domínio aparecem na compreensão de uma metáfora convencional, mas apenas um subconjunto de nosso conhecimento é requerido. Mesmo as metáforas conceptuais que não possuem correspondência direta com a experiência não são consideradas arbitrárias. Metáforas primárias são consideradas mais básicas, em que o

²¹ Fonte: Jornal Zero Hora, nº 16327, de 06/05/2010. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2894964.xml&channel=13&tipo=1§ion=1008&edition=14634&template=3898.dwt>. Acesso em: 07/05/2010.

mapeamento se dá de maneira parcial entre um domínio ligado a experiências sensorio-motoras e outro domínio relacionado à experiência subjetiva, “preservando inferências e às vezes preservando a representação lexical. De fato, a preservação da inferência é a propriedade mais saliente das metáforas conceptuais” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 58).

Para Grady (1997a), nas metáforas primárias os domínios-fonte são definidos por *inputs* sensoriais – por isso, possuem conteúdo imagético, embora menos abstrato e mais restrito, não incluindo conceitos vinculados à cultura. Além disso, esses domínios-fonte referem-se a experiências simples da vida cotidiana, como peso, altura, calor. Essas experiências básicas, em geral, são elementos universais, inerentes ao humano, não sendo necessário aprendizado. Exemplificando, o fato de sentirmos o peso de um objeto quando o carregamos faz com que, por analogia, aprendamos que quanto mais pesado o objeto, mais difícil carregá-lo. É por isso, então, que a metáfora DIFICULDADE É PESO emerge. Grady (1997a; 1997b) ainda afirma que os domínios-fonte primários são relacionais, isto é, referem-se às propriedades das coisas, à relação entre coisas ou às ações que envolvem as coisas – mas não se referem às coisas *em si*. Já os domínios-alvo primários são elementos das mesmas experiências que dão significados a conceitos de fonte primária – os domínios-alvo são, também, derivados de experiências cotidianas. Contudo, não envolvem conteúdo imagético, mas uma racionalização, ou operação mental, do *input* perceptual.

A base experiencial a partir da qual uma metáfora primária se fundamenta é denominada por Grady (1997b) como *cena primária*: “uma representação cognitiva de um tipo recorrente de experiência (que pode ser caracterizada para um evento local sem muitos detalhes) que envolve uma estreita correlação entre duas dimensões da experiência” (LIMA, 2006, p. 115-116). Por isso, metáforas como AFEIÇÃO É CALOR emergem porque, desde tenra idade, experienciamos o calor emitido pelo abraço daqueles que tomam conta de nós, e a associação da ideia de que o sentimento que é transmitido – afeição, amor – está ligado ao calor do corpo estabelece-se naturalmente em nosso sistema conceptual. Sendo bases experienciais, as cenas primárias diferenciam-se de esquemas de imagem: “enquanto esquemas de imagem são estruturas amplas, as cenas primárias são estruturas mais locais, motivadas por momentos particulares de nossa experiência” (LIMA, 2006, p. 115). Lima (2006) refere que todos os casos envolvendo a noção de recipiente poderiam ser incluídos no esquema de imagem de mesmo nome, mas cada caso pode envolver muitas cenas primárias, como *entrar em uma sala, tirar algo de uma caixa, sair de um local, estar entre quatro paredes*, que podem gerar metáforas distintas. Para Grady (1997a), somente aqueles conceitos relacionados à nossa experiência sensorial (de qualquer tipo) têm conteúdo imagético; conceitos-fonte correlacionam-se mais especificamente a *inputs* sensoriais do mundo físico,

enquanto os conceitos-alvo estão relacionados a vários tipos de respostas a esses *inputs*, tais como julgamentos e análise de estímulos individuais, e as relações entre eles. Os conceitos-alvo são, dessa forma, mais subjetivos e, portanto, mais ligados a estados internos.

Lima (2006) afirma que, embora Grady (1997b) assuma que metáforas primárias emergem a partir de experiências humanas universais e, portanto, não envolvem aspectos culturais, muitas vezes essas experiências não são percebidas da mesma forma em culturas diferentes. Para Lima (2006), a motivação de uma metáfora primária é mais física do que cultural, podendo assim existir em diferentes línguas e de formas semelhantes, enquanto a motivação de metáforas complexas seriam aspectos culturais subjacentes a cada língua. Dessa forma, as metáforas primárias poderiam se combinar com base em certos aspectos culturais, e cada língua poderia ter diferentes metáforas compostas²² (LIMA, 2006, p. 121).

Siqueira (2003), em sua tese de doutorado, estuda a aquisição de metáforas primárias e os padrões universais na estruturação de conceitos abstratos. A autora afirma que Grady (1997b) parte da hipótese da confluência, de Johnson (1999), que mostra que, inicialmente, a criança não distingue entre aspectos puramente físicos e mentais/emocionais, sobrepondo significados ditos literais e metafóricos. Siqueira (2003) entende que “essa sobreposição de interpretação é associada pelo fato de que há uma cena primária associando as duas interpretações” (p. 50). Um segundo momento dessa aquisição é o estágio em que a criança consegue discernir os diversos usos de uma palavra polissêmica, e os domínios já construídos são diferenciados e utilizados como domínios-fonte e alvo para futuros mapeamentos metafóricos.

Mapeamentos que levam à emergência de metáforas primárias têm potencial de universalidade por derivarem de experiências físicas e cognitivas mais básicas. A composição de várias metáforas desse tipo leva à geração de mapeamentos complexos. Nesse sentido, uma metáfora complexa, é aquela “composta de correspondências metafóricas motivadas separada e independentemente, que ocorre fora dessa combinação particular” (GRADY, 1997b, p. 273). Metáforas complexas são formadas por *blendings* conceptuais – ou mesclas conceptuais – de metáforas primárias, as quais não estão tão diretamente relacionadas às experiências corpóreas. Dessa forma, metáforas complexas são mais suscetíveis a variações, por mesclar elementos de influências diversas, tais como cultural, social e até mesmo histórica. Retomaremos a noção das metáforas complexas em parte da seção 2.7, quando trataremos da construção de redes de integração conceptual, as quais se utilizam dessa arquitetura para explicar a emergência do significado em contextos dinâmicos.

²² Aqui, os termos “compostas” e “complexas” são sinônimos para esse tipo de metáfora conceitual.

2.4 METONÍMIAS CONCEPTUAIS

Nossa compreensão não depende somente dos mapeamentos metafóricos que elaboramos, mas, muitas vezes, está ligada à habilidade de pensarmos metonimicamente. De acordo com Gibbs (1994), metonímias são elementos essenciais do nosso sistema conceptual: as pessoas tomam um aspecto bem-delineado ou facilmente percebido de algo a fim de representar ou simbolizar um todo. O processamento de metonímias é bastante similar ao da metáfora, posto que também possui uma base conceptual elaborada pela experiência corpórea, e constitui uma maneira primária pela qual as pessoas referem-se a outras, eventos e situações, expressando uma maneira particular de pensar. Essa forma de pensamento metonímico subjaz muitos tipos de raciocínios, e permite que as pessoas delineiem inferências sobre o que os falantes pretendem dizer.

Lakoff e Johnson (1980, p. 35-40) argumentam que a constituição de metáforas e metonímias ocorre por processos diferentes. A primeira é “uma maneira de conceber uma coisa nos termos de outra, e sua função básica é o *entendimento*” (p. 36, *itálico nosso*). Há, nesse caso, um domínio conceptual que designa outro domínio, mas os conteúdos desses domínios são desiguais. Já a segunda tem uma função *referencial*, permitindo que usemos uma entidade para designar outra, além de também servir para *fornecer entendimento*. Na metonímia, temos apenas um domínio conceptual, em que o mapeamento ou conexão entre duas coisas está dentro do mesmo domínio (GIBBS, 1994, p. 322).

A metonímia conceptual PARTE PELO TODO, como é possível resgatar no enunciado (46) *O bonde passa cheio de pernas*.²³, é comumente referida como *sinédoque*. Nesse caso, ‘pernas’ são entidades utilizadas para designar ‘pessoas’. A diferença entre metonímia conceptual e sinédoque é que a primeira é mais produtiva, está em um nível superordenado em relação à segunda e substitui uma característica-tipo por um princípio geral, ou função – de fato, esse princípio retrata um aspecto do conceito para o qual se quer chamar a atenção. Além disso, os termos de referência de uma metonímia frequentemente ligam elementos abstratos e concretos. A sinédoque, por sua vez, é mais restrita e seus termos de referência são concretos, como em (47) *Pagamos R\$ 15 por cabeça*.

Além da metonímia conceptual PARTE PELO TODO, Lakoff e Johnson (1980, p. 38-39) apresentam outras atualizações desse mecanismo conceptual:

- a) O PRODUTOR PELO PRODUTO: *Você pode devolver o meu Dostoiévski?*

²³ Trecho d’O poema *de sete faces*, de Carlos Drummond de Andrade.

- b) O OBJETO USADO PELO USUÁRIO: *Os ônibus estão em greve.*
- c) O CONTROLADOR PELO CONTROLADO: *Napoleão perdeu em Waterloo.*
- d) A INSTITUIÇÃO PELA PESSOA RESPONSÁVEL: *A universidade não aprova essa atitude.*
- e) O LUGAR PELA INSTITUIÇÃO: *Hollywood não é mais a mesma.*
- f) O LUGAR PELO EVENTO: *Watergate mudou a política dos EUA.*

Como podemos observar em alguns dos exemplos acima, muitas das associações feitas são *culturais*, e refletem um princípio geral de que uma coisa representa outra à qual está convencionalmente ligada. Para ser compreendido, o referente precisa estar acompanhado de um conjunto de crenças estabelecidas. Referiremos o tipo de interpretação gerada ao se utilizar o mecanismo metonímico como *inferência metonímica*, isto é, uma interpretação por meio de metonímia conceptual.

Inferências assim designadas podem ser geradas a partir do julgamento de que alguns membros de dadas categorias podem ser os mais representativos de dada categoria do que outros. Segundo Gibbs (1994), os efeitos prototípicos espelham diretamente a estrutura da categoria, em que os protótipos constituem representações específicas dela. Assim, para refletir sobre membros típicos que representam a totalidade de uma categoria, utilizamo-nos de modelos metonímicos. Por isso, ‘dona de casa’, ‘mãe-trabalhadora’, ‘mãe-esposa’, ‘pai-que-é-mãe’ podem representar modelos cognitivos de ‘mãe’, dependendo da cultura, e em dada situação.

As metonímias conceptuais, bem como as metáforas conceptuais, são formas de conhecimento (convencional) usadas para delinear inferências do tipo implicaturas conversacionais (nos termos de GRICE, 1975). Para Gibbs (1994), no modelo cognitivo idealizado²⁴, um ouvinte infere o que o falante quer dizer porque sabe que o evento no qual essa fala se insere tem uma série de passos. Assim, no exemplo elaborado por esse autor, verificamos que os eventos relacionados ao enunciado são *esperados* pelo interlocutor, não sendo necessário especificá-los:

(48) *A: Como você foi ao aeroporto?*

B: Eu chamei um taxi.

²⁴ Veremos, na seção 2.5, como se definem os Modelos Cognitivos Idealizados. Por ora, podemos dizer que se tratam, *em alguns contextos*, de Modelos Culturais por estarem ligados a experiências sociais, culturais, históricas, sendo esquemas coletivos determinados pela intersubjetividade.

O modelo cognitivo idealizado carrega uma série de passos que envolvem esse evento, mostrando que B quis especificar que encontrou um taxi e que esse o levou ao aeroporto. Nele, outros eventos estão implicitamente incluídos (cf. LAKOFF, 1987):

- Precondição: você tem (acesso ao) veículo.
- Embarcação: você entra no veículo e dá a partida (ou alguém dá a partida).
- Centro: você (ou alguém) dirige para o seu destino.
- Término: você (ou alguém) estaciona e sai.
- Ponto final: você está no seu destino.

Da mesma forma, emoções também estão inscritas em modelos cognitivos idealizados por serem dependentes de processos metonímicos, tendo em vista que a sua compreensão faz parte da experiência: quando alguém refere que está “fervido de raiva”, temos uma sequência de passos envolvendo o evento emocional que estão metonimicamente inseridos no modelo, mas que são vistos como uma emoção integrada: da causa à perda de controle da emoção, quem a sente não procura recuperar todos os estágios pelos quais a raiva se desenvolveu, mas avalia o próprio estado emocional como algo único, integrado e, possivelmente, como parte de um *continuum*. Como veremos mais adiante, a implicatura conversacional ligada a processos metonímicos está, em grande medida, relacionada à forma como elaboramos a ocorrência de nossas próprias emoções. É comum usarmos uma parte para evocar o modelo inteiro, pois ao mencionar que alguém está fervendo, no caso da raiva, é possível que os interlocutores reconheçam como essa pessoa está se sentindo, e qual o seu nível aproximado de raiva. Retomaremos essa questão na seção 2.7.

Pensar metonimicamente é reconhecer, por meio de inferências, toda a sequência da parte que é salientada na interação. A informação que não é dita será preenchida inferencialmente pelo ouvinte, se necessário, para que a compreensão se efetive. O falante deixará implícitas as informações que ele acredita que os ouvintes serão capazes de recuperar por si próprios. Como veremos no Capítulo 3, isso ocorre porque falante e ouvinte seguem princípios de relevância: o primeiro, ao dizer algo, tenta utilizar os estímulos mais relevantes para que suas intenções sejam compreendidas, enquanto o segundo infere que a forma como algo está sendo dito é o estímulo mais relevante empregado e, dessa forma, preenche inferencialmente as informações pretendidas pelo falante.

De acordo com Gibbs (1994), o tipo de mapeamento metonímico “reflete padrões pré-existentes de pensamento metonímico que em muitos casos delimitam os tipos de inferências que os ouvintes podem delinear para dar sentido ao que os falantes dizem” (p. 336). Assim,

elaboramos sentidos novos para os conceitos já inscritos em nossa memória de longo prazo quando entendemos expressões metonímicas por meio da associação de conceitos ligados ao conhecimento e às palavras e expressões ditas em contexto. Isso ocorre, inclusive, quando falamos de nossas próprias emoções. Ao dizermos (10) *Pedro achou que Ana iria explodir.*, temos um caso de metonímia conceptual, em que ‘explosão’ designa, analogamente, uma manifestação fisiológica da raiva²⁵. Esse ponto é sustentado por Kövecses (2000), para o qual as respostas fisiológicas para emoções são codificadas metonimicamente, tendo em vista que “há em nosso sistema conceptual um princípio metonímico muito geral: AS RESPOSTAS FISIOLÓGICAS E EXPRESSIVAS DE UMA EMOÇÃO REPRESENTAM A EMOÇÃO” (p. 134), sendo que a metonímia mais geral, que norteia a construção da primeira, é EFEITOS DE ESTADO REPRESENTAM O ESTADO (p. 134). Isso pode ser visto em enunciados como “Fiquei vermelho de raiva”, “Ela empalideceu”, “Minha boca secou”, “Congelei de horror”, “Tremi de medo”. Assim como ocorre com metáforas conceptuais, essas metonímias conceptuais são manifestações ligadas a experiências corpóreas, as quais têm grande potencial para existirem em culturas diversas.

Tanto metáforas e metonímias conceptuais como a estrutura de esquemas de imagem (além da noção de *frames*, sobre a qual falaremos ainda neste capítulo) são reconhecidas como princípios estruturadores da organização da realidade que construímos. Esses são parte de um sistema que molda as nossas experiências corpóreas e que abarca a nossa habilidade para categorização e para o reconhecimento de pontos de referência cognitivos (ou protótipos), chamados por Lakoff (1987) de Modelos Cognitivos Idealizados.

2.5 MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS

Estruturas de categorias e efeitos prototípicos são subprodutos de estruturas às quais Lakoff (1987) denominará *Modelos Cognitivos Idealizados* (MCIs). Esses construtos são representações mentais relativamente estáveis que representam *teorias* gerais sobre o mundo. Assim, esses modelos são *idealizados* porque são abstrações gerais originadas de experiências diversas, servindo como base para compreender situações específicas da vida cotidiana (EVANS; GREEN, 2006, p. 270). Por possuírem aspectos detalhados sobre realidades no mundo, essas estruturas são capazes de guiar processos interligados de raciocínio e de categorização.

²⁵ É claro que, estando fora de um contexto *online*, é possível tratar essa manifestação fisiológica descrita metaforicamente como um outro tipo de emoção. Estamos supondo, neste momento, que esse é um caso em que a pessoa manifesta a sua raiva, especificamente.

De acordo com Lakoff (1987), cada MCI é um todo estruturado complexo, isto é, um *gestalt*, que usa quatro tipos de princípios estruturadores:

- i. estrutura proposicional: ligada à noção de *frame* (FILLMORE, 1985), ou uma esquematização da experiência que é representada no nível conceptual e estocada na memória de longo prazo – está relacionado a elementos e entidades associados a uma cena particular inscrita culturalmente na experiência corpórea. Assim, no *frame* para CASAMENTO, por exemplo, temos elementos como NOIVO, NOIVA, VESTIDO, PADRINHOS, DECORAÇÃO (dentro do qual teríamos VELAS e FLORES), IGREJA (e o *subframe* PADRE, CELEBRAÇÃO DA UNIÃO, ALTAR). A partir disso, teríamos o *script*: em uma *igreja* decorada com *flores e velas*, um *padre no altar celebra a união* de um *noivo* e de uma *noiva*, os quais estão acompanhados por *padrinhos*.
- ii. estrutura de esquema de imagem (cf. JOHNSON, 1987): a organização do tempo, por exemplo, depende desses blocos da estrutura conceptual – ‘para frente’ designa FUTURO e ‘para trás’, PASSADO;
- iii. mapeamento metafórico: trata-se do entendimento de aspectos abstratos em termos de elementos concretos, como em (49) *Chegar ao fundo do poço*, em que FUNDO DO POÇO designa uma situação ruim, assim como (50) *Sentir-se nas nuvens* há um mapeamento de PARA CIMA para expressar uma sensação positiva;
- iv. mapeamento metonímico: expressa, por exemplo, o melhor exemplar de uma categoria, como em ‘Xerox’, entendido como elemento prototípico para fotocopiadoras.

MCI, compostos por essas estruturas, são culturalmente situados. Contudo, não se tratam de estruturas internas fixas, pois são resultado da ação humana, sendo reformulados conforme a interação com a realidade que construímos. Eles são determinados por nossas crenças, valores, necessidades, intenções, propósitos entre outros, a fim de se compreender determinada situação. Como afirma Feltes (2007), MCI devem ser entendidos, sob certas circunstâncias estruturais e funcionais, como Modelos Culturais, à medida que o sistema conceptual humano e as categorias por ele geradas são, ao mesmo tempo, cognitivos e culturais. Por isso, a cognição está inextricavelmente ligada à experiência corpórea social, cultural e histórica. Esses modelos são estruturas internas, abstratas, que são tomados como esquemas coletivos e intersubjetivos.

Para Lakoff (1987, p. 286), “em geral, os conceitos são elementos de modelos cognitivos”. Isso significa que, para construirmos determinados conceitos, precisamos inseri-los em categorias que levam em conta os princípios estruturadores que ligam os elementos

constituintes do MCI. Portanto, cada MCI possui uma lógica interna. Desse modo, os processos interpretativos – inferenciais – acessarão esses modelos a fim de (re)organizar os conceitos novos ou pré-existentes. Assim, nas situações cotidianas, como numa conversa por telefone, por exemplo, os MCIs guiam a ação em determinadas interações, de maneira que inferências sejam geradas conforme a interação se desenrola.

Os MCIs podem ser combinados a fim de formar um grupo complexo que pode ser mais básico do que os modelos que são tomados individualmente. Lakoff (1987) refere um grupo formado pelo conceito MÃE: os modelos nesse grupo podem trazer elementos como (a) mãe genética; (b) mãe de criação; (c) mãe por causa do casamento do pai – madrasta; (d) mãe genealógica; (e) mãe adotiva; etc. Desse modo, o conceito em questão irá envolver um modelo complexo no qual os modelos individuais se combinarão para formar um grupo complexo. Cada um desses modelos é escolhido de acordo com a necessidade comunicativa, e não há um que seja mais importante do que outro. O conceito MÃE, assim como qualquer outro, não é claramente definido sem um contexto comunicativo específico. Há, todavia, um caso central, a partir do qual todos os modelos de MÃE convergem, mas que também não é estabelecido com delimitações fixas, tendo em vista que o modelo em questão, que poderia ter como característica central *ser fêmea*, poderia conter um modelo de PAI QUE TEM O PAPEL DE MÃE. A partir de um caso central, ou de um protótipo que é representativo de uma estrutura, MCIs podem ser gerados, e efeitos prototípicos podem passar a fazer parte de cada modelo. Cada protótipo e as suas extensões podem ser modelados conforme uma estrutura radial, como no caso do modelo MÃE, delimitado pelo estereótipo MÃE QUE TRABALHA FORA, em que temos um efeito prototípico para o conceito MÃE formulado por dois modelos. O grupo complexo, formado por um protótipo composto, pode irradiar informações que formarão uma estrutura radial para a categoria MÃE (conforme descrito por Lakoff, 1987), composta por *mãe adotiva*, *mãe que dá à luz*, *mãe biológica*, *mãe que é esposa do pai*, *mãe que cuida dos filhos*, *mãe que é dona de casa*, etc. Para Lakoff (1987, p. 84), “uma estrutura radial é aquela na qual há um caso central e variações convencionais, as quais não podem ser preditas por regras gerais”.

As emoções são geralmente apresentadas como modelos cognitivos, ou modelos culturais: “uma emoção particular pode ser representada por meio de vários modelos cognitivos que são prototípicos daquela emoção” (KÖVECSES, 2008a, p. 133). Assim, metáforas conceptuais, metonímias conceptuais, conceitos relacionados convergem para um modelo (prototípico) de uma emoção, a partir do qual estruturas radiais serão formadas. Conceitos relacionados, para Kövecses (2008a, p. 133), são “emoções ou atitudes que o sujeito tem em relação ao objeto ou causa de sua emoção”. Isso quer dizer que os conceitos que poderão ter

aproximação com um conceito de categoria básica, como FELICIDADE, por exemplo, são vistos como relacionados a ele. Interpretando essa concepção a partir da noção roschiana de categorização, podemos dizer que (sentimento de) excitação, prazer, ou alegria são conceitos de categoria subordinada *relacionados* a uma emoção dita linguisticamente básica, como FELICIDADE.

Para Emanatian (1995), os efeitos fisiológicos de uma emoção podem estar condicionados a um modelo de emoção culturalizado: “a ideia é que, em algum nível, devemos estar conscientes da correlação entre um padrão de experiência sentida em nossos corpos [...] e um estado emocional que estamos sofrendo” (p. 166). Já Kövecses (2008b, p. 390) aprofunda a questão e afirma que, de modo geral, costumamos perceber nossas emoções por meio de estágios²⁶: (1) causa → (2) existência da emoção [raiva, por exemplo], ou sua contraparte (na forma de uma força) → (3) tentativa de controle → (4) perda de controle → (5) expressão²⁷. Contudo, o autor salienta que nem sempre o evento emocional ocorre exatamente como demonstra essa estrutura. Kövecses (2008b) acredita que há ainda uma estrutura mais básica de compreensão de uma emoção, ou seja, um modelo geral das emoções: *causa* → *existência da emoção (entidade de força)* → *expressão*. Para o autor, essa percepção geral parece ser compartilhada por indivíduos de diversas culturas, embora esse modelo seja bastante intuitivo: há causas que levam a certas emoções, que nos fazem produzir certas respostas. O modelo elaborado por Kövecses (2008b) assemelha-se à noção jamesiana para um evento emocional, exposta no Capítulo 1. Contudo, o construto cognitivo relacionado à elaboração da emoção, ou à interpretação do que se sente, não está explícito em ambas as estruturas, embora pareça subjacente a partir da segunda etapa, conforme o modelo por estágios desenvolvido por Kövecses. Em nossa concepção, a interpretação emerge enquanto o evento emocional se desenrola, e apenas percebemos as emoções nessa ordem por termos uma tendência natural de ordenar e classificar todos os eventos em nossas vidas. De fato, ao conceptualizarmos uma emoção, as redes conceptuais emergentes levam a uma hibridização desse *continuum* que parece se desenrolar cronologicamente, em dada interação com outros indivíduos. Tal constatação é corroborada por Le Breton (2009):

as emoções não existem desvinculadas da formação da sensibilidade que o relacionamento com os outros enseja no seio de uma cultura e num contexto particular. Elas não têm realidade em si, elas não se fundam numa fisiologia indiferente às circunstâncias culturais ou sociais: não é a natureza do homem que se exprime através delas, mas a situação e a existência social do sujeito. Elas se inscrevem sobre uma teia de significados e de atitudes que prescreve aos indivíduos tanto as formas de descrevê-las quanto as maneiras de exprimi-las fisicamente (LE BRETON, 2009, p. 120).

²⁶ O símbolo [→] demarca a sucessão temporal relacionada ao evento emocional.

²⁷ Em Kövecses (1990, capítulo 11), há atribuição de um estado emocional neutro a partir do qual o processo emocional é desencadeado.

Para o mesmo autor, o indivíduo aplica suas peculiaridades sobre um tecido coletivo reconhecível por seus pares. Nesse sentido, ao construir conceitos de emoções com base em um MCI específico e em dado momento interacional, a intenção do sujeito em compartilhar o que sente e, portanto, de fazer reconhecer sua concepção sobre dada emoção, torna-se compartilhada. Apesar de essa construção ocorrer a partir da história pessoal, e de ser amplamente reconhecido, pelo senso comum, que as emoções são produto da subjetividade, essas só podem ser elaboradas no curso da comunicação, explorando-as linguisticamente²⁸.

A estrutura que compõe os MCIs é fundamental para a construção de conceitos por ser a base a partir da qual se sustenta todo o processo cognitivo de conceptualização. É por meio deles que se avalia o potencial de universalidade de um conceito de emoção – tendo em vista as suas características ligadas às percepções corporais –, como também se pode avaliar as variações sociais e culturais acerca de dado conceito por influência da inserção do sujeito em sua comunidade de fala. Discutiremos essas questões na próxima seção.

2.6 UNIVERSALIDADE E VARIAÇÃO CONCEPTUAL

Como já mencionamos, a forma como nos expressamos linguisticamente revela uma perspectiva particular de estruturação do mundo. Mesmo que utilizemos termos ditos mais convencionais, como ‘amor’, ‘ódio’, ‘tristeza’, nossa fala denota parte de uma carga semântica que foi construída ao longo da vida, e o esquema conceptual que emerge é uma elaboração para certa emoção em dado momento. Metáforas e metonímias conceptuais são capazes de sugerir tal construto, posto que são ferramentas indispensáveis para a elaboração da maioria dos conceitos, especialmente dos abstratos. Em outras palavras, ao dizer que alguém está fervendo de raiva, o mapeamento metafórico entre o domínio-alvo RAIVA e outro domínio-fonte, mais concreto, como FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE, subjaz essa interpretação para o conceito de emoção, embora para um observador desatento esse modo de falar se constitua apenas como uma instância da vida cotidiana. Assim, “pular de alegria”, “perder tempo”, “ganhar o maior prêmio” não são expressões comumente assumidas como construtos metafóricos porque estão tão arraigadas em nossa fala cotidiana que se tornaram convencionais.

Para Kövecses (2010c), metáforas conceptuais constituídas automática e inconscientemente não necessitam de esforço cognitivo para serem elaboradas: para o autor, elas

²⁸ Aqui, retomamos a afirmação de Sellars (1963 [1991]), para o qual há a percepção como comportamento discriminatório, em nível pré-linguístico e, portanto, apenas reconhecido, e a há a percepção do espaço lógico das justificações, que elabora tais conceitos de modo consciente por meio da exploração linguística.

estão em um nível supra-individual, que consiste de um sistema altamente convencionalizado e estático de mapeamentos entre domínios-fontes mais físicos e domínios-alvo abstratos. Por esse motivo, ao ouvirmos (41-f) *Ao ouvir a ofensa, sentiu uma onda de raiva tomando conta de si.*, temos a impressão de que o conceito RAIVA possui o sentido que tomamos tradicionalmente por literal – isto é, não reconhecemos que há um mapeamento entre domínios que subjaz o sentido do enunciado (no caso, RAIVA É UMA FORÇA NATURAL). De acordo com Kövecses (2000), a metáfora é um dos principais processos a partir do qual o sistema cognitivo produz a *realidade* não-física, e isso inclui mundos políticos, sociais, psicológicos, emocionais, etc. – por esse motivo, não podemos confundir metáforas linguísticas com metáforas conceptuais.

Na conceptualização de emoções estão envolvidos aspectos universais e culturalmente especificados. O primeiro relaciona-se à tese da mente corpórea, em que o corpo é base para a elaboração conceptual: os atributos envolvidos na construção de metáforas conceptuais podem ser características físicas e perceptuais do corpo humano compartilhadas durante a experiência de uma emoção. As experiências corpóreas são motivadoras da emergência de metáforas e metonímias conceptuais, observando-se que, em culturas diversas, as respostas fisiológicas são parte da expressão linguística das emoções, como o aumento (ou a diminuição) da temperatura corporal, a pressão interna, vermelhidão na face e na área do pescoço (KÖVECSES, 2002b), empalidezimento do tom da pele, tremedeira, reações na região do estômago, entre outras. Por esse motivo, metáforas e metonímias conceptuais relacionadas a emoções são muitas vezes elaboradas conforme as experiências sensorio-motoras e cognitivas mais básicas, podendo ser encontradas em línguas diversas e, portanto, tendo potencial para universalidade. Uma metáfora é compreendida por indivíduos de um mesmo grupo, ou de uma mesma cultura, porque eles compartilham a maioria das metáforas convencionais (LAKOFF; TURNER, 1989). De acordo com Emanatian (1995) a similaridade metafórica entre culturas tem sido atribuída, primeiro, à fixação de metáforas cotidianas na experiência e, segundo, ao compartilhamento, por todos os humanos [*panhuman*], de experiências básicas.

A partir de muitas dessas experiências corpóreas derivam metáforas primárias (Grady, 1997a; 1997b), como FELICIDADE É PARA CIMA, TRISTEZA É PARA BAIXO, FUTURO É PARA FRENTE, IMPORTÂNCIA É TAMANHO, PROXIMIDADE É CALOR, além da metáfora conceptual que direciona muitos dos conceitos relacionados a emoções: O CORPO É UM RECIPIENTE PARA EMOÇÕES.

[...] os principais mapeamentos que compõem [a metáfora conceptual] podem estar baseados em experiências universais e percepções metafóricas, a saber, que as emoções estão dentro do recipiente corpóreo; que as emoções estão correlacionadas a fluidos corporais, tais como o sangue; e que o controle está mantendo a substância dentro do recipiente. Em outras palavras, não somente metáforas simples ou primárias podem ocorrer em diferentes línguas e culturas, mas também aquelas metáforas conceptuais complexas que têm mapeamentos baseados em experiências e percepções amplamente compartilhadas (KÖVECSES, 2005, p. 38).

A visão da metáfora como corpórea, neste caso, que pressupõe características universais, tem sido complementada pela percepção de que fatores sociais e culturais também têm um papel relevante na produção e na compreensão de metáforas (KÖVECSES, 2005). De acordo com Sinha e Jensen de López (2000), a conceptualização e a categorização das experiências não nascem exclusivamente por causa da natureza dos corpos que temos, mas devido à interação com outros corpos. Todo o tipo de interação motivará, ou restringirá, o surgimento de novos conceitos. Isso pode explicar por que alguns conceitos parecem ser potencialmente universais em relação a outros que variam de cultura para cultura.

Se metáforas inconscientes são motivadas por ligações com a experiência, então deve haver um estoque de metáforas conceptuais comuns para o que é básico para nossa experiência como humanos que possuem corpos, habilidades cognitivas, e modos de interação no mundo similares. Histórias culturais particulares, contudo, emprestarão nuanças de variação a essas metaforizações compartilhadas [...] (EMANATIAN, 1995, p. 166).

Em vários estudos, Kövecses (2000; 2002a; 2002b; 2005; 2008a; 2008b; 2010c) sugere que emoções são *construídas* por meio desses mecanismos conceptuais e através da influência da cultura. Assim, para Yu (2003), o cenário sociocultural filtra essas experiências para domínios-alvo específicos: o autor relata que falantes de chinês conceptualizam a raiva como se tivessem um gás em um container, e não um fluido, como ocorre para falantes de inglês e português, por exemplo. A metáfora mais geral para RAIVA, RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE (LAKOFF; KÖVECSES, 1987), deriva de duas fontes: (i) do esquema de imagem RECIPIENTE, que captura aspectos diversos dessa emoção, e (ii) do fato de essa metáfora ser preferencialmente elaborada em acarretamentos metafóricos e em vocabulário convencional (KÖVECSES, 2000), como em (41-i) *Ele fez o meu sangue ferver.*, e (41-e) *Ele explodiu (de raiva)!*

Nesses casos, as metáforas conceptuais estão todas relacionadas a aspectos fisiológicos dessa emoção, sendo originadas em um nível mais básico por meio da metonímia conceptual geral para emoções: OS EFEITOS FISIOLÓGICOS DA EMOÇÃO SÃO A PRÓPRIA EMOÇÃO (LAKOFF, 1987, p. 382). Kövecses (2005, p. 40) complementa esse ponto ao mostrar que, para o conceito RAIVA, compartilhamos várias metonímias conceptuais que representam os efeitos fisiológicos dessa emoção, como: O CALOR CORPÓREO REPRESENTA A RAIVA; A PRESSÃO INTERNA

REPRESENTA A RAIVA; e VERMELHIDÃO NO ROSTO E NO PESCOÇO REPRESENTAM A RAIVA. Essas características fisiológicas conceptualizadas metonimicamente dão motivação para a elaboração de metáforas como A PESSOA COM RAIVA É UM RECIPIENTE PRESSURIZADO, além de restringirem a forma como o conceito é construído.

A pesquisa de Lakoff e Kövecses (1987) sobre a conceptualização da raiva levou a estudos comparativos de metáforas conceptuais relacionadas a essa emoção em diferentes línguas e culturas, como inglês, húngaro, japonês, chinês, wolof (língua africana falada no Senegal e em Gambia). Em todas essas culturas, a metáfora conceptual RAIVA É PRESSÃO EM UM RECIPIENTE foi encontrada, a qual tem ligação com a metáfora EMOÇÃO É FORÇA. Em inglês, assim como em português, a metáfora RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE emerge com bastante frequência na fala cotidiana. Por analogia, então, entende-se que um fluido quente exerce pressão nas paredes do recipiente (o corpo humano), como vimos no conjunto de exemplos em (41): os diferentes sentidos possíveis para RAIVA são expressos de acordo com o grau dado à pressão no recipiente. Note-se que os enunciados (41-i) “*Ele fez o meu sangue ferver.*” e (41-e) “*Ele explodiu!*” podem trazer à tona uma interpretação de que a raiva sentida tem grande proporção, e que também pode chegar ao seu grau máximo (no segundo enunciado). Já em (41-g) “*Deixe as coisas esfriarem*”, o item “esfriar” incita a inferência de que a pressão no recipiente corpóreo gerada pela raiva pode ser diminuída gradualmente. Tais exemplos demonstram que a expressão linguística revela a compreensão para determinados conceitos de emoções; ao falarmos sobre o que sentimos, deixamos pistas contextuais a respeito dos domínios-fontes que utilizamos, bem como levamos nosso interlocutor a elaborar implicaturas a respeito de como, exatamente, pensamos acerca de determinada emoção.

Exemplos como esses demonstram que o corpo tem papel fundamental na construção de conceitos relacionados a emoções. Inclusive, de modo geral, à metáfora conceptual O CORPO É RECIPIENTE PARA EMOÇÕES, que é *potencialmente* universal, está ligada a metáfora EMOÇÃO É FORÇA, podendo estar relacionada a diferentes tipos de força: humana (EMOÇÃO É UM Oponente, como em “*Lutei contra minha tristeza*”), animal (EMOÇÃO É UM ANIMAL SELVAGEM, como em “*o povo rugia por vingança.*”), física (EMOÇÃO É UMA FORÇA MAGNÉTICA/GRAVITACIONAL, em “*Fiquei atraída por ele.*”), natural (EMOÇÃO É UMA TEMPESTADE, em “*Aquela tempestade de sentimentos desesperava-o.*”), ou uma força que influencia a percepção humana ou pensamento (EMOÇÃO É INSANIDADE/RUPTURA, em “*Ele é louco por ela*”). De fato, a maioria das pessoas conceptualiza suas emoções nesses termos: aquilo que levaria ao surgimento de uma emoção seria uma causa que tem força para mudar um estado, daí a metáfora conceptual geral CAUSAS SÃO FORÇAS (KÖVECSES, 2008a). A força, nesse sentido, levaria a algum tipo de efeito (fisiológico,

comportamental, expressivo), que deve ser controlado. Nesse sentido, para Kövecses (2000), metáforas relacionadas a emoções possuem um padrão geral de força-dinâmica, nos termos de Talmy (2000). Esse autor entende a força-dinâmica como uma categoria semântica que converge para a forma como as entidades interagem em relação à força: o emprego da força, a resistência a essa força, a superação do obstáculo criado por essa resistência, o bloqueio da expressão dessa força, a remoção desse bloqueio, entre outros (TALMY, 2000, p. 409-470). Assim, itens, ou expressões, lexicais envolvidos nessa relação de força não referem apenas a interações físicas de força, mas a uma extensão metafórica, em que interações sociais e psicológicas são concebidas como pressões psicossociais (TALMY, 2000, p. 409).

Em geral, a força-dinâmica emerge como um sistema nocional fundamental que estrutura o material conceptual que pertence à interação de força de uma maneira comum em um âmbito linguístico: domínios de referência e concepção físicos, psicológicos, sociais, inferenciais, discursivos e de modelos mentais (TALMY, 2000, p. 410).

É por esse motivo que grande parte das expressões emocionais está relacionada a algum tipo de força, seja ela causal, ou que impulsiona a alguma ação, ou ainda que desloca o próprio ser:

- (45) *Fúria toma conta do centro de Atenas.*
 (51) *A raiva a compeliu a dar um tapa na cara dele.*
 (52) *Eu lutei contra a raiva que eu sentia.*
 (53) *A tristeza me transformou.*²⁹

Esses padrões estão ligados aos processos cognitivos que utilizamos para construir esses conceitos, cujo conteúdo é especificado por influência do meio. Isso significa que a capacidade de metaforização ou, num nível mais geral, de processar inferências do tipo mapeamentos metafóricos e metonímicos, é uma habilidade universal. O resultado desse processo pode ser a geração de metáforas *potencialmente* universais, ou de metáforas altamente influenciadas pelos contextos que o indivíduo assume como *background*. Nesse sentido, a variação pode ocorrer conforme experiências diversas, as quais envolvem aspectos físico, social, cultural, histórico, contexto comunicativo e interesses pessoais e do grupo, bem como por preferências cognitivas

²⁹ Além disso, Kövecses (2008a) afirma que algumas das metáforas de emoção poderiam incluir: EMOÇÃO É CALOR / FOGO; EMOÇÃO É UMA FORÇA NATURAL; EMOÇÃO É FORÇA FÍSICA; EMOÇÃO É UM SUPERIOR SOCIAL; É EMOÇÃO É UM Oponente; EMOÇÃO É UM ANIMAL CATIVO; EMOÇÃO É UMA QUEIMADURA.

(KÖVECSES, 2005, p. 293), que envolvem um foco experiencial, preferência de ponto de vista, elaboração de protótipos e de *frames* para enquadramento dos domínios-fonte.

Enfatizamos que a emergência da metáfora é simultaneamente moldada pela corporeidade e pela cultura (KÖVECSES, 2005, p. 292), além de ser inextricavelmente regulada pelo contexto dinâmico. Esse ponto é defendido por Gibbs e Cameron (2008), os quais afirmam que o desempenho metafórico é moldado por processos discursivos em uma interação dinâmica contínua entre a cognição individual e o ambiente social e físico. Desse modo, a dinamicidade da ação humana molda padrões coordenados de comportamentos adaptativos, simples ou complexos, os quais são “produtos altamente ordenados de processos de auto-organização que emergem de interações intra e interpessoais” (GIBBS; CAMERON, 2008, p. 65). Abordagens dinâmicas enfatizam a dimensão temporal de processos sociais e cognitivos, além das formas pelas quais o comportamento de um indivíduo emerge da interação entre cérebro, corpo e meio, incluindo as interações com outras pessoas. Desse modo, a ênfase nesse tipo de abordagem auxilia a descrever e explicar interações do corpo com o mundo em um *continuum*, as quais se manifestam a partir da interação comunicativa.

De maneira geral, a criatividade metafórica é consequência da comunicação *online*. Kövecses (2010c) afirma que ela pode ser também delimitada por fatores como:

i. Criatividade induzida pelo *domínio-alvo*: metáforas novas e não-convencionais podem emergir não apenas de mapeamentos fixos entre um domínio-fonte e um domínio-alvo; de fato, os mapeamentos podem partir dos domínios-alvo (que em mapeamentos convencionais seriam domínios-fonte).

ii. Criatividade induzida pelo contexto: mais uma vez, demonstramos a importância do contexto para a construção de conceitos e significados. Kövecses (2010c) explica que a conceptualização ocorre porque há duas dimensões envolvidas nesse processo: aquela relacionada à variação intercultural, e a que ocorre dentro de uma cultura. Além disso, a criatividade na construção de metáforas pode ser induzida pelo contexto, que o mesmo autor distingue como *Global* e *Local*; o primeiro está relacionado ao grupo de fatores contextuais que afetam todos os membros de uma comunidade de fala em dado período – mesmo que esses atinjam os falantes de maneiras diversas – e o último é entendido como os fatores contextuais *imediatos* que se aplicam a conceptualizadores particulares em situações comunicativas específicas. Kövecses (2005) afirma que o contexto local envolve: (1) o cenário físico imediato; (2) o que sabemos sobre as entidades que participam do discurso; (3) o contexto cultural imediato; (4) o cenário social imediato, e (5) o contexto linguístico imediato (para maiores detalhes, ver KÖVECSES, 2010b; 2011). Nosso argumento é que o contexto local se constituiria como um contexto dinâmico, *online*, construído

conforme a interação comunicativa se desenrola e, portanto, os aspectos que fazem parte dele são imediatos. Os elementos que a ele se unem, como aspectos culturais, históricos e sociais, entre outros, serão referidos como contexto global, ou *off-line*. Trata-se de uma manobra metodológica para distinguir contexto *online* de outros planos da comunicação, os quais passam a participar ativamente da interação.

É a partir da influência de um contexto *online* que os elementos constituintes dos mapeamentos se situam conforme seu *foco de significado principal* (KÖVECSES, 2005), já referido neste capítulo. Por isso, a expressão linguística não é arbitrária; a maneira como referimos algo está diretamente ligada ao modo como nos relacionamos com o mundo. Uma pessoa ligada à área das artes poderá dizer que o amor é construído com pincéis delicados; da mesma forma, um engenheiro irá designar alguém que se mostra indiferente emocionalmente como se essa pessoa fosse uma máquina – a área de atuação de cada indivíduo pode vir a ser um ponto de partida na nomeação de algo, pois é a partir de suas experiências que constrói e compreende sua realidade. Esse foco de significado principal está ligado ao mecanismo de atenção seletiva, conforme Langacker (1987; 2008), e defenderemos, nos próximos capítulos, que esse é constituído porque somos naturalmente guiados por expectativas de relevância. Assim, além de estar relacionada a influências culturais ligadas a níveis específicos de domínios fonte e alvo, a variação metafórica pode ser resultado de escolhas preferenciais no uso de domínios conceptuais que se sobrepõem. Essas variações, segundo Kövecses (2005) podem ocorrer tanto *entre* culturas quanto *dentro* de uma mesma cultura, e, nessa última, as variações metafóricas decorrem de dimensões diversas: (i) social; (ii) étnica; (iii) regional; (iv) estilística; (v) subcultural; (vi) diacrônica; (vii) de desenvolvimento; e (viii) individual (p. 88-106). Não explicitaremos cada uma das dimensões por não ser esse o foco de nosso estudo, mas é importante salientar que a variação conceptual, decorrente dessas dimensões, reflete perspectivas diferentes e, portanto, é geradora de metáforas novas e criativas.

O papel do contexto dinâmico e com os demais cenários contextuais tem sido tema dos trabalhos mais recentes de Kövecses (2010a; 2010b; 2010c; 2011), tendo em vista que a Teoria da Metáfora Conceptual é constantemente criticada por conceber metáforas e metonímias como estruturas altamente convencionais e estáticas (KÖVECSES, 2010c), e as análises de enunciados metafóricos normalmente estão deslocadas de quaisquer informações situadas em discursos reais. Dessa forma, essa abordagem torna difícil o tratamento das ocorrências de metáforas novas e criativas, tendo em vista que essas envolvem mapeamentos complexos, muitas vezes com mais de dois domínios conceptuais.

É necessário observar, também, que na teoria em questão não há clareza sobre como apenas alguns elementos contidos no domínio-fonte são selecionados para fazerem parte do mapeamento metafórico e de que maneira fazem emergir a interpretação de determinada metáfora conceptual. Assim, em (54) *Quando ela ouviu as boas notícias, sentiu-se flutuando.*, podemos identificar metáforas conceptuais subjacentes, como FELICIDADE É PARA CIMA e ALEGRIA É LEVEZA, mas a seleção dos elementos PARA CIMA e LEVEZA como elementos do domínio-fonte, em detrimento de outros, não é explicada teoricamente. Outro exemplo pode demonstrar essa falha teórica: em (55) *Para ela, o momento mais doloroso da relação foi quando percebeu que finalmente o havia perdido.*, percebe-se que, através das experiências vividas no relacionamento amoroso, o falante conceitua o amor através da metáfora O AMOR É DOR, mesmo com dois domínios conceptuais abstratos – o que torna esse tipo de metáfora um caso diferente do que se costuma lidar, mas possível, segundo Kövecses (2005, p. 266). Nesse caso, há um domínio conceptual para AMOR e outro para DOR, mas a ideia expressa pelo enunciado de que o relacionamento amoroso foi tão difícil que o indivíduo sentiu uma dor metafórica ao final dele se perde no momento em que se tenta fazer as correspondências de acordo com a Teoria da Metáfora Conceptual. A partir do enunciado, compreende-se automaticamente qual a sua metáfora conceptual subjacente, pois a escolha lexical incita essa elaboração, mas a preferência na escolha por elementos relacionados nos domínios fonte e alvo para fazerem parte da interpretação não é clara.

As metáforas conceptuais têm um papel crucial na elaboração e na construção de conceitos abstratos (LAKOFF; JOHNSON, 1980), mas Barsalou (1999) demonstra que elas *não são* suficientes para representá-los. Para o autor, uma representação direta, *não-metafórica*, de um domínio abstrato é necessária porque essa constitui o entendimento mais básico desse domínio (alvo, no caso) e também guia o mapeamento do domínio concreto até ele. Na perspectiva de Barsalou (1999), “um domínio concreto *não pode* ser mapeado sistematicamente para um domínio abstrato que não tem conteúdo”³⁰ (p. 600, *itálicos nossos*). Kövecses (2005; 2010a) observa esse ponto em uma direção inversa: guiado pela noção de foco de significado principal, um indivíduo pode criar aspectos de conceitos abstratos que não existiam previamente, em que conceitos de domínios-fonte particulares são usados para a criação de abstrações.

Barsalou (1999) explica que, para conceptualizar o domínio-alvo RAIVA, os indivíduos acessam seu conhecimento direto sobre essa emoção, o qual envolve três fontes da experiência: (i) a avaliação [*appraisal*] acerca do evento que se inicia; (ii) a experiência em relação a estados afetivos intensos; e (iii) respostas comportamentais e expressão de emoções. A partir delas, o mesmo autor afirma que símbolos perceptuais – ou conceitos – para estados introspectivos são

³⁰ Entendemos que o conceito abstrato deve ter sido elaborado conceitualmente a fim de que possua conteúdo.

centrais para a representação de conceitos abstratos, e esses são mais proeminentes de acordo com o mecanismo de atenção seletiva. Assim, para o autor, se um conceito abstrato tem uma representação direta com base na percepção – em sentido amplo – e essa pode ser a base para os domínios-alvo sobre os quais um mapeamento metafórico é executado, há uma sobreposição de símbolos perceptuais. Tais processos variam do conceito direto abstrato à metáfora conceptual para dada emoção, em que a linguagem metafórica seria o resultado de um pensamento cujas associações produzem uma conceptualização metafórica. Daremos atenção especial a esse tipo de mapeamento nas próximas seções deste capítulo, definindo com maior especificidade o que entendemos por conceitos.

Como afirma Kövecses (2011), uma questão essencial em relação a metáforas para conceitos abstratos é se elas realmente criam (aspectos de) conceitos abstratos ou simplesmente refletem uma estrutura conceptual preexistente associada com os conceitos abstratos em questão. Kövecses (2005; 2006) mostra que alguns estudiosos baseiam-se em um tipo de estrutura associada a conceitos abstratos, como Barsalou (1999) e Quinn (1991), enquanto outros defendem que, mesmo com uma estrutura básica literal assumida, é inconcebível que conceitos abstratos sejam construídos sem a contribuição de metáforas “constitutivas”, como Gibbs (1994), Johnson (1987), Lakoff e Kövecses (1987) e Kövecses (1999). Kövecses (2011) entende que “isso não sugere, contudo, que todas as metáforas têm o poder de afetar, e assim constituir, o centro de conceitos abstratos”, mas o autor admite que “há de fato metáforas que simplesmente refletem e frequentemente apenas adornam (aspectos de) conceitos abstratos previamente existentes” (s/p.). O autor admite, em outro momento do texto, que ambas as visões estão embasadas na ideia de que conceitos abstratos estão fundamentos na experiência perceptual, ou sensório-motora. Por isso, acredita que há uma correlação entre uma abstração e uma experiência corpórea correspondente (como na proposta de metáforas primárias, de GRADY, 1997b), ou, ainda, que pode haver uma similaridade literal ou metafórica entre eles.

Como se pode notar, as visões de Barsalou (1999) e Kövecses (2005; 2006; 2011) divergem. Para Barsalou (1999), a sequência do evento emocional está diretamente ligada às percepções de dada emoção, e parece haver, nesse seguimento, um processo de conceptualização. Já Kövecses (2010a) considera que conceitos abstratos só podem ser elaborados se houver um mapeamento metafórico/metonímico a partir de um domínio concreto. O que parece existir, nesse caso, é que o que Barsalou (1999) chama de *conceitos abstratos diretos*, que são interpretados por sua ligação elementar com percepções corpóreas, podem pertencer a um nível pré-conceptual, inconsciente a princípio, das informações advindas das mudanças geradas pelas percepções, para só mais tarde serem elaboradas em nível linguístico, quando o indivíduo é capaz

de conhecer e então entender o que pode ser dada emoção³¹. Assim, como vimos no parágrafo anterior, pode haver, de fato, um nível de elaboração de *conceitos abstratos diretos* como RAIVA, FELICIDADE, AMOR, TRISTEZA, por exemplo, sem que haja, necessariamente, especificações por mapeamentos metafóricos, mas pela ativação de redes – processo sobre o qual trataremos na próxima seção.

Apesar dessas questões acerca dos fundamentos da Teoria da Metáfora Conceptual, o papel de metáforas e metonímias conceptuais na elaboração de conceitos abstratos de emoção é altamente relevante, e elas constituem a base a partir da qual muitos outros conceitos complexos podem emergir. Além disso, esses construtos são essenciais para a compreensão do significado do enunciado como um todo; nesse caso, a metáfora assume um papel de destaque, e na maioria das vezes só é possível entender o enunciado se recuperarmos esses mapeamentos convencionais da memória enciclopédica, ou, ainda, se pudermos construir novos mapeamentos.

Contudo, o potencial criativo vai além da construção de mapeamentos metafóricos e metonímicos. Com efeito, a imaginação humana cria associações que extrapolam os limites dos elementos do domínio-fonte e do domínio-alvo. A produção de metáforas complexas é um exemplo do empreendimento criativo da mente humana, tendo em vista que os mapeamentos, muitas vezes, requerem o reconhecimento de metáforas básicas, ou primárias, juntamente com o mapeamento de outros domínios conceptuais. Nesse caso, uma operação cognitiva que envolva a mescla de domínios diferentes para levar à interpretação é requerida, além de considerar aspectos da interação para esse fim. Por esse motivo, na próxima seção trataremos a contribuição de Fauconnier e Turner (2002) para explicar aspectos desse mecanismo imaginativo da mente humana.

2.7 REDES DE INTEGRAÇÃO: CRIATIVIDADE E IMAGINAÇÃO

O processo de elaboração de conceitos envolve construtos cognitivos que ultrapassam os limites dos mapeamentos unidirecionais e convencionais de metáforas e metonímias conceptuais. De fato, conceitos novos e criativos – e nesse grupo encontram-se metáforas complexas – envolvem muito mais elementos do que o mapeamento básico entre dois domínios, sendo necessário tratá-los por meio da construção de redes de integração conceptual. Fauconnier e Turner (2002) elaboram a Teoria da Integração Conceptual – ou, simplesmente, Teoria de *Blending* –, uma abordagem que trata de processos dinâmicos de construção do significado,

³¹ Vide o que já comentamos a respeito da proposta de Sellars (1963 [1991]), para o qual há dois tipos de percepção que atuam de forma semelhante à descrita por Barsalou (1999).

denotando certo tipo de flexibilidade na formação de espaços mentais e de mapeamentos entre esses espaços. Kövecses (2010b) acredita que essa é uma alternativa para os casos em que a Teoria da Metáfora Conceptual padrão se torna insuficiente para lidar com casos de conceptualização metafórica. Para o autor, “[...] isso acontece quando há algumas incompatibilidades entre um domínio-fonte e domínios-alvo que eram uma vez compatíveis (funcionando como espaços de *input*)” (p. 312).

A noção de espaços mentais, juntamente com a Teoria da Metáfora Conceptual, é fundamento para essa arquitetura teórica. De acordo com Fauconnier e Turner (2002, p. 102), espaços mentais são domínios temporários, ou disposições parciais construídas enquanto pensamos e falamos, para propósitos de entendimento e ação locais. Esses são referidos como “[...] construtos distintos de estruturas linguísticas, mas elaborados em qualquer discurso de acordo com as diretrizes dadas pelas expressões linguísticas” (FAUCONNIER, 1985, p. 16). Nesse sentido, esses espaços são domínios que estruturam cognitivamente vários tipos de informação, como tipos de esportes, programas de televisão, imagens, obras literárias, por exemplo. Eles não são construtos linguísticos, mas são formulados em qualquer discurso a partir dos *inputs* fornecidos pelas interações (cf. FAUCONNIER, 1985).

Espaços mentais estão ligados uns aos outros e a conhecimentos mais estáveis, os quais constituem domínios e *frames*. Um domínio conceptual é caracterizado por ser independente de contexto, estruturado na memória de longo prazo – nesse sentido, é o oposto de um espaço mental, já que esse é construído para propósitos *ad hoc*. Já o *frame*, de acordo com Fillmore (1985), seria uma estrutura conceptual proposicional definida culturalmente, a qual determina como alguns itens lexicais são utilizados. Lakoff e Johnson (1999) dizem que esses *frames* utilizados como *background* são *geradores de inferências* (p. 117, itálicos dos autores). Isso significa que essas estruturas estão inscritas na memória de longo prazo, sendo estabelecidas causalmente nas inferências e baseadas no contexto no qual o enunciado está inserido. Portanto, os *frames* contribuem para o conteúdo semântico das expressões linguísticas e para o significado dos enunciados (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 117).

O significado, sob essa perspectiva, emerge a partir de um processo cognitivo-conceptual de maneira dinâmica, em que a língua guia a emergência do contexto *online*. Os *frames*, nessa relação, são uma forma de estruturar o conhecimento em espaços mentais. Essas estruturas são moldadas pelo contexto discursivo, o qual é entendido, aqui, como algo que não existe *a priori*, mas que se delinea no decorrer da comunicação³². É por isso que o uso de expressões linguísticas

³² Esse pressuposto será mais bem detalhado no próximo capítulo, a partir dos fundamentos da Teoria da Relevância para a noção de contexto.

incita a emergência de um significado específico, que é situado, além de esse ser guiado pelas intenções comunicativas, cujo papel na construção do significado é fundamental.

Os elementos contextuais, tais como *inputs* conversacionais, contextos globais que incluem aspectos culturais e sociais, ambiente físico e até mesmo os gestos que acompanham a fala guiarão a construção do significado através da elaboração de espaços mentais e de mapeamentos entre essas estruturas. Fauconnier (1985) mostra que os espaços mentais são estruturas parciais que se proliferam durante o ato conversacional; nelas, o mesmo enunciado pode incitar interpretações diferentes, visto que essas emergem de mapeamentos diversos entre os *inputs* advindos de outros indivíduos e/ ambiente e o contexto no qual são construídos.

A noção de espaços mentais está em consonância com os fundamentos da Teoria da Metáfora Conceptual, de Lakoff e Johnson (1980), em que as relações de mapeamento – e acarretamento – entre domínios conceptuais levam à emergência da forma como conceitos são elaborados cognitivamente. A partir dessa base teórica, Fauconnier e Turner (2002) sugerem que a mescla, ou *blend*, é uma operação cognitiva básica que é central no modo como as pessoas pensam. A fim de explicar como o significado emerge, os estudiosos dessa teoria propõem analisar o fenômeno por meio de redes conceptuais relacionadas a espaços mentais e à estrutura de metáforas conceptuais. A partir dessa abordagem, os autores estendem o escopo teórico para uma abordagem que visa integrar, de maneira dinâmica, conceitos de domínios conceptuais diversos a fim de tratarem das interpretações emergentes no decorrer da comunicação, sejam elas baseadas em metáforas convencionais ou em uma rede mais complexa.

Fauconnier e Turner sugerem que as redes [*networks*] são entidades de espaços múltiplos, bidirecionais, as quais integram vários espaços mentais em uma rede mais complexa. Esse processo ligará dois ou mais espaços mentais, ditos *espaços de input* (construídos a partir de grupos de domínios conceptuais, experiências imediatas e do que é dito durante a comunicação) por meio de um *espaço genérico*. Esse espaço mapeia parcialmente o que cada espaço de *input* tem em comum. Isso significa que “a qualquer momento na constituição da rede, a estrutura que os *inputs* parecem partilhar é capturada” no espaço genérico (FAUCCONNIER; TURNER, 2002, p. 47), que faz o mapeamento em cada um dos *inputs*, levando à elaboração de um *blend*. Essa rede é um efeito cognitivo que envolve operações para gerar significado. O espaço de *blend* gera uma estrutura emergente, que carrega o novo significado, o qual não é encontrado nos espaços de *input* individualmente. A estrutura nesse espaço de *blend* emerge através do acréscimo de elementos dos espaços de *input* a fim de produzir uma entidade única para o próprio espaço de *blend*. Mais uma vez, afirmamos que é na interação que novas propriedades de um conceito emergem através de inferências no contexto.

Esse construto teórico dá conta de aspectos convencionais e criativos da construção do significado, como no enunciado (38):

(38) *Estava com tanta raiva que tinha fumaça saindo pelos seus ouvidos.*

A Teoria de *Blending* é capaz de explicar como os indivíduos chegam à ideia de que algo abstrato como a raiva pode ser conceptualizado em termos de um conceito mais concreto, imagético, como RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE, RAIVA É CALOR e também INTENSIDADE É QUANTIDADE, que por sua vez dá origem a MAIOR INTENSIDADE É MAIOR QUANTIDADE, além da metonímia conceptual que abarca essas metáforas: OS EFEITOS FISIOLÓGICOS DE UMA EMOÇÃO REPRESENTAM A PRÓPRIA EMOÇÃO. Tais metáforas baseiam-se na ideia de que o sentimento de emoção da raiva tem efeitos fisiológicos, assim como nos enunciados fundamentados em metonímias: (21) *Sinto-me fervendo por dentro.*; (56) *Ele estava vermelho de raiva.*; (57) *Ele estava cego de raiva.*; (58) *Ele estava tremendo de raiva.* (LAKOFF; KÖVECSES, 1987).

Há, em todos esses casos, uma relação vital de Causa-e-Efeito que conecta as emoções aos seus efeitos fisiológicos, permitindo a referência a RAIVA (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 299). Em nossa concepção, e seguindo os pressupostos de Barsalou (1999), tal relação envolve as projeções de elementos que levam em conta uma representação direta do conceito abstrato RAIVA, o qual seria, em algum momento inicial da vida, produto de uma projeção entre um espaço de *input* que reúne os estágios dos sentimentos (da emoção), e um segundo espaço de *input*, conectado a percepções corpóreas. Trata-se de um estágio *pré-conceptual*, em que as percepções são apenas “comportamentos discriminatórios” (cf. SELLARS, 1963 [1991]), para só então ser possível discriminar um conceito abstrato *direto*. Essa primeira projeção pré-conceptual será estabelecida na memória enciclopédica através de experiências recorrentes com essas percepções ligadas a essa emoção, e poderia ser representada da seguinte forma:

<i>INPUT 1 – EMOÇÃO > SENTIMENTO</i>	<i>INPUT 2 – PERCEPÇÕES CORPÓREAS</i>
<p>“Emoção” Pessoa Evento prototípico de emoção 1º estágio da emoção: primeiros sinais relacionados ao evento desencadeador da emoção. 2º estágio da emoção 3º estágio: grau mais alto da emoção</p>	<p>“Fisiologia” - O corpo da pessoa (<i>self</i>) - Causa da emoção - Sensações do evento inicial: transpiração, vermelhidão, calor - Percepção de estado afetivo intenso. - Respostas comportamentais: agitação, tremedeira, perda de controle fisiológico, ações violentas ligadas à não-concordância, expressão de reprovação, etc.</p>

TABELA 4: Mapeamentos entre dois domínios de experiências perceptuais que formariam um conceito abstrato direto para RAIVA.

FONTE: A autora

Tal relação não dá conta de uma nova formação de espaços mentais e da projeção desses elementos a cada nova emergência do conceito direto de RAIVA: após reunir elementos em uma rede simplex (sobre a qual falaremos a seguir), o *blend* resultante gera um conceito prototípico para RAIVA, ao qual estão associados domínios de experiência perceptual. A partir desses, alguns elementos são selecionados para fazerem parte da rede de integração conceptual responsável pelo resgate de aspectos ligados a uma raiva prototípica, a qual reúne aspectos fisiológicos, relacionando-os a domínios concretos da experiência, no caso da construção de metáforas. Em um contexto dinâmico, tal rede de integração deverá envolver também as *causas* que levaram a tal emoção. Nesse sentido, a rede que uma vez foi construída para um conceito como a RAIVA é recuperada como se fosse um todo composto para as projeções metafóricas e metonímicas *ad hoc* que deverão emergir no jogo dinâmico da comunicação.

A partir do resgate dessa primeira projeção – que se torna convencional à medida que a experienciamos repetidamente, de maneiras e em contextos diversos, ao longo da vida –, o mecanismo que faz emergir a metáfora conceptual tem um papel importante na execução da projeção da rede. Considerando-se o exemplo (38) *Estava com tanta raiva que tinha fumaça saindo pelos ouvidos.*, os espaços mentais que emergem poderiam ser os seguintes:

<i>INPUT 1</i> – RAIVA (domínio-alvo) (conceito abstrato direto)	<i>INPUT 2</i> – FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE (domínio-fonte)
“Emoção”	“Eventos físicos”
Pessoa com raiva	Recipiente
Raiva	Calor
Sinal da emoção	Vapor
Nível mais alto da emoção	Ponto de ebulição
Perda de controle	Explosão

TABELA 5: Mapeamento metafórico entre o domínio-alvo (RAIVA) e o domínio-fonte (CALOR)

FONTE: A autora

Espaços mentais, de acordo com Fauconnier e Turner (2002), podem ser manipuláveis para a emoção designada como ‘raiva’ e para os estados corporais relacionados. A conexão de relação vital de Causa-e-Efeito cumpre o papel de motivar o mapeamento que envolve um conceito prototípico de RAIVA – que, por sua vez, acarreta as reações fisiológicas que a essa emoção são geralmente associadas –, e o domínio-fonte FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE. No entanto, Fauconnier e Turner elaboram uma rede de integração conceptual constituída de três espaços de *input*: CALOR, EMOÇÃO e CORPO (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 300), a partir dos quais o enunciado (38) é interpretado. No entanto, como insistimos desde Capítulo 1, não é possível construir espaços mentais diferentes para EMOÇÃO e CORPO, tendo em vista que ambos são parte de um todo indivisível: separar esses dois aspectos inextricáveis do ser humano seria atribuir-lhe uma perspectiva cartesiana. Na nossa proposta, transferimos o papel dos efeitos fisiológicos diretamente para a percepção do sentimento de raiva no seu sentido mais prototípico. Há, então, uma percepção primeira, sem elaboração interpretativa específica, para só então, no resgate desse conceito abstrato direto para RAIVA, serem formuladas as redes de integração conceptual que, no caso do enunciado em questão, subjazem a metáfora conceptual para esse sentimento de emoção.

Como já dissemos, a análise dessa formulação apenas pela teoria da Metáfora Conceptual não é capaz de demonstrar como alguns elementos emergem do mapeamento: para Kövecses (2005, p. 278), não há nem *ouvidos* no domínio-fonte e nem *fumaça* no domínio-alvo, mas na mescla esses elementos aparecem. A analogia criada de fumaça saindo pelos ouvidos seria inconcebível se apenas um dos espaços de *input* fosse utilizado; no entanto, ao se estabelecer uma fusão entre alguns aspectos dos espaços de *input*, está-se trabalhando com conceitos que podem ser convencionais, como o mencionado para RAIVA, ou então para metáforas inteiramente criativas e, portanto, complexas. Assim, elementos de cada espaço de *input* são selecionados, em

que parte do corpo de uma pessoa (cabeça) se torna o recipiente, e a fumaça, ou vapor, é vista como algo que sai pelos ouvidos (orifícios do recipiente). A partir do enunciado (38), através das prováveis fusões, poder-se-ia gerar a inferência de que ter raiva é como ter um vapor quente dentro de si, que aumenta de intensidade, podendo chegar ao ponto de explodir. A provável mescla é representada na Figura 1.

As mesclas podem ser desenvolvidas infinitamente, demonstrando a criatividade na elaboração de novas metáforas conceptuais. A associação entre vapor saindo dos ouvidos de alguém e o sentimento de raiva se transforma num novo domínio no momento em que o enunciado é pronunciado, em que o primeiro elemento (fumaça, vapor) evoca as consequências para o segundo (raiva).

Diferentemente do que ocorre na Teoria da Metáfora Conceptual, nesta abordagem os espaços de *input* relacionados estão todos envolvidos na construção da mesma forma. O mapeamento não tem só uma direção, e o processo cognitivo de mescla acaba gerando o espaço genérico e elaborando o de *blend* para compor significado para dada expressão linguística. Ao estabelecer conexões entre esses espaços mentais, temos um *insight* global, por meio da compressão³³ de relações vitais, que nos leva ao entendimento e a novos significados. As relações vitais levantadas por Fauconnier e Turner (2002) são de *Mudança, Identidade, Tempo, Espaço, Causa-e-Efeito, Parte-Todo, Representação, Papel, Analogia, Desanalogia, Propriedade, Similaridade, Categoria, Unicidade e Intencionalidade*. Não as descreveremos, neste momento, por não ser esse o objetivo do nosso texto, mas o faremos quando as utilizarmos (para mais detalhes, ver Fauconnier e Turner, 2002, Capítulo 6).

³³ A integração conceptual é uma ferramenta de *compressão* por excelência: ela opera em redes de todos os tipos para criar mesclas comprimidas. Dessa forma, as mesclas possuem versões comprimidas de relações externas que conectam espaços na rede e espaços interiores que se encontram dentro dos *inputs* (FAUCCONNIER; TURNER, 2002, p. 312). “O fenômeno da compressão permite aos seres humanos controlar simultaneamente longas e difusas cadeias de raciocínio lógico e capturar significados globais nessas cadeias” (FAUCCONNIER; TURNER, 2002, p. 283).

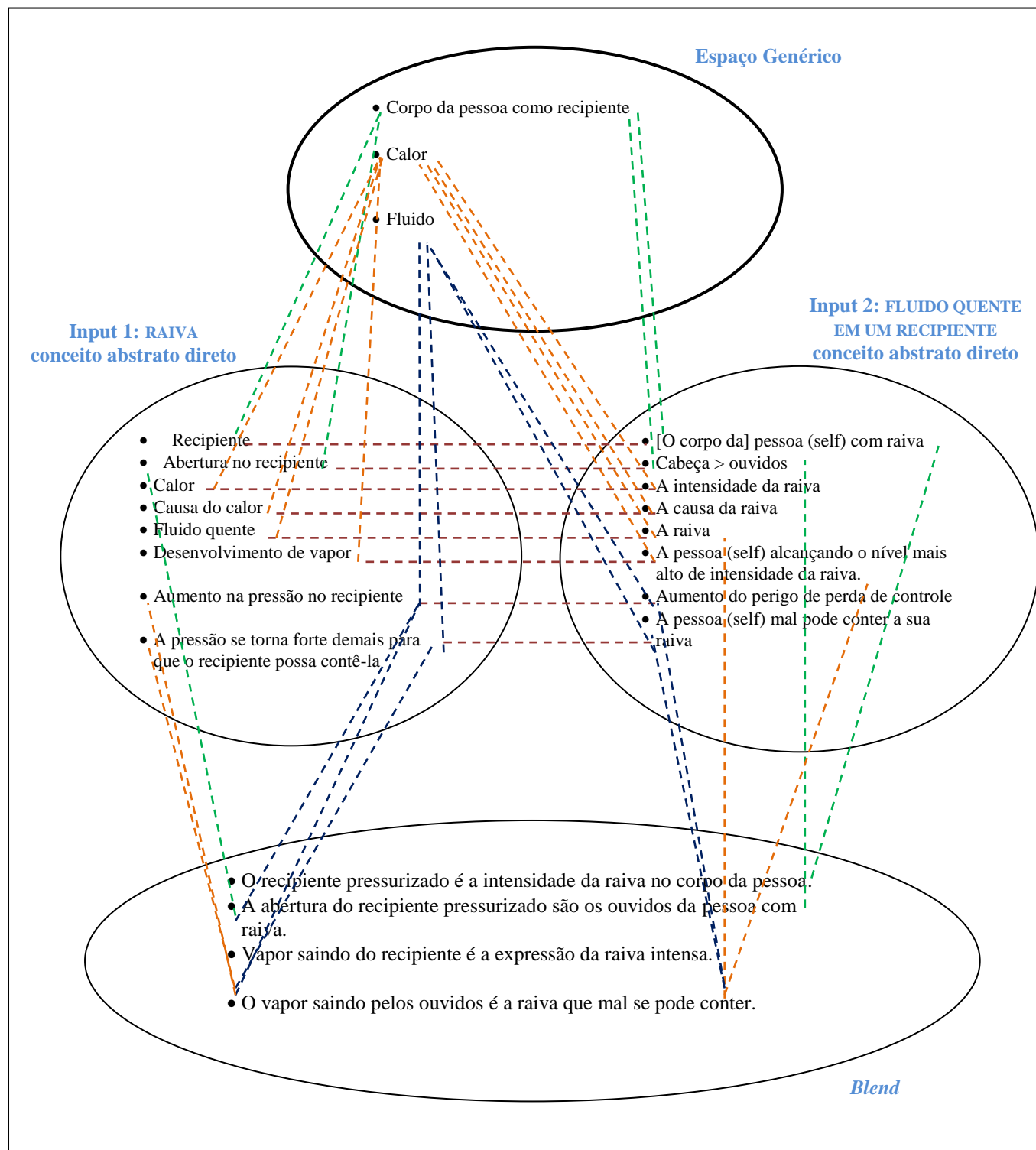


FIGURA 1: Rede de integração conceitual para (38) “Estava com tanta raiva que tinha fumaça saindo pelos seus ouvidos.”

FONTE: Autora do texto

As relações vitais envolvidas na construção de um conceito de emoção, por exemplo, podem ser a de Causa-e-Efeito, tendo em vista essa relação já ter sido descrita em trabalhos como os de James (1884), Damásio (1996; 2004) e, na Linguística Cognitiva, por Kövecses (2005;

2008b). Essa relação toma forma também por relações vitais de Tempo (em que um espaço se desenvolve depois do outro), de Espaço (por ocorrerem em um local, que pode ser o espaço em que o indivíduo se encontra e até mesmo o próprio corpo em que as reações da emoção ocorrem), de Mudança (tendo em vista as mudanças fisiológicas na decorrência da emoção), além da relação Parte-Todo, já que, metonimicamente, os efeitos fisiológicos da emoção são tomados pela própria emoção.

Cabe aqui esclarecer que as relações vitais de Tempo, no caso das emoções, são apenas impressões, posto que, culturalmente, o tempo é traçado como uma entidade cronológica. Os eventos emocionais co-ocorrem, em que a causa da emoção e seus efeitos fisiológicos se fundem na percepção do que se sente. Uma emoção não é, somente, epifania; ela constitui-se conceptualmente, e é entendida via processo inferencial por ativação de redes de integração, num *continuum* que perpassa manifestações corpóreas, resgate de conceitos inscritos na memória enciclopédica, e contexto comunicativo. Encontramos suporte para essa ideia nas palavras de Fauconnier e Turner (2002, p. 76): “não é trivial unir causa e efeito. Eles têm que ser unidos em um espaço mental, de maneira certa, enquanto são mantidos distintos em outros espaços”. Ao comprimirmos os elementos constituintes da emoção na rede de integração, temos um entendimento global do evento, mas é na descompressão que a impressão de linearidade – ou de causa-e-então-efeito – se dá. “Apresentar o efeito diretamente na causa é uma questão de encontrar uma representação certa, a qual é, ela mesma, criativa” (FAUCCONNIER; TURNER, 2002, p. 77). Ao notarmos um efeito como estando contido na causa, podemos ter um *insight* global, por meio de uma mescla, sobre determinada emoção, por exemplo. É por esse motivo que pensamos que nós, humanos, concebemos as emoções como contínuas, na qual os seus elementos constituintes (evento, causa, manifestação corpórea, controle da emoção, perda de controle, expressão da emoção, etc.) se hibridizam. Ainda segundo Fauconnier e Turner (2002, p. 78), “a integração de causa e efeito é a característica central para a percepção”: a percepção disponível para a consciência é o efeito de interações complexas entre o cérebro e seu ambiente.

Assim, pensar que um evento desencadeia o sentimento da raiva, a partir do qual surgem manifestações corpóreas como vermelhidão, tremedeira, agitação, batimentos cardíacos alterados, entre outros, é um exemplo da nossa tendência a separar causa de efeito. Além disso, as percepções corpóreas tornam-se mais salientes no momento de uma emoção pelo fato de utilizarmos-nos de um mecanismo de atenção seletiva (LANGACKER, 1987; 2008), e é também por esse motivo que temos a impressão de que os elementos que constituem o evento emocional podem ser separados. Na verdade, nossa percepção de uma emoção como a raiva, bem como a

sua conceptualização, é fruto da constituição de uma rede de integração conceptual, cuja relação de causa e efeito torna-se evidente.

Um dos objetivos da rede de integração conceptual é fazer a projeção, a partir de *inputs* diferentes e muitas vezes conflitantes, de uma única mescla, e é por isso que a rede de integração, se alcançada, faz emergir o significado. Para Fauconnier e Turner (2002, p. 329), a integração no espaço de mescla permite seu manejo como uma unidade, torna-a mais manipulável, e permite ao indivíduo executar a mescla sem referência constante aos outros espaços da rede. Contudo, de acordo com o *princípio de rede* [*web principle*], “mesmo quando focalizamos apenas um espaço na rede, a rede inteira está implicada” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 331). A mescla, portanto, é um mecanismo mnemônico, por refazer caminhos inferenciais da rede, e por isso metonímico. Em outras palavras, conexões na rede são mantidas inconscientemente, e é por essa razão que o funcionamento na mescla pode ter efeitos automáticos nos espaços de *input*. Os elementos contidos nesses espaços podem emergir, perfazendo um caminho inverso, a partir das informações contidas na mescla. Pelo *princípio de desempacotamento* [*unpacking principle*], a mescla deve incitar a reconstrução de toda a rede (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 332). Tal mecanismo funciona no decorrer da interação comunicativa, tendo em vista que esse desempacotamento da mescla e os elementos que dele emergem dependem do que é oferecido pelo contexto conversacional.

As possibilidades de elaboração da rede de integração conceptual revelam-se conforme os tipos de conexões entre espaços de *input* e projeções seletivas para o espaço de *blend*, bem como a emergência do significado. Fauconnier e Turner (2002) esclarecem que, dentre esses processos, quatro redes de integração possíveis podem ser elaboradas, a saber: *redes simplex*, *de espelho*, *de escopo único* e *de escopo duplo*. Essas redes aqui destacadas não ocorrem separadamente, mas são pontos salientes que representam uma relação contínua subjacente. Elas dependem de um *frame* organizacional, que especifica o tipo de natureza da atividade.

Em uma rede simplex, “a parte relevante do frame em um *input* é projetada com seus papéis, e os elementos são projetados do outro *input* como valores daqueles papéis dentro do *blend*. O *blend* integra o *frame* e os valores da maneira mais simples” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 120). Desse modo, tomando o exemplo trazido pelos autores, para concebermos a interpretação de (59) *Paul is the father of Sally*. (“Paul é o pai de Sally”), criamos um *blend* no qual o *frame* de família empresta seus elementos, os quais estão integrados aos elementos *Paul* e *Sally*. Os papéis de cada elemento serão conectados: o papel de ‘pai’ será ligado ao valor “Paul”, e o papel “filha”, a “Sally”:

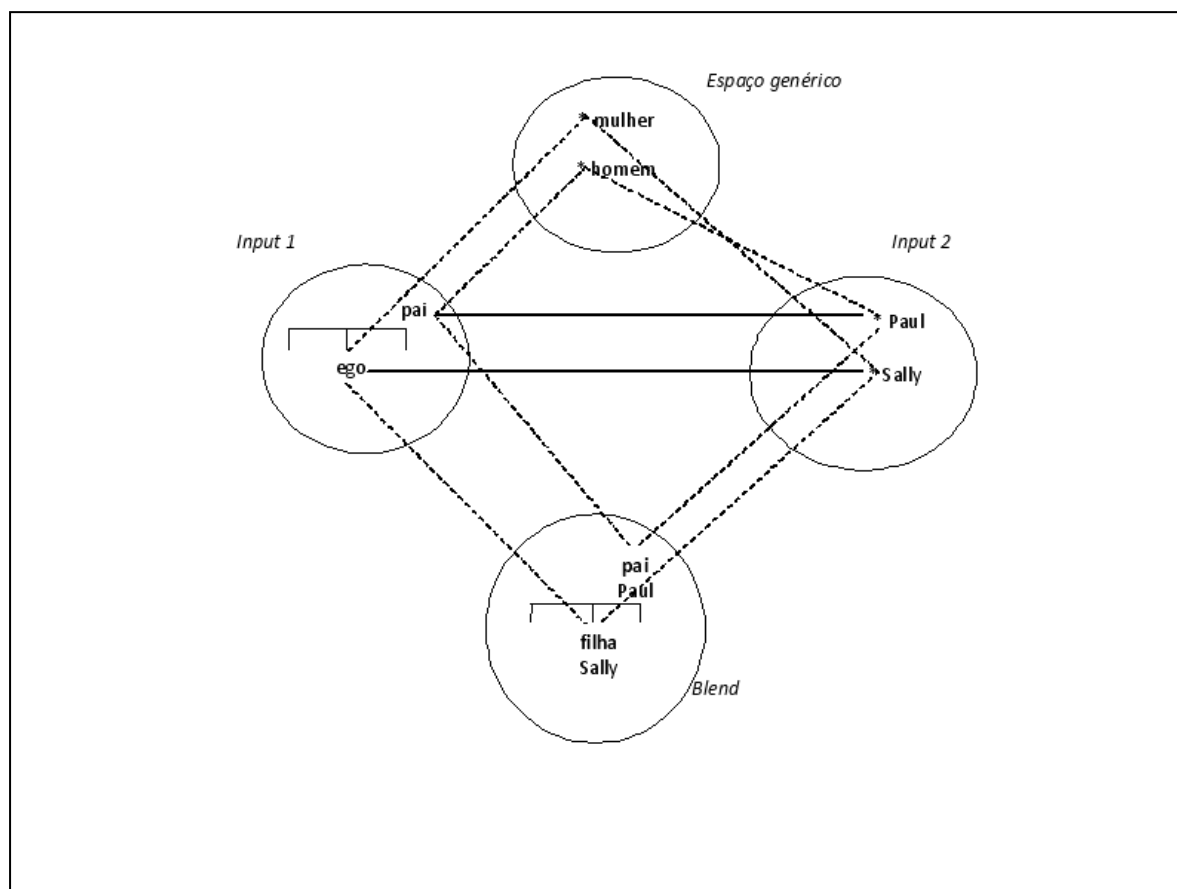


FIGURA 2: Rede Simplex

FONTE: Adaptado de Fauconnier e Turner (2002, p. 121)

O espaço de *input 1* contém um *frame* com papéis, mas sem valor nenhum, enquanto o espaço de *input 2* contém os elementos “Paul” e “Sally” sem estarem inseridos em nenhum *frame*. Esses *inputs* são unidos por meio de uma conexão de um *frame* para valores familiares. Anteriormente, afirmamos que a rede simplex é capaz de constituir conceitos diretos de emoção, como RAIVA, FELICIDADE e NOJO, por exemplo, que serão utilizados como elementos pré-conceptuais na elaboração de conceitos *ad hoc* – isto é, conceitos que serão reconstruídos a partir da base fornecida pela memória enciclopédica, juntamente com os elementos fornecidos por meio da interação.

Já na *rede de espelho*, todos os espaços (de *input*, de *blend* e genérico) compartilham a topologia dada por um só *frame* organizacional, o qual não precisa ser o mesmo em cada espaço, mas deve ter alguma similaridade. Esse tipo de *frame* especifica “a natureza da atividade relevante, dos eventos e dos participantes, porque não especifica um tipo de atividade e uma estrutura de

eventos cognitivamente representáveis” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 123). Um exemplo disso se dá quando elaboramos um quadro comparativo entre recordes mundiais, ou quando tratamos de diferentes times de futebol ao longo do tempo: comentaristas esportivos, por exemplo, fariam uma inevitável comparação entre a atuação da seleção brasileira de futebol na Copa de 2010 com os times vencedores que compuseram as seleções brasileiras nas Copas de 1970 ou 1994, por exemplo. Para chegar à compreensão, é necessário que as seleções que estão sendo comparadas sejam colocadas em um mesmo *frame*:

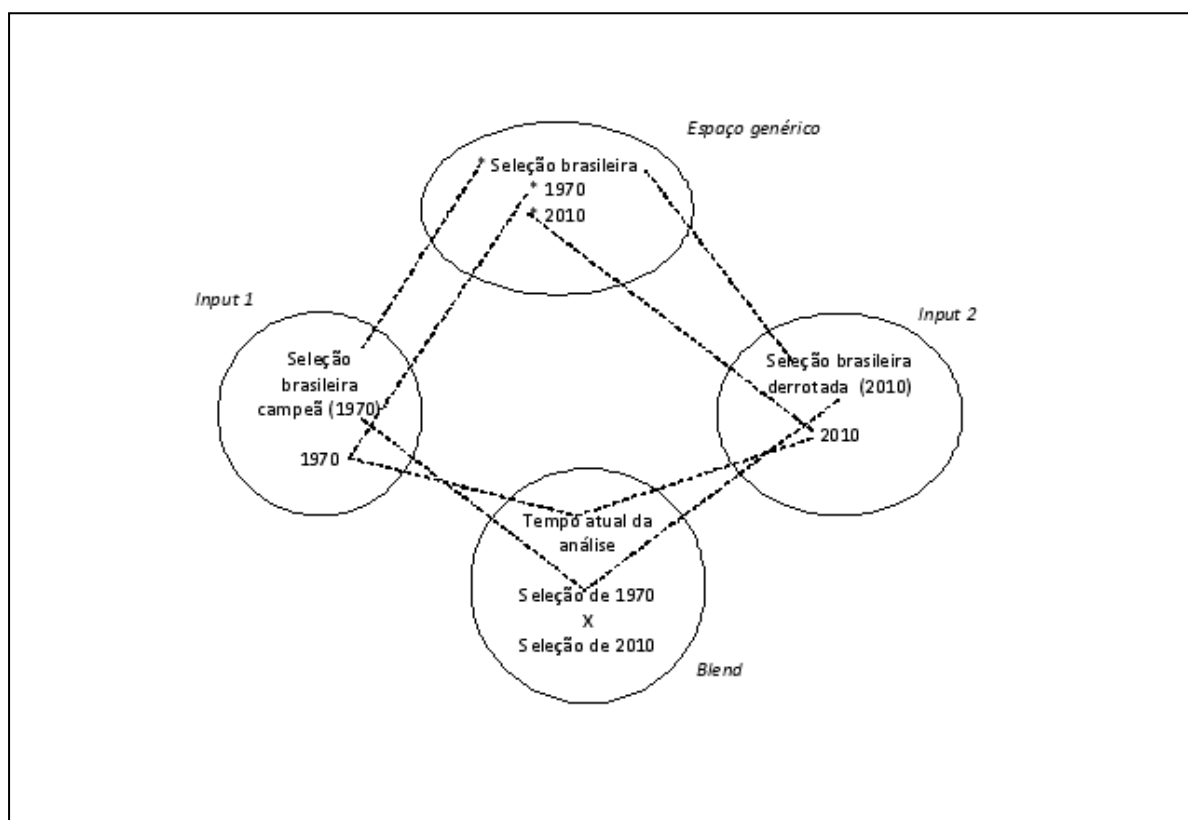


FIGURA 3: Rede de espelho
FONTE: Elaborado pela autora

Nesse caso, temos o mesmo *frame*, isto é, as Copas do Mundo nas quais a Seleção Brasileira de Futebol participou. No espaço de *input 1*, temos o time campeão do mundo e o ano em que esse fato ocorreu; no espaço de *input 2*, temos o time que foi derrotado no ano de 2010. Esses dados são comprimidos e levados ao espaço genérico, no qual suas propriedades comuns são selecionadas para então serem mescladas – a partir daí, a estrutura emergente torna possível a comparação nas palavras de um comentarista esportivo. Pagán Cánovas (2010) argumenta que, em se tratando de emoções, esse tipo de rede conceptual também carregaria conotações de algum

tipo de emoção, dependendo do ponto de vista em dada situação. Assim, conforme esse autor, o sentimento de frustração – e similares – do povo brasileiro em relação ao time de 2010 apareceria no *blend*, e não nos espaços de *input*, já que a comparação com outras seleções vitoriosas, como a da década de 1970, é inevitável. Acreditamos, contudo, que essa interpretação pode não aparecer; nesse caso, trata-se da maneira como constituímos o foco de significado principal (nos termos de KÖVECSES, 2000; 2005; 2010a), por meio da atenção seletiva (LANGACKER, 2008), que é dado ao enunciado³⁴.

No terceiro tipo de rede de integração, a de *escopo único*, os espaços de *input* têm diferentes *frames* organizacionais e apenas um deles é projetado para organizar o espaço de *blend*. De acordo com Kövecses (2005, p. 276), esse tipo de rede integração conceptual envolve muitos dos exemplos-padrões de metáforas conceptuais. Isso ocorre porque, nesse caso, apenas um dos espaços de *input* – domínio-fonte – é o que estrutura a mescla. Tomemos o exemplo trazido por Fauconnier e Turner (2002, p. 126-128): (60) *Murdoch knocks out Iacocca*. (“*Murdoch nocanteia Iacocca*”), que se baseia na competição entre dois CEOs (Chief Executive Officers, ou *presidentes*) e, assim, leva à construção da metáfora conceptual O MUNDO DOS NEGÓCIOS É BOXE. Há dois espaços de *input* (BOXE e MUNDO DOS NEGÓCIOS), um espaço genérico, e um espaço de *blend*. Como tanto o boxe quanto o mundo dos negócios envolvem alguma forma de competição, o espaço genérico constrói a informação “competição entre competidores”, e o espaço de *blend* é constituído do *frame* de boxe no mundo dos negócios, no qual Murdoch derrota/nocanteia Iacocca.

³⁴ Como veremos no Capítulo 3, o foco de significado principal, assim como o mecanismo de atenção seletiva, é uma noção muito semelhante à do Princípio Cognitivo de Relevância.

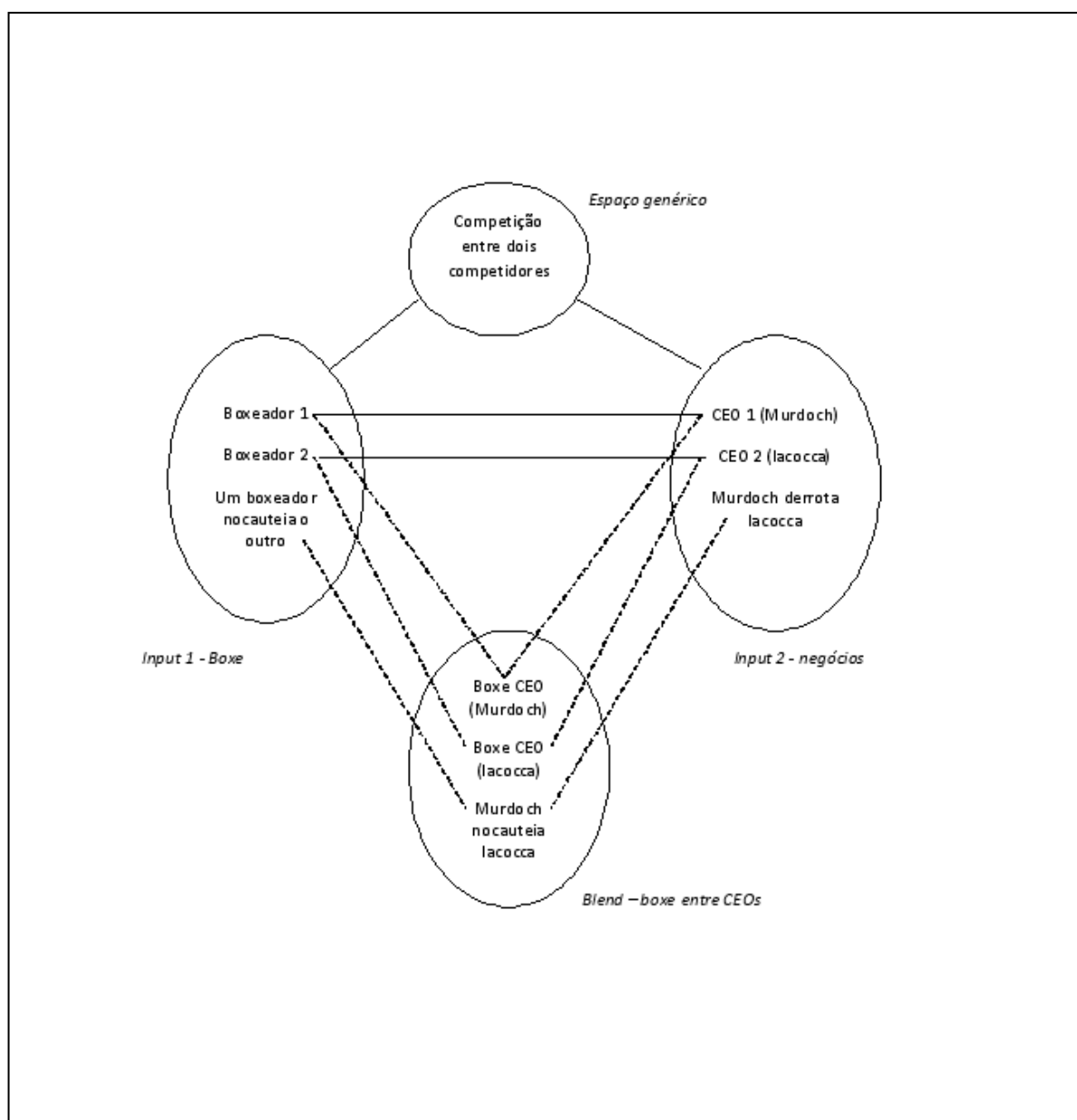


FIGURA 4: Rede de escopo único

FONTE: Elaborada por Fauconnier e Turner (2002, p. 128)

Nesse caso, como os *inputs* têm diferentes *frames*, o conflito entre eles é organizado de maneira geral em um espaço de *input*, que focaliza o *frame* a ser mantido conforme o contexto comunicativo. Da mesma forma, o entendimento de metáforas relacionadas a conceitos de emoções, como RAIVA É TER UM FLUIDO QUENTE EM UM CONTAINER, que emerge da mescla, pode induzir o sentimento de *insight* global, tendo em vista que essa mescla permanece ligada ativamente à rede inteira.

Por último, a *rede de escopo duplo* possui *inputs* com *frames* organizacionais diferentes e muitas vezes conflitantes. O *blend* inclui partes selecionadas de cada um dos espaços de *input* e

tem uma estrutura emergente própria. Esse tipo de rede de integração leva à compreensão de metáforas como no exemplo (38), *Ele estava com tanta raiva que tinha fumaça saindo pelos seus ouvidos.*, o qual foi demonstrado na Figura 1. Trata-se de uma nova esquematização da metáfora RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE, em que elementos do domínio-fonte são mesclados com elementos do domínio-alvo. De acordo com Kövecses (2005, p. 278), para entender o enunciado em (38) é necessário ter um *frame* para “fumaça saindo dos ouvidos de alguém”, mais o conhecimento baseado no processo no qual a intensidade é conceptualizada na rede. O autor considera que RAIVA É CALOR é um submapeamento de A INTENSIDADE DA EMOÇÃO É GRAU DE CALOR, entre outros já citados. A forma como o enunciado se apresenta determinará quais tipos de mapeamentos se seguirão, levando à inferência de que ter raiva é como ter um vapor quente dentro de si e, conseqüentemente, que a raiva sentida está em um estágio bastante elevado.

Redes de integração podem não envolver apenas dois espaços de *input*, mas ser constituídas de múltiplos espaços, os quais são necessários para fazer emergir *frames* de diferentes naturezas a fim de possibilitar uma mescla (ou um *megablend*) que leve à emergência de um significado possível. A criatividade, nesses casos, é bastante evidente, já que a mescla criada pode nunca ter sido imaginada e novas realidades podem ser criadas. Assim, os diferentes espaços de *input* envolvidos na mescla não têm uma só direção e permitem que projeções inferenciais sejam realizadas, a partir das quais um novo conhecimento pode ser gerado.

Conforme Fauconnier e Turner (2002, p. 333), os participantes da comunicação estão sob pressão para tornar a sua comunicação relevante e, da mesma forma, encontrar significado na fala do outro. Ao utilizar uma mescla, parte de sua relevância deriva de sua localização e da sua função na rede. Com base nessa afirmação, os autores desenvolvem o que eles chamam de *Princípio da Relevância*:

todas as coisas sendo iguais, um elemento na mescla deveria ter relevância, incluindo relevância para estabelecer links com outros espaços para operar a mescla. Conversamente, uma relação de espaços-exteriores entre os *inputs* que seja importante para o propósito da rede deveria ter uma compressão correspondente na mescla (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 333).³⁵

³⁵ De acordo com Fauconnier e Turner (2002, p. 139), relações (vitais) de espaços-exteriores são relações sem possibilidade de se criar relações de escalas, como Representação, Analogia, Desanalogia e Identidade, as quais são comprimidas, no *blend*, em relações vitais de Espaços-Interiores, e a partir das quais a elaboração de escalas é possível. Essas relações de espaços-interiores são de Tempo, Espaço, Mudança, Similaridade, Propriedade e Parte-Todo. Os autores afirmam que esse é um processo geral de Princípio de Compressão das redes em que muitas vezes não se pode identificar as relações separadamente: por exemplo, no *blend* que usa uma relação vital de Espaço-Exterior de Representação entre uma pessoa e o rótulo que se dá para ela, o nome dessa pessoa se torna uma parte e uma propriedade dessa mesma pessoa (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 139).

Os autores também argumentam que os participantes na comunicação estão sob pressão geral para tornar a sua comunicação relevante, e parte dessa relevância é derivada da função e da localização do espaço de *blend* na rede: “um elemento no *blend* pode preencher a expectativa de relevância ao indicar suas conexões para outros espaços ou indicar as linhas pelas quais o *blend* se desenvolverá” (p. 333). Além disso,

a expectativa de relevância encoraja o ouvinte a procurar conexões que maximize a relevância dos elementos *para a rede*, e encoraja o falante a incluir na mescla elementos que levem a conexões corretas, mas também exclui elementos que podem incitar conexões não requeridas (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 334).

De acordo com Fauconnier e Turner (2002), a relevância da rede é satisfeita para um elemento da mescla se esse puder ser tomado como um aspecto desencadeador do desempacotamento da mescla. Coincidência ou não, o Princípio de Relevância da Rede, a pressão por tornar a comunicação relevante e a expectativa da relevância são noções muito similares às elaboradas no modelo teórico de Sperber e Wilson (1995), para o qual a cognição humana é guiada pela maximização da relevância, seguindo dois princípios de relevância. Trataremos sobre os desdobramentos desses no capítulo seguinte.

A forma como a noção de Relevância da Rede está descrita, na teoria de Fauconnier e Turner (2002), deixa pontos obscuros e sem aprofundamento na descrição de seus fundamentos; os autores não explicitam quais elementos poderiam ser usados para executar a mescla, e nem explicam, o que é, especificamente, “relevância” (ou o que é “importante para o propósito da rede”), como estabelecemos as ligações levando em conta apenas aspectos “importantes” para operar na mescla e como esses elementos são escolhidos, entre todos os possíveis de serem considerados, para executarem a mescla.

Mesmo com essas questões, ao analisarmos a proposta dos autores sobre a maneira como a emergência do significado ocorre para a Teoria da Integração Conceptual, devemos considerar o seu potencial explanatório para a ocorrência de determinadas interpretações. Inclusive, de acordo com Tendahl (2009, p. 132), *apenas* a teoria de *blending* parece ser capaz de dar uma explicação teórica de por que certas interpretações são predominantes, já que, pela mescla, é possível fundir elementos advindos de espaços de *input*, criando, no *blend*, significados que antes não existiam, para que então se chegue a uma interpretação. No entanto, a elaboração dessas inferências por meio de projeções não revela, exatamente, *como* e *quais tipos* de inferências são delineadas para a interpretação, bem como não explica, de fato, como, dentre tantas possibilidades de interpretação ligadas a um conceito, determinadas inferências são selecionadas. Tais questões podem ser remetidas também à Teoria da Metáfora Conceptual, que descreve e

explica a formação de metáforas e metonímias conceptuais, mas os mapeamentos que definem um conceito também fazem emergir somente algumas facetas de cada domínio, e não todas as que poderiam estar ligadas a ele. A não ser pela proposta de Kövecses (2000; 2002; 2010a) de que há um foco de significado principal que determina essa escolha, não há uma explicação mais aprofundada sobre esse aspecto – e, ainda assim, cabe lembrar que esse mecanismo parece focalizar no *produto* da emergência conceptual, mas não nos *processos* cognitivos que levam à elaboração desse foco.

A Teoria da Integração Conceptual deixa em aberto questões fundamentais: (1) Como os elementos dos espaços de *input* são selecionados para serem usados no espaço de *blend*? (2) Como as inferências são derivadas? (3) Que tipos de inferências são gerados no espaço de *blend*?³⁶ Feltes (2007, p. 179) também questiona a noção de inferência para a Teoria de *Blending*. A autora levanta perguntas diversas, como: “O que se entende por uma inferência?” – tendo em vista que os autores apenas mencionam o vocábulo “inferência”, mas não o explicam³⁷. E a autora continua: “[...] O que é considerado ‘processo inferencial’ nesses modelos? Quais os tipos de inferências possíveis? Que categorias de inferências podem ser geradas e como operam? Se o acarretamento é uma inferência, em que ponto deve cessar e por quê?” (p. 179). Por esse motivo, Feltes (2007) afirma que é necessário avaliar os tipos de inferências usados na construção do significado, bem como de que forma o processo inferencial ocorre na interpretação de enunciados no discurso.

Essa é a razão pela qual se propõe a construção de uma interface metodológica que busca descrever e explicar a natureza dinâmica e inferencial do significado de conceitos, em especial dos de emoção. Desse modo, elaboraremos uma relação interdisciplinar entre as Teorias sob o escopo da Semântica Cognitiva, em especial a da Teoria da Integração Conceptual, e a Teoria da Relevância. Como veremos no capítulo a seguir, a segunda é um modelo inferencial de comunicação que é capaz de dar fundamentação teórica às questões levantadas nos parágrafos anteriores. Do mesmo modo, enfatizaremos que os pressupostos da Semântica Cognitiva podem desempenhar um papel crucial na resolução das questões levantadas nesta tese para a arquitetura da Teoria da Relevância.

³⁶ Como afirmam Fauconnier e Turner (2002, p. 47), “nem todos os elementos dos *inputs* são projetados para o *blend*”, embora não expliquem como a seleção dos elementos passarão a constar no espaço de *input* e os que devem ser projetados dos espaços de *input* para o espaço de *blend* é realizada. Os autores afirmam que há um *padrão de conclusão* [*completion pattern*], em que vemos algumas partes de um *frame* de significado familiar, e muito mais do *frame* é recrutado silenciosamente, mas efetivamente, para o *blend*. Por meio desse padrão, *inferimos* que há algo além. Assim, uma composição mínima do *blend* é, com frequência, automaticamente interpretado como tendo um padrão mais rico (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 48).

³⁷ Ver, por exemplo, em Fauconnier e Turner (2002), as páginas 129 (“The blend brings to bear inferences that are available from the framing input [...]”) e 133 (“[...] and will project back to the [...] input to produce suitable inferences [...]”; “[...] is extremely different for transferring the intended inferences back to the [...] input, and, thereby, for making real-world inferences.”).

Nas seções finais deste capítulo, utilizaremos os fundamentos explorados até aqui para tratarmos sobre o que entendemos por conceito e sua relação com a noção de significado. Por consequência, dissertaremos também sobre ideia de sentidos literal e figurado, bem como falaremos brevemente sobre o fenômeno da polissemia.

2.8 LIGANDO OS PONTOS: SOBRE A NATUREZA DOS CONCEITOS

A estreita linha que separa as definições de *conceito* e de *significado* é bastante frágil. De fato, para uma teoria do senso comum, essa diferença simplesmente não existe, e afirma-se, ainda, que o significado de uma expressão linguística está diretamente ligado a sua representação conceptual. Contudo, é necessário olhar com mais cuidado para essas noções; para Barsalou *et al.* (1993, p. 23), *conceitos* são definidos pelas representações psicológicas de categorias, tal como FRUTA, CADEIRA ou, no caso das emoções, FELICIDADE, enquanto os *significados* estão ligados à compreensão das pessoas a respeito de expressões linguísticas associadas a esses conceitos (“fruta madura”, “cadeira nova” ou “explodir de felicidade”). Para Langacker (2008), significados emergem dinamicamente no discurso e na interação social: “ao invés de serem fixos e pré-determinados, eles são ativamente negociados pelos interlocutores com base no contexto físico, linguístico, social e cultural” (p. 28). O autor acrescenta ainda que o significado não está localizado, mas distribuído, e aspectos dele são intrínsecos à comunidade de fala, às circunstâncias pragmáticas do evento de fala e ao entorno. Por isso, não se pode buscar significados em uma mente individual, tendo em vista que eles emergem dinamicamente no discurso e na interação social (LANGACKER, 2008, p. 28). A visão do mundo por meio das lentes oferecidas pela natureza de nossos corpos acarreta uma compreensão de que a própria realidade só pode ser determinada e ressignificada dinamicamente. Isso ocorre porque possuímos uma *visão enciclopédica do significado*: o entendimento que temos de dado objeto varia a cada novo olhar. Um único item lexical é elemento propulsor de um processo de construção do significado de um conceito, que se dá a partir da interpretação do enunciado em dada situação de interação.

Entendemos conceitos como elementos enraizados no sistema conceptual através de experiências corpóreas, e a partir dessa base eles são remodelados de acordo com interações da vida cotidiana³⁸. Para Barsalou (1999), um conceito agrega informações sobre *instâncias de categorias* em algum tipo de representação integrada. Nesse sentido, a RAIVA estariam ligados elementos

³⁸ Langacker (2008) faz uma distinção entre os termos *conceito*, *conceptualização* e *concepção*: o primeiro sugere uma noção mais estática, fixa; o segundo indica dinamicidade, processo; e o terceiro neutralizaria a distinção dos dois termos anteriores. Para o autor, pelo fato de que “cada concepção é dinâmica se vista em uma escala de tempo suficiente, *conceptualização* é também empregado como um termo [...] geral” (p. 46, itálico do autor).

relacionados a propriedades, relações, protótipos, exemplares, entre outros aspectos, relacionados a experiências com essa emoção, a partir das quais o conceito é desenvolvido. Conforme explica Lakoff (1988), a experiência humana motiva o que é significativo para o pensamento, mas não é decisiva para a determinação do que são os conceitos; é a estrutura inerente à experiência intersubjetiva que faz o entendimento conceptual possível. Os significados são vistos como extensões dos conceitos, ou maneiras particulares de compreendê-los, posto que é pela combinação de conceitos estabelecidos na memória de longo-prazo – ou memória enciclopédica – que a expressão linguística como um todo assume um significado específico. Isso não significa, contudo, que assumiremos o princípio fregeano (1978) de composicionalidade forte. Na Linguística Cognitiva, as visões processual, multidirecional e construcional são assumidas para o estudo do significado, nas quais os compostos não são *apenas* o resultado da soma das partes.

“Um item lexical não tem um significado determinado completo. Ao invés disso, seu valor semântico reside em caminhos de acesso convencionais [...] para domínios abertos de conhecimento” (LANGACKER, 2008, p. 42). Em outras palavras, a ativação de certas partes da memória enciclopédica depende do engajamento dos indivíduos no evento comunicativo, da apreensão dos contextos físicos, sociais e culturais, das concepções evocadas durante a interação e dos domínios da experiência relevantes para a situação. Para Langacker (2008), padrões de composicionalidade semântica são apenas um dos recursos explorados no processo de construção conceptual que produz significado de expressões complexas. Um item lexical não possui um significado completo e determinado, mas o seu processo de composição é meramente sugerido por significados lexicais e por padrões composicionais, mas que não são suficientes, por si só, para derivar o significado de uma expressão. Por isso, a linguagem exhibe apenas uma *composicionalidade parcial*. Desse modo, como afirma Langacker (2008), o significado de uma expressão linguística é ativamente construído a partir de indicações fragmentárias originadas de seus elementos constitutivos. Nessa versão de composicionalidade parcial, assume-se que “as partes constituintes da expressão complexa e sua gramática realmente *contribuem* para o significado da expressão, mas não a determinam completamente” (KÖVECSES, 2006 p. 319, itálico do autor).

Portanto, a relação entre conceitos e significados não é de igualdade, mas de complementaridade e, para tal, assumiremos que o significado de uma palavra *usa* conceitos, mas *não é* um conceito. Para Barsalou *et al.* (1993, p. 23), “conceitos são contextualizados e locais no escopo das situações”, isto é, ao serem contextualizados, eles assumem determinado significado para certo momento. De acordo com Langacker (1987), significados associados a palavras apenas formam um subconjunto de conceitos (possíveis) e, desse modo, não é possível igualar a

estrutura semântica e a conceptual. O autor afirma ainda que o conjunto de conceitos lexicais é apenas um subconjunto de conceitos na memória enciclopédica de um indivíduo.

Barsalou (1999) explica que um sistema conceptual não é um sistema de registro, no qual representações estáticas e conceitos básicos estariam estocados para serem usados a qualquer momento. Na verdade, um sistema conceptual básico fundamenta-se em símbolos perceptuais dos sentidos do corpo, mas também por propriocepção e introspecção. Assim, representações perceptuais – “experenciais” num sentido amplo – emergem de interações com o mundo, através da consciência dos sentimentos e percepções do próprio corpo e também por estados introspectivos. Logo, podemos dizer que conceitos de emoção são processados por meio de estados corpóreos, internos, a partir do processamento de *inputs* externos, os quais são compartilhados intersubjetivamente. Por essa razão, só é possível entender o significado de um conceito porque ele é experencialmente compartilhado, no sentido de que os estados subjetivos são trazidos para a cena comunicativa no momento em que a interação ocorre, por meio de pistas linguísticas, e, desse modo, aceitos como tendo um significado compartilhado aproximado, em consonância com o modo de pensar de uma comunidade de falantes. Para Wilson-Mendenhall *et al.* (2011), conforme as pessoas experienciam uma situação, elas categorizam os agentes, objetos, cenários [*settings*], comportamentos, eventos, propriedades, relações, estados corporais, estados mentais, e assim por diante, que estão presentes. Conforme algum aspecto da experiência é percebido, ele projeta em todos os conceitos em paralelo, com os conceitos competindo para categorizar o aspecto. O conceito que mais bem se enquadrar à situação é o vencedor (WILSON-MENDENHALL *et al.*, 2011, p. 1106). Uma vez que os conceitos se tornam estabelecidos na memória, eles têm um papel central em toda cognição, dando suporte à percepção, à categorização, a inferências, e a muitos outros processos.

Embora os símbolos perceptuais permaneçam enraizados no sistema sensorio-motor, eles representam componentes esquemáticos da experiência perceptual, e não uma experiência holística, como se fossem imagens estocadas na mente. Para Feldman (2006) esquemas são maneiras de expressar uma interpretação simbólica de um significado corporizado. Como mencionamos, um símbolo perceptual não é um registro de um estado cerebral como um todo, mas representa uma forma de esquematização, isto é, uma abstração que resulta em representações que são menos detalhadas que os enunciados que dão origem a eles. De acordo com Barsalou (1999), esse processo é desencadeado por atenção seletiva, um mecanismo que isola informações em percepção e as estoca na memória de longo prazo em porções [*chunks*], que podem funcionar mais tarde como símbolos. Langacker (1987) menciona que conceitos são especificados na relação com outros conceitos, na qual um referente conceptual, ou objeto do

foco de atenção, tem papel principal na especificação deles. Assim, um item lexical sempre carrega um esquema básico, mais ou menos estável, devido à recorrência dele em contextos diversos. Mas esse esquema não é fixo, já que ele se reconstrói em cada nova interação, assumindo assim sentidos diversos.

Nesse sentido, no enunciado (21) *Sinto-me fervendo por dentro*, quando relacionado a um momento de raiva extrema, a expressão dessa emoção direciona a atenção para a metáfora conceptual RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE. A forma como nos expressamos em relação a RAIVA revela nossa concepção para essa emoção, em que especificamos, entre outros sentidos possíveis, a sua intensidade. As representações que estão inscritas na memória enciclopédica podem ser combinadas recursivamente, nas quais conceitos podem ser compostos a fim de produzir um conjunto aberto de conceptualizações, resultando em interpretações semânticas para expressões linguísticas. Esses símbolos perceptuais não funcionam como um símbolo discreto, assim como não representam indivíduos ou objetos específicos; de fato, já que apenas informações parciais são recuperadas, o mesmo símbolo perceptual pode representar uma variedade ampla de referentes, dependendo dos fatores contextuais envolvidos. “Conceitos raramente são representados em um vácuo. Quando o conceito [...] se torna ativo, não é representado isoladamente, voando pelo espaço, mas é, ao invés disso, representado em uma situação de *background* significativa” (WILSON-MENDENHALL *et al.*, 2011, p. 1107).

Barsalou *et al.* (1993) afirmam que símbolos perceptuais originam-se a partir da experiência, e representam conceitos como imagens composicionais. Na visão de Barsalou (1999), um conceito equivale a um *simulador*. “é o conhecimento de *background* e os processos que o acompanham que permitem a um indivíduo representar algum tipo de evento ou entidade adequadamente” (p. 587). Além disso, enquanto um conceito representa um tipo geral, o processo de conceptualização, *situado* (WILSON-MENDENHALL *et al.*, 2011), oferece um modo específico de pensar sobre o conceito – em outras palavras, essa distinção reflete a relação token-type.

Símbolos perceptuais originam-se por meio de modalidades sensoriais, propriocepção e introspecção, e, como tal, “não existem independentemente uns dos outros na memória de longo prazo”; ao invés disso, “símbolos relacionados tornam-se organizados em um *simulador* de uma entidade ou evento na sua ausência” (BARSALOU, 1999, p. 585, *itálicos nossos*). Para Wilson-Mendenhall *et al.* (2011), o conteúdo informacional de um conceito pode ser visto como uma coleção de informação multimodal que tem sido experienciada e processada por suas instâncias. Dependendo da relevância das modalidades particulares, o perfil resultante da atividade se torna

estocado em circuito neural – ou rede – distribuído que processa o conceito, desse modo criando uma representação multimodal do processamento relevante que ocorre tipicamente (p. 1107).

Dentro dessa construção, um *frame* nunca é experienciado como um todo, mas seus subconjuntos de informação tornam-se ativos para construir simulações específicas na memória de trabalho: “conexões dentro de um *frame* mudam enquanto novas instâncias tornam-se codificadas” (BARSALOU, 1999, p. 591). Desse modo, é na memória de trabalho que simulações, que são sempre parciais, executam simuladores *multimodais* (no sentido de que eles dependem da percepção, da propriocepção e da introspecção, como mencionado acima), que são culturalmente aceitáveis e adequadamente compreendidos.

Barsalou *et al.* (1993) argumenta que imagens mentais são constituídas de modo abstrato e esquemático através de *inputs* perceptuais. É importante elucidar que, conforme Damásio (2004), imagens mentais são composições visuais, auditivas, táteis, olfativas e gustativas, como dor e náusea, por exemplo. Nesse sentido, componentes imagéticos previamente moldados pela experiência emergem como mecanismos de atenção, memória, referência e composição, os quais são ativados durante a comunicação. Isso significa que os conceitos que elaboramos durante a interação não são simplesmente “estocados” na mente, tendo em vista que não há uma correspondência símbolo-referência, num mundo objetivo; de fato, conceitos que criamos ao longo da vida estão inscritos como bases para serem recuperados e estabelecidos em contextos dinâmicos, nos quais seu *background* é desencadeado em uma realidade projetada na mente – essa realidade que é, por si só, conceptualizada de um modo determinado, em um momento específico.

Lakoff (1987) declara que conceitos podem apenas ter delimitações *fuzzy* para o significado e, como tal, a escolha de uma determinada perspectiva está relacionada à tendência cognitiva de voltarmos nossa atenção ao que é mais relevante, porque “o aspecto que focalizamos é algo sobre o qual podemos formular certas previsões” (EVANS; GREEN, 2006, p. 18). Langacker (1987) define essa característica da cognição em termos de organização *perfil-base* [*profile-base*], em que *perfil*, por um lado, é parte da estrutura semântica sobre a qual há um foco de atenção; por outro lado, a *base* é a característica particular da estrutura semântica à qual não é dada tanta atenção, como se essa fosse apenas o *background* a partir do qual o conceito se apoiará. Desse modo, na maior parte do tempo, se alguém sente raiva, os efeitos fisiológicos dessa emoção são mais proeminentes, enquanto quaisquer outros elementos que poderiam ter desencadeado essa emoção – tais como as suas causas – são deixadas em segundo plano. Essa é uma das razões pela qual muitas pessoas acreditam haver uma separação cartesiana estrita entre razão e emoção, um fato que pode ser notado em enunciados comumente proferidos na vida

cotidiana: “*Ela perdeu o controle*”; “*Eu estava tão furioso que não conseguia ver mais nada à minha frente*”; “*Eu estava cego de raiva*”; “*Ela estava tão apaixonada que perdeu a cabeça*”, entre tantos outros. Tais expressões são indicadores [*pointers*] para a forma como conceptualizamos nossas emoções, em que a atenção se volta principalmente para características perceptuais do evento emocional, como se, naquele momento, a racionalidade – num sentido cartesiano – não existisse. Por exemplo, PERDA DE CONTROLE (RACIONAL) é um domínio da metáfora conceptual comum que emerge nesse caso. Por isso, muitos aspectos que já estão estabelecidos na memória enciclopédica/de longo-prazo podem sofrer mudanças de acordo com o foco de atenção durante o uso, nos quais apenas certos aspectos de um conceito têm proeminência.

O conceito para RAIVA, por exemplo, poderá ter diferentes interpretações a cada nova situação; embora tenha uma representação experiencial que é comumente compartilhada pelos indivíduos da mesma comunidade de fala, o conceito pode ser expandido ou restringido de acordo com o contexto *online* e com nossa forma particular de interpretá-lo. Por isso, os exemplos (21) e (61) a (64) possuem diferentes aspectos ou focos para a mesma emoção, e eles podem ser especificados de acordo com os elementos contextuais que são trazidos à cena enquanto a comunicação se desenrola.

(1) *Sinto-me fervendo por dentro.*

(61) *Eu estava tão bravo que poderia ter dado um tapa na cara dele!*

(62) *Ela só consegue falar sobre seu passado de forma raivosa.*

(63) *Pude ver ira nos seus olhos.*

(64) *A raiva cresceu dentro de mim.*

Como mencionado acima, tais interpretações serão possíveis por causa de mecanismos de memória e de atenção seletiva, mas, também, a noção de *referência* é uma parte fundamental do processo de significação de um conceito. Para Barsalou *et al.* (1993), uma vez inscritos na memória de longo prazo (ou no que chamamos de memória enciclopédica) por meio da atenção seletiva, o conceito se torna um símbolo perceptual – ou *simulador* –, o qual emerge quando quer que seja necessário para ser utilizado no ato comunicativo. Assim que o conceito para RAIVA é extraído de objetos que constituem a realidade do indivíduo, que é compartilhada com outros por meio de interações cotidianas, uma noção muito geral dessa emoção é estabelecida no sistema conceptual convencional (KÖVECSES, 2011). Conforme o contexto *online* se desenvolve, esse conceito é combinado com a expressão linguística que o norteia a fim de que se possa elaborar um conceito *ad hoc*. Como os símbolos perceptuais inscritos na memória de longo prazo são

combinados e influenciados por atos interacionais, diz-se que conceitos são composicionais (BARSALOU *et al.*, 1993) – e aqui, como já afirmamos, essa composicionalidade é apenas parcial.

A emergência do significado em certo contexto conversacional segue-se de componentes do enunciado como um todo, tal como ocorre em (61) [...] *eu poderia ter dado um tapa na cara dele!*, deixando para trás outros elementos que estariam consolidados na memória enciclopédica por meio de experiências, mas que podem ser selecionados em outras circunstâncias, quando o conceito é reformulado. Na conceptualização de RAIVA e de suas variações, por exemplo, um dos seus símbolos perceptuais pode emergir durante a comunicação assim que o domínio CALOR é utilizado como fonte, como no exemplo (21), e não todo o corpo de experiências sob o escopo do rótulo linguístico para aquele conceito. Assim, ao construir a metonímia CALOR DO CORPO PARA RAIVA, estamos tomando apenas uma perspectiva para aquela emoção. Por isso, ao afirmar que um item lexical licencia pontos de acesso para um vasto repositório de conhecimento enciclopédico ligado a certo conceito, Langacker (1987) diz que há uma base conceitual a partir da qual o uso determinará as instâncias de seu significado *ad hoc*. Um conceito, portanto, nunca é o mesmo, tendo em vista que os significados emergem durante um ato comunicativo a partir da união de elementos conceituais da memória enciclopédica e dos *inputs* contextuais. FELICIDADE, por exemplo, é um conceito reestruturado a cada nova interação, mesmo que sua compreensão possa emergir de um conceito prototípico evocado pelo item lexical ‘felicidade’. Ao ativar o conceito para raiva, por exemplo, uma conceptualização situada associada pode ativar representações de ações interativas relacionadas aos sentimentos dessa emoção, de estados internos, e construtos perceptuais que indicam um estado típico para raiva. Não apenas raiva representa instâncias do conceito, como também controla interações com instâncias e prevê os eventos resultantes. De fato, Wilson-Mendenhall *et al.* (2011) afirmam que, uma vez que uma entidade tenha sido categorizada, inferências categoriais se seguem, incluindo inferências sobre como a entidade pode se comportar, como deve ocorrer a interação com essa entidade, qual é o seu valor aproximado nessa interação, entre outros aspectos que podem emergir em dado momento. Tais inferências resultam do acesso do conhecimento da categoria associada ao conceito usado para categorizar a instância corrente, e então generalizar esse conhecimento para essa instância.

A produtividade de símbolos perceptuais é dada pela forma como a atenção seletiva opera, e essa é a razão pela qual esses conceitos são descritos como incompletos e *fuzzy*, isto é, sem uma delimitação clara, e com uma ampla variedade de uso. Mesmo o conceito mais simples, como ÁRVORE, convencionalmente conhecido como um elemento concreto na natureza, em princípio, pode ter uma variedade ampla de significados possíveis; pode tornar-se uma ‘árvore

alta', uma 'árvore de natal', uma 'árvore genealógica', uma 'árvore sintática' e até mesmo a 'árvore da vida'! Do mesmo modo, as interações com outros indivíduos e o compartilhar de percepções acerca de experiências próprias levam a mudanças na concepção de certos conceitos: assim, o conceito para CONEXÃO, uma vez ligado a ÁRVORE, evoluiu para TEIAS (ambos associados a elementos naturais), depois para REDES, e parece se encaminhar para a noção ligada a NUVENS (como em "nuvens de *tags*", termo utilizado na *Web* atualmente para designar uma representação visual de marcadores, ou *tags*, ligados a palavras-chave de um texto em ambiente virtual). Essas variações só indicam as mudanças de paradigmas relacionadas a nossa concepção de mundo. Como os conceitos são definidos através de simulações fornecidas pela interação na memória de trabalho, eles serão expandidos ou delimitados de acordo com os *inputs* contextuais. Barsalou (1999) explica ainda que símbolos perceptuais são, também, recursivos, tendo em vista que eles se originam da combinação, seleção, filtragem de aspectos diversos, esquematização e também porque suas propriedades permitem preenchimento, substituição, transformação e exclusão de estruturas existentes.

Estivemos enfatizando até agora que nossas experiências corpóreas/perceptuais nos levam a elaborar, na maior parte do tempo inconsciente e automaticamente, os conceitos genéricos que são reestruturados a cada nova interação com outros indivíduos. Como Lakoff (1988) explica, a experiência humana motiva o que é significativo para o pensamento, mas não é decisiva para a determinação de conceitos; é a estrutura que subjaz a experiência como um todo que torna a compreensão possível. Isso significa que, mesmo que as experiências sejam essenciais para esse processo, é apenas quando a comunicação ocorre que os conceitos são especificados, isto é, o significado particular que caracteriza certo conceito é estabelecido pela interação entre o sistema conceptual e os *inputs* comunicativos.

Tendo em vista que a estrutura conceptual é essencialmente corporificada, o tipo de linguagem que utilizamos refere a conceitos que são construídos de maneira proprioceptiva (i.e., por meio de sensibilidade corporal), juntamente com a consciência dos aspectos compartilhados da comunicação – portanto, conceitos não têm uma ligação direta com o mundo externo; essa conexão deve ser construída (BARSALOU *et al.*, 1993; ver também LANGACKER, 2008, capítulos 2, 3 e 14). Significados associados a um conceito formam um subconjunto daquele conceito, o qual leva a interpretações ainda mais amplas, que vão além do que chamamos de significado convencional, ou geral. O conceito de RAIVA é construído ao longo da vida por meio de experiências corpóreas, e essa base conceptual será usada como um elemento que indica variações de uma mesma noção para esse conceito. Assim, os exemplos (21) e (61) a (64) são instâncias do mesmo conceito, que varia de acordo com o contexto situacional. Isso ocorre

porque os seres humanos têm a tendência natural de classificar elementos de sua realidade em categorias com delimitações *fuzzy*, que podem expandir, restringir, acrescentar ou até mesmo mudar aspectos ligados a dado conceito; por isso, um conceito pode assumir certa perspectiva de acordo com a forma como é acessado em uma categoria cognitiva.

A habilidade humana de expandir e/ou delimitar o significado de um conceito através de processos cognitivos como categorização, formação de espaços mentais, ativação em rede, dentre tantos outros descritos aqui leva à impressão de que uma expressão linguística seja compreendida como tendo um sentido dito literal ou figurado. Explanaremos, na seção seguinte, que os processos cognitivos através dos quais um conceito emerge seguem o mesmo caminho inferencial, e que os rótulos linguísticos para designar essa distinção são meramente provisórios.

2.9 LINGUAGEM DE EMOÇÕES: SENTIDOS LÍTERAIS E FIGURADOS

É bastante difundida a crença de que os significados literais servem como bases para a interpretação da linguagem figurada; essa seria uma *extensão* da literalidade. De fato, essa ideia está ligada ao pensamento de que as palavras, em si, *contêm* significados, e ao usá-las os estaríamos transmitindo. Assim, a crença de que as palavras possuem uma essência literal conduz a uma teorização de um mundo pronto, de condições-de-verdade, em que as categorias das coisas reais também é pré-definida. Se retomarmos o que dissemos no segundo capítulo, a crença sobre a existência de um conceito mais básico do que todos os outros e, portanto, entendido como literal, faz parte de uma perspectiva objetivista.

Como já defendemos, só é possível determinar o significado do que se diz por meio de um conjunto de informações contextualizadas, as quais incluem a identificação de Modelos Cognitivos, categorização, mapeamentos, e associações em rede, entre outras. O que pensamos ser literal depende de fatores que envolvem dimensões ligadas a cenários diversos, níveis individuais e compartilhados, propósitos e intenções comunicativas e, principalmente, o contexto *online*. Em outras palavras, o caráter literal de um conceito só pode ser identificado e explorado no contexto de interações. Gibbs (1994, p. 64-65) concorda que a literalidade é apenas reconhecida no uso, pois nenhum conceito possui tal propriedade. Por isso, a distinção entre o literal e o figurado não é tão clara, tendo em vista que conceitos, de modo geral necessitam de certo caminho inferencial, dinâmico e contextual, a fim de que possam fazer sentido em uma interação. Isso ocorre quando tentamos definir as nossas próprias emoções: dizer que alguém está triste ou que essa pessoa sente um vazio em si pode não ser, simplesmente, uma variável para

uma mesma emoção, mas uma tentativa de transmitir uma estrutura complexa e construída do entendimento de dada emoção.

A linguagem de emoção referirá às *palavras* (léxico) e *metáforas* (expressão linguística) que comunicam estados de sentimentos. Palavras de uma emoção particular consistem de sinônimos pertencentes um ao outro (ROSCH; MERVIS, 1975; 1953). Além do mais, cada categoria de emoção (e.g. raiva) contém uma estrutura graduada, com alguns membros que se assemelham em grande medida (e.g. fúria, ira) e outros mais ou menos remotamente (e.g. irritação, aborrecimento) ao membro prototípico (e.g. raiva). É possível fazer distinções mais detalhadas entre emoções dentro e entre categorias do que dimensões (valência, atividade). Por exemplo, raiva e medo são ambos muito intensos e desagradáveis (e.g., dimensão negativa), contudo, elas são experienciadas como emoções qualitativamente diferentes (ROSENTHAL, 1998, p. 6-7).

Como indica Rosenthal, acima, a maneira como expressamos linguisticamente os nossos sentimentos de emoções evoca o nosso entendimento sobre eles em dado momento conversacional, bem como a sua intensidade, expressa pelo valor semântico de vocábulos que pertencem a uma mesma categoria. Um conceito como o de raiva, ou de felicidade, por exemplo, pode pertencer ao nível básico de uma categoria *ad hoc*. Na seção 2.1 explicamos que tais categorias poderiam expandir-se e derivar outros conceitos cujas propriedades se assemelhem entre si – e, portanto, para dado momento comunicativo uma expressão linguística ligada a uma emoção pode associar-se categorialmente a outra. No caso da FELICIDADE, por exemplo, podemos associar os conceitos de ALEGRIA, CONTENTAMENTO, SATISFAÇÃO, entre outros tantos que poderiam surgir no curso da comunicação, os quais direcionam e delimitam a compreensão do conceito de FELICIDADE para certo indivíduo em certo contexto discursivo. “[...] o que é chamado de significado literal é apenas um *default* plausível em contextos minimamente especificados. Não está claro que a noção de “significado literal” tenha algum papel privilegiado na construção *online* do significado” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 69), mas poderia ser aquele que, no uso, assume um caráter mais convencional, ou mais central, na categorização *ad hoc*, ao qual será atribuído o *status* de conceito *default*.

Dessa forma, um conceito relacionado ao item lexical ‘felicidade’ pode ter significados múltiplos, devido ao fato de a sua inserção em uma categoria poder denotar sentidos diversos em relação ao mesmo tópico emocional em dado momento. Contrariando uma visão objetivista, a rede lexical formada não é apenas um repositório de conceitos que variam sobre um significado central e literal, mas é um construto motivado por princípios cognitivos estruturadores. Por isso, as categorias que formamos para uma emoção são constituídas dinamicamente e são totalmente dependentes do contexto. Os efeitos prototípicos gerados – e a sensação de que uma expressão linguística de emoção é literal em relação a outras com as quais se relaciona – são parte dessa estrutura categorial formulada *online*, e, portanto, são também *ad hoc* – noção advinda dos

trabalhos de Barsalou (1983) e Barsalou e Sewell (1984). Essa tese encontra respaldo em Barsalou (1999), segundo o qual a conceptualização é, ao mesmo tempo, um processo dinâmico e situado.

A impressão de que as categorias são estáveis e de que há um significado central para os conceitos de maneira geral ocorre porque as pessoas compartilham informações e as estocam em sua memória de longo prazo. A constituição de categorias é relativamente estável social e culturalmente por se tratar de um processo de elaboração intersubjetiva. Para Gibbs (1994), “em diferentes ocasiões, indivíduos diferentes recuperam subconjuntos de características de seu conhecimento extensivo sobre uma categoria” (p. 53). Como o conhecimento sobre determinada categoria não é estático, esse pode ser utilizado para reformular outras categorias, em momentos diferentes, demonstrando assim a plasticidade dessa habilidade cognitiva. Por isso, Gibbs (1994) sugere que os conceitos são “construções temporárias na memória de trabalho” (p. 54) produzidas imediatamente a partir de informações de toda sorte estocadas na memória de longo prazo. Tal constatação está ligada à distinção feita por Barsalou (1999) entre memória de trabalho e memória de longo prazo. Para o autor, simulações de uma entidade ou de um evento são executadas na memória de trabalho, e funcionam como *especificadores* para os símbolos perceptuais, ou conceitos, inscritos na memória de longo prazo. O conceito resultante deriva de associações múltiplas para *frames* ou para modelos cognitivos idealizados, bases para reformulação de conceitos. Desse modo, podemos considerar conceitos de emoção como construtos que incorporam elementos, i.e., símbolos perceptuais na memória de longo prazo, parte do sistema conceptual.

Segundo Gibbs (1994), uma forma de explicar as intuições das pessoas sobre os significados literais das palavras é pensar neles como se refletissem diferentes tipos de conhecimento ou teorias como Modelos Cognitivos Idealizados, já que esses são construtos que as pessoas elaboram para organizar seu conhecimento sobre determinado tema. Assim, na hipótese lakoffiana, esses modelos relacionam, através de princípios estruturadores, os muitos conceitos que se ligam inferencialmente em uma só estrutura experiencialmente significativa (GIBBS, 1994, p. 57-58).

Dado que entendemos palavras e expressões em termos de MCIs, não é possível estabelecer um conceito único e específico para uma emoção que sentimos. Por não se encaixar numa palavra com precisão, a compreensão dele decorre das múltiplas associações estruturadas em um desses modelos, que não são precisos, mas que moldam as suposições que emergem para esse fim. Um MCI, então, só construirá um significado aparentemente literal ou figurado a partir das interações das estruturas cognitivas, como mapeamentos, esquemas de imagem, *frames*, com elementos advindos de *inputs* que fazem parte da interação, os quais constituirão o contexto

comunicativo. A complexidade das emoções faz emergir as propriedades emergentes que são julgadas a partir de um MCI, e não por acaso alguém diz sentir alegria, mas não felicidade, ou que se sente fervilhando por dentro, e não que a raiva o está deixando louco, por exemplo.

Até mesmo o sentimento mais primário e espontâneo de nojo ou felicidade será sentido por *alguém* percebendo *algo* ou *alguém*, e será inserido em uma narrativa de causalidade, com alguma expressão acompanhando, mesmo se reprimida. Há, é claro, componentes não-cognitivos e não-culturais na emoção, mas não há emoções não-cognitivas e não-culturais. Precisamos de *emoções integradas* se quisermos dar algum sentido à experiência afetiva (PAGÁN CÁNOVAS, 2010, p. 3).

Desse modo, todas as emoções estão integradas, em diferentes graus de complexidade. As emoções, então, situam-se em um *continuum*, sem uma divisão entre emoções mais básicas e mais complexas. Para o autor, “toda experiência emocional envolve mescla de algum tipo, e o significado é emergente de redes de integração conceptual” (p. 3). Como vimos em Damásio (1996), há emoções ditas mais básicas, como felicidade, raiva, nojo, tristeza, medo, surpresa. Essas são consideradas potencialmente universais pelo fato de a expressão delas ter sido encontrada em diferentes culturas. Contudo, também mencionamos que, no trabalho de Barsalou (1999), as percepções pré-conceptuais são parte de conceitos *diretos* (de emoção, neste caso), e, para nós, mesmo o conceito mais básico de emoção que está inscrito na memória enciclopédica uma vez já passou por uma rede de integração conceptual do tipo simplex.

A rede integração que constitui um conceito *ad hoc* de emoção é entendida no sentido da tese de marcadores somáticos de Damásio (1995), que descreve a construção de significado por meio de representações neurais de estímulos, corpo e *self*. Enquanto Damásio (1994) trata os componentes de uma emoção como justapostos, dividindo-os em etapas graduais, Pagán Cánovas (2010) mostra que os elementos que constituem as redes de integração conceptual são mesclados em uma experiência integrada.

Partindo-se dessa afirmação, podemos pensar que a separação entre significado literal e significado figurado é apenas uma diferença superficial e, portanto, fruto de nossa percepção. Em outras palavras, mesmo quando utilizamos palavras convencionais e conceitos relacionados, tais como ‘raiva’, ‘tristeza’, ou ‘alegria’, ou um mapeamento metafórico, os processos que desencadeiam o significado para esses conceitos são os mesmos. Esses são, portanto, rótulos cujos conceitos são reformulados no momento da interação. Turner (2005) parece concordar com essa ideia ao sustentar que não há operações cognitivas distintas na construção de sentidos ditos literais ou figurados³⁹: “uma conexão parece literal ou figurada (ou algo no nível

³⁹ Esse é o motivo pelo qual utilizamos a expressão “dito literal” desde o início deste texto.

intermediário) não absolutamente, mas em relação às estruturas de categoria usadas para entendê-las” (p. 26). Tomemos dois exemplos relacionados a emoções:

(65) *Ela sentiu irritação.*

(66) *Ela sentia-se fervilhando por dentro.*

No exemplo (65), estabeleceríamos, automaticamente, e por causa do contexto, uma conexão com um nível categorial superordenado de EMOÇÃO, possivelmente identificando RAIVA como um conceito inserido em uma categoria básica que carrega sua própria designação. Como vimos, outros nomes de emoção, como ‘frustração’, ‘irritação’, ‘agressividade’, ‘aborrecimento’ e até mesmo ‘ojeriza’ seriam irradiados para um nível subordinado, levando à impressão de que esses nomes seriam literais. Contudo, é importante enfatizar que emoções consideradas básicas não podem ser reduzidas as respostas fisiológicas automáticas a determinados estímulos apenas, pois essas percepções seriam pré-linguísticas: Pagán Cánovas (2010) explica que essas emoções são experiências integradas que mesclam o *self* e modelos cognitivos que relacionam imagens mentais vinculados a memórias, *frames* culturais, sociais, entre outros. Por isso, mesmo que o rótulo “irritação” seja expresso linguisticamente, esse invariavelmente está inserido em um contexto *online*. Por isso, o conceito IRRITAÇÃO é ativado e, com ele, sub-redes conceptuais que carregam domínios concretos da experiência corpórea se farão presentes. Ainda que o rótulo linguístico seja expresso, uma gama de experiências trazidas pela memória de longo prazo se torna manifesta, em uma retomada de experiências e percepções de momentos posteriores aos quais se nomeou como desencadeadores dessa emoção.

Já no exemplo (66), a metáfora conceptual subjacente RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE PRESSURIZADO leva-nos à percepção de que temos aí um sentido figurado. Tal mapeamento traz um componente adicional ao significado desse conceito: de fato, ao sugerir essa metáfora conceptual, o enunciado também expressa a intensidade da emoção pelo mapeamento CALOR (DO FLUIDO) → INTENSIDADE (DA RAIVA), e a inclusão do advérbio ‘muito’, em ‘muita raiva’ pode não levantar os significados que a expressão linguística em (65) sugere, elevando o seu grau apenas. ‘Fervilhando’, por outro lado, levaria a implicações que se originam do *frame* de RAIVA, inscrito na memória de longo prazo: PERDA POTENCIAL DE CONTROLE, PERDA DE CONTROLE, ou ATO AGRESSIVO, por exemplo (LAKOFF; KÖVECSES, 1987).

Entretanto, da mesma forma como ocorre em um enunciado dito literal, há exigência de uma conexão com modelos mentais, que são referidos por Turner (2005) como categorias de nível básico. Também nesse caso, assim como vimos ao longo deste capítulo, conexões são

estabelecidas tanto para significados ditos mais convencionais quanto para figurados, mas essas estão evidenciadas mais pontualmente por meio de mapeamentos entre domínios diferentes que fazem emergir sentidos metafóricos, tal como CALOR → INTENSIDADE: a interpretação metafórica enfatiza a intensidade de um conceito de emoção, especificando como a experiência emocional é entendida por um indivíduo ou mesmo para uma comunidade de fala.

De acordo com Rosenthal (1998), estudos em Linguística Cognitiva “descobriram que metáforas de emoção frequentemente contêm referências a mudanças fisiológicas e somáticas periféricas, e essas mudanças são diferenciadas por emoções diferentes (e.g., ‘calor’ na raiva, ‘frio’ no medo)” (p. 1). Para a mesma autora, a emoção “é frequentemente associada a sensações físicas, e parece que a linguagem falada refere essas sensações nos termos de padrões de ativação autônoma” (p. 2). Desse modo, sentimos calor quando alguém expressa afeto, temos “borboletas” no estômago quando nos apaixonamos, um frio percorre nossa espinha ao mero sinal de medo, sentimo-nos ferver por dentro quando a raiva surge. A compreensão do significado de uma emoção se dá pela associação entre essas manifestações, via experiência, e da linguagem de emoção a elas ligada. Demonstramos esse ponto na seção 2.7, em que argumentamos que o processamento dos elementos que envolvem a conceptualização de uma emoção depende de projeções conceptuais advindas da ativação de redes de integração conceptuais. Nesse sentido, Kövecses (2000, p. 21) afirma que a metáfora “não apenas se dissemina na linguagem que as pessoas usam sobre as emoções, mas também [...] é essencial para a compreensão da maioria dos aspectos da conceptualização e da experiência emocional”.

As redes de integração formuladas para a compreensão de enunciados como (58) *Ele estava tremendo de raiva.* e (39) *A discussão foi bastante acalorada.* atingem-nos de maneiras diferentes, já que, no caso da percepção dita literal, os níveis de categorias mapeados são diferentes, enquanto um sentido que parece ser figurado é mapeado a partir do mesmo nível categorial. Contudo, mesmo provocando reações diferentes na percepção de cada enunciado, os mecanismos cognitivos utilizados para compreender um conceito cuja expressão indica sentidos ditos literal ou metafórico são os mesmos. Segundo Turner (2005), as conexões que estabelecemos dependem do grau de “entrelaçamento produtivo” e, por isso, estão sujeitas à frequência de uso. Assim, entender um conceito depende das relações entre domínios conceptuais, dos *frames* a partir dos quais esses domínios são construídos, e da forma como esse é expresso linguisticamente. Além disso, os conceitos são sensíveis à dinamicidade do sistema, ao propósito e à situação comunicativa.

A Teoria da Integração Conceptual generaliza esses mapeamentos, tendo em vista que as mesmas operações subjazem todos os tipos de enunciados, fornecendo um modelo que dá conta

de mesclas complexas e de simulações mentais que originam significados diversos. O que diferencia esses enunciados é o grau de entrelaçamento conceptual, os tipos de redes de integração utilizados em tempo real e a familiaridade com o *frame* e com o cenário na atividade comunicativa, além do grau de explicitude da mescla.

Na perspectiva de Turner (2005), a construção dinâmica do significado é tratada como um padrão: as redes de integração são formadas por elementos conceptuais imbricados na memória enciclopédica, sendo ativados por meio de projeções entre os espaços de *input* durante a operação de integração que resultará em uma estrutura emergente. O produto dessas redes poderá ser usado para processamentos de significados futuros. As redes de integração conceptual atuam em todos os níveis de construção do significado emocional, a partir daqueles que se refletem em um único item lexical e suas variações até daqueles que denotam mapeamentos conceptuais figurados. Pagán Cánovas (2010) entende que as emoções podem ser estudadas com base em seus padrões recorrentes, como reações fisiológicas e a sua interação com fatores sociais e culturais. É por isso que o autor refere que todas a base conceptual das emoções está integrada, situando os conceitos em um *continuum*, sem uma divisão estrita entre palavras relacionadas a emoções que aparentemente são literais e/ou figuradas. Isso ocorre porque “toda experiência emocional envolve *blending* de algum tipo, e o significado afetivo é emergente de redes de integração conceptual” (p. 3). Estudos semelhantes foram previamente conduzidos por Kövecses (2000; 2002a; 2005), Lakoff e Kövecses (1987), Rosenthal (1998), entre outros. Contudo, modelos cognitivos-culturais de emoções são *blends* já inscritos na memória de longo prazo, e não é necessário retomar as etapas da construção de redes de integração conceptual a cada nova interação. Qualquer modelo cognitivo de emoção consiste de uma variedade de experiências de diferentes tipos, as quais englobam fisiologia, comportamento, construtos culturais, causas sociais, entre outros. É o *significado* de um conceito que emerge por meio de uma rede de integração conceptual, na qual os elementos da experiência e aqueles fornecidos pelo contexto imediato da expressão linguística serão mesclados a fim de formar uma estrutura emergente.

Sendo assim, ao invés de se pensar no significado de dado item ou expressão linguística, ou na sua representação semântica, devemos lançar nosso olhar para o(s) seu(s) significado(s) potencial(is). Fauconnier e Turner (2003, p. 79) esclarecem que o potencial de significado é o número de maneiras essencialmente delimitadas a partir das quais uma expressão pode impelir processos dinâmicos, os quais incluem conexões em rede, mapeamentos, *blends* e simulações. Esses processos são altamente criativos em vários níveis, mas inconscientes. São uma manifestação da flexibilidade, riqueza e capacidade de adaptação do potencial de significado em nosso sistema conceptual em detrimento das nossas restrições lexicais.

É nesse sentido que Langacker (2008) afirma que uma língua abrange um inventário enorme de unidades linguísticas convencionais, todas abstraídas de eventos de uso. Para o autor, algumas unidades são esquemáticas se comparadas com outras, e estão conectadas por relações de categorização, ambas de elaboração e de extensão, podendo, assim, formar redes de *qualquer tamanho*. Cada relação de categorização em uma rede é uma unidade linguística convencional, que, moldada pelo uso, constrói-se por graus de *entrincheiramento* [*entrenchment*] e por acessibilidade de ativação de cada unidade. Para Langacker (2008), a unidade linguística mais entrincheirada [*entrenched*] e mais prontamente ativada será geralmente a estrutura original, ou, como preferimos chamar, a mais convencionalizada, que pode ser reconhecida como um protótipo dessa categoria (*ad hoc*).

No âmbito do processo de ativação em redes de integração, itens lexicais tendem a ser naturalmente polissêmicos, tendo sentidos múltiplos ligados por relações de categorização. Os vários sentidos podem inserir-se em uma categoria, que se estrutura por meio dessas relações. “Trata-se de [...] uma categoria complexa porque sua filiação e sua configuração não são redutíveis a um só elemento” (LANGACKER, 2008, p. 224-225). Ainda citando Langacker (2008, p. 227), “[...] o modelo de rede é útil porque captura algumas propriedades essenciais de categorias complexas: que há variantes múltiplas, que essas estão relacionadas de certas maneiras, e que algumas são mais centrais [...] do que outras”.

Assim, a polissemia é entendida como um processo automático de estruturação de sentido que se verifica no decorrer da interação. A ocorrência de itens polissêmicos revela a capacidade de, a partir de uma lista finita de itens lexicais, criar infinitos sentidos, sendo que cada uso revela uma faceta de nossa organização cognitiva. Esse aspecto é defendido por Feltes (2007, p. 183), para a qual “[...] a polissemia emerge como um fenômeno natural, como uma consequência da habilidade humana de pensar de forma flexível e criativa”.

[...] a polissemia sincrônica [é tratada] como rede de relações em estruturas radiais onde cada nó possui um (ou mais de um) modelo cognitivo-cultural que lhe dá uma forma, um conteúdo conceptual e um sentido em construção dinâmica. Os sentidos se multiplicam porque a mente se constrói na experiência, numa experiência com os outros, uma experiência reconstruída pela memória dessas experiências ou pelo sentido das interações que geraram esses sentidos, que os transformaram e que, de um modo ou de outro, em diferentes graus de consistência, orientam nossa vida interior e nossos modos de convivência (FELTES, 2007, p. 182-183).

Tal compreensão acerca do fenômeno da polissemia revela que a multiplicidade de sentidos é oriunda das construções elaboradas por nossas experiências no mundo. Para Nerlich e Clarke (2001, p. 14), na perspectiva cognitivista a polissemia assume funções gerais: (i) injetar a linguagem que se utiliza com subjetividade; (ii) reapropriar conjuntamente a linguagem que

usamos como um sistema compartilhado, intersubjetivo, para a expressão do significado; e (iii) remotivar a linguagem que usamos para assim podermos continuar utilizando-a para quaisquer novos propósitos comunicativos. Os autores afirmam ainda que uma forma de alcançar essa reapropriação subjetiva e intersubjetiva, bem como a renovação da linguagem, é através da negociação de significados múltiplos.

Se tomarmos os exemplos (67) *Uma onda de medo o invadiu.* e (68) *Quando ouvi o barulho, congelei de medo.*, podemos perceber que, em contextos diferentes, o mesmo item lexical assume propriedades semântico-pragmáticas diferentes. O item ‘medo’, em contextos variados, licencia a construção de redes de integração diferentes e, por esse motivo, indica os efeitos polissêmicos que um item que parece ser tão básico pode assumir. As diferentes interpretações decorrem porque o *blend* emergente concorda com o *frame* no qual se insere, realizando conexões particulares em dado momento. Fauconnier e Turner (2003) assumem, assim, que a polissemia é licenciada pela rede de integração, a partir da qual alguns elementos ficam em evidência no *blend* enquanto outros passam despercebidos. Por meio de uma projeção seletiva, na qual alguns elementos do espaço de *input* são extraídos para constituírem o espaço genérico, as formas existentes são aproveitadas a fim de expressar novos significados que emergem no *blend*. Essas combinações de elementos dos espaços de *input* podem ser aproveitadas para a estruturação do *blend*, cujo significado é selecionado *para aquele momento da comunicação* – o que não seria possível se o *blend* não tivesse sido construído. Dessa maneira, dizem Fauconnier e Turner (2003), o *blend* provém um *continuum* para efeitos polissêmicos, os quais são um resultado inevitável dessa operação, embora muitas vezes o fenômeno ocorra sem que tenhamos consciência disso.

Portanto, a forma linguística não cristaliza um *blend* na memória enciclopédica; um conceito já estruturado por um antigo *blend*, ao emergir através do espaço de *input* para construir uma nova rede conceitual, incitará um significado também novo – ou *ad hoc* – e relevante. Dessa forma, um único item lexical pode ser associado a uma infinidade de sub-redes e redes de integração e, por esse motivo, não é arbitrário. De fato, ao mesmo tempo em que provocam a emergência de novos significados a cada uso, eles se restringem de acordo com os mapeamentos feitos. O significado, então, emerge a partir das construções sobre os sentidos mais relevantes para cada caso.

O que diferenciara a construção de conceitos em geral para os de emoções é que esses deverão envolver também espaços de *input* que abrangem percepções (e sentimentos), as quais emergem automaticamente, sem que sejam conscientes, mas que são discriminadas inferencialmente no fluxo de nossas interações corpóreas. Contudo, como já argumentamos na seção 2.7, há uma necessidade evidente de explicar como suposições e inferências são formuladas

e selecionadas dentre inúmeras hipóteses que podem surgir. Mesmo que as abordagens sob o escopo da Semântica Cognitiva proponham uma explicação em relação à emergência do significado, elas falham em definir como os elementos são selecionados para fazerem parte dos espaços mentais que são escolhidos em detrimento de outros, e por que, na rede de integração, o foco de atenção é voltado apenas para esses itens. Ademais, não é possível saber que tipos de inferências são derivados a partir desses mapeamentos e como eles operam no sistema cognitivo. Essas questões serão retomadas no capítulo final, no qual proporemos uma interface metateórica a fim de tratar de tais aspectos levantados ao longo do texto.

Cabe dizer, neste momento, que o construto metateórico a ser desenvolvido deverá contar com grande parte das noções exploradas neste capítulo. Além de assumir a corporeidade situada como fundamento para toda a interface, a definição da natureza dos conceitos tal como a exploramos até o momento é a que será pressuposta no Capítulo 4. Nesse sentido, aos conceitos relacionados a sentimentos de emoção estão atrelados elementos que têm o papel fundamental na organização da experiência humana: categorização (*ad hoc*), esquemas de imagem, modelos cognitivos idealizados, metáforas e metonímias conceptuais. Além disso, o processo de conceptualização será regido pelos padrões de ativação em redes de integração conceptual no curso da comunicação, conforme exploramos na seção 2.7, os quais contam com a contribuição do desenvolvimento dinâmico de contextos *online* e *off-line*.

No capítulo seguinte, apresentaremos outra perspectiva sobre a construção de significados. A Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1995) é uma abordagem que lida, ao mesmo tempo, com a integração entre comunicação e cognição, e trata o significado como resultado de um processo inferencial *online*. Apesar do fato de as Teorias sob o escopo da Linguística Cognitiva e a da Teoria da Relevância terem diferentes fundamentos, veremos que elas possuem aspectos comuns que possibilitarão a aproximação metateórica. Após a discussão sobre a teoria de Sperber e Wilson, no Capítulo 3, trataremos da elaboração de uma interface consistente para o tratamento do significado de conceitos de emoção.

3 RELEVÂNCIA E EMOÇÕES: PROCESSOS INFERENCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS *AD HOC*

“As palavras só possuem significado no fluxo da vida.”
(Wittgenstein)

Compreender como nos comunicamos com outras pessoas é também estabelecer relações sobre a forma como significamos as nossas palavras e as dos outros. Por muito tempo, o uso de expressões norteadas pelo modelo da metáfora do canal, descrita por Reddy (1979), foi parte de uma visão objetiva proposta pela perspectiva de uma semântica de condições-de-verdade. Assim, “colocar as ideias no papel”, “trocar uma ideia” e “traduzir um pensamento” são expressões metafóricas que demonstram a ideia subjacente de que há uma transferência de saberes de uma mente para outra, na qual as palavras seriam vistas simplesmente como *sinais acústicos* nos quais os pensamentos estariam contidos. A comunicação seria estabelecida através da codificação e da decodificação da mensagem, e quaisquer problemas de compreensão seriam vistos como “ruídos” no canal de transmissão. Sob essa perspectiva, então, compreender o significado de uma sentença significa saber se ela é verdadeira ou falsa. Contudo, esse argumento, que abarca também a noção de correspondência objeto-mundo, mostrou-se inválido. Afinal, como vimos nos capítulos anteriores, o significado de um objeto, e o próprio mundo, pode assumir diferentes facetas pela mediação da natureza dos corpos que possuímos.

Wittgenstein, em suas *Investigações Filosóficas* (1984 [1953]), assume um estudo do significado do enunciado visando seu uso na linguagem natural. Retoma, dessa forma, o princípio do contexto de Frege (1978; 2002 [1892]), ao afirmar que as palavras só têm significado no contexto de ações, nos usos de um enunciado. A partir disso, Wittgenstein (1984 [1953]) elabora o conceito de “jogo de linguagem”: “um contexto de ações e palavras no qual uma expressão pode ter um significado”, ressaltando a importância do fator extralinguístico para a compreensão. Nenhum jogo de linguagem representa a essência da linguagem: é, na verdade, uma das suas várias práticas possíveis definidas a partir de dado contexto conversacional. O significado só pode emergir ao se considerar o jogo de linguagem no seu conjunto e nas diferenças com outros jogos. Assim, a expressão, a interpretação e a prática de uma regra estão no nível do agir social: a interpretação sozinha não basta, e compreender uma regra não quer dizer necessariamente segui-la corretamente. A linguagem e o conjunto dos jogos de linguagem são fenômenos governados

por regras – não há, por isso, uma linguagem privada, ou individual; a linguagem é, portanto, um fenômeno público, instituída pelo acordo entre os falantes quanto ao uso das palavras. A partir dessa constatação, e de teóricos como Strawson (1950), Grice (1975 [1957]; 1975), Austin (1962), Searle (1969) e Levinson (1983; 2000), questões como a linguagem em contexto e em práticas sociais passaram a ter relevância. A percepção de que haveria muito mais além do que é expresso em palavras abre espaço para um novo olhar sobre o que é significado e, especificamente, sobre o papel da intencionalidade na comunicação.

3.1 INTENÇÃO E INFERÊNCIAS NA DETERMINAÇÃO DO SIGNIFICADO

Tomados como elementos fundamentais para determinar o significado, o lugar assumido pela intenção do falante e a ideia norteadora de que há sempre um significado além do nível do dito são estabelecidos por P. Grice (1975 [1957]), que afirma que o significado não ocorre somente através de sua forma semântica, mas vai muito além. Para o autor, há uma lacuna entre o que se diz e o que se entende e essa constatação o leva a propor um modelo inferencial para a comunicação. A partir disso, pode-se considerar que a sua contribuição é uma das primeiras tentativas de conciliar a lógica, de uma semântica de condições-de-verdade, e a linguagem natural.

O significado, visto como uma bifurcação entre o dito e o implicado, deixa de ser visto como mera correspondência coisa-mundo, posto que, conforme Silveira e Feltes (2002, p. 19) “uma habilidade interpretativa que envolve um raciocínio inferencial, não contemplada por esse modelo, passa a ser requerida”. Previamente, porém, Grice (1975 [1957]) passa a analisar o significado de um enunciado *para um indivíduo* em termos de intenções e do reconhecimento dessas, além de estender a sua proposta na observação do “significado do falante” e do “significado da palavra”. A lacuna existente entre o dito e o implicado seria preenchida não mais por decodificação, como propunham os modelos da Semântica Formal, mas através de inferências. Dessa forma, Grice (1975 [1957]) ainda propõe que o que um indivíduo *F* quer dizer através de um enunciado *x* é equivalente a “*F* pretende o enunciado *x* a fim de produzir algum efeito em sua audiência pelo reconhecimento de sua intenção”. De acordo com Strawson (1971), há três sub-intenções envolvidas: para querer dizer algo por meio de dado enunciado *x*, *F* deve pretender:

- que o enunciado *x* de *F* produza certa resposta *r* em certa audiência *a*;
- que *a* reconheça a intenção;

- que o reconhecimento de *a* da intenção de *F* funcione como parte da razão de *a* para a resposta *r* de *a*.

Portanto, o fato de um falante reconhecer a intenção do ouvinte pode levar à complementação da mensagem. Para Grice (1975), o comunicador tem que conseguir que o receptor reconheça a sua intenção em transmitir determinado pensamento, mas sempre com certo risco: às vezes, o indivíduo infere uma interpretação que lhe parece a mais plausível, mas que pode não ser a única possível. A comunicação inferencial é bem sucedida quando o falante pretende que seus ouvintes reconheçam a intenção para informá-los sobre sua situação, e os ouvintes, por sua vez, devem tentar reconhecer o que o falante pretende informar. A comunicação, conseqüentemente, não se dá quando os ouvintes reconhecem o significado linguístico do enunciado, mas quando eles inferem o significado do falante através dele.

As intenções dos falantes direcionam a escolha das expressões linguísticas e do “tom” que se quer dar aos conteúdos não proferidos, ou seja, àqueles que são entendidos. Portanto, o ato comunicativo é muito mais do que codificação e decodificação, o que leva à elaboração da noção de *implicatura*. No termos de Grice (1975), existe um espaço entre o nível linguístico, do que é verbalizado, e a compreensão do que é dito. Trata-se de um sentido derivado atribuído a um enunciado após se constatar que seu sentido dito literal é irrelevante para determinado momento comunicativo – é, portanto, um significado adicional. As implicaturas são aquelas inferências pragmáticas que geram informações que não precisam ser explicitadas no momento da fala justamente por estarem subentendidas ao enunciado; é o uso do conhecimento adicional, por parte do ouvinte, que dá sentido ao que não está explícito em um enunciado. Nesse sentido, inferências do tipo implicaturas podem ser caracterizadas como *fortes*, ou seja, necessariamente geradas e essenciais para a compreensão, ou *fracas*, isto é, apenas possíveis, mas não necessárias.

A partir dessa nova concepção de comunicação, o significado passa a ser definido como um conjunto de atos ou operações mentais que um falante pretende criar em seu ouvinte pelo uso de um enunciado. Neale (1992) explica que o modelo inferencial de Grice (1975 [1957]) significou uma tentativa de diferenciar o que uma sentença *S* significa, o que um falante *F* disse em um dado momento ao enunciar *S* e o que *F* significou ao enunciar *S* naquela ocasião. Portanto, o falante espera que o ouvinte seja capaz de reconhecer, com base no que ele já sabe, a implicatura pretendida em dado contexto.

Grice (1975) também estabelece que, para o enunciado ser interpretado, além das implicaturas, falante e ouvinte seguem um Princípio Cooperativo: atos de comunicação direcionados para um propósito comum levando em conta o conhecimento mútuo dos

indivíduos nas interações são considerados, de alguma maneira, esforços cooperativos. Assim, para que o dito além do dito seja compreendido, locutor e interlocutor interagem de forma colaborativa, como se firmassem um acordo que é inerente aos seres humanos. Segundo o Princípio Cooperativo, o falante deve seguir a seguinte regra: “faça sua contribuição conversacional da forma como é requerida, no momento em que ocorre, através do propósito ou direção aceita no intercâmbio de fala no qual você está engajado” (GRICE, 1975, p. 307). Levinson (1983), ao citar Grice, afirma que ao comunicarem-se, as pessoas utilizam um conjunto de suposições originadas de considerações racionais básicas que guiam o desenvolvimento da conversação. Essas suposições, ou máximas conversacionais⁴⁰, são sub-princípios cooperativos, as quais especificam o Princípio Cooperativo e indicam como a interação deve ocorrer (neste caso, resumimos as subdivisões de cada máxima, sem prejuízo à compreensão):

- i. Máxima da Qualidade: não diga algo que você acredita ser falso e ao qual não possa fornecer evidência adequada;
- ii. Máxima da Quantidade: torne sua contribuição tão informativa quanto é requerida e não dê mais informação que o necessário;
- iii. Máxima da Relação: seja relevante;
- iv. Máxima de Modo: seja breve, claro e ordenado, evitando obscuridade, ambiguidade e prolixidade.

O modelo de implicaturas griceano fundamenta-se a partir dessas máximas. O que está implícito, portanto, sofre interpretação por parte do ouvinte, sendo também dependente do momento comunicativo. Não sendo obedecida alguma dessas máximas, soma-se ao enunciado um valor interpretativo extra. Através dessa violação, o falante dá a entender algo além do que é expreso, sendo então cooperativo em sua fala. Por exemplo, se alguém diz (69) *Que lindo dia!* no momento em que uma forte tempestade cai lá fora, o ouvinte admite que o falante esteja violando a máxima de qualidade intencionalmente, gerando o que Grice chama de *implicatura conversacional*. Essa traz o significado não-convencional e está conectada ao discurso. É subdividida em:

- i. Implicatura Conversacional Particularizada: um mesmo enunciado pode ser diferentemente interpretado quando variam as situações comunicativas. Na seguinte situação:

(70) A: *Tenho fome.*

B: *Há um restaurante no prédio ao lado.*

⁴⁰ Ao elaborar essas máximas, Grice se reporta à Kant e sua afirmação a respeito da promessa: para ele, não é possível assumir como máxima universal dizer uma mentira; se todas as pessoas mentissem e às vezes dissessem a verdade, a conversação não seria possível. Em outras palavras, dizer a verdade é um pressuposto da racionalidade e, ao mentir, o falante pode estar levando em conta motivos próprios. Por isso, os interlocutores esperam que se diga sempre a verdade.

B implica que A pode saciar a sua fome ao se dirigir a um restaurante que fica em um prédio próximo ao que eles se encontram, fazer o pedido de algum prato e comer.

ii. Implicatura Conversacional Generalizada: dependente das pistas linguísticas para a compreensão. No enunciado (71) *Algumas pessoas saíram do salão.*, está implicado que nem todas as pessoas saíram daquele lugar.

Uma implicatura conversacional pode ser elaborada no momento em que o falante viola intencionalmente uma das máximas em determinado contexto, e esse recurso é reconhecido tanto por locutor quanto por interlocutor. Ao construir implicaturas conversacionais, são observados: o significado convencional das palavras, as identidades de quaisquer referentes envolvidos, o Princípio Cooperativo e as máximas, o contexto (linguístico e extralinguístico), o conhecimento de mundo e se todos esses aspectos são acessíveis aos participantes do ato comunicativo.

Para compreender uma implicação conversacional, faz-se necessário examinar o que se pressupõe na troca comunicativa, ou seja, qual é o objetivo da conversação, quais informações estão envolvidas, o que é necessário para chegar à determinada interpretação. Stalnaker (1999) afirma que, para uma interação conversacional ocorrer, é essencial que haja um conjunto de elementos os quais falante e ouvinte pressupõem ao conversarem.

Além da *implicatura conversacional*, no contexto das relações comunicativas pode fazer parte da interpretação a *implicatura convencional*, a qual se distingue da primeira quando o significado padrão das palavras usadas determina o que está implicado. Portanto, esse tipo de implicatura é totalmente dependente do código, como no exemplo: (72) *Marcos estava triste, mas não chorou.*, em que o conector ‘mas’ sugere que quem está triste tem a tendência de chorar – no entanto, isso não é o que ocorre com Marcos.

Não há enunciados que não gerem nenhum tipo de implicatura, porque mesmo que uma interpretação dependa só do código ou daquilo que é dito, como é o caso das implicaturas convencionais, não quer dizer que o falante não tenha indicado outra interpretação também válida. Exemplificando, quando se diz: (73) *Esta garrafa é verde.*, está-se indicando não só que ela é verde, ou que parte dela é verde, mas que não é azul, vermelha ou amarela. As implicaturas são, portanto, inferências pragmáticas que complementam o dito.

As implicaturas conversacionais são canceláveis, não-determinadas, calculáveis – ou dedutivas – e não-convencionais. Nesse sentido, em linguagem natural pode-se cancelar uma implicação explicitamente: ao dizer (74a) *João encontrou uma mulher.*, o artigo indefinido gera a implicatura de que João encontrou uma mulher que não conhecia. No entanto, pode-se cancelar

essa implicatura ao complementar: (74b) *Era a mulher dele*. Justamente por serem canceláveis, as implicaturas são também indeterminadas. Elas estão ligadas ao conteúdo da proposição e são implícitas ao dito, havendo indeterminação de sentido.

Grice (1975 [1957]) mostra que uma implicatura deve ser reconhecida pelo seu cálculo lógico – dedutivo –, propriedade básica do raciocínio inferencial. Retomando o exemplo (70), pode-se notar que ‘B’ está respeitando o Princípio Cooperativo, fazendo com que ‘A’ estabeleça um cálculo mental ao ouvir sua afirmação, implicando⁴¹:

P₁ – O restaurante fica perto daqui.

P₂ – Lá deve haver comida.

P₃ – Ao comer, vou acabar com minha fome.

P₄ – Devo ir ao restaurante.

C – Ir ao restaurante fará com que minha fome se extinga.

Grice (1975) considera, também, que a implicatura conversacional não é determinada apenas por suas condições-de-verdade, mas também depende de particularidades existentes no enunciado, advindas do contexto em está inserido. Por isso, essas implicaturas não são convencionais e são determinadas pelo que está implícito no dito.

O objetivo principal de Grice (1975) é o de sistematizar a maneira como falante e ouvinte concretizam a significação daquilo que não está dito. Através da percepção da existência de um princípio cooperativo, das máximas e, principalmente, da noção de implicaturas, o autor causa uma revolução no campo da Pragmática. Ao estabelecer que as características principais do ato comunicativo são a expressão e o reconhecimento de intenções, Grice (1975) demonstrou que os princípios pragmáticos descritos por ele contribuem para a descrição dos implícitos, servindo de guia para a recuperação do significado do falante.

Contudo, em desacordo com Grice (1975[1957]; 1975) e seus seguidores, Levinson (2000) acredita que o ouvinte não precisa processar toda a proposição antes de chegar a significados presumidos, tendo em vista que os indivíduos apresentam certos comportamentos devido a inferências *default*, as quais referem questões de interpretações preferenciais trazidas pelas estruturas dos enunciados, e não em razão de contextos particulares deles. Além disso, enquanto para Grice (1975 [1957]) as implicaturas conversacionais particularizadas são formadas a partir dos significados pretendidos *pelo falante*, para Levinson (2000) os significados prováveis parecem partir *do ouvinte*, os quais são obtidos por ele como resultado das suposições feitas no processo da interpretação do enunciado.

⁴¹ Utilizam-se as letras ‘P’ para indicar as premissas, ou suposições, de um cálculo mental e ‘C’ para a sua conclusão.

Grice (1975 [1957]) também não explica de onde vêm o Princípio Cooperativo e as máximas, nem se eles são universais ou específicos de uma cultura ou, ainda, se seriam necessárias mais máximas. Ademais, esses princípios não dão conta de como ocorre a escolha das suposições no processo de interpretação ou da desambiguação, por exemplo. Como referido no parágrafo anterior, Levinson (2000) tenta sistematizar a seleção da melhor interpretação possível através das inferências *default*, o que ocorre no nível de significados-tipo⁴². A compreensão de que o significado é guiado por interpretações preferenciais assemelha-se, em certa medida, à noção de Relevância, embasada no modelo inferencial griceano, a qual surge como uma tentativa de descrever e explicar o processamento inferencial em comunicação.

3.2 OSTENSÃO, INFERÊNCIA E RELEVÂNCIA

Como mencionado na seção anterior, o fato de se buscar as condições-de-verdade de um enunciado através de uma semântica formal aplicada à linguagem natural deixaria para trás os processos pelos quais falante e ouvinte inauguram novos significados para as suas práticas comunicativas. A forma como nos comunicamos, de acordo com os pressupostos griceanos, exige que expressemos e reconheçamos intenções na comunicação: o falante provém evidência de sua intenção para transmitir certo significado, que é inferido pelos ouvintes com base em suas evidências.

Nas próximas páginas, começaremos a delinear os fundamentos da Teoria da Relevância, que pretende descrever e explicar como a informação é processada inferencialmente durante interações comunicativas. Partindo do modelo de Grice, e das noções de dito, implicado e intencionalidade, Sperber e Wilson (1995) reconhecem que o modelo de código – rejeitado por Grice (1975 [1957]) – e o modelo inferencial podem ser combinados a fim de demonstrar como esses são capazes de explicar a construção do significado de um enunciado.

Além de trazer à cena o modelo de códigos, Sperber e Wilson (1995) ressaltam o papel fundamental do processo inferencial para que a comunicação seja possível. Nesse sentido, esse processo é desencadeado devido a uma característica básica da cognição humana: os seres humanos prestam atenção ao que lhes é relevante. Por essa razão, ao interagirem, os falantes manifestam de modo efetivo seu desejo de comunicação, demonstrando ostensivamente a importância de sua mensagem ser processada inferencialmente pelo ouvinte. Em outras palavras, Wilson e Sperber (2004) declaram que a comunicação é um processo cognitivo em que um

⁴² Ou seja, no nível do significado pragmático, do falante.

falante provém evidência da sua intenção para transmitir determinado significado, que é inferido pelo seu ouvinte com base na evidência lançada.

O propósito explícito de chamar a atenção para a intenção de comunicar algo é referido por Sperber e Wilson (1975) como *comunicação ostensiva*. Nesse sentido, estímulos ostensivos são caracterizados pelas habilidades de capturar a atenção da audiência. Esses podem ser definidos como *inputs* externos originados da percepção do mundo. O estímulo lançado pelo falante deve, em primeiro lugar, atrair a atenção do ouvinte, em segundo, direcionar essa atenção para as intenções do falante e, por último, revelar essas intenções. Só percebendo esses propósitos é que alguém pode ter acesso à informação que está sendo comunicada.

Do mesmo modo que a ostensão provém evidência da intenção do falante, a compreensão inferencial, por parte do ouvinte, faz com que seja possível reconhecer as intenções por trás da ostensão. De forma semelhante a Grice (1975), Sperber e Wilson (1995) acreditam que é indispensável que o ouvinte reconheça a intenção do falante de informar sua intenção comunicativa, definindo desse modo dois tipos de intenções: a *intenção informativa* – tornar manifesto ou mais manifesto para a audiência um certo conjunto de suposições – e a *intenção comunicativa* – tornar mutuamente manifesta para a audiência e para o comunicador a intenção informativa desse comunicador (SPERBER; WILSON, 1987). Assim, a comunicação diz respeito às inferências do ouvinte acerca das intenções do falante, ou seja, quando hipóteses interpretativas são elaboradas conforme o propósito comunicativo subjacente ao enunciado.

A interpretação do significado é um processo de via dupla: ao mesmo tempo em que é desencadeado por *inputs* linguísticos e perceptuais, ele é espontaneamente gerado por suposições que norteiam qualquer ato comunicativo. Isso porque cada ato ostensivo de comunicação carrega uma expectativa de relevância⁴³. De acordo com Sperber e Wilson (1995), isso pode ser explicado de duas formas: (i) o conjunto de suposições {I} que o falante pretende tornar manifestas são suficientemente relevantes para que a audiência processe o estímulo ostensivo; e (ii) o estímulo ostensivo é o mais relevante que o falante pode utilizar para comunicar {I}. Assim, ao lançar um estímulo ostensivo, os tipos de *inputs* denotarão o desejo de comunicação de uma informação por parte do falante.

Sperber e Wilson (1995) defendem que ao ouvinte cabe a recuperação da informação codificada pelo falante e o processamento inferencial da mensagem. Isso ocorre porque existe uma lacuna entre as representações semânticas linguisticamente codificadas e o que é, de fato, comunicado pelo enunciado. O sistema linguístico apenas provém algumas pistas sobre o

⁴³ Segundo Sperber e Wilson (1995), os enunciados carregam expectativas de relevância não porque é esperado que os falantes obedeçam a um princípio cooperativo, como dizia Grice, mas porque essa busca por relevância é uma característica básica da cognição humana.

conteúdo da mensagem, demonstrando que há muito mais a ser preenchido. Uma provável interpretação da mensagem pretendida pelo falante é resultado da atuação dos processos inferenciais agindo sobre as expressões linguísticas em dado contexto.

A formação das implicaturas, conforme Grice (1975), decorre da lacuna existente entre o código e o que está além das palavras do falante. Contudo, Sperber e Wilson (1995) julgam que processos inferenciais ocorrem igualmente no nível explícito e no implícito. De fato, trata-se de um processo que se configura em todos os níveis da comunicação, incluindo aquele convencionalmente chamado de *linguagem literal*. Como veremos ao final deste capítulo, as diferenças entre o que se entende por literalidade, o que está subentendido e até mesmo por linguagem dita figurada perpassam os mesmos processos de compreensão, mas em graus diferentes de complexidade⁴⁴.

Grice afirma que a recuperação do conteúdo explícito de um enunciado seria o mesmo que recuperar a sua forma proposicional; quaisquer outras suposições comunicadas seriam casos de implicaturas. Em outras palavras, o que é explícito, para Grice (1975 [1957]), é também parte do que ele chama de implicatura, não levando em conta os graus de explicitude que um enunciado pode conter. Já em Sperber e Wilson (1995), percebemos que a riqueza da comunicação, os graus de inferência e a investigação pragmática são levados em conta nos níveis de explicitude e implicitude. Por isso, a perspectiva da Teoria da Relevância acrescenta que entre o código (ou dito) e aquilo que é implicado está a *explicatura*, ou a proposição explicitamente comunicada, base para raciocínios inferenciais. Trata-se, portanto, do conteúdo que se comunica explicitamente por meio do enunciado. Em outras palavras, uma explicatura “é uma combinação de traços linguisticamente codificados e conceptuais inferidos contextualmente. Quanto menor a contribuição relativa das características contextuais, mais explícita a explicatura será, e vice-versa” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 182). Para Carston (2002a, p. 57), uma explicatura é parte da forma lógica explicitamente codificada do enunciado, a qual, por sua vez, é um *esquema* para uma variedade de proposições para dado enunciado, sem ser, ela mesma, uma proposição particular. Carston (2002b) ainda afirma que “uma suposição (proposição) comunicada por um enunciado é uma ‘explicatura’ do enunciado se, e somente se, é um desenvolvimento de (a) uma forma lógica codificada linguisticamente, ou de (b) uma *subparte* sentencial de uma forma lógica.” (p. 124, itálico nosso).

As informações da explicatura não aparecem explicitamente no enunciado por questões de economia cognitiva. Assim, em (75) *Vi sua mulher ontem no super.*, temos a explicatura expressa da seguinte forma, entre colchetes: [eu] vi sua mulher [esposa de João, Cristina] ontem [15 de

⁴⁴ Como vimos no capítulo anterior, tanto o significado do que é dito literal quanto do que é figurado passam pelos mesmos processos, embora sejam discriminados no uso.

agosto de 2011] no super [supermercado de nome X, cuja localização provavelmente é conhecida por ambos os interlocutores].

É durante as trocas comunicativas que isso ocorre, e as suposições não emergem somente para um indivíduo: Sperber e Wilson (1995) entendem que a intenção do falante não deve se manifestar somente para o ouvinte, mas mutuamente para ambos os interlocutores. A elaboração das suposições depende, portanto, da maneira como os interlocutores compartilham informações. Contudo, essa partilha não decorre do fato de que há um conhecimento mútuo, mas que o ambiente cognitivo dos interlocutores se torna *mutuamente compartilhado*, o qual se desenvolve em um contexto dinâmico de interações. Esses aspectos são tema da seção que se segue.

3.3 A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE COGNITIVO COMPARTILHADO E A DINAMICIDADE DO CONTEXTO

Para que a comunicação seja efetiva, é necessário que falante e ouvinte compartilhem as informações a que se referem *em algum grau*. Entretanto, isso não pressupõe a possibilidade da existência de um *conhecimento mútuo*, ou *conhecimento comum*. Essa noção requereria que a mesma informação fosse conhecida pelos interlocutores, mas, como sabemos, não há como saber o que se passa na mente do outro. Se fosse o caso, o modelo de código para a comunicação seria o único possível, em que se pressupõe a transferência exata de uma informação de um indivíduo para o outro. Sperber e Wilson (1995) refutam essa hipótese ao afirmarem que a ideia de conhecimento mútuo é inadequada, tendo em vista que não se pode ter certeza quanto à reciprocidade de conhecimentos e de informações. É apenas no curso da comunicação que suposições, ou o “conjunto estruturado de conceitos” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 85), se tornam mais ou menos manifestas para falante e ouvinte, ou seja, aceitas e inseridas em um contexto de suposições mutuamente compartilhadas.

De modo geral, os mesmo autores entendem *pensamentos* como representações conceptuais (frente a representações sensoriais ou estados emocionais). Aquilo que é *suposto* é entendido como pensamentos que o indivíduo considera como representações do mundo real (frente a crenças ou desejos, por exemplo) e o termo *informação* não refere apenas fatos, mas também a pressupostos duvidosos ou falsos que são apresentados como objetivos alegados. O significado de um enunciado, ou mesmo a elaboração de um conceito referente a uma palavra dita, são construídos por um processo de “leitura da mente do outro” [*mind-reading*], como refere

Parafraçou (2002), em que o desenrolar da interação comunicativa e os mecanismos inferenciais permitem que se *predigam* os estados mentais do outro.

A Teoria da Relevância preconiza que o conjunto de suposições manifestas em diferentes graus constitui o *ambiente cognitivo* do indivíduo. Esse consiste de uma lista aberta de representações internas, como pensamentos, memória ou suposições, que podem ser estocados na mente, usadas como premissas no processo inferencial e reutilizadas em cálculos mentais no processamento de diversos atos comunicativos. Dessa forma, é inserida aqui a visão de que o ambiente cognitivo pode tornar-se *mútuo* caso as suposições se tornem manifestas para os interlocutores envolvidos. Sendo assim, a noção de conhecimento mútuo é substituída pela de *ambiente cognitivo mútuo* e de *manifestabilidade mútua*, as quais podem ser compreendidas também como manifestações potenciais, perceptíveis ou inferíveis. Um ato de comunicação apenas torna manifestas as suposições que o falante pretendeu tornar manifestas e que estão evidentes suficientemente no ambiente; isso não faz o ouvinte, necessariamente, trazer à mente todas as suposições possíveis. Caso isso ocorresse, o custo operacional desse cálculo mental seria alto demais para a interpretação.

Mesmo que vivenciemos as mesmas situações e construamos representações mentais do mundo em que convivemos, não há como formularmos as mesmas representações devido ao fato de as nossas percepções se fundamentarem nas nossas interações corpóreas nos ambientes físicos. Como mencionado nos capítulos 1 e 2, é no fluxo das interações que a base conceptual humana, essencialmente corpórea e culturalizada, (re)construirá novos significados para o mundo. Ainda que compartilhemos o mesmo ambiente físico, nosso ambiente corpóreo-cognitivo nos leva a compreensões diferenciadas, tendo em vista o nosso entendimento particular em relação aos aspectos provenientes do fluxo de interações ao longo de nossa vida. É por esse motivo que podemos dizer que a noção de memória enciclopédica é um construto desenvolvido ao longo da vida, o qual emerge através dos jogos de linguagem e, neles, pelas referências feitas através dos enunciados proferidos⁴⁵.

Nesse sentido, um fato é manifesto para um indivíduo num tempo dado se e somente se ele é capaz de representá-lo mentalmente, em consonância com os elementos advindos de sua memória enciclopédica, além de aceitar essa representação como verdadeira ou provavelmente verdadeira. Para ser manifesto, então, um fato deve ser percebido e inferido pelo indivíduo

⁴⁵ Ressaltamos que o construto *memória enciclopédica* pode ser mais bem explicado com base nos fundamentos da Semântica Cognitiva, conforme visto nos capítulos anteriores, posto que essa abordagem trata de como, pelas interações corpóreas, somos capazes de elaborar conceitos e significados através de *frames* e domínios, os quais representam uma “esquemática da experiência (uma estrutura de conhecimento), representada no nível conceptual e mantida na memória de longo prazo” (EVANS; GREEN, 2006, p. 211). Sperber e Wilson (1995), por sua vez, apenas mencionam a existência dessa estrutura, também denominada *memória de longo prazo*, mas não explicam como essa se constrói.

(SPERBER; WILSON, 1995). Note-se que, nessa definição, há uma noção advinda diretamente da semântica-das-condições de verdade que não é totalmente refutada pelos autores da Teoria da Relevância. De fato, eles tomam emprestados termos referentes a essa semântica apenas no sentido de formalizar uma das facetas do significado, como a noção de verdade, que terá um sentido de *veracidade* para nós. Desse modo, tornamos mais clara a noção de que uma informação não é entendida por sua carga de verdade *stricto sensu*, mas que ela é aceita por suas condições de veracidade estabelecidas na relação entre os interlocutores dinamicamente – algo só será verdade se for assumido como tal pelos envolvidos na interação por suas condições de adequação sintática, semântica, pragmática.

As noções de manifestabilidade mútua e de ambiente cognitivo mutuamente manifesto são aspectos que servem para elucidar a construção de suposições que se tornam disponíveis durante o processo interpretativo. A partir dessa concepção, o contexto é definido como o conjunto de premissas envolvidas na interpretação de enunciados. Trata-se, por assim dizer, de um construto que carrega informações mentalmente representadas, constituído por suposições do ouvinte sobre o mundo e que afeta a sua compreensão sobre o enunciado.

Nesse sentido, o contexto não é estabelecido *a priori*, e a sua formação é aberta; é, por conseguinte, uma variável em comunicação. Contrariamente à tese griceana (1975), para a qual o contexto é dado, Sperber e Wilson (1995) demonstram que esse elemento está em constante formação, conforme a interação comunicativa se estabelece. Segundo os autores, o contexto é formado pela união das informações estocadas na memória enciclopédica e das informações novas advindas do *input* comunicativo. Há um conjunto de crenças que passam a ser mutuamente conhecidas, mas não há como se explicar a existência de uma informação prévia e absoluta a respeito para que enfim a compreensão ocorra. Esse processo explica, então, a formação e extensão do contexto de suposições.

Partindo-se do esforço mental de atenção, memória e raciocínio para acessar o contexto, aspectos determinantes para que a informação seja relevante o bastante para ser processada, Sperber e Wilson (1995) afirmam que, ao final de cada processo dedutivo, o indivíduo tem disponível um conjunto particular de contextos acessíveis, parcialmente ordenados. Cada contexto (exceto o inicial) contém um ou mais contextos menores que estão contidos em um ou mais contextos maiores, e a ordem de inclusão corresponde à ordem de acessibilidade: à medida que as informações se tornam disponíveis, elas se tornam acessíveis. Como o acesso ocorre através das entradas lexicais ligadas a conceitos, um conceito presente na memória do indivíduo pode dar acesso a outras informações que, por sua vez, seriam formadas por outros conceitos que dão acesso a informações adicionais. O contexto acaba contribuindo diretamente para a

relevância das informações, pois restringe a informação mais adequada ao entendimento do enunciado proferido. Se um conjunto de suposições incluir outras suposições que podem ser inferidas daquelas que o indivíduo já possui, é provável que as conclusões derivadas sirvam de premissas para as novas conclusões. Trata-se de um processo recursivo, em que se podem utilizar as premissas iniciais na construção de diversas outras premissas em diferentes contextos. Essa intrincada rede de informações estenderia as implicaturas e, conseqüentemente, todo o processo inferencial. Ao acessar e estender o contexto, o ouvinte é guiado pela busca por relevância.

A formação de premissas no processo inferencial, as quais desencadeiam conclusões implicadas, são compreendidas como hipóteses interpretativas. Segundo a Teoria da Relevância, isso ocorre porque o mecanismo dedutivo é inerente a todos os seres humanos; desse modo, o processo ocorre através de um cálculo não-demonstrativo e não-trivial a fim de construir a melhor interpretação possível. Na seção seguinte abordaremos o mecanismo dedutivo em detalhes.

3.4 PREMISSAS INFERENCIAIS E O PROCESSO INTERPRETATIVO

Como já mencionamos, o processo inferencial é base para a formação do contexto e, por conseguinte, para a interpretação de enunciados do falante. De acordo com Escandell-Vidal (1996), a inferência é um processo que cria uma suposição a partir de outras suposições, e por isso é de natureza *dedutiva*. As premissas, ou hipóteses interpretativas, são formadas através de um cálculo mental a fim de se chegar a uma conclusão, ou interpretação possível, sobre o que foi dito.

As operações realizadas pelo mecanismo dedutivo humano são inferências lógicas por preservarem a verdade, ou seja, representações armazenadas na memória como suposições factuais, as quais operam com alguma organização interna de cada uma das memórias enciclopédicas, baseadas em fatos. Contudo, trata-se de uma lógica não-trivial, posto que, no caso da comunicação humana, o conteúdo e o contexto fazem parte do raciocínio interpretativo humano na compreensão de enunciados.

As regras dedutivo-inferenciais são espontaneamente trazidas para o processamento da informação. Como mencionamos, essas têm um tratamento diferenciado ao se aplicarem às inferências cotidianas, escapando da forma fixa da lógica. Essa teoria pressupõe que a construção do conteúdo do enunciado envolve habilidades para identificar os itens lexicais que o constituem, recuperar os conceitos a ele associados e aplicar as regras dedutivas às suas entradas lógicas. Na

interpretação de enunciados, o mecanismo dedutivo constrói premissas a partir de conceitos que dão acesso a informações de natureza lógica, enciclopédica e lexical. Essas estão estocadas na mente e são resgatadas da memória de longo prazo e também da memória de trabalho⁴⁶ para compreender alguma informação nova no momento em que recebe algum estímulo. As informações processadas na mente do ouvinte podem ter, então, três entradas possíveis (SPERBER; WILSON, 1995, p. 86):

- i. Entrada lógica – consiste num conjunto finito de regras dedutivas, cada uma descrevendo um conjunto de premissas e de conclusões.
- ii. Entrada enciclopédica – contém informações sobre a extensão e/ou denotação dos conceitos, derivando representações semânticas do *input* informativo. Em outras palavras, são os conhecimentos sobre diferentes assuntos.
- iii. Entrada lexical – possui informações sobre a contraparte em linguagem natural do conceito. Nessa entrada, existem informações sobre a palavra ou enunciado que expressa o contexto.

Nessa concepção, a construção do conteúdo de um enunciado envolve a identificação dos itens lexicais ali existentes, a recuperação de conceitos e a aplicação de regras dedutivas às suas entradas lógicas⁴⁷.

Assim, o mecanismo interpretativo-dedutivo proposto por Sperber e Wilson (1995) toma como *input* um conjunto de suposições e dele deduz todas as conclusões possíveis. Como é apenas similar às regras da lógica padrão, esse mecanismo é capaz de derivar infinitas conclusões a partir de determinado conjunto de premissas. Além disso, como as premissas não são pré-fixadas, essas são construídas no decorrer do processamento mental.

Para explicar como a informação é acessada na memória, Sperber e Wilson (1995) sugerem que o quadro mais adequado da habilidade dedutiva seria dado através das regras dedutivas não-triviais: uma suposição pode levar a uma implicação analítica, como a *regra da eliminação do '∧'*, que é necessária e suficiente em si mesma, ou a uma implicação sintética, que necessariamente se baseia em duas (ou mais) suposições distintas como *input* para gerar uma nova

⁴⁶ Escandell-Vidal (2004) afirma que a memória de trabalho é a responsável pelo acesso a suposições internalizadas disponíveis em um dado momento, impondo ajustes às condições de *input* e de *output* do sistema inferencial.

⁴⁷ Em comparação com o que vimos no capítulo anterior, a noção de entradas (lógica, enciclopédica e lexical) é problemática, pois assume uma metáfora de compartimentalização da mente. Esse ponto de vista vai de encontro aos pressupostos da Linguística Cognitiva, que não assume um modelo dedutivo para a emergência de suposições. Contudo, pode-se explicar tal construto pela habilidade humana de categorizar as experiências; a mente humana processaria as informações advindas de estímulos ostensivos com base em sua memória enciclopédica e as rotulária, automaticamente, sob categorias que envolvem os aspectos abordados por cada uma dessas supostas entradas.

conclusão. Essas suposições são elaboradas na memória de trabalho do mecanismo dedutivo não-trivial, em formato *modus ponens*, passando a ser estímulos de uma regra de inferência.

(i) Regra de eliminação do ‘ \wedge ’ (‘e’ na forma lógica):

<i>Forma lógica:</i>	<i>Linguagem Natural:</i>
$\frac{P \wedge Q}{P}$	João é professor de inglês e é professor de francês
	[Logo,] João é professor de inglês.

(ii) Regra de *Modus Ponens*:

<i>Forma lógica:</i>	<i>Linguagem Natural:</i>
$P \rightarrow Q$	Se chover, vai esfriar.
$\frac{P}{Q}$	Chove _____.
	[Logo,] vai esfriar

De acordo com Sperber e Wilson (1995, p. 112), uma implicação sintética “não pode ser demonstrativamente inferida por nenhuma de suas premissas”. Por outro lado, se qualquer uma de suas premissas for retirada, a conclusão não pode mais ser derivada pelas premissas restantes. Nesse sentido, cada uma das premissas seria um argumento – ou evidência – para a conclusão no contexto de outras premissas. A contribuição de cada premissa individualmente para a força da conclusão implicada é uma função de seu próprio grau de força. Segundo os autores, o conteúdo das premissas é analisado e explicado num cálculo dedutivo, que leva em consideração as regras de eliminação, indo além das propriedades formais das suposições. As regras dedutivas fazem parte do mecanismo inferencial humano, podendo espontaneamente emergir no processamento da informação. Contudo, a mente humana jamais trabalha com a ideia de acréscimo de informações; se assim fosse, adicionar premissa após premissa representaria um custo excessivo. Por isso, as regras de eliminação para o processamento de inferência levam a interpretar e a escolher a informação mais adequada para dada interpretação, excluindo aquelas que são desnecessárias nesse processo. Um cálculo dedutivo ocorre por se basear em regras interpretativas, já que as regras de inferência nesse mecanismo humano não se combinam com as premissas, como ocorre nos cálculos em lógica formal, mas *operam sobre a sua forma* ao interpretá-las.

O processamento dedutivo traz vantagens para a formação, fortalecimento, enfraquecimento ou eliminação de suposições. Em primeiro lugar, o sistema representa economia

no armazenamento de suposições, visto que o indivíduo pode uni-las e processá-las para chegar a uma nova suposição, não havendo a necessidade de manter o raciocínio completo. Em segundo lugar, o sistema dedutivo dá garantia de maior precisão, pois assegura a validade de qualquer conclusão deduzida das premissas inicialmente estabelecidas. Por último, a mente humana é uma ferramenta para trabalhar com inconsistências e imprecisões das suposições em qualquer representação já existente.

As regras do mecanismo dedutivo humano vão além das propriedades puramente formais das suposições. Diferentemente das regras da lógica formal, os autores da Teoria da Relevância utilizam o conceito de *inferência não-demonstrativa*, já que o cálculo mental não pode ser evidenciado, mas apenas corroborado. Não há modelo que explique as operações mentais que asseguram inferências corretas e também não é possível medir o sucesso dessas inferências. Por isso, nas inferências não-demonstrativas, a verdade das premissas torna a verdade das conclusões *apenas prováveis*. A noção de inferência é definida como o processo pelo qual uma suposição é aceita como verdadeira ou provavelmente verdadeira no fortalecimento da verdade ou provável verdade de outras suposições (como dissemos anteriormente, a noção de verdade para linguagem natural se baseia na ideia de veracidade). Por isso, a comunicação pode falhar: não há provas de que 'x' signifique 'y', mas apenas evidências. Quanto maior a força de uma suposição, ou seja, quanto maior for a crença do indivíduo em uma suposição, maior sua possibilidade de corroboração. Ao surgir uma suposição ainda mais forte, aquela que é mais fraca pode ainda fazer parte das implicaturas ou ser eliminada.

A construção de hipóteses interpretativas acontece por meio de um processo inferencial não-demonstrativo, que decorre da formulação e da corroboração das hipóteses. Trata-se de um processo criativo, associado a ideias, deduções e à concepção global de mundo. Nele, a intenção do falante é inferida não-demonstrativamente com livre acesso à informação contextual. A partir de estímulos ostensivos, a formação de hipóteses envolve o uso de regras dedutivas, as quais são elementos desencadeadores de suposições (SPERBER; WILSON, 1995). Contudo, essas regras não dominam todo o processo: são apenas o *formato* através do qual as inferências são moldadas.

Embora possuindo uma estrutura similar à da lógica formal, no mecanismo dedutivo as inferências aplicam-se a suposições factuais, as quais são representadas na memória – em oposição à lógica formal, em cujas premissas não se pode considerar contexto e conteúdo, bem como os fatos nunca entrariam no raciocínio. As conclusões das suposições factuais são mantidas como mais ou menos verdadeiras: a sua corroboração pode vir de várias fontes e dependem do grau de confiança depositado nelas – da mesma forma, a força das suposições alcançadas depende da força das premissas das quais elas foram derivadas. Portanto, a confirmação é um

fenômeno cognitivo; é um subproduto do modo como as suposições são processadas dedutivamente.

O entendimento do que está subentendido depende da organização mental dos interlocutores, os quais processam uma série de suposições acerca do assunto em questão. Podemos demonstrar esse fato com o seguinte diálogo:

(76a) *A: Como foi a conversa com João?*

B: Ele me deixou tão furiosa que eu poderia tê-lo esbofeteado!

No diálogo, 'A', ao processar inferencialmente as palavras de 'B', desenvolve um provável conjunto de premissas (P₁ a P₈), as quais podem resultar na conclusão/interpretação (C):

P₁ – 'A' afirma que poderia ter esbofeteado João. [nível da explicatura]

P₂ – 'B' teve um encontro para conversar com João.

P₃ – 'B' diz que poderia ter batido em João de forma a esbofeteá-lo.

P₄ – Quem quer bater em outra pessoa pode estar com raiva dela.

P₅ – A conversa com João levou 'B' a sentir raiva dele.

P₆ – A causa de tamanha raiva foi o conteúdo da conversa que 'B' teve com João.

P₇ – O item “furiosa” parece denotar uma graduação de intensidade maior para a raiva sentida.

P₈ – Somado à premissa anterior o fato de 'B' desejar esbofetear João, pode-se presumir que a causa de tamanha intensidade de raiva levaria 'B' a agredir João fisicamente.

C – 'B' ficou com tanta raiva de João durante a conversa que teve ganas de esbofeteá-lo.

Esse cálculo é uma das diversas possibilidades de representação do desenvolvimento das premissas interpretativas para o sentido do diálogo estabelecido. No entanto, a continuação dele pode fazer com essas suposições sejam contraditas:

(76b) *A: Então você deve ter ficado com muita raiva dele! O que ele disse?*

B: Nada! João nem compareceu ao nosso encontro!

P₁ – 'B' afirma que João não disse nada. [nível da explicatura]

P₂ – 'B' afirma que João não compareceu ao encontro entre eles. [nível da explicatura]

P₃ – João não compareceu ao encontro previamente agendado entre ele e 'B'.

P₄ – O fato de João não ter comparecido ao encontro para conversar com 'B' fez com que 'B' sentisse raiva dele de forma intensa.

P₅ – 'B', portanto, não se sentiu furiosa pelo conteúdo da conversa com João.

C – ‘B’ estava furiosa pelo fato de João não ter comparecido ao encontro.

O grau de acessibilidade do contexto das suposições determinará a forma como essas serão processadas. Para Sperber e Wilson (1995), a força de uma suposição é uma propriedade comparável à sua acessibilidade, visto que quanto mais inteligível for uma informação para um indivíduo, mais facilmente ele alcançará um entendimento da intenção do falante. Desse modo, suposições são alcançadas e a compreensão efetivada por meio do processo de formação e confirmação de hipóteses com base em julgamentos comparativos. Portanto, a força de uma suposição é determinada por sua acessibilidade, e não por seu valor lógico de confirmação, ou corroboração. A verdade das suposições depende dos mecanismos cognitivos do indivíduo e do mundo que o circunda, o que evidencia uma forte associação entre a força das suposições e a probabilidade que elas sejam verdadeiras. Por isso, essa é uma *escala heurística* de comparação, visto que não se pode transformar comunicação em algo exato.

Qualquer informação que faça parte do contexto mental do indivíduo pode ser usada como premissa no processo inferencial – que dá sustentação à conclusão. Conforme Fodor (1983), o processo de compreensão é ‘global’ em oposição a ‘local’; no processo de compreensão local, parte-se de premissas pré-fixadas, as quais são livres de contexto – como ocorre em lógica formal. No entanto, no processo de compreensão global, as premissas do raciocínio vêm de quatro fontes, com livre acesso a toda a informação estocada na memória: (i) percepção; (ii) decodificação linguística; (iii) suposições ou esquemas de suposições; e (iv) deduções.

As inferências não-demonstrativas são um processo central de pensamento entre sistemas de *input*⁴⁸ e sistemas cognitivos centrais⁴⁹. Os últimos envolvem os sistemas de *input* e as informações contextuais disponíveis para que possa ocorrer a interpretação de um enunciado. Esse processo, segundo os pressupostos da Teoria da Relevância, ocorre em duas fases: a primeira fase é modular de decodificação, que fornece um *input* para a segunda fase, que é a fase inferencial central, na qual uma forma linguisticamente codificada é contextualmente enriquecida e usada para construir uma hipótese sobre a intenção informativa do comunicador. A seguir, trataremos brevemente da hipótese da modularidade da mente, da proposta alternativa de Sperber (2001) e de que forma essas teses se contrapõem à noção de mente corpórea, vista no Capítulo 1.

⁴⁸ Os sistemas de *input* processam as informações perceptuais e linguísticas.

⁴⁹ Processos inferenciais não-especializados que integram a informação derivada dos sistemas modulares com a informação estocada na memória e realizam tarefas inferenciais, levando o indivíduo a derivar conclusões sobre o mundo.

3.5 A MODULARIDADE (MASSIVA) *vs.* A MENTE CORPÓREA

Fodor (1983) acredita que a mente, pelo menos em parte, é composta por estruturas inatas – ou “módulos” –, que definem os domínios especializados no cérebro por meio dos quais o conhecimento é produzido. A ideia de que a mente é modular sugere que os processos mentais são, de alguma forma, específicos e encapsulados, isto é, para cada função cognitiva se considera um “módulo” do construto mental, o qual funciona a partir de componentes cerebrais inatos. As funções mentais são, desse modo, realizadas por meio de processos computacionais. Essa hipótese implica a divisão de três sistemas para a obtenção do conhecimento: (i) sistemas transdutores, que recolhem a informação sensorial pelos *inputs* perceptivos; (ii) sistemas analisadores de entradas sensoriais, especificando uma concepção computacional da mente; e (iii) sistemas centrais, os quais não são encapsulados, ou seja, constituem o mecanismo computacional cerebral de fato. Fodor (1983) argumenta que somente sistemas de *input* (responsáveis pelo processamento da percepção e da linguagem) e de *output* (responsáveis pela ação) são candidatos à modularização. Os sistemas centrais não são modulares por serem responsáveis por processos cognitivos ditos mais complexos, tais como raciocínio, resolução de problemas e fixação de crenças. Sperber (2001), refletindo sobre essa questão, afirma que Fodor parece acreditar na modularidade da parte *periférica* da mente e, por isso, na sua maior parte, a mente seria não-modular. Nessa visão, psicólogos evolucionistas não acreditam em módulos encapsulados, afirmando que eles são domínio-específicos (com a função de processar somente *inputs* pertencentes a algum domínio específico empírico, ou seja, os sistemas de *input* realizam tarefas especializadas), estruturas cognitivas inatas, determinadas por fatores genéticos, e são características universais da mente humana (e, por isso, espera-se que todas as pessoas possuam o mesmo conjunto de módulos específicos) (SAMUELS, 1998). Portanto, cada um desses mecanismos possui uma organização que detecta algum aspecto no mundo. Para exemplificar, tomaremos o momento em que sentimos a aproximação de um veículo na rua. Os *inputs* perceptuais do que vemos e ouvimos são processados através da variedade de módulos mentais subjacentes à nossa capacidade inferencial, levando-nos à construção de hipóteses de interpretação de que aquilo que se aproxima pode ser um carro, e não uma moto, e se esse está perto ou longe, por exemplo.

Mesmo não conseguindo comprovar a existência de uma modularidade massiva da mente, essa é a hipótese aceita hoje pelos autores da Teoria da Relevância para explicar como as inferências são processadas na mente humana. Para Sperber (2001), possuímos um módulo que constitui uma teoria da mente geral, especializado na ação intencional. Além desse, temos

também um módulo de compreensão ainda mais especializado, a partir do qual a interpretação de enunciados em contextos *online* é formada. Módulos especializados como esse, declara Sperber (2001), são parte de um sistema cognitivo que é, por sua vez, resultado de um processo evolucionário baseado nas operações de eficiência entre esforço e efeito.

Como resultado da evolução, o fato de se operar através da ativação do processamento de *inputs* com esforços mínimos para maiores efeitos cognitivos fez com que a cognição operasse através de expectativas de relevância. A habilidade de “ler” a mente do outro [*mind-reading*] (cf. PARAFRAGOU, 2002), acreditamos, decorre do fato de sermos capazes de metarrepresentar seus estados mentais. Os fundamentos da Teoria da Relevância enfatizam a nossa tendência a guiar-nos pelos estímulos mais relevantes através de procedimentos cognitivos adquiridos e modificados ao longo da evolução. Sperber (2001) entende que essa habilidade de metarrepresentar dos estados mentais do interlocutor faz parte do módulo cognitivo da teoria da mente, isto é, uma metarrepresentação do modo como pensamos, a partir do qual módulos ainda mais especializados são responsáveis pelo processamento de cada tipo de *input*. Nesse sentido, o mesmo autor defende a tese da modularidade *massiva* da mente, na qual os módulos mentais estão interconectados, os quais são responsáveis por tarefas específicas, dentre os quais a do processamento da linguagem. Em semântica, essa visão implicaria um princípio de *composicionalidade completa*, em que o significado de uma expressão é derivado dos significados de suas partes.

Colocamos essa visão em oposição à tese da mente corpórea, explicitada nos capítulos 1 e 2. Segundo essa perspectiva, a linguagem não se encontra em um módulo do sistema linguístico, como se fosse uma faculdade autônoma do resto das operações cognitivas, ainda que a hipótese de uma “modularidade massiva” considere que os módulos estão interconectados, numa tentativa de explicar porque a linguagem se utiliza de elementos variados da percepção. Mas se assim fosse, a interconexão mente-corpo, como acreditamos, não seria possível. Dessa forma, por considerar os sistemas perceptuais, sensório-motores, em conexão inextricável com a natureza dos corpos que temos, a tese da mente corpórea vê os sistemas cognitivos como um todo, sem subdivisões modulares – implicando, portanto, que não há delimitações entre aspectos semânticos e pragmáticos do significado. Como vimos, os pressupostos da Semântica Cognitiva englobam a noção pragmática do significado, posto que esse só possui valor semântico dinamicamente. Para Lakoff e Johnson,

a Razão não é descorporizada, como a tradição afirma, mas emerge da natureza de nossos cérebros, corpos e da nossa experiência corpórea. [...] precisamos de um corpo para raciocinar [...] [logo,] a própria estrutura da razão provém dos detalhes da nossa corporeidade. [...] Assim, para entender a razão, devemos entender os detalhes de nosso sistema visual, nosso sistema motor e os mecanismos gerais de nossa organização [binding] neural. Em resumo, a razão não é, de forma alguma, uma característica transcendente do universo ou da mente descorporizada. Ao invés disso, [a razão] é moldada crucialmente pelas particularidades de nossos corpos humanos, pelos detalhes notáveis da estrutura neural de nossos cérebros, e pelas especificidades do nosso funcionamento cotidiano no mundo (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 4).

Portanto, a faculdade da linguagem não faz parte de um módulo da linguagem que se desenvolveu através da evolução. No entanto, os autores não rejeitam a ideia de que a racionalidade seja produto da evolução: “a Razão, mesmo na sua forma mais abstrata, faz uso, ao invés de transcender, da nossa natureza animal” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 4). Por isso, não se pode falar, nessa perspectiva, de habilidades cognitivas separadas de outras. A linguagem e suas especificidades não estão encapsuladas, pois essa não funciona como um elemento à parte das demais habilidades cognitivas. Assim, a interdependência entre linguagem, aspectos pragmáticos, conhecimento enciclopédico, mecanismo inferencial, entre outros, é indispensável para a compreensão de enunciados em contextos comunicativos *online*. O conhecimento linguístico é, então, apenas uma parte do nosso sistema conceptual, o qual opera juntamente com os demais processos cognitivos.

Tendahl (2009) concorda com esses aspectos e afirma que “uma unidade significativa em uma língua [...] abre um grupo inteiro de conhecimento conceptual e procedimental que nos guia no estabelecimento de uma estrutura de rede [network] nos termos da teoria de *blending* e, logo, integra o léxico mental e a gramática de uma língua” (p. 184). Desse modo, nosso sistema conceptual trabalha na operacionalização das formas lógicas juntamente com sistemas de *input*, conhecimento enciclopédico, a fim de que a comunicação se processe. Não se trata de um sistema que opera *passo a passo*, mas que seleciona os elementos necessários para o sucesso do processo de forma concomitante. Assim como Tendahl (2009), pensamos que a existência de um só módulo para a linguagem é improvável, tendo em vista a necessidade do uso de habilidades cognitivas diversas na operacionalização do significado. As habilidades comunicativas requerem habilidades metarrepresentativas – nos termos de Sperber (2001) –, que são desenvolvidas pelas interações cotidianas, mas a existência de módulos separados para o processamento de ambas as habilidades é incoerente (TENDAHL, 2009, p. 185).

Assim, a linguagem não se restringe apenas a um módulo autônomo, com seus submódulos que formariam um léxico e uma gramática mentais; é, na verdade, uma ferramenta para o reconhecimento das estruturas pré-conceptuais humanas. Como mostramos nos capítulos anteriores, o sistema perceptual humano é necessário para compreendermos conceitos mais

concretos para, a partir de então, entendermos os abstratos por meio da elaboração de metáforas e metonímias conceptuais – ou seja, pelo mapeamento de informações no domínio concreto para o abstrato – além de criarmos redes de integração conceptuais que lidam com *inputs* de diversos tipos. Desse modo, esses conceitos abstratos são compreendidos pela forma como acessamos o sistema perceptual. Tendahl (2009), corroborando a hipótese da mente corpórea, afirma que “língua, pensamento abstrato, pensamento concreto, informação sensorial, habilidades motoras, etc., todos usam a mesma estrutura neural na mente” (p. 187), e que há evidências linguísticas e neurocientíficas que sustentam a hipótese da Linguística Cognitiva de que nossas mentes não são modulares e que nossas dimensões mentais e corpóreas estão interligadas. Nesse sentido, não só a língua *em si* faria parte do processo cognitivo de conceptualização, mas modalidades sensorio-motoras, como a visão, audição, toque, ações motoras são todas utilizadas na produção e na compreensão de língua.

Portanto, apesar de concordarmos que a compreensão humana é guiada pela presunção de relevância, através de um processamento fundamentalmente inferencial, a tese da modularidade da mente não está em conformidade com a perspectiva que passaremos a construir no Capítulo 4. Viemos, desde o início, indicando que o nosso sistema cognitivo é, em essência, experiencial, isto é, baseado fundamentalmente na hipótese da corporeidade da mente. Fornecemos evidências desse fato no Capítulo 2, com base na explicitação na forma como metáforas conceptuais são elaboradas. No entanto, mesmo que ambas as teses não acordem quanto à constituição do nosso sistema conceptual, no nosso construto interdisciplinar, a ser delineado no capítulo final, retomaremos a hipótese da mente corpórea, e a partir dela daremos ênfase à questão da formulação de inferências interpretativas, as quais são exaustivamente exploradas no trabalho de Sperber e Wilson (1995). Ao utilizar uma base experiencial como base da memória enciclopédica e, no curso da comunicação, como contexto *off-line*, remodelaremos o nosso entendimento sobre o que são inferências e como o processo interpretativo ocorre para a construção de significados de conceitos.

Ainda neste capítulo, discutiremos um pouco mais sobre a construção de inferências na perspectiva da Teoria da Relevância e, a partir disso, trataremos da construção do significado de conceitos relacionados a emoções. O processo de elaboração de hipóteses interpretativas requer gasto de energia mental no intuito de conseguir a melhor interpretação possível do enunciado. Chegamos, aqui, a um aspecto crucial para a compreensão da noção de relevância: os cálculos mentais envolvidos na construção de conceitos e derivação de significados requerem um custo de processamento cognitivo que devem ser equilibrados com efeitos cognitivos positivos, como veremos em detalhes a seguir.

3.6 ESFORÇOS E EFEITOS COGNITIVOS EM COMUNICAÇÃO

Até agora, descrevemos a forma como a compreensão dos *inputs* comunicativos torna-se possível sob a perspectiva de Sperber e Wilson (1995). Vimos que, ao lançar um estímulo ostensivo, o falante está sinalizando o seu desejo de comunicação. Por isso, o enunciado produzido é uma evidência direta de sua intenção informativa. Ao ouvinte cabe o reconhecimento daquilo que está além das palavras de seu interlocutor, elaborando um cálculo mental dedutivo – não-demonstrativo e não-trivial –, o qual guia a geração de inferências acerca de uma provável interpretação. Esse processo demanda esforço de processamento cognitivo, no qual estão envolvidos atenção, memória e raciocínio. No curso dessa atividade, a quantidade de esforço requerida dependerá do grau de acessibilidade ao contexto: quanto mais facilmente a compreensão ocorre, menor será o esforço despendido. Se o acesso às suposições ocorrer sem muitos entraves e com rapidez, o gasto de energia será mínimo.

É necessário observarmos que, se há confiança sobre dadas suposições, essas serão as que primeiro serão acessadas e que têm maior probabilidade de serem verdadeiras para quem as processa. Assim, uma representação adequada é aquela na qual há uma boa ligação entre as suposições do indivíduo que já estão consolidadas em sua memória enciclopédica – e que são elaboradas no decorrer da interação – e aquelas advindas do ato comunicativo, as quais podem ser corroboradas⁵⁰.

A habilidade de julgar uma suposição de acordo com a sua probabilidade de verdade é explicada em termos de *força de suposição*, determinada pela sua corroboração. No exemplo (77) *O texto foi traduzido ipsis litteris*, a suposição sobre a forma como ocorreu a tradução do texto terá uma força menor para o ouvinte que não compreender o termo latino, visto que a sua acessibilidade é quase nula, embora seja possível elaborar algumas inferências sobre o que o termo poderia significar a partir da sua contextualização no enunciado. A noção de *força de suposições* está ligado determinado grau de acessibilidade do contexto, que se constrói conforme decodificação linguística, percepção, memória enciclopédica e dedução.

A mudança gerada no ambiente cognitivo do ouvinte devido ao processamento da informação durante a comunicação representa o que Sperber e Wilson (1995) chamam de *efeitos cognitivos*. Um efeito cognitivo é o resultado de uma interação relevante entre um estímulo produzido por um agente e um conjunto de suposições pré-existente na mente do ouvinte. Em

⁵⁰ Sperber e Wilson (1995) fazem uso do termo ‘confirmação’, o qual tem o mesmo sentido de “corroboração”. Trata-se de um termo emprestado da lógica e adaptado à Psicologia Cognitiva a fim de nomear uma posição subjetiva de provável valor. No entanto, acreditamos que o segundo termo é mais adequado para tratar de hipóteses interpretativas que sejam apenas prováveis.

outras palavras, o efeito cognitivo ocorre pela união do *input* (informações advindas da comunicação) e das informações contextuais (baseadas no conhecimento enciclopédico). Uma informação será relevante para um indivíduo se ela se combina com as suposições que ele já construiu sobre a realidade para, a partir disso, levar a uma nova suposição. Esses efeitos cognitivos podem ocorrer de três formas, a partir de regras de implicação sintética, como vimos anteriormente:

- i. Por implicação contextual: quando se acrescenta uma informação nova ao ambiente cognitivo do indivíduo. Nesse caso, são as suposições derivadas da combinação de informações antigas (isto é, já existentes no ambiente cognitivo e que emergem conforme a comunicação se desenrola) e informações novas, contextuais.
- ii. Por fortalecimento ou enfraquecimento de suposições: a força das suposições determinará a acessibilidade do contexto. Não resulta em informações novas, mas apenas fortalece ou enfraquece as informações que o indivíduo possui.
- iii. Por contradição: quando uma nova informação faz com que o indivíduo elimine as suposições que ele havia formulado anteriormente.

Um *input* é relevante para alguém quando esse se conecta ao conhecimento de mundo que tem à disposição para produzir conclusões que lhe são otimamente relevantes. Além disso, quando é processado em um contexto de suposições disponíveis, esse *input* deve gerar um efeito cognitivo positivo, isto é, em que o efeito obtido seja aproveitado, a partir do qual se possa chegar a uma conclusão plausível. Desse modo, o *input* a ser lançado para o ouvinte será sempre o mais relevante que outras possíveis alternativas, sendo interpretado também como a melhor forma de ostensão elaborada pelo falante a fim de chamar a atenção para o que está sendo dito. Intuitivamente, em comunicação, os seres humanos compreendem que a forma como a ostensão ocorre determinará o sucesso da comunicação, tendo em vista que o *input* escolhido não deve gerar esforços de processamento que sejam maiores que os efeitos cognitivos conseguidos.

A definição do que é *relevância* decorre fundamentalmente dessa relação entre esforços e efeitos cognitivos. Conforme Sperber e Wilson (2005, p. 122), a relevância de uma informação para um indivíduo se dá nestes termos: uma suposição é relevante em um contexto se e somente se ela tiver algum efeito cognitivo naquele contexto. Para que essa condição se cumpra, um balanço entre efeitos e esforços cognitivos se faz necessário, e esses podem ser referidos desta forma:

- i. quanto maiores os efeitos cognitivos alcançados pelo processamento do *input*, maior a relevância para o indivíduo naquele momento;

- ii. quanto menor o esforço de processamento requerido para alcançar esses efeitos, maior a relevância para o indivíduo naquele momento.

Nesse sentido, um *input* é relevante quando, ao processá-lo no contexto de informações previamente disponíveis, produz novos efeitos cognitivos. “O *input* deve responder a uma pergunta que o indivíduo tinha em mente, pode suscitar ou acabar com uma dúvida, sugerir uma hipótese ou um curso de ação, confirmar ou não uma suspeita, corrigir um erro” (SPERBER; WILSON, 2008, p. 88). A relevância, nesse caso, não é apenas uma propriedade de enunciados ou outros estímulos ostensivos verbais, mas pode ocorrer através de quaisquer *inputs* que um processamento cognitivo pode conter: o conjunto daquilo que é percebido sensorialmente (como pela visão ou pela audição), pensamentos, memórias, suposições, entre outros, pode ser relevante para um indivíduo em dado momento.

As noções de esforço e efeito têm papel decisivo na cognição, pois os humanos, de acordo com Sperber e Wilson (1995), têm a tendência de maximizar a relevância⁵¹. Costa (2005, p. 110) descreve os vários tipos de esforços mentais e de efeitos cognitivos possíveis num ato comunicativo. Para o autor, *custo no processamento mental* envolve: (i) processamento mental e cognitivo; (ii) processamento da linguagem verbal em nível fonológico; (iii) processamento sintático, semântico e pragmático; (iv) grau de acessibilidade dos contextos; (v) grau de acessibilidade de memória lexical; (vi) calculabilidade de inferências; (vii) grau de percepção do ambiente cognitivo. O mesmo autor afirma ainda que *benefício em comunicação* envolve: (i) grau de importância do conteúdo; (ii) grau de adequação, de conexão, de interatividade; (iii) compreensão de implicaturas; (iv) implicação contextual; (v) benefício retórico; (vi) benefício cultural; (vii) benefício moral e psicológico.

Como resultado da seleção constante, os mecanismos perceptuais tendem a selecionar estímulos relevantes, e os mecanismos de recuperação de memória tendem a ativar suposições que devem ser pertinentes para aquele momento comunicativo. Os mecanismos inferenciais tendem a processar esses estímulos do modo mais produtivo e econômico, mas isso não impede que os esforços de compreensão sejam maiores: de fato, Sperber e Wilson (1995) sugerem que os custos do trabalho inferencial podem ser sustentados se os benefícios forem maiores do que o esforço.

Observando-se os exemplos (78a e 78b):

⁵¹ Aqui, é importante frisar que, ao aplicar-se o termo “maximizar”, o grau de relevância não pode ser entendido como o mais alto, mas como um grau otimizado.

(78a) A: Estou com sono.

B: Tome um café.

(78b) A: Estou com sono.

B: O café é uma bebida escura e aromática, de propriedades tônicas por possuir uma substância chamada cafeína que faz com que os indivíduos que o ingerem sintam-se estimulados fisicamente. Esse líquido, proveniente do fruto do cafeeiro, fará com que seu sono seja disperso e assim o manterá acordado para prestar atenção ao que estou dizendo.

Em ambos os diálogos, temos a mesma situação: o indivíduo ‘A’ comenta com seu interlocutor, ‘B’, que sente sono naquele momento. Contudo, a maneira como as interlocuções se desenrolam demonstra as diferenças nos graus de esforço e efeito de processamento despendidos. No primeiro diálogo, ‘B’ tenta ser o mais relevante possível em sua fala, tendo em vista que o esforço de ‘A’ para chegar à interpretação de que o café é uma bebida estimulante é pequeno; provavelmente, a força dessa suposição será maior, já que ‘A’ tem conhecimento sobre essas propriedades da bebida. Já no segundo diálogo, ‘B’ corre o risco de seu ouvinte simplesmente parar de prestar atenção ao que ele está dizendo; o excesso de informações, somado ao alto nível de prolixidade da fala, exigem um maior esforço de processamento mental, e, portanto, o custo para a compreensão dessa informação é demasiado alto.

A partir dessa relação, Sperber e Wilson (1995) formulam o *Princípio Cognitivo da Relevância*⁵², para o qual “a cognição humana tende a ser guiada para maximização da relevância” (p. 260). Segundo os autores, essa afirmação é oriunda do fato de que, sendo a cognição uma função biológica, os mecanismos cognitivos são, em geral, adaptações que evoluíram em etapas que foram sendo incrementadas, na maioria das vezes consistindo na seleção de uma variável que teria sido mais bem elaborada do que outras devido às escolhas relacionadas aos estímulos potencialmente relevantes. Nossos esquemas de acesso à memória tendem a ativar espontaneamente suposições potencialmente relevantes, e nossos mecanismos inferenciais tendem a processá-los da forma mais produtiva (WILSON, 2009). Por vezes, as variáveis seriam de ordem qualitativa, isto é, relacionadas aos tipos de benefícios (ou efeitos) obtidos, ou de

⁵² Inicialmente, Sperber e Wilson afirmavam que o Princípio da Relevância (“todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua Relevância ótima”) aplica-se de maneira geral na busca da pertinência da comunicação. Mais tarde, os autores veem a necessidade de desdobrar esse princípio em Princípio *Cognitivo* da Relevância (“a cognição humana tende a ser guiada à maximização da relevância”, Sperber e Wilson, 1995, p. 260) e Princípio *Comunicativo* da Relevância (originalmente, Princípio da Relevância), apresentados de maneira diferenciada nesta seção.

ordem quantitativa, já que “o mesmo benefício pode ser obtido para um grau maior, ou para um custo menor de energia” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 262). Assim, a cognição é produto de um mecanismo que preza pela tendência em minimizar custos e aumentar a eficiência de seu próprio *design*. A hipótese de que ao longo da evolução primou-se por uma otimização nessa relação em todos os aspectos do mecanismo cognitivo é articulada também para explicar o fenômeno da comunicação. Por essa propriedade, os autores da Teoria da Relevância conseguem explicar que a informação é processada da forma mais simples possível, porém tentando obter efeitos cognitivos positivos.

A tendência universal de maximizar a relevância torna possível manipular e prever de forma metarrepresentacional os estados mentais dos outros (SPERBER; WILSON, 1995, p. 132). Considerando-se essa tendência de selecionar os estímulos mais relevantes, o indivíduo tende a produzir estímulos ostensivos que julgam ser mais adequados para atrair a atenção do seu interlocutor e que os leve a presumir que esse é suficientemente relevante para ser processado. Esse aspecto é base para o *Princípio Comunicativo da Relevância*: “todo ato de comunicação inferencial transmite uma presunção de sua própria relevância ótima” (SPERBER; WILSON, 2008, p. 89). Assim, determinado estímulo é o melhor que o falante poderia ter elaborado, o que permite ao ouvinte inferir que, para a recuperação da informação pretendida, ele deve fazer uso do esquema de suposições sugerido pela forma lógica e pelas entradas enciclopédicas que se tornam potencialmente acessíveis. Sendo a primeira interpretação consistente com o princípio comunicativo da relevância, essa será selecionada dentre as várias hipóteses possíveis; um falante que quer ser compreendido com maior grau de precisão deve garantir ao seu ouvinte uma interpretação consistente com esse princípio. Contudo, o falante não deve impor ao ouvinte um esforço infundado na busca por efeitos cognitivos em que a sua intenção é captada. De fato, demasiados esforços para benefícios inferiores não trazem relevância ao enunciado.

Um estímulo ostensivo é *otimamente relevante* se: (i) é relevante o suficiente para ser válido para o esforço da audiência; (ii) é mais relevante o estímulo se compatível com as preferências e habilidades do comunicador. À audiência é dado o direito de esperar que o estímulo ostensivo seja o mais relevante para ser processado, além de delinear expectativas em relação a esse estímulo. Aqui, a presunção de relevância ótima tem um conteúdo específico: o ouvinte presume que o ato comunicativo é suficientemente relevante para que seu processamento ocorra, a partir do qual se segue que esse deve ser mais relevante que outros *inputs* competindo pela atenção do ouvinte naquele momento (SPERBER; WILSON, 2008, p. 89). É importante considerar que a relevância é representada em termos de julgamentos comparativos, numa escala heurística – ‘irrelevante’, ‘fracamente relevante’, ‘muito relevante’ –, mas não em termos de julgamentos

quantitativos. Portanto, uma relação comparativa é construída a partir de uma escala de aproximação progressiva que envolve graus diversos de relevância, os quais estão intrinsecamente ligados à questão de esforço-e-efeito. Sperber e Wilson (1987) mencionam que o esforço de processamento é determinado pela complexidade linguística de estímulos, pela forma como o contexto se desenvolve e pela acessibilidade desse contexto.

O Princípio Comunicativo da Relevância e a definição de relevância ótima sugerem um procedimento prático para realizar essas subtarefas e, dessa forma, construir uma hipótese sobre o que o falante realmente quer dizer. Para Sperber e Wilson (1995), essa deve satisfazer a presunção de relevância transmitida pela expressão linguística. Sendo assim, no percurso inferencial – denominado por Wilson e Carston (2006) como *heurística de compreensão* – que se desenrola durante a comunicação *online*, o ouvinte deve tomar o significado linguisticamente codificado da sentença e seguir um caminho de menor esforço; a partir, disso, ele deve enriquecê-lo no nível explícito e complementá-lo no nível implícito, até que a interpretação resultante encontre suas expectativas de relevância. Nesse processo, ao ouvinte cabe resolver indeterminações referenciais e ambiguidades, enriquecendo ou ajustando o significado codificado, suplementando suposições contextuais e derivando implicaturas (WILSON; CARSTON, 2006). Objetivando uma interpretação geral que satisfaça a presunção de relevância ótima, o ouvinte constrói hipóteses sobre as suposições contextuais intencionais (que se tornarão premissas implicadas no mecanismo dedutivo). As hipóteses elaboradas, que envolvem suposições relacionadas a explicaturas, premissas implicadas e conclusões implicadas não devem ser tratadas como uma sequência; de fato, elas são desenvolvidas concomitantemente às hipóteses antecipatórias do ouvinte, as quais podem ser reelaboradas conforme a interação ocorre. Assim, tanto a presunção de relevância de modo geral, quanto as expectativas mais específicas contribuem para a identificação e compreensão de explicaturas e implicaturas.

No processo de elaboração de hipóteses interpretativas, o ouvinte deve enriquecer o significado do enunciado decodificado no nível explícito e complementá-lo no nível implícito pelo fornecimento de suposições contextuais que se combinarão com as implicações suficientemente produzidas para tornar o enunciado relevante da forma esperada (WILSON, 2009). A fim de desambiguar, atribuir referência, ajustar o significado lexical, construir contextos, derivar conclusões, entre outros, deve-se seguir por um caminho de menor esforço, computando os efeitos cognitivos, ao buscar essas implicações, testando-as em ordem de acessibilidade. Assim que as suas expectativas de relevância estiverem satisfeitas, esse processo é encerrado. Desse modo, o mecanismo dedutivo dá origem a uma hipótese apropriada sobre as novas suposições geradas pela mensagem do ouvinte (conclusão implicada). Silveira e Feltes (2002) argumentam

que o esforço despendido pelos ouvintes ao buscarem a relevância ótima de um enunciado pode variar de forma considerável: enquanto uma pessoa processa rapidamente uma informação, outra poderá precisar de mais elementos para ter acesso ao significado pretendido pelo falante, visto que o ambiente cognitivo de cada indivíduo é único. As falhas em comunicação são, assim, explicadas, pois a maneira como as suposições são acessadas pode contribuir também para a vaguidade ou indeterminação do que é dito.

Itens lexicais considerados *fuzzy*, por sua significação bastante ampla, ambíguos, ou polissêmicos, são ajustados pragmaticamente, conforme o processo inferencial se desenvolve em um contexto dinâmico. Conceitos abstratos como os de emoção, cuja expressão linguística reflete estados emocionais diferentes – ou diferentes itens lexicais podem estar ligados a conceitos de emoções relacionados em uma mesma categoria – são restritos pelo contexto, pela busca por relevância e pela percepção da intenção do falante. Dedicaremos uma seção para tratar de conceitos ligados a categorias *fuzzy* de significação, para, em seguida, explanar como construímos uma interpretação dicotômica de significados ditos literais e figurados ligados a conceitos *ad hoc*.

3.7 FUZZINESS E PALAVRAS DE EMOÇÃO

É por meio do desenvolvimento do contexto que o processo inferencial se desenrola, e com ele implicaturas emergem a fim de que o significado de determinados itens lexicais possam ser estabelecidos. É meramente ilusória a ideia de que uma palavra possui sua contraparte atômica, como se fosse possível a existência de seu significado primitivo. Se tomarmos o vocábulo ‘tristeza’ em diferentes enunciados, perceberemos que encontrar um significado central específico para ele é inútil:

(79) Vi em seus olhos uma tristeza profunda.

(80) Faltava-lhe ânimo; parecia sentir aquela tristeza recorrente.

(81) O orador só sabia falar das tristezas da vida.

(82) A: Fui ao cinema com meu namorado e depois fomos jantar em um restaurante bacana.

B: Ai, que tristeza!

Nesses enunciados, podemos perceber que há uma correlação entre os sentidos do vocábulo em questão. No entanto, não há um elemento central que possa ser identificado como base para todos os sentidos; não se trata de um componente que possa ser simplesmente

“estocado” em uma das caixinhas da mente para que a ele possam ser atribuídos conjuntos de traços comuns, selecionados de acordo com o contexto pragmático. O enunciado (79) parece sustentar um significado mais básico⁵³ para ‘tristeza’, em que o sentimento que transparece nos olhos do sujeito tem um valor mais central dentro de uma escala de significação, sendo que essa gradação é enfatizada pelo adjetivo ‘profunda’. Em (80), parece haver uma associação com o conceito de DESÂNIMO para o vocábulo em questão, um valor menos central para a escala; (81) trata o vocábulo de maneira generalizada, como se todos os eventos negativos da vida estivessem associados ao conceito de TRISTEZA. Parece haver, então, uma ligação entre esse conceito de emoção àqueles normalmente julgados como negativos. Por último, em (82) o enunciado proferido por B possui uma conotação irônica quanto ao evento relatado por A – em geral, o relato de tais ações possui uma carga semântica positiva e, por isso, a expressão *Que tristeza!*, em (82), assume contornos de significados possivelmente ligados aos elementos relacionados aos conceitos de ALEGRIA, PRAZER, SATISFAÇÃO, CONTENTAMENTO, ou, ainda, FELICIDADE.

Dadas as interpretações acima, ainda que intuitivas, percebe-se que um único item lexical pode fazer emergir uma infinidade de significados, fazendo com que um conceito assuma diferentes “tonalidades” de acordo com as cores dadas pela ação comunicativa. Se não há um significado fixo, mas apenas aquele que assume um papel central em um contexto de interações, como se pode delimitar o escopo de significados de conceitos abstratos como os de emoções? Qual a base conceptual a partir da qual se pode fundamentar para derivar significados distintos? Como, frente a um escopo amplo de possíveis significados, um conceito pode se particularizar e ser entendido dentro de uma comunidade de fala?

Diante da questão da indefinição elencada nas questões acima, trataremos o significado de itens lexicais, em especial aos relacionados à linguagem de emoções, como situados em uma categoria de linguagem *fuzzy*. *Fuzziness* pode ser definida como uma categoria de unidades lexicais que não possui delimitações semânticas muito claras. Exemplo disso são os pronomes indefinidos, como ‘algum’, ‘todos’, ‘muito’, ‘pouco’, ‘qualquer’, bem como adjetivos, como ‘bonito’, ‘bom’, ‘ótimo’, ‘pequeno’, entre tantos outros. Mesmo vocábulos que parecem ter uma definição bastante acurada parecem ter problemas de delimitação de sentido. O vocábulo ‘pronto’, em *O jantar está pronto.*, por exemplo, pode referir ao término do preparo do alimento, ou ao momento exato em que se anuncia o jantar, ou, ainda, à sinalização de que se pode sentar e iniciar a comer – indicando, portanto, que não há uma demarcação semântica tão específica quanto se imagina para itens ditos literais. Um exemplo mais drástico, oferecido por Zhang (2005) é a oposição entre ‘morto’ e ‘vivo’ que, sob um primeiro olhar, parece ter fronteiras bem

⁵³ Entende-se que o significado mais básico de um item lexical é aquele mais recorrente.

marcadas. Contudo, como afirma a autora, a definição que se aplica a alguém que se encontra em coma por seis meses não pode nem ser a de alguém que está morto, nem essa se aplica a alguém que está vivo, num sentido prototípico do adjetivo.

De acordo com Zhang (2005), a problemática da busca pela especificidade da linguagem *fuzzy* não é resolvida nem mesmo com a inserção do vocábulo em contexto, assim como ocorre com os fenômenos da ambiguidade, da generalidade e da vaguidade. Isso ocorre porque parece haver um significado prototípico, mais central⁵⁴, relacionado ao vocábulo, mas a sua referência, ou denotação, parece não ter nitidez semântica. Ainda que inseridos em um contexto pragmático, os vocábulos com sentido *fuzzy* deixam dúvidas quando à exatidão do termo. Pode-se perceber, em (83) *Quase todos os alunos saíram.*, ou (84) *Menos de 20 pessoas saíram.*, ou ainda (85) *Ela é uma pessoa muito bonita.*, que há sentidos não-específicos em cada um dos casos, embora intersubjetivamente é possível que não haja um caso de incompreensão semântica. É interessante notar que são estabelecidos valores numa escala pragmática para essas expressões *fuzzy*. Em outras palavras, a partir de um contexto comunicativo é que se pode prever, por aproximação, certa delimitação semântico-pragmática para casos desse tipo. Para Zhang (2005), o caráter *fuzzy* de uma expressão tende a estar no entorno de uma área periférica de sua denotação, isto é, há um sentido prototípico e, ao redor dele estão ligados outros que, a partir de experiências cotidianas, têm um caráter mais ou menos proeminente, de acordo com o momento comunicativo. O significado inferencial de expressões *fuzzy*, portanto, não pode ser dado sem se considerarem fatores pragmáticos.

“Expressões *fuzzy* possuem sentido não-*fuzzy*, uma parte central sobre a qual se concorda, mas uma denotação periférica *fuzzy*” (ZHANG, 2005, p. 76). Isso significa que, em geral, as pessoas concordam sobre o significado mais central de uma expressão *fuzzy*, como ‘muito’, ainda que sua referência não tenha uma delimitação rígida. A fim de estender a compreensão de um enunciado com expressão ou vocábulo *fuzzy*, fatores contextuais são decisivos na determinação, ainda que com ressalvas, do significado numa interface semântico-pragmática. De acordo com Evans (2009), a forma de palavras parece ser mutável por natureza: “seu significado é flexível, em parte dependente do *contexto* de uso” (p. 4, itálico do autor).

Para Sabini e Silver (2005), a ligação entre a experiência emocional e a palavra de emoção é determinada pelo contexto social. Assumem, portanto, o aspecto *pragmático*⁵⁵ da linguagem de

⁵⁴ Essa noção assemelha-se à teoria dos protótipos, de Rosch (1978), em que o protótipo a partir do qual outros elementos de uma mesma categoria seria o melhor exemplo, ou o mais representativo dentre os demais.

⁵⁵ É importante esclarecer que, enquanto os pressupostos da Teoria da Relevância assumem que é necessário estabelecer uma relação interdisciplinar entre Semântica e Pragmática para explicar a construção do significado, nos fundamentos da Linguística Cognitiva, especificamente na tese da mente corpórea, semântica e pragmática são construtos cognitivos, situados em um *continuum* e sem possibilidade de dissociação. Tal distinção nos rótulos cria, no entanto, disciplinas à parte, sendo necessário assumir uma perspectiva específica para então construir a teoria do

emoção envolvendo intenção comunicativa e considerando que essa linguagem, especificamente, é *corporeizada* no contexto social. De fato, a verificação do valor semântico de um item só se torna possível frente a sua ocorrência, e essa leva em conta a noção de contexto, que envolve: o *input* linguístico, isto é, o enunciado por si só; o conhecimento enciclopédico do léxico envolvido – *background*; o *setting* espaço-temporal; o ambiente cognitivo que se torna mutuamente compartilhado; e, por fim, as intenções comunicativas dos envolvidos na interação. De acordo com Sabini e Silver (2005), palavras de emoção nem sempre se projetam em experiências emocionais específicas: o mesmo estado emocional pode ser descrito por diferentes palavras e estados experienciais diferentes podem ser descritos pela mesma palavra. Tal desencontro existe porque itens lexicais ligados a sentimentos de emoção são descrições produzidas por um observador que infere certas características psicológicas em um indivíduo em determinado contexto. Sabini e Silver (2005) levantam a hipótese de que conceitos ligados a emoções são resultado de uma interpretação subjetiva; por isso, termos que referem emoções transmitem implicitamente os conhecimentos e experiências que falante e ouvinte trazem para a comunicação – isto é, no momento em que se estabelece uma relação intersubjetiva, os ambientes cognitivos dos envolvidos no ato comunicativo se tornam mutuamente compartilhados⁵⁶.

Como vimos, itens lexicais podem deixar dúvidas quanto ao escopo do significado por constituírem-se de sentidos vagos, ou *fuzzy*. Por isso, a partir do reconhecimento de uma categoria na qual dado conceito se insere, os interlocutores utilizam-se das chamadas *implicaturas escalares* para organizar e estabelecer um significado aproximado do significado do falante. As implicaturas escalares – termo inicialmente utilizado por Horn (1972) – são aquelas geradas a partir de um conjunto de expressões linguísticas contrastivas da mesma categoria gramatical, as quais constituem uma escala de valores (ROSSA, 2002, p. 328). Os itens constituintes dessa escala podem ser organizados por meio de uma ordem linear de informação ou por sua força semântica (LEVINSON, 1983), para então gerarem inferências relacionadas a um dos valores dessa escala. É dentro desse grupo escalar que um conceito ligado a um sentimento de emoção pode ser analisado para então compreender-se a sua intensidade, por exemplo. Dessa forma, Levinson sugere que a escala gerada pelas implicaturas escalares tem o seguinte formato:

Dada qualquer escala da forma $\langle e1, e2, e3, \dots, en \rangle$, se um falante afirma $A(e2)$, então ele implica $\sim A(e1)$, se ele implica $A(e3)$, então ele implica $\sim A(e2)$ e $\sim A(e1)$, e de uma forma geral se ele diz $A(en)$, então ele implica $A(en-1)$, $\sim A(en-2)$ e assim por diante, até $\sim A(e1)$ (LEVINSON, 1983, p. 133).

significado sobre a qual se pretende embasar o objeto teórico em análise. Desse modo, tomamos o ponto de vista de que as disciplinas devem ser vistas em um *continuum*, em que a distinção das disciplinas, se houver, é meramente metodológica.

⁵⁶ Neste ponto, são notáveis as semelhanças entre teorias ligadas à Linguística Cognitiva e a Teoria da Relevância.

A elaboração de inferências via implicaturas escalares decorre do processo de acarretamento de uma expressão inserida em um enunciado complexo. Portanto, se numa escala de $\{4 > 3 > 2 > 1\}$ escolhe-se $\{3\}$, por exemplo, todos os elementos que o antecedem podem fazer parte dessa escala. No exemplo (85), temos evidências de como esse tipo de implicatura funciona:

(86) *João tem três carros.*

Desse exemplo, implica-se que João não tem 4 carros, mas 1, 2 e 3 carros. Da mesma forma, ao concentrarmo-nos em conceitos relacionados a emoções, podemos utilizar o mesmo critério para especificar o tipo de sentimento que o falante pretende evocar em seu ouvinte:

(87) *Maria: Pedro, você me ama?*

Pedro: Eu gosto muito de você.

Nesse caso, para decepção de Maria, Pedro escolheu a expressão “gosto muito” para, provavelmente, não mentir para Maria sobre seus sentimentos, levando-a a inferir que ele não a ama, nem a adora. Contudo, levando-se em conta a escala provável formulada $\{\text{AMAR} > \text{ADORAR} > \text{GOSTAR MUITO} > \text{GOSTAR} > \text{QUERER BEM} > \text{SIMPATIZAR}\}$, Maria poderia implicar que, ao menos, Pedro tem especial afeição por ela, já que ‘gostar muito’ implica também ‘gostar’, ‘querer bem’ e ‘simpatizar’. Não é possível incluir, nessa escala, uma noção supostamente contrária à de ‘amar’, por esses sentimentos não se encaixarem em uma mesma categoria. Assim, mesmo que se diga que “ódio e amor se cruzam sem se tocar” (GALLI, 2008, p. 24), ambos os sentimentos parecem ter trajetórias paralelas. A escala para ODIAR é, possivelmente, a seguinte: $\{\text{ODIAR} > \text{DETESTAR} > \text{DESPREZAR} > \text{NÃO-GOSTAR} > \text{ANTIPATIZAR}\}$. Nesse caso, ao dizer (88) *João odeia Ana.*, ele também detesta, despreza, não gosta e antipatiza com Ana, mas dizer que (89) *João não gosta de Maria.* não implica dizer que João a odeia, por exemplo, mas acarretaria todos os valores à direita de ‘*não gosta*’ (nesse caso, utilizamos somente *antipatizar*, mas à escala poderiam ser inseridos outros valores de força semântica menor, mas que ao enunciado poderia se encaixar conforme o contexto comunicativo).

Tais redes semânticas são formuladas a partir da capacidade humana de categorização, como já referido no Capítulo 2, e que fica evidente também quando nos utilizarmos de inferências metonímicas. Temos, então, uma categoria geral para emoções e sentimentos, dentro

da qual subcategorias são elaboradas a fim de dar conta dos significados diversos dados às emoções. Podemos construir, no momento da interação, categorias para determinados tipos de emoções, como a *raiva* ou a *alegria*, por exemplo, incluindo aí até mesmo as expressões metafóricas, como vemos abaixo:

(90) *Marcos: Ana ficou chateada por ter sido enganada?*

Pedro: É melhor esperar para falar com ela; ela virou uma panela de pressão.

No exemplo (90), podemos interpretar a expressão linguística “panela de pressão” como um item máximo em uma escala de implicaturas relacionadas ao conceito de RAIVA: ao ser julgada como uma panela de pressão, o ouvinte evoca inferencialmente o conceito para o item lexical “panela de pressão” para associar à intensidade da emoção sentida por Ana. Trata-se de uma escala construída de forma *ad hoc*, em que a compreensão do enunciado se aplica àquele momento conversacional. Dessa forma, temos a elaboração de uma metáfora, tópico que retomaremos ao final deste capítulo.

As relações semânticas envolvidas na formação de implicaturas escalares dão conta de relações lógicas dos enunciados e da sua referência. Como vimos enfatizando, o contexto é uma ferramenta importante na construção das implicaturas escalares, pois só a partir dele podemos inserir determinado termo em uma escala de valores. Por esse motivo, a elaboração desse tipo de implicaturas também leva à economia na linguagem, sendo a precisão do item lexical utilizado estabelecida por elementos contextuais: a amplitude no escopo de significados é restringida na busca por relevância.

Ao referirmo-nos a dada emoção, possivelmente estamos lançando determinado estímulo ostensivo com a intenção de significar certo tipo de sentimento de emoção e qual o *grau* aproximado dele. Por isso, a expressão “panela de pressão”, inserida em (90), refere um grau de raiva que se aproxima nas bordas de uma escala que abrange todos os demais graus dessa emoção. Portanto, a noção de implicaturas escalares auxilia a determinar com maior aproximação conceitos que, expressos linguisticamente, ficariam ambíguos numa análise somente baseada em termos semânticos, justamente pela necessidade de respaldo em aspectos contextuais.

Ao se elaborar uma rede semântica categorial para dado sentimento de emoção, como ‘medo’, por exemplo, a busca pela relevância levaria à construção de implicaturas escalares, com valores que podem se alternar, como em {MEDO: TERROR > PÂNICO > FOBIA > PAVOR > MEDO > ANGÚSTIA > INQUIETAÇÃO > APREENSÃO > PREOCUPAÇÃO}. Assim, ao dizer: *Ao ouvir um barulho na janela, senti uma angústia me dominar.*, o uso do termo ‘angústia’ implica que o falante

poderia não sentir o que ele entende por ‘medo’ e seus valores mais fortes, mas que, dentro desse sentimento de angústia, estão também a inquietação, a apreensão e preocupação, como se esses fossem valores relacionados, ou herdados pelo conceito referido.

As redes semânticas de vocábulos de emoções podem ser construídas a partir de conceitos que se especificam, em contexto, como ditos literais e até mesmo aqueles considerados metafóricos, como foi o caso do exemplo (90). O ouvinte organiza automaticamente o conceito em uma escala de valores a partir da elaboração do contexto, supondo as suas expectativas de relevância. Afinal, ao dizer que alguém é, ou transformou-se em, uma panela de pressão, há uma presunção de relevância que leva o ouvinte à interpretação do *valor semântico* da raiva sentida em dado momento. Além disso, essa construção torna-se possível a partir do conhecimento enciclopédico, elaborado por meio de experiências vividas e das influências da cultura e da sociedade. É devido à busca pela relevância que o conceito de emoção será (re)formulado a fim de que ele se enquadre no significado da intenção informativa do interlocutor. Assim, ao utilizar um termo com conotações extremas, o ouvinte compreende que há alguma razão para que outra forma de expressão não tenha sido empregada. Trataremos dessas questões a seguir.

3.8 SIGNIFICADOS LITERAL VS. METAFÓRICO: A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS *AD HOC*

Na busca pela relevância, tentamos depreender do enunciado o seu significado mais provável, que é o que tem maior nível de acessibilidade, maiores efeitos cognitivos, e supre as expectativas de relevância do ouvinte. A abordagem da relevância provém condições para descrever e explicar o fenômeno da interpretação inferencial, incluindo a elaboração de novos conceitos.

Na perspectiva tradicional da Teoria da Relevância, a linguagem metafórica é vista como um uso vago da linguagem, interpretado através do reconhecimento de implicaturas fracas. Por esse motivo, ao dizer um enunciado metafórico, o processo interpretativo começaria diretamente do nível das implicaturas, mas nunca da explicatura: apenas as *proposições* comunicadas seriam explicaturas, o que afastaria a interpretação, por essa via, dos enunciados de uso vago. Além disso, os enunciados ditos literais seriam vistos como estando em correspondência exata com os pensamentos do falante, como unidades indecomponíveis, primitivas, e básicas. Em teorias do significado mais tradicionais (GRICE, 1975, por exemplo), o significado literal assume o lugar de um sentido de superfície, o qual é sempre ativado antes de qualquer outro. Assim, a interpretação de uma metáfora exigiria que o sentido literal emergisse em primeiro lugar e, na sequência, uma

violação das máximas de modo e de qualidade faria o ouvinte processar o significado do enunciado em questão. Conseqüentemente, no processamento das implicaturas geradas o ouvinte despenderia mais tempo e esforço para que a sua compreensão seja possível.

No entanto, muitos estudiosos (GIBBS, 1984; 1994; ORTONY *et al.*, 1978; GIORA, 1997; TURNER, 2005) acreditam que o processo de compreensão da linguagem literal e da não-literal (ou *figurada*) é praticamente idêntico em ambos os casos. Como expusemos ao final do Capítulo 2, da mesma forma como a interpretação de significados metafóricos e metonímicos (além de outros reconhecidamente figurados) necessita de um processamento cognitivo para emergirem, esse também é pressuposto para a interpretação de sentidos ditos literais. Isso não significa dizer que, embora o processo perpassasse os mesmos passos interpretativos, o esforço cognitivo requerido e o tempo de duração para o processamento de enunciados ditos literais devam ser menores. O fato é que temos a tendência a compreender enunciados metafóricos mais convencionais com maior rapidez do que os ditos literais. Isso ocorre porque os mapeamentos que construímos são ferramentas de economia cognitiva que auxiliam na compreensão de conceitos abstratos. Assim, entender o significado de um item lexical relacionado a sentimentos de emoção através de um enunciado como (91) *Estou sentindo um vazio dentro de mim.* é fazer um mapeamento de um domínio concreto, RECIPIENTE VAZIO, para um domínio abstrato, TRISTEZA, por exemplo, expressando, dessa forma, uma das facetas desse sentimento⁵⁷.

Nos recentes desdobramentos da Teoria da Relevância, o foco de atenção se volta para a impossibilidade da distinção de conceitos ditos literais e os de uso vago [*loose*], como os metafóricos. Os trabalhos de Carston (2002a; 2002b), Vega Moreno (2004), Wilson e Carston (2006), Sperber e Wilson (2008) e Carson (2010) discutem essas questões ao tratarem da construção de conceitos lexicais e de conceitos *ad hoc*. Como veremos ao longo desta seção, é fato que esse processo se configura em todas as instâncias da comunicação, que perpassa o nível da expressão linguística, do que é implicado e da explicatura:

[...] a ideia é que esses [enunciados metafóricos] são apenas outros casos de usos vagos para os quais um significado linguístico de uma palavra é pragmaticamente ajustado ou modulado durante a compreensão. O resultado é um sentido não específico ou conceito *ad hoc* que contribui para a proposição explicitamente comunicada (a 'explicatura' ou o conteúdo de condição-de-verdade do enunciado) (CARSTON, 2010, p. 5).

⁵⁷ Note-se que antecipamos, aqui, o uso de uma das facetas da Linguística Cognitiva como parte da interface que pretendemos construir no próximo capítulo. Assumimos tal pressuposto porque nos parece coerente que a convencionalidade de tais conceitos metaforicamente elaborados, moldados por esquemas de imagem estabelecidos por meio de experiências: uma vez na memória enciclopédica, tais mapeamentos podem ser evocados para que façam parte da interpretação.

Em acordo com o que argumentamos no capítulo anterior, a dicotomia entre o que é compreendido como literal e a linguagem com sentido figurado – incluindo a linguagem metafórica, hiperbólica, entre outros tropos – não mais se sustenta, posto que a interpretação desses perpassa os mesmos processos de compreensão, embora às vezes em diferentes graus de complexidade. O que determina que alguns conceitos emerjam mais facilmente do que outros é a ideia de que os falantes têm o objetivo de ser otimamente relevantes: como já afirmamos, com base em Sperber e Wilson (1995), os falantes delineiam seus enunciados para maximizar o número de efeitos cognitivos que os ouvintes podem inferir enquanto minimizam a medida de efeitos cognitivos para realizar essa tarefa.

Isso não significa dizer que as medidas de esforços e efeitos serão diferentes em cada tipo de enunciado. De fato, enunciados vagos convencionais, ou metáforas, são processados tão rapidamente quanto enunciados aparentemente literais. Estudiosos do tema, como Gibbs e Tendahl (2006) e Gibbs (2010b) afirmam que metáforas requerem um esforço cognitivo muito maior para compreensão e que, por sua vez, produzem mais efeitos cognitivos do que se o enunciado fosse produzido em termos ditos literais. Não se trata de identificar se o uso do conceito é dito literal ou figurado; de fato, mesmo conceitos de uso vago podem ser eficientemente compreendidos caso seus mapeamentos estiverem convencionalmente estabelecidos na memória enciclopédica. Por outro lado, a atualização linguística de um conceito que parece literal pode demandar mais esforço do que um conceito metafórico, já que muitas vezes o processo do qual esse conceito emerge é considerado uma forma de economia cognitiva na explicitação do significado de determinado conceito. Ao falar das próprias emoções, os enunciados (91) *Estou sentindo um vazio dentro de mim.* e (92) *Estou triste.* podem até denotar um sentimento de emoção similar no contexto da comunicação, mas em (91) o grau é especificado por um ajustamento pragmático por restrição conceptual, cujo mapeamento subjacente é TRISTEZA É VAZIO. Já em (92), o conceito TRISTEZA é convencionalmente estabelecido na memória enciclopédica, mas seu valor semântico não parece ser tão específico quanto em (91).

Para Carston (2002), a compreensão de enunciados envolve a construção de conceitos *ad hoc*: conceitos lexicais são a base para esse processo por terem sido estabelecidos na memória enciclopédica por meio de restrição ou de ampliação pragmática. Assim, no enunciado (92), o conceito codificado lexicalmente TRISTE possui uma forma geral, que deverá ser restringida conforme o contexto em que se insere, sendo compreendido, no uso, como o conceito *ad hoc* TRISTE*⁵⁸: aqui, os motivos para a pessoa estar triste poderiam levar à inclusão de sentimentos de depressão, de frustração, de pesar, entre outros, que só poderiam ser ligados a uma instância de

⁵⁸ Conceitos lexicais são expressos por versaletes: ALEGRIA; conceitos *ad hoc*, por versaletes e asterisco: ALEGRIA*.

TRISTE. Um caso como esse, segundo Carston (2002), envolveria a existência de um conceito atômico, que abrangeria conceitos similares. A autora afirma que os conceitos “estocados” na memória enciclopédica não estariam desenvolvidos por completo; o que é codificado são esquemas, ou sinalizadores [*pointers*], para um espaço conceptual. No momento do seu uso, um conceito lexical é pragmaticamente enriquecido e inferido e, conseqüentemente, a impressão de que a atualização linguística do conceito TRISTE* é literal seria depreendida. Essa ideia tem relação com a nossa capacidade natural de categorizar, em níveis diversos, os conceitos que construímos ao longo da vida: o conceito prototípico não é fixo, e varia conforme o contexto que se desenvolve. Nesse caso, TRISTE, situando-se em um nível básico devido ao seu grau de convencionalidade em dado momento, seria estendido para níveis subordinados, a fim de restringir o conceito *ad hoc*.

Carston (2002a) afirma ainda que um conceito como FELIZ daria acesso a uma variedade ampla de outros conceitos mais específicos, incluindo conceitos como o de BEM ESTAR, outro de INTENSA ALEGRIA, entre outros. O conceito lexical FELIZ seria distinto de todos esses; ele é mais geral e abstrato, mas provém uma base para eles em contextos específicos por meio de enriquecimento pragmático. Os conceitos mais específicos, então, seriam apreendidos e incorporados na representação do pensamento. Contudo, “a palavra ‘feliz’ não poderia codificar um conceito, mas ao invés disso, ‘apontar’ para uma região conceptual, ou mapear para um endereço (ou um nó, ou uma entrada, ...) na memória?” (CARSTON, 2002a, p. 98). A hipótese é que esses mapeamentos dariam acesso a certos grupos de informação a partir dos quais os processos delimitados pela expectativa de relevância extraem ou constroem a unidade conceptual que poderia representar o pensamento do falante. Essa tese encontra respaldo na base teórica da Teoria da Relevância, segundo a qual quaisquer conceitos semânticos abstratos devem ser enriquecidos inferencialmente a fim de fazerem sentido no momento da comunicação, incluindo conceitos construídos metaforicamente, encontrando, dessa forma, sua contraparte nos pressupostos da Linguística Cognitiva.

Seguindo essa hipótese, conceitos metafóricos também seriam compreendidos como conceitos *ad hoc*. Assim como conceitos cujas atualizações linguísticas têm sentido literal, os de uso “vago” passariam por um processo de desambiguação, ou seja, em que um sentido para o item lexical ‘X’ deve ser selecionado dentre as várias representações semânticas possíveis assinaladas (SPERBER; WILSON, 1995, p. 179), tornando-se conceitos *ad hoc* por restrição ou ampliação do conceito lexical. Outros elementos do enunciado devem contribuir de forma a tornar o termo ainda mais específico. Desse modo, uma única representação semântica é selecionada, completada e enriquecida, a fim de produzir uma forma proposicional para o

enunciado. Essa tarefa é essencialmente inferencial, tendo em vista a complexidade do processo de seleção: ela leva em conta os *inputs* recebidos, como escolhas lexicais, formação sintática do enunciado, prosódia, aspectos perceptuais, bem como o resgate de elementos advindos da memória enciclopédica, e a construção de um contexto a fim de que a comunicação se efetive. Identificados esses aspectos, torna-se mutuamente manifestos para o ouvinte a intenção do falante.

Tanto no enunciado (91) *Estou sentindo um vazio dentro de mim.* quanto no (92) *Estou triste.*, verificamos que o processo envolve “o acesso de um subconjunto relevante de informação (lógico e enciclopédico)” que se torna disponível “pelo conceito lexical e o uso desse para construir o conceito pretendido, cuja extensão é um subconjunto próprio da extensão do conceito lexical” (CARSTON, 2002a, p. 84). Desse modo, o conceito lexical SENTIR UM VAZIO é estreitado para SENTIR UM VAZIO*, um conceito que é mais específico e designa um tipo de sentimento que, em dado contexto comunicativo, poderia expressar a ideia ligada ao conceito de TRISTEZA, por exemplo.

Analisando-se outra situação envolvendo a percepção de emoções, em (93) temos um diálogo entre ‘A’ e ‘B’:

(93a) A: Como é Maria com as pessoas?

B: Ela é uma pessoa fria.

A forma proposicional gerada por (93) é a de que Maria é uma pessoa fria. Elaborado por meio de uma metáfora, o enunciado em foco não leva o ouvinte a tocar a pele de Maria para ver se sua temperatura corporal é baixa. Nessa perspectiva, a fala de ‘B’ geraria uma explicatura inicial: (93a) ‘B’ diz que Maria é uma pessoa FRIA*, em que o conceito *ad hoc* FRIA* substituiria o conceito lexical FRIA. Nesse caso, o uso vago desse item lexical construiria um conceito cuja extensão se restringiria a um subconjunto próprio do conceito lexical. É a partir desse conceito *ad hoc*, inferido através do uso, que é possível reconstituir a proposição que o falante quer comunicar. As implicaturas geradas levam a uma referência semântica aproximada do que o falante B pretende dizer:

S₁ - Maria é uma pessoa fria.

S₂ - Uma pessoa fria é aquela que não deixa transparecer o que sente.

S₃ - Alguém que não deixa transparecer o que sente é uma pessoa contida.

S₄ - Uma pessoa contida geralmente não se envolve com as pessoas, já que isso acarretaria envolvimento emocional.

C - Provavelmente Maria não gosta de se envolver emocionalmente com as pessoas.

Nesse caso, estamos somente representando hipoteticamente como o conceito lexical FRIA* seria significado nesse enunciado específico, sem levar em conta a forma dialógica e outros contextos possíveis. Caso o diálogo continuasse e B fizesse uso de uma hipérbole para enfatizar essa característica de Maria, o processo de interpretação sofreria um ajustamento pragmático lexical, mas percorreria o mesmo caminho inferencial em (93a) e em (93b):

(93b) B: Na verdade, Maria é um *iceberg*.

Esse enunciado levaria à identificação da forma proposicional e, a seguir, da explicatura, da mesma forma que para o enunciado (93a), para então gerar a interpretação sobre o grau de falta de sensibilidade de Maria. Sendo ao mesmo tempo metafórico e hiperbólico, o enunciado (93b) é capaz de suscitar a interpretação de que Maria é uma pessoa emocionalmente muito fria, ou seja, uma pessoa que não se envolve emocionalmente com as pessoas. Por lançar mão de um item lexical que tem função hiperbólica, o falante provavelmente deseja enfatizar essa característica extrema de Maria. Metáforas, sob essa abordagem, não são vistas como elementos indiretos, mas são entendidas – assim como ocorre para quaisquer outros tipos de conceitos – no processo em que hipóteses interpretativas são consideradas na sua ordem de acessibilidade, na medida em que a expectativa de relevância é preenchida. Isso não significa dizer que atualizações linguísticas consideradas literais no uso têm acesso mais direto do que formações metafóricas; caso um mapeamento metafórico seja bem estabelecido na memória enciclopédica, seja saliente e tenha boa frequência de uso (cf. GIORA, 1997), sua acessibilidade será imediata e, portanto, mais relevante em dado contexto do que uma expressão linguística quase equivalente que pareça literal.

O que é relevante, nesse processo de construção de conceitos e compreensão de quaisquer significados atribuídos a eles, não é o significado particular de dada expressão linguística, mero produto, mas entender, por meio de aspectos pragmáticos, qual a intenção do falante ao utilizá-la, e de quais processos cognitivos falante e ouvinte se utilizam para que ambos compartilhem, ao menos parcialmente, dada interpretação. Para Gibbs (2010a) a maioria dos estudos relacionados à metáfora falha em considerar esses efeitos pragmáticos ao focalizarem em distinções rudimentares entre significados literais e metafóricos, sem prestar atenção suficiente aos objetivos pragmáticos dos falantes em discursos reais. Uma ênfase maior deveria ser colocada em efeitos pragmáticos precisos, alcançados por meio de diferentes metáforas, bem como no fato

de expressões metafóricas específicas levarem a efeitos pragmáticos muito diversos a cada nova interação.

Nesse sentido, o significado que é acessado antes não é, necessariamente, o mais convencional, e nem sempre o pretendido, mas, segundo Giora (1997), é *o mais saliente*. A hipótese da saliência graduada, dessa autora, demonstra que significados salientes de palavras e expressões – cujo grau de saliência é afetado por frequência, familiaridade, convencionalidade – e estruturas salientes (frequentes) devem ser acessados por primeiro devido à influência do contexto e/ou da intenção do falante. Na interação, a interpretação saliente é sempre a primeira a ser ativada, seja ela embasada no significado literal ou no figurado. Isso significa que palavras e expressões mais convencionais, que são utilizadas com maior frequência, se sobressaem na interpretação. Giora (1997, p. 186) afirma que, ao surgir uma interpretação nova, o significado que é mais saliente emerge primeiro, mesmo que não seja o pretendido pelo falante. Se pensarmos nos termos da Teoria da Relevância, a hipótese mais saliente será a primeira a ser acessada durante o processamento do estímulo comunicativo porque pressupõe relevância ótima. Ela será descartada caso o contexto dinâmico indicar que esse não é o significado pretendido pelo falante. Assim, o significado mais saliente tomará mais tempo para ser rejeitado, posto que é o primeiro a emergir na interpretação e o que melhor preenche as expectativas de relevância.

Metáforas linguísticas não têm um tratamento diferenciado na abordagem da Relevância; de fato, nessa perspectiva, metáforas emergem naturalmente no processo da comunicação verbal. A linguagem é usada de modo vago [*loose*] a fim de traduzir pensamentos complexos que podem referir conceitos abstratos, como acontece nos relacionados a emoções. Contudo, de acordo com Wilson (2009), “há um *continuum* de casos entre fala literal, fala vaga [*loose*], hipérbole e metáfora, nenhum dos quais é necessariamente uma superfície de reflexão de nenhum mapeamento pré-conceptual”.

Esse ponto de vista contrasta com o desenvolvido por teóricos da Semântica Cognitiva, como Lakoff e Johnson (1980), para os quais a metáfora é um elemento inerente à cognição humana, projetando-se na forma como falamos. Para esses autores, metáforas conceptuais atualizam-se linguisticamente porque refletem os mapeamentos conceptuais entre domínios diversos. Mesmo com visões diferentes sobre metáforas, os autores das abordagens em questão reconhecem que traduzir uma metáfora em termos ditos literais pode significar perda de significado. Há, no entanto, diferenças substanciais no tratamento de metáforas em Semântica Cognitiva e na Teoria da Relevância, elucidadas por Sperber e Wilson (2008, p. 84): “[...] deve haver fenômenos distintos, embora relacionados, no nível do pensamento, por um lado, e comunicação verbal, por outro”.

A abordagem da Teoria da Relevância para a metáfora é “deflacionária” (SPERBER; WILSON, 2008, p. 84), tendo em vista que não trata esse fenômeno como distinto do resto dos atos comunicativos. De fato, apesar de aceitarem que as metáforas são ubíquas na linguagem e, ao mesmo tempo, serem consideradas “figuras de linguagem”, Sperber e Wilson (2008) sustentam que as interpretações metafóricas são alcançadas da mesma forma que outras interpretações, como em (93a) e (93b). Para os autores, não há um mecanismo especializado para metáforas linguísticas, já que essas não são consideradas uma noção teórica que precise de tratamento diferenciado em relação a outras formas de linguagem. Para Wilson e Carston (2006), “teóricos da Relevância [...] têm defendido consistentemente uma visão de continuidade, na qual não há um ponto-limite entre enunciados ‘literais’, aproximações, hipérboles e metáforas, e eles são todos interpretados da mesma forma”. Em outras palavras, tanto para enunciados considerados literais quanto para aqueles que fogem a essa definição há um processamento para a interpretação do enunciado, mesmo porque em todos os casos é o contexto *online* que delimitará o significado mais provável para o enunciado proferido.

A ideia de conceitos *ad hoc*, acrescentada aos pressupostos da Teoria da Relevância por Carston (1996), inclui os processos de ampliação ou restrição (ou estreitamento), os quais são desencadeados em contextos *online* por meio de inferências formuladas a partir de conceitos lexicais que fazem parte da forma lógica do enunciado. Um conceito lexical advindo dessa forma lógica, em conjunção com o conhecimento enciclopédico, pode tornar a denotação mais ampla e/ou apenas limitá-la, estreitando-a, ou, ainda, um conceito lexical pode ser criado de forma *ad hoc* em completa separação denotativa, como no caso das metáforas.

Como dissemos, o significado pode ser ampliado em casos em que o que está decodificado nas palavras do falante deve ser estendido:

(93b) B: Na verdade, Maria é um *iceberg*.

(94) Você pode me dar uma mão?

Em (93b), temos um caso em que o significado do conceito lexical *ICEBERG* é estendido para um espectro de elementos que podem estar fora do escopo de sua denotação linguística. Trata-se, aqui, de um exemplo de *aproximação* (SPERBER; WILSON, 2008, p. 91), em que uma variedade de uso vago [*loose*] ou de ampliação de uma palavra, cujo sentido estrito é estendido para uma “penumbra” de itens, os quais não se encontram num conjunto de elementos que denotam especificamente o que está no nível linguístico. Portanto, *ICEBERG**, uma hipérbole e ao

mesmo tempo uma metáfora, demonstra ser um conceito que vai além do sentido metafórico usual, ou mesmo de seu sentido dito mais literal.

Já no enunciado (94), encontramos um exemplo do que Sperber e Wilson (2008) chamam de *extensão de categoria*, também uma variedade de uso vago [*loose*] ou de ampliação de significado. Essa envolve a extensão de uma palavra com sentido preciso para um escopo de itens que claramente acabam ficando fora do escopo de sua denotação linguística, mas que compartilham algumas propriedades contextualmente relevantes com os itens que constituem a denotação. Assim, em (94) o item ‘mão’ conota metonimicamente, por ajustamento pragmático, o corpo de outra pessoa, que pode oferecer auxílio, já que ‘dar a mão’, em um sentido geral, significa oferecer apoio, socorrer alguém quando necessário.

Segundo essa perspectiva, as palavras e os sentidos que elas evocam são um ponto de partida para o processo inferencial de construção do significado. Desse modo, determinado item lexical ou expressão geram conceitos que devem ser compreendidos em confluência com o contexto. Assim, o significado desses itens pode ser restrito ou ampliado. Como afirma Vega Moreno (2004), o significado construído pode ser mais restrito que o significado decodificado, como em (95), e ampliado, como em (96), (97) e (98) (exemplos extraídos e adaptados de Vega Moreno, 2004, p. 305):

- (95) a. O peixe atacou o nadador.
 b. O peixe estava delicioso.
 c. Por favor, dê comida ao peixe duas vezes ao dia.
- (96) Você é um *gênio*. [hipérbole]
- (97) Eu nasci com uma marca *de quadrado* no meu pé. [aproximação]
- (98) Casar-se e aquietar-se a mataria. Ela é uma *borboleta* [metáfora]

Nos casos acima, a decodificação dos enunciados leva à ativação, na memória enciclopédica, dos endereços conceptuais codificados pelas palavras que constituem esse enunciado. Esses dão acesso a propriedades lógicas e a suposições que estão associadas a esses endereços conceptuais (PEIXE, GÊNIO, QUADRADO, BORBOLETA). Por meio de uma *heurística de compreensão* (WILSON; CARSTON, 2006), o ouvinte percorre um caminho de menor esforço no processamento dos efeitos cognitivos, considerando as suposições em ordem de acessibilidade. O significado, enriquecido no nível explícito e complementado no implícito, é acrescido aos elementos contextuais na interação, e as suposições elaboradas são usadas como premissas para

derivar implicações que o falante provavelmente teve a intenção de informar. Vega Moreno (2004, p. 306) também afirma que o processo de derivação de uma implicação contextual resulta frequentemente em um estreitamento ou em uma ampliação dos conceitos codificados. Assim, a autora mostra que, no primeiro enunciado (95a), o conteúdo explícito não contém o conceito codificado (e geral) PEIXE, mas um conceito relacionado, que é estreitado para PEIXE₁, denotando um subconjunto de peixes perigosos. Da mesma forma, os enunciados seguintes levam à derivação dos conceitos PEIXE₂ (preparado para comer, em 95b) e PEIXE₃ (animal de estimação, em 95c), os quais são todos estreitados a partir do conceito lexical geral PEIXE. Em (98), o conceito BORBOLETA pode ser expandido para BORBOLETA₁, o que denota as propriedades que o falante julga estarem ligadas a essas criaturas, como beleza e delicadeza, nesse caso, mas também de que borboletas não ficam presas e gostam de liberdade – por extensão pragmática devido ao uso desse conceito no enunciado em questão. Se a combinação resultante da construção do contexto, das explicaturas e das implicaturas resulta em uma interpretação que satisfaz as expectativas de relevância do ouvinte, ele para de processá-la. Se não, ele considera a próxima suposição mais acessível.

O processo de *ajustamento* do contexto, do conteúdo explícito e das implicaturas continua, com explicaturas sendo enriquecidas, suposições sendo derivadas e conceitos sendo ajustados até que as suposições levantadas satisfaçam as suas expectativas de relevância para que só então o processamento seja encerrado. É importante salientar que, embora conceitos codificados como BORBOLETA, GÊNIO (por hipérbole), QUADRADO (que, por aproximação, não refere somente uma forma geométrica perfeita, mas a um quadrado que pode ser *semelhante* a essa forma) levem ao acesso de suposições diversas, apenas um subconjunto delas é trazido para o cálculo mental, tendo em vista a acessibilidade do contexto (VEGA MORENO, 2004). O ajustamento leva à modificação dos conceitos em consonância com as intenções do falante a fim de que se construa um dado conceito para *aquela* enunciado, ou seja, de um conceito *ad hoc*.

Continuamos salientando que a restrição e a ampliação do significado são elaboradas através do mesmo procedimento das construções de conceitos em interações comunicativas, por meio de uma perspectiva de que os conceitos são construídos por uma noção de continuidade. Para Carston (2002a), a restrição e a ampliação de conceitos são combinadas a fim de produzir um conceito ajustado que é mais restrito que o conceito codificado em alguns aspectos e ampliado em outros. Contudo, para a autora, na restrição a impressão de literalidade é preservada de certo modo, em que um dos possíveis significados relacionados a um conceito lexical, como no conjunto expresso em (95), em que PEIXE* é selecionado dentre várias alternativas

relacionadas. Na ampliação do significado, pelo contrário, a suposta literalidade não é preservada, como vimos nos enunciados (96), (97) e (98).

Seguindo um caminho de busca pela relevância, o processo de construção do significado de um item lexical origina-se de um conceito decodificado, que impulsiona a elaboração de um conceito *ad hoc*, restringido ou ampliado a partir de informações contextuais, que o especificam. Em tese, boa parte dos vocábulos que utilizamos no dia a dia possui uma carga polissêmica, que deve ser ajustada pragmaticamente. Para Nerlich e Clarke (2001, p. 1), a “[...] polissemia não é apenas um fenômeno do dicionário, nem um fenômeno puramente cognitivo, mas a sua exploração no discurso cotidiano tem funções comunicativas e pragmáticas importantes”. Em outras palavras, palavras e expressões polissêmicas e ambíguas devem ser analisadas no decorrer da comunicação, “*in vivo*”. Nos termos da Relevância, os humanos têm a tendência de não fazerem um esforço cognitivo maior do que o necessário, o que significa dizer que os falantes resistem à multiplicação de significados. A partir do contexto, a ambiguidade é reduzida, ou apagada, automaticamente. As várias facetas do significado são exploradas através da identificação da intenção do falante, o que pode ocorrer dependendo das pistas selecionadas das suas palavras. Em muitos casos, “o ouvinte é capaz de entender o que o falante quer dizer pela necessidade de uma rede de pistas contextuais e cognitivas” (NERLICH; CLARKE, 2001, p. 7).

Contudo, significados extras gerados pelo falante podem ter o propósito de gerar uma “quebra” na máxima griceana de modo (“seja breve e ordenado, evitando obscuridade e ambiguidade”) com o intuito de gerar efeitos cognitivos extras.

A razão pela qual multiplicamos significados e exploramos significados múltiplos é que há, e sempre haverá, uma discrepância, uma incongruência fundamental, entre o suprimento de palavras e as nossas demandas comunicativas. Mesmo o fato de que a maioria das palavras tem vários significados a partir dos quais alguém pode selecionar não supera o problema. Há sempre ocasiões em que alguém quer dizer algo novo, interessante, subjetivo, que nunca tenha sido dito antes (NERLICH; CLARKE, 2001, p. 6).

A aplicação da base da Relevância à construção de conceitos *ad hoc* é capaz de trazer uma explicação para a ampliação ou a restrição de significados. Tal abordagem torna possível lidar com casos de ambiguidade e polissemia, por exemplo, como ocorre nos enunciados abaixo:

(99) A: Como foi o gol?

B: Incrível! Fabiano chutou direto.

(100) Maria: Como Ana se saiu na prova?

Pedro: Ela chutou todas as respostas.

(101) Clarice chutou o namorado para fora de sua vida.

(102) Ele chutou o balde e mudou-se para uma cidade menor.

Vemos, nesses quatro exemplos, o uso repetido do conceito lexical CHUTAR, em que cada um dos casos evoca um sentido diferente para o conceito. Como já afirmamos, mesmo em enunciados ditos literais há um caminho inferencial a ser percorrido. Desse modo, (99) poderia ser processado inferencialmente através da restrição do sentido (adaptado de Sperber e Wilson, 2008, p. 95-96):

i. **B** me disse que Fabiano chutou [a bola] direto [para o gol].

(nível da decodificação linguística).

ii. **B** pretende ser otimamente relevante ao dizer isso.

(expectativa levantada pelo reconhecimento do enunciado de B como um ato comunicativo).

iii. O que **B** é relevante ao responder à pergunta de **A**.

(expectativa levantada por (ii), dada a resposta de B).

iv. ‘chutou’ tem como conceito codificado CHUTAR₁, ou seja, impelir [a bola] com um golpe com o peito do pé [em direção a algo ou alguém]. Nesse sentido, Fabiano chutou a bola em direção a um espaço delimitado por traves com o objetivo de marcar um gol.

(suposição ativada pela pergunta de A e pelo uso de ‘chutar’.)

v. Fabiano fez um gol com um chute direto.

(Conclusão implícita derivada de (iv), a partir da interpretação da pergunta de A)

vi. Fabiano CHUTOU₁ forte.

(interpretação aceita do conteúdo explícito de B, como decodificado em (i), junto com o conceito codificado em (iv), que implicaria (v)).

vii. Fabiano CHUTOU₁ forte, ou seja, usou o peito do pé para chutar a bola a fim de fazer o gol referido por **A**.

(interpretação geral do enunciado de B – conteúdo explícito mais implicaturas – fazendo com que A satisfaça as suas expectativas de relevância em (ii), a qual é aceita como o que B teve a intenção de dizer.)

Pode parecer óbvio, para quem ouve o enunciado, que a interpretação de ‘chutou’ deveria ser o que é sugerido em (iv), por ser, talvez, o conceito mais básico relacionado ao item lexical. Sobre isso, escrevem Sperber e Wilson (2008):

interpretações estritamente literais – aquelas que não envolvem nem estreitamento nem ampliação do conceito lexicalizado – são conseguidas através do mesmo processo de ajustamento mútuo de conteúdo explícito com conteúdo implícito. Uma interpretação literal *se origina* quando as implicações que tornam o enunciado relevante da maneira esperada dependem da presença, no conteúdo explícito, do próprio conceito lexicalizado (p. 93, grifo nosso).

Enfatizamos que, na arquitetura da Relevância, tanto significados ditos literais quanto os ditos figurados são processados sob as mesmas regras inferenciais. Assim, tomemos (100) a fim de demonstrar a ampliação do significado do vocábulo ‘chutar’, codificado como CHUTAR*, que deve ser aproximado à denotação linguisticamente codificada. De acordo com Wilson e Carston (2006), o conteúdo explícito pode conter não o conceito lexical codificado, como CHUTAR, mas um conceito relacionado CHUTAR₂, que é mais específico que o conceito codificado em alguns enunciados e mais geral que em outros. O conceito *ad hoc* formulado, então, é parte de um processo de ajustamento mútuo, que tem o propósito de satisfazer expectativas de relevância específicas levantadas pelo enunciado.

Abaixo, temos, novamente, uma demonstração de como o processamento inferencial do significado é construído para (100):

- i. Pedro me disse que ela [Ana] chutou todas as respostas [na prova].
(*nível da decodificação linguística*).
- ii. O enunciado de Pedro é otimamente relevante para Maria.
(*expectativa levantada pelo reconhecimento do enunciado de Pedro como um ato comunicativo*).
- iii. O que Pedro alcançará relevância se responder à pergunta de Maria.
(*expectativa levantada por (ii), dada a resposta de Pedro*).
- iv. Alguém que faz uma prova deve responder a perguntas relacionadas ao conteúdo estudado anteriormente.
(*suposição ativada pelo uso de ‘chutar’ e pela pergunta de Maria*).
- v. Chutar, além de ter o significado CHUTAR₁, pode assumir o significado CHUTAR₂, o qual pode ser compreendido como um impulso para a decisão em responder de certa maneira uma questão.
(*suposição ativada pelo uso da palavra ‘chutar’ e pela resposta de Pedro*).
- vi. Alguém que chuta respostas provavelmente não sabe o conteúdo estudado.
(*suposição ativada a partir da resposta de Pedro à pergunta de Maria e através do resgate da memória enciclopédica do significado possível do conceito CHUTAR₂*).
- vii. Ana chutou todas as respostas na prova.
(*suposição derivada de (i), (ii) e (vi)*).
- viii. Provavelmente Ana não sabia o conteúdo da prova.

(conclusão implícita aceita, derivada do conteúdo explícito da resposta de Pedro, decodificado em (i), pelo uso de CHUTAR₂, juntamente com o conceito codificado em (v), que implicaria (vi))

ix. Ana CHUTOU₂ todas as respostas, o que pode significar que ela não sabia como responder às perguntas contidas na prova.

(interpretação geral do enunciado de Pedro – conteúdo explícito mais implicaturas – fazendo com que Maria satisfaça as suas expectativas de relevância expressas em (ii), a qual é aceita como o significado vinculado à fala de Pedro.)

Esse provável caminho inferencial é percorrido durante a interação comunicativa, sendo desencadeado ainda em (101) e (102). Podemos demonstrar que um conceito polissêmico como CHUTAR pode ser desambiguado conforme a nossa ilustração abaixo:

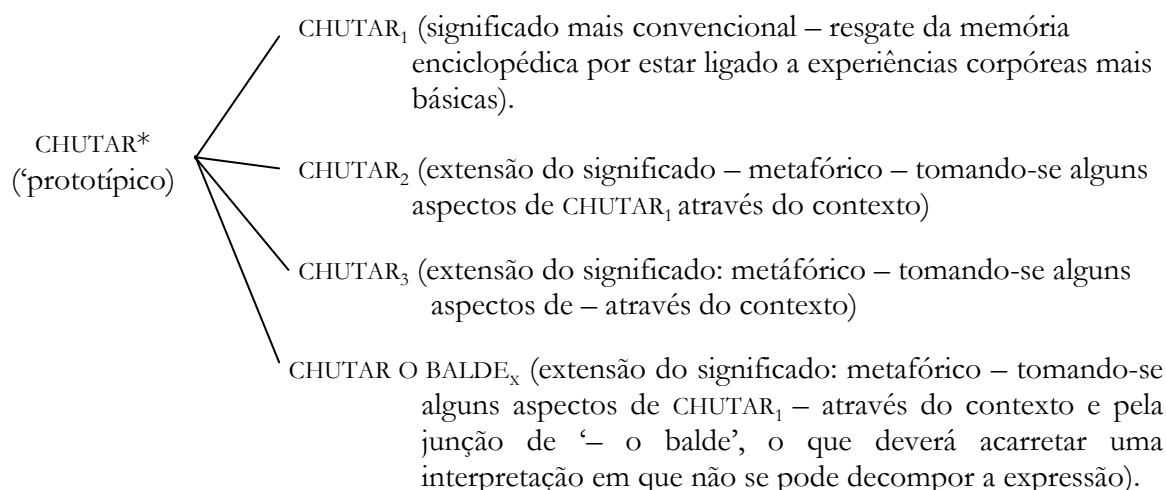


FIGURA 5: Desambiguação do conceito lexical CHUTAR

FONTE: Esquema elaborado pela autora

Cabe mostrar, também, que o enunciado (101) sugere que Clarice terminou uma relação com o namorado. Sob a ótica da Teoria da Relevância, o uso de ‘chutar’ ativa uma noção sobre o modo como Clarice fez isso: de fato, o item lexical evoca a ideia de impulso, expulsão e brusquidão, entre outros sentidos possíveis. A ativação dessa interpretação sugere que o vocábulo utilizado é relevante, visto conotar que o término do relacionamento não se realizou de maneira sutil – caso contrário, haveria um esforço de processamento desnecessário. Já (102) a expressão ‘chutar o balde’, composicional, é acessível diretamente em contexto por seu uso ser frequente em nossa cultura e, portanto, saliente.

Para Sperber e Wilson (2008), conceitos lexicais são ajustados às circunstâncias precisas do seu uso, tornando-se conceitos *ad hoc*, em que sentidos metafóricos, metonímicos, hiperbólicos, aproximados, etc., não podem ser parafraseados por uma expressão linguística comum (p. 102), ou básica, dita literal. É importante salientar que o ajustamento ocorre porque, assim como em quaisquer propriedades da cognição humana, o processo é sensivelmente guiado pela noção de relevância.

Em (99), o conceito CHUTAR₁ é também resultado da construção de um conceito *ad hoc*, o qual seria intuitivamente considerado como literal; ele é, na verdade, resultado de um ajustamento lexical a partir da restrição pragmática do significado. Dentro dessa perspectiva, não se assume uma teoria específica para o tratamento de metáforas, tendo em vista que o processamento do significado é o mesmo para quaisquer tipos de conceitos ou enunciados.

Os enunciados abaixo também demonstram esse aspecto, inclusive para explicitarmos a elaboração e o entendimento de conceitos de emoções:

(103) A panela está fervendo.

(104) A água da piscina está fervendo!

(105) A festa está fervendo.

(106) Cuidado: ela está tão furiosa que virou uma panela de pressão.

No enunciado (103), uma panela ‘fervendo’ é uma metonímia ligada à ideia de que é a água da panela que está fervendo, e essa expressão linguística poderia ser interpretada como se fosse literal por se colocar, de maneira *ad hoc*, em um nível subordinado da categoria relacionada ao conceito CALOR. No entanto, trata-se de um caso de aproximação, já que envolve um conceito-chave lexical restrito, FERVER, e também o conceito *ad hoc* FERVER₁, o qual, através do contexto, está ligado a uma panela específica que ferve naquele momento, não se tratando do mesmo tipo de fervura numa outra panela, em outro instante, mas apenas semelhante. Tratam-se, portanto, de interações diferentes. Em (104), o sentido de FERVER estende-se hiperbolicamente para o conceito FERVER₂, já que conota que a temperatura da água da piscina em que se mergulha está quente demais. Notemos que, ao utilizar um item lexical com nuances hiperbólicas, levantamos expectativas de relevância no ouvinte de que, ao dizermos isso, queremos informar, de forma relevante, como está a temperatura da água. Provavelmente, ao referirmo-nos à temperatura da água como se fervesse, a interpretação que pretendemos evoca uma escala de temperatura natural-quente, pressuposta na memória enciclopédica do ouvinte, e que vai ser regulada pelo uso do item ‘ferver’, que denota o *grau* de calor da água, isto é, demasiado quente – embora o calor, neste caso, não chegue ao ponto de fervura realmente. Desse modo, temos um

caso em que o conhecimento e a elaboração de *implicaturas escalares* complementarizam o significado de ‘ferver’, posto que esse vocábulo seria automaticamente inserido em uma categoria pressuposta de calor, que abrangeria desde TEMPERATURA NATURAL, numa escala que perpassa valores como MORNO, AQUECIDO, CÁLIDO, QUENTE, entre outros, até chegar a FERVENTE, de modo a deduzir-se inferencialmente o seu valor aproximado – e, portanto, hiperbólico, já que ninguém entraria numa piscina com água com temperatura fervente de fato.

Já em (105), temos um caso em que o vocábulo em foco é altamente metafórico. A interpretação pretendida pelo falante não é a de que a festa está muito quente, ou que a festa acontece em um caldeirão (apesar de já se constatar o uso do termo ‘caldeirão’ para falar de lugares que estão muito cheios de pessoas, animados e, por isso, têm temperaturas quentes), mas que a festa está animada. Como se chega a essa interpretação? Segundo Wilson e Carston (2006), o entendimento dessa metáfora envolve um tipo de ampliação mais radical do que aquela que ocorre na aproximação. Contudo, a aproximação e a analogia entre os conceitos de CALOR e de ANIMAÇÃO não são tão claras pela Teoria da Relevância. Metáforas como as dos enunciados (105) e (21) – *Sinto-me fervendo por dentro.*, analisada no capítulo anterior – representam um desafio a essa abordagem teórica, tendo em vista que não se explica como o processo de mapeamento entre esses conceitos ocorre e de que forma eles são estabelecidos como uma convenção na memória enciclopédica para então serem elaboradas em práticas comunicativas. Pensamos que esse seria um caso para a construção de conceitos através da perspectiva do experiencialismo, assumindo que a mente é, de fato, corpórea, tendo em vista o papel do aspecto experiencial a partir do qual a cognição humana e, por conseguinte, o sistema conceptual, se desenvolve. É por esse motivo que defenderemos que a aproximação dessa teoria da abordagem da Linguística Cognitiva pode trazer benefícios para a compreensão de como o processo em questão ocorre.

Em (106), temos um caso metafórico que denota a forma como o falante acredita que a mulher em questão se sente em relação ao seu *grau* de raiva; aqui o conceito PANELA DE PRESSÃO pode sugerir que o falante se encontra em um estado de raiva bastante elevado. De fato, pelo uso do item lexical ‘panela de pressão’, entende-se que esse sentimento está muitos *graus* acima em uma escala inferencial que sugere variação na intensidade da emoção sentida, ligada ao conceito RAIVA – portanto, também utilizando nesse processamento a noção de implicaturas escalares –, e que é sua intenção informativa fazer com que o ouvinte assim o interprete. Não se trata, novamente, de um caso de aproximação de conceitos, mas de ampliação do campo semântico relacionado ao conceito PANELA DE PRESSÃO, implicitamente ligado ao conceito FERVER, a fim de que, via inferências, o processo interpretativo do conceito relacionado à emoção sentida naquele momento – RAIVA, provavelmente – seja desencadeado.

Seguindo a arquitetura da Relevância, um conceito codificado como PANELA DE PRESSÃO, em (106) é um ponto de partida para o acesso à memória enciclopédica. Para Wilson e Carston (2006), esse conceito codificado tem três funções principais:

- i. Fornecer acesso para informações mentalmente representadas – como a informação lógica de que ‘ferver’ é, necessariamente, uma propriedade de algo que está sendo cozido e que entra em estado de ebulição, e, ao mesmo tempo, é um reservatório de suposições enciclopédicas fraca ou fortemente evidenciadas sobre o item em questão. Assim, demais aspectos relacionados ao conceito PANELA DE PRESSÃO, como COZER, ESCALDAR, EXCITAR (O CONTEÚDO DA PANELA DE PRESSÃO), FERVER, entre outros, são levantados a partir da interação.
- ii. Ser um constituinte de pensamentos a respeito do item ‘panela de pressão’, e, logo, ser ativado quando se pensa sobre o ato, processando enunciados que digam respeito ao item lexical.
- iii. Expressar uma propriedade cuja extensão é o conjunto (possível ou real) de PANELA DE PRESSÃO.

Assim, em enunciados metafóricos como (106) – e (21) –, a interpretação de que o sentimento de raiva do indivíduo relaciona-se a uma agitação que vai além do grau normalmente esperado para aquela emoção deriva do fato de que o uso de ‘panela de pressão’ gera uma expectativa de relevância e abre espaço para uma implicação contextual, em que se constrói uma analogia a um item de uso culinário que, quando em extrema fervura, pode até mesmo explodir. O sentimento de emoção de raiva é associado a calor, que acarreta o uso desse elemento, possivelmente por ambos ocorrerem em uma sequência gradual – de um grau ameno até o momento em que há perda de controle/explosão. O efeito da interpretação, de acordo com Wilson e Carston (2006), seria uma ampliação do significado codificado PANELA DE PRESSÃO para um conceito *ad hoc* PANELA DE PRESSÃO*, derivado de um subconjunto de interpretações possíveis para o conceito em questão. A interpretação geral dessa metáfora poderia ocorrer nos seguintes termos:

1. Conteúdo explícito: ELA ESTÁ TÃO FURIOSA QUE VIROU UMA PANELA DE PRESSÃO.

2. Suposições levantadas a partir do contexto:

S₁ – PANELA DE PRESSÃO é um recipiente no qual alimentos são cozidos a ponto de entrarem em estado de ebulição, sendo lacrado para que o vapor exerça pressão e para que esse cozimento ocorra de maneira mais rápida.

S₂ – O líquido e os alimentos, lacrados na panela de pressão, agitam-se pelo calor.

S₃ – Entrar em estado de ebulição pode acarretar “agitação”.

S₄ – Agitar-se por causa do calor pode ser análogo a uma das características de alguém que está com raiva.

S₅ – PANELA DE PRESSÃO, tomado com o sentido de agitação, parece denotar um estado alterado.

S₆ – Estar com raiva é estar em um estado alterado.

S₇ – Ser uma “panela de pressão” conota um grau elevado desse estado emocional.

3. Implicação contextual: ELA ESTÁ EM UM ESTADO DE RAIVA ALTERADO.

Aqui, as condições para se alcançar relevância dependem do resultado da implicação contextual; para entender PANELA DE PRESSÃO*, ligado ao conceito FERVER₃ nesse enunciado, amplia-se o conteúdo do conceito em questão da metáfora linguisticamente codificada por mecanismos de ajustamento pragmático que incluem desambiguação e, principalmente, a compreensão de que há uma escala de calor relacionada à emoção da raiva.

Cada uma das instâncias do conceito FERVER, seja a sua definição construída por restrição ou ampliação, ou por aproximação, por hipérbole ou metáfora, por exemplo, são elaboradas pelo mesmo procedimento inferencial. Não há, portanto, um conceito especificamente literal no sentido de que esse pode ser fixo e imutável, e conceitos que saíam desse escopo são construídos pela mesma heurística de compreensão, em maior ou menor grau de esforço de processamento, e em ordens de acessibilidade variáveis, dependendo do seu ajustamento ao contexto, às explicaturas e às implicaturas.

No entanto, a questão da propriedade emergente, discutida por Vega Moreno (2004) e Wilson e Carston (2006), traz um desafio à visão de continuidade proposta pela Teoria da Relevância, já que o uso de metáforas é visto como propriedades criadas de uma forma que os enunciados não-metafóricos não são. Nesse caso, o uso de enunciados metafóricos é, em geral, resultado da atribuição de propriedades emergentes, as quais não são parte de nenhum dos componentes isolados da expressão metafórica (por exemplo, em (106) a analogia entre a expressão “panela de pressão” e o sentimento de emoção “raiva”), nem são derivadas por regras de composicionalidade de uma semântica formal. Wilson e Carston (2006) argumentam que a derivação dessas propriedades emergentes podem ser explicadas pelo mesmo mecanismo inferencial de comunicação, já que essas não requerem nenhum mecanismo interpretativo especial, o que é compatível com a visão de continuidade proposta pela teoria em foco. Nesse sentido, para Carston (2002a), enunciados metafóricos comunicam tanto explicaturas quanto implicaturas, assim como ocorre em quaisquer enunciados ditos literais. Contudo, a forma como

o conceito *ad hoc* realmente emerge ainda não está bem explicada, posto que não está claro como o processamento inferencial é capaz de criar associações entre os elementos constituintes da metáfora, os quais nada têm a ver com os que se uniram para formular esse conceito *ad hoc*. Há, portanto, uma lacuna entre um conceito lexical e um conceito *ad hoc* metafórico, já que os elementos que são mapeados (como PANELA DE PRESSÃO e RAIVA), em um nível superficial, parecem não terem relação – no entanto, a sua associação é possível em linguagem natural.

De acordo com Wilson e Carston (2006, p. 414-415), a interpretação de uma metáfora poderia ser resolvida a partir de duas linhas de pensamento (adaptadas ao nosso exemplo):

- i. atributos relacionados a panelas de pressão (LEVAR À FERVURA, PRESSÃO INTERNA, AGITAÇÃO, CALOR, etc.) possuem um sentido mais amplo (LEVAR À FERVURA*, PRESSÃO INTERNA*, etc.), denotando assim aspectos físicos e psicológicos da raiva. Dessa forma, o conceito seria obtido por analogia entre domínios;
- ii. cada atributo, como “levar à fervura”, “pressão interna”, entre outros, possui sentidos distintos, relacionados a aspectos físicos, por um lado, e psicológicos, por outro. Aqui, há a crença de que existe um número amplo de esquemas metafóricos pré-existentes⁵⁹ que teriam o papel de estruturar conceitos mais abstratos, como o da RAIVA. Por esse motivo, o esquema geral RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE permitiria a compreensão dessa emoção.

De acordo com Carston (2002a), “deve haver um esquema metafórico mapeando emoções causadas por outros humanos, tais como amor, raiva ou pesar, em experiências viscerais do mundo físico” (p. 93). A autora explica ainda que, se realmente tivermos esses esquemas em nosso sistema conceptual, então parte do papel da informação enciclopédica que acompanha dado conceito lexical metafórico é estabelecer uma conexão com o esquema metafórico apropriado. Logo, de acordo com essa linha de pensamento, a autora não negaria que a característica imagética da metáfora, como a pressuposta pela Teoria da Metáfora Conceptual, é relevante para a elaboração de explicaturas e implicaturas. De fato, como vimos no Capítulo 2, aprendemos pelas experiências de nossos corpos que as percepções físicas em um momento de raiva são associadas, via *input* dos elementos que nos cercam, ao modo como expressamos linguisticamente cada uma de nossas emoções.

Percebe-se que a visão trazida pela Semântica Cognitiva, em especial a da Teoria da Integração Conceptual, que trata da construção dinâmica de significados para conceitos, é capaz

⁵⁹ No entanto, o estabelecimento desses esquemas metafóricos na memória enciclopédica não é explicado nos termos da Teoria da Relevância. No capítulo seguinte, proporemos uma interface metateórica capaz de explicar a emergência de tais mapeamentos.

de complementar a elaboração inferencial de novos conceitos e significados, principalmente daqueles relacionados a abstrações, como é o caso das emoções. Assim, em abordagens associativas, como a proposta por Lakoff (1987) e seguidores, determinados itens lexicais *ativariam* – e não implicariam – características associadas, como em (93b) [B: *Na verdade, Maria é um iceberg*], em que *ICEBERG* estaria ligado a características como *alguém que não demonstra sentimentos*, por exemplo, justamente por estar relacionado à metáfora conceptual INTENSIDADE DA EMOÇÃO É CALOR. Já para a perspectiva da Relevância, todo o processo é inferencial, isto é, a partir de um conjunto de suposições desencadeado por um *input* no momento da comunicação, são derivadas logicamente conclusões implicadas. Como ‘*iceberg*’ é um elemento relacionado ao frio, a hipérbole se justificaria pela intenção de gerar, no ouvinte, expectativas de relevância para a forma como Maria se relaciona com as pessoas.

Desse modo, como demonstramos acima, o entendimento de enunciados como (107) *Eles avistaram um imenso iceberg no meio do mar.* e (93b) *B: Na verdade, Maria é um iceberg.*, – apesar de emergirem uma interpretação dita literal e outra metafórica – decorre do mesmo caminho de passos inferenciais sugeridos por Sperber e Wilson (1995). Em ambos os casos, teríamos os conceitos *ICEBERG*₁ (“grande massa de gelo flutuante que se desprende de um glaciário e é levada pelo mar”), que é estreitado semanticamente, e *ICEBERG*₂ (“pessoa emocionalmente muito fria”), o qual tem, por sua vez, seu significado ampliado.

Tendo em vista que não só conceitos metafóricos *ad hoc* merecem atenção, Carston (2002a) também levanta a questão de que enunciados inteiros são interpretados como metafóricos. A autora afirma que a proposição de um enunciado metafórico poderia abranger conceitos *ad hoc* diversos, os quais, juntos, a *compõem*.

(108) Os laços que os prendiam ficaram cada vez mais frágeis, e cada um deles acabou sendo levado para um caminho diferente.

Seguindo o modelo de Carston (2002a), nesse enunciado a proposição expressa poderia ser composta pelos seguintes conceitos *ad hoc*:

(108a) OS [LAÇOS]* QUE OS [PRENDIAM]* FICARAM CADA VEZ MAIS [FRÁGEIS]*, E CADA UM DELES [FOI LEVADO]* PARA UM [CAMINHO]* DIFERENTE.

Nesse caso, a visão composicional que integraria essa abordagem iria de encontro à da Semântica Cognitiva, que vê a metáfora como um todo indecomponível, numa noção holista, mas que é, ao mesmo tempo, *parcial*, tendo em vista que, na interação, porções da memória enciclopédica ligadas a um conceito são ativadas em certo grau, dependendo dos fatores

envolvidos (cf. LANGACKER, 2008, p. 42). Em nossas análises no próximo capítulo veremos que é possível a co-ocorrência dessas duas perspectivas: os possíveis significados ligados a um conceito podem ser evocados para construir o significado do enunciado como um todo; esse todo, por sua vez, é contexto para a conceptualização do objeto em foco.

Se retomarmos os fundamentos da Semântica Cognitiva, expostos no Capítulo 2, podemos perceber divergências quanto à arquitetura da Relevância. A forma como a emergência de conceitos metafóricos é explicada por cada abordagem teórica é elaborada de maneiras diversas. Ao assumir um ponto de vista inferencial, a Teoria da Relevância dá conta de como a compreensão do que é comunicado é possível por meio da descrição e da explicação dos passos inferenciais envolvidos. No entanto, a memória enciclopédica, aspecto fundamental para a construção do contexto, é apenas citada como “memória de longo prazo” em comparação à “memória de trabalho” (de curto prazo); o papel das experiências na constituição da memória enciclopédica é pouco explorado pela Teoria da Relevância. Propomos que, por uma combinação com as bases teóricas da Semântica Cognitiva, é possível explicar como apreendemos determinados conceitos e por que eles emergem para desencadear os diversos processos cognitivos envolvidos na conceptualização. A forma como o conhecimento enciclopédico é construído, via interações da mente corpórea com o mundo, é uma explicação dada pela Linguística Cognitiva que tem grande plausibilidade. Kövecses (2011), por exemplo, sugere que mesmo o modelo teórico da Relevância faz uso de mecanismos conceptuais bem estabelecidos que podem contribuir para nossa compreensão do enunciado.

Além disso, como mencionamos no final do Capítulo 2, o processamento inferencial, para a Semântica Cognitiva, decorre de mapeamentos entre domínios, em que propriedades emergentes seriam derivadas por mecanismos motivados por redes de integração conceptual, ou mapeamentos entre domínios. Na perspectiva das teorias sob esse escopo, conceitos ditos literais e metafóricos podem percorrer os mesmos caminhos, por ativação em redes conceptuais. Como vimos, Fauconnier e Turner (2002) afirmam que inferências são geradas nesse processo, sem, no entanto, explicar como, nem quais, nem que tipos de inferências podem surgir para interpretar determinado conceito.

Na construção da interface, no Capítulo 4, retomaremos alguns aspectos da Teoria da Relevância que podem contribuir na construção do significado de conceitos sob a perspectiva que assumiremos. Desse modo, apesar de não apostarmos num processamento inferencial nos moldes dedutivos, não-demonstrativo e não-trivial, ainda assim não excluiremos essa proposta. Veremos que é esse formato que vai organizar a cadeia inferencial formada pela ativação de padrões em redes conceptuais. Além disso, os Princípios (Comunicativo e Cognitivo) de

Relevância deverão ter um papel relevante na interface, já que serão eles que guiarão, organizarão e controlarão toda a construção inferencial. Entenderemos que eles constituirão o que chamaremos de *mecanismo de controle e organização de processamento*, que deverá entrar em funcionamento conforme o contexto *online* se desenvolve e resgata elementos da memória enciclopédica, no qual estão os conceitos lexicais anteriormente elaborados, a fim de constituírem o contexto *off-line* e, então, serem elevados a um *status* de conceito *ad hoc* (de emoção), foco de nosso estudo.

Nosso objetivo com a interface é criar uma aproximação metateórica a partir das teorias exaustivamente descritas e discutidas nos Capítulos 2 e 3. Além de trazer uma explicação para as questões levantadas para essas abordagens teóricas em foco, pretendemos elaborar um ponto de vista próprio, e específico, sobre como entendemos a construção de significados de conceitos relacionados a sentimentos de emoção.

4 A EMERGÊNCIA DE CONCEITOS DE EMOÇÕES: UMA QUESTÃO DE INTERFACES

*Dá um certo trabalho decodificar todas as emoções contraditórias, confusas,
somá-las, diminuí-las e tirar essa síntese numa palavra só: gosto!*
(Caio Fernando Abreu)

Após discutirmos exaustivamente questões relacionadas à construção do significado e à conceptualização em abordagens ligadas à Linguística Cognitiva e à Teoria da Relevância, os principais objetivos deste capítulo final são: tratar das questões levantadas para cada uma das abordagens e delinear uma proposta de aproximação teórica que vise a descrever e a explicar a emergência do significado, especialmente daquele relacionado a conceitos de emoção, a partir de um ponto de vista construído com base em parte dos argumentos teóricos explorados nos capítulos anteriores. Essa abordagem é assumida como um ponto de vista que deverá ser elaborado sob a ótica do Perspectivismo, como defendido por Giere (2006), e por meio da Metateoria das Interfaces, de Campos (2007). O construto que aqui delineamos não se origina pela simples aproximação das teorias em questão, mas pelo exame e estruturação de uma abordagem que possa tirar proveito de elementos derivados das teorias mencionadas nos capítulos anteriores. Do mesmo modo, aspectos que não corroboram nossa perspectiva não são inseridos na criação do modelo de interface metateórica.

Argumentamos que, nesse construto, é crucial que distingamos entre os processos e seus produtos, ou resultados, tendo em vista que os últimos são aqueles sobre os quais raciocinamos conscientemente após um processo interpretativo. Seguindo essa posição, Gibbs (2000) assume que devemos distinguir entre como a linguagem é processada e os significados que são produzidos, posto que “o *significado linguístico* não é uma atividade única, mas um processo que ocorre em tempo real em uma variedade de dimensões temporais, iniciando nos primeiros milissegundos de processamento inconsciente e sendo expandido para a análise reflexiva de longo prazo” (GIBBS, 2000, p. 351). Com base nesse ponto, exploraremos a construção de uma interface metateórica em que os processos se tornam evidentes pelo uso de parte do *background* teórico que trouxemos até este momento.

Ao longo deste capítulo, retomaremos as questões levantadas para cada uma das teorias ao longo dos dois capítulos anteriores, traçando paralelos entre elas a fim de trazê-los para o construto metateórico a ser delineado e posteriormente exemplificado por meio de textos extraídos da mídia que trazem, em seu conteúdo, expressões linguísticas relacionadas a conceitos de emoções, como “urrar de raiva”, “ter vapor saindo pelas orelhas”, para expressar RAIVA, “contrair um vírus da felicidade” e “paralisar de medo”, entre outros. É importante enfatizarmos que nossa abordagem está enraizada na noção de que a emergência de quaisquer conceitos decorre das relações de experiência intersubjetiva, em que dialogamos com os outros e com o mundo através de uma realidade que se torna mutuamente compartilhada. O nosso objeto de estudo, no entanto, possui um caráter específico: a essência dos conceitos de emoção reside em respostas químicas e neurais que formaram padrões específicos (cf. DAMÁSIO, 2004; 2010), as quais evoluíram biológica e culturalmente; elas são, portanto, evoluídas e construídas (cf. PRINZ, 2003; 2004), e todos esses aspectos estão imbuídos na expressão linguística de nossas emoções.

Nossa intenção neste capítulo é, portanto, construir uma interface que seja capaz de descrever e explicar a emergência do significado de conceitos de emoção *ad hoc*, demonstrando também que as noções de literalidade e de linguagem figurada são constituídas pelos mesmos processos cognitivos. Na elaboração de conceitos relacionados a emoções, as tarefas cognitivo-inferenciais são indissociáveis das percepções que passam a fazer parte de redes de integração conceptual construídas conforme a comunicação se desenrola. Isso não significa que outros conceitos não sejam construídos pela experiência corpórea; o que queremos salientar, nesse caso em particular, é que emoções desencadeiam uma infinidade de *inputs* que farão parte do *blend* conceptual que as define, como se fosse formado um “espaço das emoções”, que leva à elaboração daquilo que sentimos e também a interpretações possíveis para as emoções de nossos interlocutores.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO NOSSO OBJETO SOB UMA ÓTICA DE INTERFACE

Nos Capítulos 2 e 3 referimos e discutimos as abordagens teóricas que buscam explicar a emergência do significado e, especificamente, a elaboração de conceitos. Contudo, há questões teóricas importantes na descrição e na explicação do processo de significação em contextos dinâmicos e interativos, sugerindo que a única maneira de desfazermos os nós que salientamos é pela criação de um diálogo interteórico entre as perspectivas adotadas. Como examinaremos, muitas vezes aspectos da Teoria da Relevância e de teorias ligadas à Semântica Cognitiva se

contrapõem. No entanto, através do amoldamento de uma arquitetura teórica renovada, em que o objeto de estudo é examinado a partir de aproximações adequadas, essa questão se dilui. A proposta se fundamenta em uma Metateoria das Interfaces, de Campos (2007), cujo objetivo não é reelaborar teorias, mas tentar organizar uma maneira de tratar o fenômeno em foco sob uma nova ótica, e também no Perspectivismo de Giere (2006), cuja proposta é observar o objeto de estudo sob um ponto de vista construído, *intersubjetivamente objetivo*, mas produzindo, com isso, uma nova perspectiva da realidade elaborada a partir dele. Com esses fundamentos, pretendemos construir um novo olhar para a emergência de conceitos relacionados a emoções por meio da aproximação, da (tentativa de) resolução, complementação e reelaboração de questões teóricas advindas das perspectivas exploradas ao longo deste texto.

Campos (2007) sugere que o estudo das ciências deve ser realizado sob uma perspectiva de interfaces, pois só assim é possível explicar uma maior quantidade de fenômenos de forma adequada. Por esse motivo, o objeto a ser examinado é construído conforme a perspectiva adotada, tendo em vista que a avaliação metateórica reorganiza os programas de avaliação. Assim, essa abordagem possibilita a exploração de perspectivas inter e intradisciplinares, nas quais o objeto que desse construto emerge – em nosso estudo, conceitos de emoção em interface – pode ser abordado a partir de duas ou mais áreas afins.

De acordo com Campos (2007), nessa nova ordem de interfaces, a “Linguística deveria estar inserida em uma área de relações interdisciplinares, e o seu objeto, a linguagem humana, deveria ser visto como constituinte de um conjunto de propriedades determinadas por relações intradisciplinares” (p. 346). Tendo em vista que “[...] a língua em seu escopo envolve ao menos aspectos cognitivos, formais, sociais e culturais” (p. 346), pensamos ser possível unir os elementos essenciais dessas áreas, as quais trazem contribuição à interface, sem a pretensão de levar a mudanças estruturais nas bases de cada teoria. A construção dinâmica e interativa de conceitos de emoção, portanto, não pode ser observada apenas sob a perspectiva da Linguística Cognitiva, por exemplo, mas por meio de relações interdisciplinares (de interfaces externas) com áreas como a Psicologia Cognitiva e a Pragmática Cognitiva. De modo concomitante, estabeleceremos uma interface linguística *intradisciplinar* (interna), em que aspectos de teorias sob o escopo da Linguística Cognitiva – a saber, Teoria da Metáfora Conceptual e Teoria da Integração Conceptual – seriam repensados por meio da elaboração de uma interface com a Teoria da Relevância, por motivos já explorados nos capítulos anteriores. No construto, os elementos constituintes seriam relacionados em um *continuum* indecomponível, sem que uma teoria tenha ênfase sobre outras, mas na observação de dado momento comunicativo alguns dos aspectos tornam-se relevantes em detrimento de outros.

Notemos que, por serem tratados de maneiras diferentes em cada uma das áreas exploradas aqui, conceitos de emoção são também vistos de forma diversa; as bases que regulam os mecanismos cognitivos assumidos em cada uma das perspectivas levam a caminhos conceituais que poderiam não convergir. Entretanto, a aproximação metateórica se justifica porque as áreas envolvidas buscam, à sua maneira, explicar como o significado de conceitos se constrói no curso das interações. Como em cada abordagem são explorados aspectos diferentes dessa construção, a interface viria a contribuir ao provocar uma interação entre elas e tratar das questões que levantamos ao descrevê-las e discuti-las. O objeto de estudo, portanto, não pertence mais a uma ou outra teoria, mas é reconstruído como um *objeto complexo*, que carrega, em sua concepção, aspectos específicos advindos das áreas que constituem essa interface metateórica.

Esse construto visa a dar consistência aos elementos teóricos envolvidos, bem como ser coerente na descrição e explicação da emergência do objeto complexo. Nesse sentido, a busca por Relevância pode ser vista também de forma metateórica se considerarmos que as relações delineadas nessa nova interface carregam um comprometimento por relevância ótima: ao invés de criar soluções a partir do ponto de vista das próprias abordagens – correndo o risco de se criar explicações *ad hoc* – a interface aproxima aspectos teóricos que já são consistentes em seus argumentos, gerando um equilíbrio de menor esforço e efeitos positivos. Desse modo, além de a seleção dos elementos que devem constituir o construto intra e interdisciplinar ser guiada por relevância, a própria interface é otimamente relevante e, portanto, sustentável para explorar o nosso objeto complexo.

Por meio dessa nova perspectiva, o conjunto de relações parece ser independente: “a interdisciplinaridade e a intradisciplinaridade são construídas de forma cientificamente interativa” (CAMPOS, 2007, p. 327). Nessa integração, não ocorrem apenas conexões com trocas de informação, e não há, apenas, certa reciprocidade teórica. De fato, em um nível mais profundo,

não se trata, em um nível de seriedade interdisciplinar, de aproximações puramente superficiais, com troca de informações e de promessas recíprocas. Isto é, apenas, o primeiro passo. O próximo é o da construção de objetos comuns de investigação, cuja natureza já é o de ser o resultado das promessas anteriores. Não se trata, portanto, de traduzir uma interdisciplinaridade como uma atividade tal em que uma disciplina usa uma outra para seus interesses. Ao contrário, uma disciplina mantém as suas tarefas específicas e, quando entra em relações interdisciplinares, trata-se de uma associação interativa de um terceiro objeto, resultante da amálgama interdisciplinar. (CAMPOS, 2007, p. 348)

Numa relação de interface, os fatos de uma teoria são vistos como partes de um *continuum*, os quais podem ser complementados por elementos de outras teorias, mantendo as características delineadas por ambas a fim de observar, com lentes interdisciplinares, um objeto comum.

Portanto, com ênfase nessas relações, situamos a nossa proposta de estudo da emergência de significados de conceitos de emoção em um enfoque de aproximação de arquiteturas teóricas e, a partir de então, de reestruturação metateórica do objeto. Contudo, essa perspectiva não prevê, simplesmente, que uma estrutura teórica de complementaridade seja erigida, mas é necessário que essa relação interdisciplinar seja forte em seus princípios: uma análise metateórica dos fundamentos e das teses que encontram sua contraparte nas teorias a serem postas em interface é, portanto, requerida. Dessa forma, justificamos a prévia exposição e discussão das abordagens teóricas ao longo dos Capítulos 2 e 3, no intuito de demonstrar em quais bases nos apoiaremos para explicar o fenômeno em questão.

A ideia de estruturação de interface está em consonância com o trabalho de Giere (2006), o qual, sob influência de Leibniz, Kant e Nietzsche, assume uma reflexão filosófica baseada no que ele chama de *Perspectivismo Científico*. Trata-se de uma alternativa para o realismo objetivo – ou objetivismo absoluto –, assumido no meio científico como se fosse possível ter certeza das coisas e vê-las de forma completa, e para um construcionismo social, fundamentado na ideia de que a realidade é socialmente construída. Giere esclarece que, de fato, há uma realidade antes da nossa própria existência, mas essa só é elaborada por meio de uma perspectiva. Nesse sentido, “os instrumentos [i.e., os objetos] são sensíveis a apenas um tipo particular de *input*. Eles são [...] cegos para tudo o mais” (isto é: para aquilo que não é contemplado na interface construída). O autor justifica essa visão ao afirmar que “[...] nenhum instrumento é perfeitamente transparente” (GIERE, 2006, p. 14) e, por isso, é necessário ter consciência de que o *input* e a constituição interna do objeto em foco são constituintes do *output* a ser analisado. Trata-se, portanto, de um *realismo perspectivista*, em que se excluem as ideias de objetividade e de determinismo social e se enfatiza a construção de modelos específicos para o mundo, em uma objetividade intersubjetiva – isto é, constroem-se modelos para determinados objetos assumindo-se um ponto de vista que pode ser compartilhado com outros indivíduos. A essa elaboração está ligada a noção de “objetividade entre parênteses”, de Maturana (2001), em que a realidade é formulada conforme a perspectiva do observador. Visão semelhante é compartilhada na Linguística Cognitiva e defendida em Langacker (2008), segundo o qual “nossa apreensão do mundo é [...] ativa, dinâmica e construtiva em natureza” e que, por isso,

[...] as concepções evocadas como significados linguísticos são *não-transparentes*: elas não apenas refletem ou correspondem ao mundo de uma maneira totalmente simples, nem são deriváveis em qualquer forma direta ou automática de circunstâncias objetivas. Ao invés disso, uma semântica conceptualista deve iniciar pelo reconhecimento da prevalência – de fato, pela total difusão [*pervasiveness*] – de mecanismos imaginativos e de construções mentais. (LANGACKER, 2008, p. 35, grifo do autor)

Pelo exposto até aqui, adotaremos uma perspectiva construída para explicar a emergência de conceitos a partir da interface entre a Teoria da Relevância e teorias fundamentadas na Linguística Cognitiva, pelo fato de o construto a ser gerado vir ao encontro da necessidade de tratar do fenômeno em questão e de resolver certos aspectos ainda obscuros em cada abordagem. Como vimos, a primeira é capaz de descrever e explicar como o processamento inferencial da informação ocorre e como suposições são escolhidas, dentre várias, a fim de se chegar a uma provável interpretação da intenção comunicativa do interlocutor. Contudo, como expomos anteriormente, há aspectos não explicados nessa teoria, como o fato de a memória enciclopédica ser apenas mencionada, mas sua origem não ser explicada, por exemplo. Já a Teoria da Metáfora Conceptual e a Teoria da Integração Conceptual, elaboradas à luz da Linguística Cognitiva, dão conta da elaboração de conceitos com base na experiência, além de especificar os processos cognitivo-conceptuais envolvidos na emergência *online* de conceitos. No entanto, a sua abrangência não explica, completamente, o que entende por *inferência* e como essa é gerada, além de não tratar da escolha dos elementos que farão parte dos mapeamentos/espços mentais durante o processamento do significado.

Lima, Feltes e Macedo (2008) acreditam na necessidade de discutirem-se os processos inferenciais que perpassam a compreensão. Para as autoras, tipos e formas de funcionamento, operações que servem de base para a derivação/geração de inferências semântico-pragmáticas devem ser trazidos para o debate. A discussão apresentada por Feltes (2007) questiona a noção de inferência para a Teoria de *Blending*, visto que essa apenas menciona a existência desses processos, mas não explora a sua ocorrência. Para a autora, a interação entre as teorias aqui mencionadas seria uma solução para determinar quais suposições são selecionadas para serem usadas no processo inferencial, como esse ocorre e por que algumas suposições são mais plausíveis do que outras nesse processo.

Devido à constatação sobre a necessidade de se estabelecer com maior rigor as possíveis explanações para o processamento inferencial e, por consequência, para a emergência de significados para conceitos no curso da comunicação, traçaremos uma discussão acerca do possível diálogo entre as áreas a partir dos fundamentos descritos e analisados nos capítulos precedentes.

4.2 A INTERFACE: OBSERVAÇÕES PRIMEIRAS

Ao empreendermos a construção da nossa interface, verificamos diversos aspectos teóricos das abordagens descritas e analisadas nos Capítulos 2 e 3 que parecem não convergir. A Teoria da Relevância, ao tratar da comunicação como um processo ostensivo-inferencial, explica o mecanismo interpretativo por meio de fundamentos que estão enraizados em uma tradição gerativista, assumindo a hipótese de que a mente é massivamente modular. Mesmo sustentando que há uma inter-relação entre módulos autônomos que se conectam via processos inferenciais, ainda assim a hipótese de como as conexões são acionadas e organizadas no sistema modular da mente não encontra argumentos consistentes em Sperber e Wilson (1995), como desenvolvemos na seção 3.5. Evans e Green (2006) afirmam que essa perspectiva assume uma “lógica de condições-de-verdade para certos aspectos do significado linguístico” (p. 464) quando trata da derivação de inferências; contudo, não compartilhamos a mesma visão, já que isso parece ser uma distorção dos pressupostos da Relevância – de fato, Sperber e Wilson (1995) servem-se, metodologicamente, de um *formato* lógico para descrever e explicar como inferências dedutivas são geradas, mas os autores deixam claro que nesse modelo o processo dedutivo não segue os padrões rigorosos da lógica formal – na verdade, esse só pode ser descrito *a posteriori*, sendo designado como uma lógica dedutiva não-trivial e não demonstrativa.

Já a abordagem da Semântica Cognitiva opõe-se a essa tese, posto que, em essência, assume que a mente é corpórea, e não modular. Assim, a linguagem não é um módulo independente dos demais elementos que constituem o ser humano, mas um fenômeno interligado ao corpo, que é fonte de razão. Por isso, são os elementos desse corpo e das interações das quais ele é parte que damos sentido ao que somos e construímos a uma realidade situada, dinâmica e, conseqüentemente, intersubjetiva. As experiências compartilhadas pelos indivíduos de um mesmo grupo cultural e social levam à construção de uma memória de longo prazo que se constitui de modelos cognitivos idealizados, *frames*, esquemas de imagem, mapeamentos convencionais e projeções estabelecidas ao longo da vida. Esses processos delineiam o que Sperber e Wilson (1995) apenas citam como *memória enciclopédica*, mas sem detalhar com precisão como essa se constitui. Para a Semântica Cognitiva, na emergência do significado esse conhecimento de longo prazo – também chamado de conhecimento enciclopédico – emerge como um adendo às projeções de redes, fazendo parte do conteúdo dos espaços mentais.

Apesar de a Semântica Cognitiva assumir que novos significados surgem por meio de processos como projeção, mapeamentos metafóricos e metonímicos, indução de esquema,

formação de espaços mentais e redes de integração conceptual, entre outros, o tratamento dado à inferência é ínfimo. Como explanamos ao final da seção 2.7, há muitos questionamentos em relação a esse mecanismo a serem respondidos pela arquitetura teórica em foco, tendo em vista o fato de o termo “inferência” surgir em vários textos dessa perspectiva, mas sem que um tratamento específico seja dado ao processo sob esse rótulo. Por último, a Linguística Cognitiva propõe um estudo da construção do significado, tomando-o como uma elaboração *online*, por isso assumindo uma relação de continuidade entre semântica cognitiva e pragmática (cognitiva) – é importante ressaltar que essas áreas são distintas da semântica e da pragmática tradicionais (ver, por exemplo, em Tendahl, 2009), sendo necessário, na interface a ser construída, assumir um ponto de vista que delimite tal relação. Por isso, pressupomos que a linguagem não possui uma divisão estrita dos elementos que a compõem: Fonética, Sintaxe, Morfologia, Semântica, Pragmática, entre outros, possuem uma ligação indissociável e se constituem em um *continuum*, cada qual contribuindo em um aspecto na construção do significado. Assim, qualquer enunciado situado em contextos globais específicos e em um contexto imediato requer que um todo estruturado de conhecimento sobre a linguagem seja acessado para a sua compreensão *online*. Portanto, a relação entre semântica e pragmática (entre outras) se dilui para que o significado do objeto (complexo) seja tratado através do fluxo da comunicação pela participação dessas instâncias diversas da linguagem, que são organizadas conforme se tornam parte dos estímulos ostensivos ligados às intenções comunicativas dos falantes.

Mesmo com diferenças evidentes, construiremos um ponto de vista de interface na tentativa de conciliar elementos que podem contribuir para uma descrição e explicação do processo interpretativo e constitutivo de conceitos de sentimentos de emoções. Moldando o construto conforme o perspectivismo de Giere (2006) e sob o foco da Metateoria das Interfaces de Campos (2007), demonstraremos que a contribuição de cada área trazida para este texto, num novo molde teórico, pode enriquecer a explanação do fenômeno em questão.

Nossa proposta não é uma tentativa isolada de criar uma interação entre as teorias citadas. É verdade que são poucos os autores que estudam possíveis aproximações entre elas, os quais têm como enfoque principal a constituição de metáforas. Raymond Gibbs e Markus Tendahl (GIBBS; TENDAHL, 2006; TENDAHL; GIBBS, 2008; TENDAHL, 2009) têm feito comparações entre as teorias a fim de estabelecer uma possível combinação que vise à explicação da emergência de conceitos metafóricos. Tendahl (2009), inclusive, propõe uma abordagem sistemática definida como *blend* (p. 191) entre a Teoria da Relevância e a Linguística Cognitiva, o

qual ele chama de *Teoria Híbrida da Metáfora*⁶⁰. A interface proposta por esses autores não é homogênea: a ênfase, nesse caso, está fundamentada na abordagem da Semântica Cognitiva, com *complementação* da Teoria da Relevância. Já trabalhos como os de Wilson e Carston (2006; 2007; 2008) e Wilson (2009) também admitem a possibilidade de um tratamento interdisciplinar para a questão de metáforas, mas a tendência, neles, é defender que a base se estabelece fortemente na teoria de Sperber e Wilson (1995). Wilson (2009), através de um resgate nos trabalhos de Gibbs e Tendahl, traça aspectos paralelos e diferenças entre as abordagens para que enfim reconheça que a interface para o tratamento das metáforas é possível. Já Forgacs (2009) considera que os mapeamentos metafóricos entre domínios abstratos e concretos podem ter relevância para nosso ambiente cognitivo, mostrando que o valor metacomunicativo de metáforas, no sentido da Semântica Cognitiva, pode levar a uma expansão nos argumentos da Teoria da Relevância. Mais recentemente, Gibbs (2010b) discute a tentativa de compreensão sobre quais os significados da metáfora são, de fato, entendidos em contextos da vida real, sugerindo que o papel pragmático de metáforas no discurso influencia os tipos de significados as pessoas podem derivar de enunciados. O autor cita a pesquisa de Gibbs e Tendahl (2006), que mostra que as pessoas podem reconhecer os papéis pragmáticos que as expressões metafóricas podem ter em contexto, o que parece afetar o tempo de processamento necessário para interpretá-las. Para Gibbs (2010b), isso sugere que há diferentes *efeitos cognitivos* envolvidos, demonstrando assim que a Teoria da Relevância pode dar conta da variação de efeitos e esforços cognitivos surgidos em contextos dinâmicos.

Usando o aporte da Teoria Neural Corporificada da Linguagem de Feldman (2006), Feltes (2008) defende que o fenômeno da significação é profundamente ligado por processos inferenciais. A proposta dessa autora de explorar esse fenômeno sob uma ótica de interfaces é compatível com o construto teórico que desejamos operacionalizar. Como afirma Kövecses (2011), nenhuma das teorias (Teoria da Metáfora Conceptual, Teoria de *Blending* e Teoria da Relevância) explica totalmente o processo de construção de significado requerido por um enunciado metafórico. Nesse sentido, essas teorias podem adequar-se umas às outras e complementarem-se de forma natural.

Nossa intenção não é apenas descrever e explicar a emergência de conceitos metafóricos, mas a de *conceitos* em geral. Tomaremos como pano de fundo a expressão linguística dos sentimentos de emoções, posto que tradicionalmente ela é vista como uma expressão de nossa subjetividade. Se nos reportarmos ao nosso Capítulo 1, veremos que essa ideia é falsa. O que sentimos é algo muito particular, mas a compreensão desse conceito só é possível devido às

⁶⁰ Como sabemos, um *blend* não pode ser visto como um construto estanque e pronto em si mesmo, mas trata-se de uma rede de relações conceituais elaboradas *online*; logo, a escolha do termo torna essa aproximação ambígua.

relações intersubjetivas que estabelecemos no curso da comunicação. De fato, para compreendermos o que o outro sente através da expressão linguística de suas emoções, é necessário que se estabeleça uma interação em que a objetividade se construa intersubjetivamente, isto é, em uma objetividade entre parênteses (cf. Maturana, 2001). Seguindo esse raciocínio, também podemos afirmar que o construto conceptual elaborado dialogicamente emerge em um ambiente cognitivo mutuamente compartilhado. É, portanto, um dos aspectos da interface. Além disso, a constituição de conceitos relacionados a sentimentos de emoções considera as sensações que co-ocorrem aos demais fatores como um *input* essencial.

A partir da nossa discussão e avaliação das teorias anteriormente expostas, levantamos as seguintes questões a serem exploradas em detalhes na interface metateórica:

- (A) Assumindo-se que as experiências têm papel essencial na constituição do significado de um conceito de emoção, como um conceito lexical é elaborado e mantido na memória enciclopédica?
- (B) Como o significado de determinado conceito é delimitado no curso da interação e de que forma ele passa a ser compartilhado na mente coletiva (isto é, intersubjetivamente)?
- (C) De que forma, na ativação de redes conceptuais, determinados elementos que estão associados a um conceito lexical são selecionados, em detrimento de outros, para fazerem parte de espaços mentais?
- (D) O que se entende por inferências e como elas são construídas no processo interpretativo?
- (E) Como o processo inferencial é desencadeado e em que ponto ele deve ser encerrado?

Essas questões convergem para a questão central da nossa tese:

- (F) Como conceitos relacionados a emoções emergem e podem ser interpretados no fluxo das interações?

Dito isso, passaremos à seção que começa a delinear a interface.

4.3 OS FUNDAMENTOS DA INTERFACE PROPRIAMENTE DITA

A organização de uma interface que se propõe a discorrer sobre conceitos relacionados a emoções necessita, em primeiro lugar, tratar dos fundamentos sobre os quais o novo construto

teórico se firmará. Nesse sentido, esta seção visa a delinear os aspectos norteadores desse construto metateórico, em que iniciaremos por tomar como pedra fundamental a tese de que a mente é essencialmente corpórea. A partir disso, tomaremos elementos advindos das arquiteturas teóricas exploradas até aqui com o intuito de salientar o que assumimos no nosso construto. Dedicaremos duas subseções para o tratamento dos processos inferenciais e para a sistematização dessa interface como uma construção que considera a conceptualização de emoções sob uma perspectiva integrada e em *continuum*. A partir disso, aplicaremos esses pressupostos à análise de exemplos extraídos da mídia eletrônica, em que demonstraremos o funcionamento desse construto em contextos *online* (isto é, considerando-se o desenrolar do texto e a elaboração de inferências pelo leitor).

Como já expusemos no Capítulo 1 e na seção 3.5, apenas conseguimos (re)formular a realidade de determinada maneira porque nosso corpo é um todo estruturado, interconectado e situado, e a nossa expressão linguística indica aspectos do nosso sistema cognitivo que se baseiam nesse corpo e nas suas interações (cf. LANGACKER, 1987). Assim, a nossa inserção em um mundo que existe independentemente de nós só pode ser significada por causa de nossa própria interferência: os nossos olhos concebem uma realidade que não está pronta, posto que é pela ação em uma objetividade entre parênteses que estabelecemos o que é, para nós, o mundo. Há, portanto, uma realidade que nos modela e é também modelada por nós, numa relação de co-dependência.

Portanto, é a partir do construto sobre objetividade de Maturana (2001) que comporemos o quadro da nossa realidade. Ao tomar por base essa visão do que é o real, para nós, situaremos a percepção de nossas próprias emoções e as conceptualizaremos. Desse modo, não poderemos tratá-las como se essas fossem meras expressões de nossa subjetividade; afinal, só construímos significados para nosso entorno devido à capacidade de compartilhar nossos pensamentos⁶¹. Essa construção da realidade de acordo com um ponto de vista compartilhado intersubjetivamente fundamenta-se naquilo que Giere (2006) sustenta como Perspectivismo, e essas abordagens servem de base para descrever e explicar a emergência dos conceitos tais como os concebemos.

Não há, então, uma objetividade entre parênteses inscrita em uma única mente, nem há uma subjetividade que se marca em si mesma, que parte apenas da vontade individual, mas esses são produtos de mentes em interação. Seguindo o pensamento de Wittgenstein (1984 [1953]), não

⁶¹ Essa noção é semelhante à estabelecida por D. Davidson (2001[1991]) sobre *variedades de conhecimento*, segundo a qual há três tipos irreduzíveis de conhecimento empírico: o primeiro refere ao que reconhecemos como a nossa forma própria de significar o mundo e os possíveis conceitos que ele carrega; o segundo relaciona-se ao saber que está na mente de outras pessoas, cujo sentido atribuído a dada expressão em determinado momento é inferido por pistas linguísticas; e o último é o conhecer parte do mundo circundante, suas dimensões e as propriedades que nele estão contidas – este último corresponderia ao que Maturana entende como *objetividade entre parênteses*. Esses aspectos de uma mesma realidade são interdependentes: a existência de um deles pressupõe a existência dos outros dois.

há uma linguagem privada, posto que é somente pelo compartilhar de ideias, pelas intersecções de pontos de vista, que se pode construir a realidade. Objetividade e intersubjetividade, portanto, são essenciais ao que se entende por *subjetividade*, constituída por meio de *interpretações* das experiências corpóreas – de fato, nenhum dos três elementos é capaz de sustentar-se sem a existência dos outros dois; são como um tripé, cada qual dando suporte para a emergência das outras duas escoras para a elaboração de uma realidade.

A capacidade de “ler pensamentos” [*mind-reading*] (cf. PARAFRAGOU, 2002) possibilita o reconhecimento da objetividade entre parênteses do outro, a qual é compartilhada no fluxo das interações e pela concordância sobre a inserção nos mesmos contextos globais (cf. KÖVECSES, 2005), isto é, os quais levam em conta as questões culturais e sociais que emergem na interação. Desse modo, também trazemos para nossa interface a noção de ambiente cognitivo que se torna mutuamente compartilhado (SPERBER; WILSON, 1995), já que ele só pode se constituir intersubjetivamente: o que é manifesto para o outro, isto é, a leitura que o outro faz a partir da nossa expressão comunicativa e, conseqüentemente, das nossas intenções, são *pistas* para o acesso a suposições que comporão o processo inferencial.

A nossa perspectiva, portanto, toma como base a ideia de que não há um contexto pronto, pois ele se desdobra no decorrer do ato comunicativo. Nesse ínterim, o significado toma forma, desvelando-se também pelo reconhecimento das intenções de nosso interlocutor. Pressupomos, para a sua formação, uma base enraizada na memória de longo prazo, constituída pelas experiências corpóreas ao longo da vida. A elaboração de Modelos Cognitivos Idealizados, *frames*, domínios conceptuais, esquemas de imagem e de outros elementos que podem constituir a memória enciclopédica tornam-se elementos mais ou menos estáveis à medida que os experienciamos e organizamos, mas sem uma definição rígida e estanque; conforme relações são estabelecidas, essas são armazenadas em um nível supra-individual, que, para Kövecses (2010c), trata-se de um *estoque* de mapeamentos convencionalizados. Na nossa interface, acrescentamos que esse é um nível que se constitui *também* por raciocínios que se tornam estáveis ao longo dos anos, mas não fixos, e que passam a fazer parte de um conjunto de conhecimentos enciclopédicos.

Os conhecimentos instaurados nessa memória de longo prazo possuem informações elementares apenas, indefinidas em essência por serem “*chunks*”⁶² de informação, as quais são chamadas a participarem do jogo comunicativo por meio de *inputs* linguísticos e perceptuais, tornando-se relevantes *para dado contexto online*. Notemos que tal proposta se choca com a hipótese

⁶² Optamos por não traduzir este termo por não encontramos um vocábulo, em Língua Portuguesa, que corresponda ao significado que desejamos atribuir.

da semântica formal, que pressupõe a existência de significados ligados ao léxico disponível e, dessa forma, prontos em si mesmos.

Assumiremos que a formação do contexto e a (re)criação de significados ocorrem conforme os pressupostos da Teoria da Relevância: desencadeada por um estímulo ostensivo, há recuperação, a partir da memória de longo prazo, de conhecimentos enciclopédicos que farão parte do processo interpretativo. A seleção desses ocorrerá por ordem de acessibilidade do contexto: quanto mais facilmente uma suposição é construída (por um processo de ativação em rede), maior a probabilidade de que essa faça parte na interpretação. Através de uma medida de esforço e efeitos cognitivos, os *inputs* serão selecionados e processados inferencialmente em conjunção com os elementos que emergem da base enciclopédica, no intuito de suprir as expectativas de relevância. O processo de seleção dos elementos que devem constituir as hipóteses interpretativas estabelece um foco de significado principal (KÖVECSES, 2005), que se evidencia porque, de modo geral, a cognição humana é guiada pela busca por Relevância em comunicação, como entendem Sperber e Wilson (1995), e também por estar ligada ao que Langacker (1987) chama de *foco de atenção seletiva*.

Na busca por relevância do estímulo ostensivo emitido pelo falante, as suposições que emergem são fruto da união desses *inputs* comunicativos e de informações advindas da memória de longo prazo, organizando e estabelecendo o foco de significado principal. A escolha de elementos para a composição dos espaços mentais que constituem as redes de integração conceptual é determinada pela busca por relevância em dado ato comunicativo, a qual sugerimos ser um *mecanismo de controle/organização de processamento*. Esse mecanismo tem o papel de delimitar quais elementos farão parte da interpretação, dentre tantas possibilidades ligadas ao significado *off-line*, que está atrelado, de alguma forma, ao conceito utilizado. Além disso, o foco de significado se ajustará devido à inserção e localização da informação em contextos globais (culturais, sociais, históricos, etc.), os quais são fontes para a interpretação em contextos comunicativos *online*, ou *locais*. De acordo com Kövecses (2010c), a ocorrência dos discursos se fundamenta em diferentes tipos de situações: ambiente físico, cenário social, contexto cultural imediato e amplo, os quais são imaginados como *frames* interligados, sendo essenciais na interpretação de enunciados.

Já se pode vislumbrar, portanto, que o significado só se torna uma realidade devido ao fato de o enunciado estar inserido em um *continuum* que envolve contexto *online* (ou *local*) e contexto *off-line* (ou global, como os ligados aos aspectos culturais e sociais, por exemplo), os quais farão parte dos processos cognitivos que deverão ativar e formar redes e sub-redes conceptuais. A união desses aspectos só se torna possível devido ao fato de sermos capazes de

organizar, por meio de categorização, as informações recebidas através de estímulos diversos, a ponto de inseri-las em teorias que nós mesmos compomos sobre a realidade. Assim, a significação dependerá, de modo geral, dos Modelos Cognitivos Idealizados empregados para determinada situação comunicativa. Com o suporte desses MCIs, todo e qualquer *input* será enquadrado em representações gerais relacionadas a experiências prévias, as quais são constituídas por estruturas proposicionais e não-proposicionais (imagéticas, perceptuais), além de os mapeamentos convencionais previamente elaborados serem resgatados para fins de construção de nova associação em rede.

Nesse ponto, nosso construto dá ênfase aos fenômenos tratados pela Linguística Cognitiva devido ao fato de essa abordagem explorar de maneira mais específica como os conhecimentos da memória de longo prazo são estabelecidos e como estão relacionados à construção dinâmica do significado. No entanto, como já mencionamos, a noção de inferência ainda precisa ser mais bem delineada, já que não fica claro, pelo viés da Linguística Cognitiva, como esse fenômeno é compreendido: as associações em rede são a própria ação inferencial ou há um outro processo, não especificado, que conduz a compreensão dos elementos dos estímulos comunicativos em conjunção com os conhecimentos enciclopédicos elaborados pela experiência?

Sobre esse aspecto, Tendahl (2009) prefere adotar a perspectiva da agenda cognitivista para explicar a interpretação de metáforas, seu foco de estudo. O autor afirma que, com base em contextos, acessamos o que ele chama de *regiões conceptuais*, as quais são compostas por “pedaços de informações [*pieces of information*] relacionadas a uma palavra, os quais são tão centrais que se aplicam entre contextos [*across contexts*]” (p. 199). Tendahl (2009) ainda afirma que uma região conceptual é “uma unidade independente de contexto *relacionada a uma palavra particular*. Logo, regiões conceptuais são acessadas e conceitos *ad hoc* são construídos *com base nas* regiões conceptuais” (p. 200, *italicos nossos*). Tais pedaços de informações constituem uma semântica lexical, que atua em conjunção com uma pragmática lexical, cuja função é adaptar contextualmente a região conceptual de forma a gerar um conceito *ad hoc*. Na abordagem da Teoria Híbrida da Metáfora, os elementos do conceito lexical⁶³ (livres de contexto) que serão incorporados ao conceito *ad hoc* serão aqueles que geram menor esforço cognitivo para entrarem no que Tendahl (2009, p. 200) nomeia como espaços livres [*free slots*]. Esses são preenchidos por meio de ativação (por pressão contextual⁶⁴) de *conectores* de estrutura de conhecimentos externos,

⁶³ Para Tendahl (2009, p. 198), a partir do momento em que um conceito *ad hoc* se torna mais convencionalizado e estável entre contextos diversos, ele passa a se chamar *conceito lexical*, assim como ele vê espaços mentais transformarem-se em domínios, ainda que tanto o conceito lexical e o domínio sejam suscetíveis a modulações contextuais.

⁶⁴ A noção de *pressão contextual* está ligada ao que Kövecses (2005) define como “pressão de coerência” [*pressure of coherence*].

isto é, elementos que estão parcialmente *estocados* na memória, os quais são informados pelo sistema sensório-motor, ou que são totalmente *ad hoc*. Em resumo, a região conceptual possui uma *parte lexical*, invariável contextualmente, que tem papel na construção de metáforas (em que parte do conceito é utilizada na interpretação), e uma *parte de enriquecimento*, pragmática, através da qual os espaços livres são preenchidos.

Nessa versão resumida do *blend* teórico de Tendahl (2009), há uma crença de que conceitos lexicais estão “*estocados*” em “regiões conceptuais” e, portanto, estariam prontos para serem recuperados e servirem para preencher os espaços vazios do conceito *ad hoc*, desencadeados pelas palavras do falante. No entanto, discordamos em partes desse construto. É verdade que o estímulo ostensivo desencadeia uma busca por sentido para o que dizemos, mas a ideia de que há conceitos lexicais prontos, associados a palavras, pode ser contestada. Haveria um custo cognitivo incomensurável se cada sentido de uma palavra X tivesse que ser estocado na memória de longo prazo, além de a sua recuperação ter que prever enunciados com significados inusitados. Vejamos os exemplos abaixo:

(109) Ela sentia muita inveja da situação financeira dele.

(110) A conquista de Maria levou sua irmã a sentir uma inveja branca.

Cada um dos exemplos traz um sentido diferente para o conceito lexical INVEJA, e cada nova menção do vocábulo correspondente – ‘inveja’ – faz emergir uma compreensão de um novo conceito *ad hoc* INVEJA*. Contudo, se há uma base semântica que prevê a construção desses significados em regiões conceptuais, o esforço interpretativo de (110) levaria a um processamento mais complexo pela busca por um conceito que se adéque ao sentido da expressão “inveja branca” e, portanto, mais custoso do que (109), ligado a um significado mais estável. Mas esse não é o caso. O esforço de processamento não depende da distinção entre atualizações linguísticas literais e figuradas, mas do grau de convencionalidade, de familiaridade e de frequência de uso de tais expressões linguísticas (cf. GIORA, 1997), as quais assumem um novo significado a cada interação. É por isso que, apesar de concordarmos que é necessário um enriquecimento pragmático para o conceito *ad hoc* ser elaborado, não aceitamos o fato de que há, em um nível semântico, conceitos lexicais prontos, à espera de um estímulo para que possam emergir e adaptarem-se ao que foi dito, mas há, na verdade, uma base semântica em rede, mais ou menos estável, na qual cada conceito está ligado a diversos outros. As redes ativadas na interação restringem ou ampliam um significado possível para um conceito em dado ato comunicativo.

Tendahl (2009) acredita ser necessário o desenvolvimento de uma “pragmática cognitiva” (p. 193), sobre a qual a sua Teoria Híbrida da Metáfora se fundamenta. Em sua obra, estão relacionados todos os elementos já previstos pela própria Semântica Cognitiva, tendo como único adendo uma ênfase na comunicação (cujo fenômeno é considerado pela Teoria de *Blending*, ainda que com muito mais força pela Teoria da Relevância):

[...] [a pragmática cognitiva] é baseada na importante suposição de que linguagem e comunicação não podem ser separadas de outras habilidades. [...] linguagem não está situada em um módulo especial da mente. Ao invés disso, linguagem e comunicação são realizações humanas [...] baseadas em *inputs* de nossos sentidos, nossa memória e nossos corpos, por exemplo, de nosso sistema sensorio-motor, e eles incluem habilidades inferenciais considerando as informações de todas as fontes disponíveis. (TENDAHL, 2009, p. 192-193)

A distinção entre Semântica e Pragmática (cognitivas) só é possível metodologicamente. Em verdade, aspectos da linguagem como Fonologia, Sintaxe, Semântica, Pragmática, Morfologia, entre outros, são interdependentes, e esses só emergem na construção do significado quando em consonância com um MCI específico, com associações em rede entre domínios, desencadeados por um *input* comunicativo em um contexto *online*. De acordo com Feltes (2008), os fenômenos são tratados em um *continuum*, não havendo distinção clara entre eles. A autora refere-se diretamente à proposta de Harder (1999), que denomina essa mesma noção de *hipótese da autonomia parcial*:

a expressão-chave para essa empreitada será ‘autonomia parcial’, entendida como um fato central sobre a relação entre domínios relacionados: fatos cognitivos são parcialmente autônomos de fatos brutos; fatos linguísticos são parcialmente autônomos de fatos experienciais; fatos sintáticos são parcialmente autônomos de fatos sobre o significado de elementos e fatos sociais são parcialmente autônomos de fatos mentais. (HARDER, 1999, p. 196).

Vendo os fenômenos como não autônomos e, portanto, não autossuficientes, Harder (1999) contribui metodologicamente para explicitar a tese de que a mente está inextricavelmente ligada ao corpo e, nesse sentido, os fatos (biológicos, culturais, sociais, cognitivos, etc.) contribuem uns com os outros na constituição da própria realidade. Ao adotarmos a ideia de que há uma interdependência de aspectos diversos na constituição do significado, e por se aceitar essa noção de *continuidade* desenvolvida por Harder (1999), podemos fundamentar o construto metateórico a que nos propomos e delinear a nossa compreensão para a construção do significado de conceitos de emoção. Na próxima seção, exploraremos em detalhes como vemos o processamento inferencial em nossa interface.

4.3.1 Padrões inferenciais: processo dedutivo ou associativo?

A interface que estamos construindo se baseia na noção de continuidade conforme preconizada por Harder (1999), por se ajustar em grande medida aos pressupostos de formação de um diálogo metateórico, conforme as diretrizes explanadas em Giere (2006) e em Costa (2007). Nesta seção, pretendemos dar continuidade à descrição e explicação do nosso construto, mas especificando ainda mais o processo de construção de inferências.

Como já referimos, não há significados nem conceitos prontos; partimos do pressuposto de que esses são formulados apenas no decorrer das interações. Tendahl (2009) afirma que, “em comunicação, a maioria das suposições de nossa memória de longo prazo será fracamente manifesta. Contudo, dado um elemento desencadeador particular, nós normalmente somos capazes de acessar essas suposições manifestas” (p. 194). Na mesma página, o autor afirma ainda que “nós *estocamos* metáforas conceptuais como parte de nosso conhecimento de longo prazo” (itálico nosso). No entanto, compartilhamos apenas em parte dessa ideia; o autor parece sugerir a existência completa de suposições e de mapeamentos metafóricos, como se eles estivessem *prontos* para o uso. Nesse caso, essas seriam suposições fracamente manifestas, isto é, como se os *estocássemos* em nossa memória de longo prazo como conceitos *definidos*.

Em nossa perspectiva, acreditamos na existência de uma base conceptual mais ou menos estável, em que conceitos estão ligados a sub-redes conceptuais, e a seleção de determinados aspectos dessa intrincada rede em detrimento de outros dependerá do enriquecimento pragmático, que promove um resgate de informações construídas experiencialmente na memória ao simples estímulo ostensivo que leva à ativação de padrões de construção de redes de integração. Não há, portanto, conceitos lexicais pré-definidos, mas deve haver um conjunto de redes ou sub-redes ligadas a conceitos que relaciona elementos elaborados experiencialmente, os quais são *acessados* no decorrer da interação, em maior ou menor grau de força. Essas redes ou sub-redes, ao serem resgatadas para a construção de uma nova rede conceptual, são capazes de resgatar mapeamentos anteriormente elaborados, *frames*, esquemas de imagem, por exemplo, recriando-os para emprego em contexto. Dado conceito, então, nunca será o mesmo, mas pode assemelhar-se a um conceito anteriormente elaborado, tendo em vista que esse processo nunca se estabelece da mesma forma pelo fato de as interações serem sempre novas e variadas. Para Langacker (2008, p. 42), um item lexical não tem um significado determinado. A conceptualização se dá pela ativação de porções da memória enciclopédica ligadas a conceitos, e essa construção é desencadeada por significados lexicais e por padrões composicionais, que não são, eles mesmos, suficientes para derivá-los.

Nesse sentido, quaisquer conceitos que emergirem, mesmo que já elaborados previamente, são ressignificados durante a comunicação. É por esse motivo que acreditamos na hipótese de que os significados que elaboramos àquilo que está em nosso foco em uma realidade entre parênteses são construtos *online*. As suposições passam a tomar forma no processo inferencial, que, sob nossa perspectiva, se constitui pela ativação de padrões de redes, ao mesmo tempo em que se modela por um processo lógico não-demonstrativo, em que a organização dos espaços mentais acarreta na construção do *blend*.

Como vimos no Capítulo 3, o processamento inferencial explicitado por meio de um mecanismo dedutivo não-trivial e não-demonstrativo, conforme explorado pela Teoria da Relevância (seção 3.4), choca-se com a hipótese conexionista da Linguística Cognitiva. Na perspectiva da última, o processamento não é modular e, portanto, não computacional em sentido estrito⁶⁵. A visão de continuidade dessa abordagem não abarca um nível de formalidade como o exposto por Sperber e Wilson, e vê as conexões em rede como uma alternativa para explicar a emergência de conceitos.

Tendahl (2009) escolhe explicar o processo de conceptualização por meio da descrição de conexões em rede para a análise de enunciados metafóricos, rejeitando a noção de inferência no sentido computacional.

Ao invés de usar a noção da Teoria da Relevância de uma forma lógica como base para discussões dos enunciados inteiros, eu considero que o modelo de estrutura de uma rede da teoria de *blending* seja o mais apropriado para análises *online* dos enunciados. O modelo de rede tem a vantagem de poder descrever dinamicamente o fluxo da informação durante o processamento. (TENDAHL, 2009, p. 221)

Para o autor, o modelo de processamento inferencial desenvolvido por Sperber e Wilson (1995) é problemático: “[...] não está claro como a teoria da relevância lida com os problemas associados com a forma lógica e o processamento *online*. Eu acredito que a forma lógica não é uma forma que tenha um papel no processamento *online*” (TENDAHL, 2009, p. 221). O autor ainda afirma que a forma lógica só pode ser determinada *post hoc* com base em dada proposição. Ao fazer essa afirmação, o autor detém-se no *produto* do processo interpretativo, quando o formato *possível* das proposições é organizado conscientemente, enquanto o processo inferencial ocorre automática e inconscientemente, ao ser desencadeado por estímulo(s) ostensivo(s). Entendemos que essa é uma forma metodológica de tratar as hipóteses interpretativas que emergem conforme a comunicação ocorre, mas não assumimos que uma premissa surge após a outra, ordenadamente, já que os elementos que constituem os espaços de *input* podem emergir de

⁶⁵ Feltes (2008) explora com minúcia o argumento da Linguística Cognitiva contra a noção de computação mental.

maneira concomitante. Feltes (2008) já havia questionado a hipótese de que formulamos inferências do tipo dedutivo, mas não-demonstrativas: “são tais inferências originariamente dedutivas ou são elas ‘reconstruídas’ numa forma de argumento dedutivo, *a fortiori*, a partir dos mecanismos propostos pela teoria?” (p. 197). Para Gibbs (2010a), os diversos processos cognitivos se sobrepõem conforme determinamos os seus efeitos cognitivos possíveis (p. 671); por isso, as hipóteses interpretativas não ocorrem uma após outra, mas elas podem co-ocorrer, sendo determinadas, apenas, pelo grau de força que a interpretação pode gerar. A análise de uma interface entre as teorias em foco requer, então, que se busque trazer uma hipótese que ofereça uma resposta provável para o problema da dedução em linguagem natural.

Nas palavras de Sperber e Wilson (1995, p. 93), “quando certa inferência ou implicatura é delineada, pode ser demonstrado *ex post facto* como o ouvinte poderia tê-la derivado a partir das premissas disponíveis naquele ponto da conversação pelo uso de regras dedutivas disponíveis”. Desse modo, os autores afirmam que, de posse de tais regras, as suposições levantadas pelo interlocutor podem ser recuperadas a partir da sua interpretação, mas isso não significa que esse sistema é traçado apenas *a posteriori*: “o que queremos oferecer aqui é um esboço geral de um sistema de dedução *geral* que pretende *modelar* o sistema utilizado por seres humanos na inferência espontânea, e na compreensão do enunciado em particular” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 94, grifo nosso).

O sistema arquitetado pelos autores de *Relevance* pressupõe, então, não apenas um modelo para recuperação de prováveis suposições, mas regras lógicas a partir das quais a computação de novas suposições, juntamente com antigas, seja explorada a fim de dar um tratamento formal ao processo interpretativo. Sperber e Wilson (1995) traçam, desse modo, um *caminho metodológico* para a construção do significado e a interpretação dele. Dessa forma, os autores defendem o envolvimento de mecanismos semântico-formais e, ao mesmo tempo, pragmáticos – de onde o contexto assume o papel de delinear e delimitar sentidos possíveis e maleáveis para o evento comunicativo a partir dos elementos que emergem da memória enciclopédica e daqueles advindos dos estímulos ostensivos.

Contudo, em nossa interface, o conhecimento enciclopédico é, de fato, constituído por um nível semântico, modelado por fatores contextuais, mas esse está relacionado à constituição de redes e sub-redes que conectam significados possíveis, ativadas apenas em contexto *online*. Desse modo, isso não quer dizer que as palavras *possuem* significados diversos que a elas estão ligados indissociavelmente, desencadeados a partir de combinações dadas por regras pré-estabelecidas. Isso seria assumir uma noção de composicionalidade forte, em que, no caso de (110), a soma de ‘inveja’ + ‘branca’ resultaria em um significado específico e estanque, o que não

é o caso. Retomando o que dissemos no Capítulo 2, é mais coerente que assumamos uma composicionalidade *parcial*, em que o evento comunicativo, situado e contextual, tem participação crucial na definição do significado. A expressão linguística proferida intencionalmente pelo falante desencadeia a ativação de *padrões* de composicionalidade, os quais acessam redes de significados alternativos, sendo esses especificados conforme o contexto *online*. Essa concepção está ligada à Teoria Neural Corporificada, de Feldman (2006), que afirma que cada palavra pode ativar sub-redes de significados alternativos, as quais estão, elas próprias, “ligadas a outros circuitos que representam a semântica das palavras e os *frames* que estão ativos no contexto corrente.” (p. 287). A relação entre o significado composto de uma expressão com seus componentes está ligada ao *caminho composicional* (LANGACKER, 2008, p. 61) pelo qual foi construída: não só da estrutura semântica uma expressão é composta, mas da relação entre o que está em primeiro plano, ou mais evidente, e as suas partes, que ficam no *background* (LANGACKER, 2008, p. 61), bem como a organização pela qual os elementos estão dispostos no enunciado linguisticamente manifesto. Assim, “ferver de raiva”, em (21) *Sinto-me ferver de raiva.*, é a expressão linguisticamente manifesta que, sendo organizada experiencialmente, sugere a existência de uma metáfora conceptual subjacente, enquanto suas partes, separadas, ou em ordem diferente, ou, ainda, em enunciados diversos, não teriam o poder de elaborar o significado pretendido nesse enunciado.

O autor explica que a noção de circuito neural é apenas uma interpretação simbólica para as inúmeras – e indescritíveis – conexões cerebrais, posto que significados de conceitos estão sempre ligados a outros conceitos. Nessa interpretação, os significados são submetidos a regras de combinação ou a *esquemas* de ligação. Um enunciado proferido é processado e analisado semanticamente – em uma *rede interconectada de esquemas* – conforme os conhecimentos conceptual e linguístico, em conjunção com o conhecimento situacional que será aplicado ao contexto real, resultando em inferências interpretativas. Para Feldman,

o padrão neural de ajuste do melhor mecanismo correspondente ativa conceitos relacionados adicionais como parte da escolha do significado mais apropriado. O significado de uma palavra em contexto é capturado pela atividade conjunta de todo o circuito relevante: contextual, imediato e associado. (FELDMAN, 2006, p. 287)

Apesar de ser considerada simbólica por Feldman (2006), a ideia de ativação de padrões neurais, ou em rede, está ligada ao que Damásio (2004) considera como imagens mentais, que consistem em regiões cerebrais específicas que utilizam circuitos nervosos para construir padrões neurais dinâmicos e contínuos que correspondem às atividades do corpo (p. 206). Em outras palavras, esses mapas neurais mapeiam essas atividades à medida que elas ocorrem,

transformando-se em imagens mentais. Contudo, Damásio (2004) acredita que “[...] a forma como os padrões neurais se transformam em imagens mentais não está esclarecida” (p. 209). Para o mesmo autor, esses “padrões neurais e as imagens mentais dos objetos e acontecimentos exteriores ao cérebro são criações do cérebro estreitamente relacionadas com a realidade que leva a essa criação” (DAMÁSIO, 2004, p. 210)⁶⁶.

O mesmo autor afirma que a imagem mental que construímos tem como base alterações que ocorrem em nossos organismos, no corpo como um todo e no cérebro, conseqüentes à interação da estrutura física desse objeto particular com a estrutura física do nosso corpo. Assim, “o conjunto de detectores sensitivos distribuídos por todo o nosso corpo auxilia a construir os padrões neurais que mapeiam a interação multidimensional do organismo com o objeto” (DAMÁSIO, 2004, p. 210). A partir disso, padrões visuais, auditivos, motores, emocionais são desencadeados a partir de um estímulo extracorpóreo; em outras palavras, a construção de padrões neurais ocorre pela seleção momentânea de neurônios e circuitos pela interação com um objeto. “[...] não só [...] as imagens mentais emergem do cérebro, mas [...] uma grande proporção dessas imagens é modulada por sinais do corpo propriamente dito” (DAMÁSIO, 2004, p. 227). As afirmações de Damásio quanto à construção de padrões de redes neurais corroboram a proposta de associação e ativação de redes, de Feldman (2006), bem como vão ao encontro dos pressupostos da Teoria da Integração Conceptual, descrita no Capítulo 2.

Feltes (2008) analisa a possibilidade de se criar uma interface que visa a englobar elementos da Teoria Neural Corporificada à Teoria da Relevância. A proposta teórica de Feldman parece se ajustar aos pressupostos da Relevância, principalmente aos princípios cognitivo e comunicativo, justamente por ressaltar a noção de “padrão neural mais forte” (cf. LANGACKER, 2008), que é compatível com a ideia de que suposições podem ser fracas ou fortemente implicadas, assumida em Sperber e Wilson (1995). Além disso, Feltes (2008) ressalta que a propriedade cognitiva – ou neural – traduzida como Princípio de Relevância estaria ligada à forma de funcionamento das redes ou sub-redes elaboradas a partir de padrões neurais. Ao tomarmos emprestado o aporte da Teoria Neural quanto à definição (e combinação) de significados por meio de (co)ativação neural de padrões semânticos, estruturados quando em contexto *online*, objetivamos o ajuste teórico para a construção de nossa própria interface. Ainda que mereça uma descrição mais detalhada, não explicitaremos a Teoria proposta por Feldman de maneira aprofundada por objetivarmos apenas realizar um recorte explanatório que vise à

⁶⁶ É importante dizer que, nessa mesma obra, Damásio faz uma divisão apenas *metodológica* entre corpo, cérebro e mente, tendo a consciência de que o humano é constituído por um *continuum* indivisível.

complementação do nosso construto, utilizando apenas a noção de ativação de padrões e esquemas (neurais/inferenciais) para a construção de redes de integração conceptual.

A partir dessa abordagem, poderemos traçar uma comparação entre a noção de esquemas e de ativação de padrões (neurais) ao tipo de processamento inferencial proposto na Teoria da Relevância, cujo modelo dedutivo (não-demonstrativo) é um pressuposto. A emergência de inferências como uma ação que se desenrola com uma suposição seguindo-se após outra se baseia na metáfora da mente como um computador: nela, as hipóteses interpretativas são desenvolvidas por estarem ligadas às que vieram anteriormente, passo a passo. A proposta de Feldman (2006), ainda que alguns dos seus aspectos estejam fortemente enraizados em uma ideia de “computação” mental, pode trazer luz à descrição de uma forma de inferência baseada na emergência concomitante de várias suposições, com maior ou menor força contextual, por meio de ativação de esquemas mentais. Nossa perspectiva se fundamentará mais fortemente nessa última, para a qual inferências seguem um padrão de ativação que pode levar à co-ocorrência de suposições advindas de *frames* e esquemas que são reelaborados a partir de estímulo(s) ostensivo(s) e, desse(s), espaços mentais são formulados para fazerem parte de novas redes de integração conceptual, a fim de que significados emerjam conforme o ato comunicativo.

No entanto, não descartamos o pressuposto da Teoria da Relevância de que as suposições que emergem podem ser elaboradas de acordo com uma lógica não-demonstrativa. Ao invés de tratar do processo inferencial como um processo estritamente dedutivo, assumiremos que a forma lógica se aplica de acordo com um mecanismo de controle/organização do processo de ativação e elaboração das redes. Esse servirá como um *molde* que guiará o processo de elaboração da rede de integração, em que *se* um esquema de suposições *acarretar* outro esquema, é provável que o *blend* resultante de tal operação carregue elementos dos esquemas de suposições gerados. Esses esquemas são oriundos do resgate de uma base ligada à memória enciclopédica e pelas condições dadas pelo contexto dinâmico, via estímulos ostensivos, em que o significado dos conceitos é estreitado ou ampliado por meio do enriquecimento pragmático. Nesse sentido, podemos afirmar que acreditamos haver uma lógica subjacente na elaboração da rede. Tal hipótese pode ser corroborada se a interface utilizar a noção de “desempacotamento” [*unpacking*], preconizado por Fauconnier e Turner (2002, p. 332), segundo os quais é possível, pelo conteúdo do *blend*, recuperar a rede inteira. Assim, se o caminho pode ser refeito, é porque há um molde, uma sequência lógica, na sua elaboração, que permite esse retorno. Isso porque a construção dessas redes e sub-redes não pode ocorrer ao acaso, em *looping*, sem controle; elas dependem de inúmeras associações entre o que se resgata da memória enciclopédica, aquilo que é expresso em palavras, e o que o falante tem a intenção de dizer. Esse conteúdo acarreta a construção dinâmica

de espaços de *input*, que por sua vez acarretam mapeamentos e projeções para espaços genéricos e, esses, finalmente, resultarão em *blends* conceituais. Nossa proposta, portanto, não descarta o uso de um mecanismo dedutivo não trivial e não-demonstrativo, mas é importante ressaltar que esse tem papel de fundamento, ou *molde*, para o construto a partir do qual o significado de conceitos emergirá.

Os padrões de ativação levam a associações em redes por meio de mapeamentos entre domínios de experiência diversos, os quais são desencadeados através dos estímulos advindos do ato conversacional, que resgatam da memória enciclopédica os elementos necessários e suficientes para constituírem a interpretação dos enunciados. Contudo, não se pode explicar como determinada interpretação é elaborada, em detrimento de outras, posto que a emergência de determinadas suposições não ocorre, *apenas*, pelo fato de fazermos projeções de espaços de *input* para um espaço genérico, e então para o *blend*.

Damásio (2004) vem ao encontro dessa afirmação quando declara que há um encadeamento entre pensamentos que suscitam emoções e, então, sentimentos. No caminho percorrido na “neurobiologia do sentimento” (p. 14), as modificações do corpo durante as emoções se transformam nos fenômenos a que chamamos sentimentos [de emoção] (p. 15-16). Para o neurocientista, as emoções, alinhadas ao corpo, consistem em uma coleção de respostas químicas e neurais que formam um *padrão* distinto. A *avaliação* leva à emoção, mas não é, ela própria, a emoção, pois não se trata de um processo consciente, e nem pode ser considerado, em termos linguísticos, como literal. Os sentimentos, alinhados com a mente, emergem quando a acumulação dos detalhes mapeados no cérebro atinge determinado nível. Por esse motivo, Damásio (2004) sustenta que a ocorrência de sentimentos requer vários segundos e é *desencadeada* por um objeto emocionalmente competente – o qual, nesta tese, pode ser tomado como estímulo ostensivo – que, em consonância com outro objeto imediato, i. e., outro corpo, dá início à cadeia [neural] emoção → sentimento.

As atividades de compressão e descompressão da rede dependem da descrição de um mecanismo que possa garantir uma escolha, dentre tantas possíveis, de elementos que farão parte do conceito *ad hoc*. Para nós, a recuperação e seleção desses elementos ocorrem porque o mecanismo de controle/organização de processamento serve como *guia* nesse caminho inferencial. Nele, estão incluídos os Princípios Comunicativo/Cognitivo de Relevância e, através deles, as noções de esforço e efeito cognitivos, de acessibilidade do contexto, de busca por relevância ótima (consequentemente, de preenchimento das expectativas de relevância), de construção de implicaturas fortes e fracas, de identificação da intenção comunicativa do falante – elementos oriundos da teoria de Sperber e Wilson (1995).

Nosso argumento encontra respaldo nas palavras de Wilson e Carston (2006), quando afirmam que *links* associativos (mapeamentos metafóricos e metonímicos, redes de integração envolvendo domínios diversos) “podem afetar o resultado do processo de ajustamento mútuo pela alteração da acessibilidade de suposições e implicações contextuais, mas a interpretação geral resultante será apenas aceita como o significado pretendido do falante se satisfizer a expectativa de relevância do ouvinte” (p. 429). As autoras parecem aceitar a possibilidade de uma interface como a que estamos propondo, desde que essa cumpra com os Princípios de Relevância. Como vimos, esses são também delineados por Fauconnier e Turner (2002), ainda que de forma simplificada e bastante similar ao que Sperber e Wilson propuseram na sua obra de 1995 com riqueza de detalhes – e é por essa descrição minuciosa que, na interface, escolhemos assumir os pressupostos para Princípios Cognitivo e Comunicativo de Relevância desses últimos autores.

Seguindo os fundamentos explanados até aqui, pretendemos, na próxima seção, descrever o processo cognitivo inferencial subjacente à emergência do significado de conceitos de emoção conforme os termos da interface metateórica pretendida. Em seguida, utilizaremos um texto retirado da mídia eletrônica a fim de exemplificar o processo de interpretação.

4.3.2 A emergência de conceitos de emoção: uma perspectiva integrada

Na perspectiva metateórica que estamos delineando, consideramos que o processo interpretativo é iniciado por um estímulo ostensivo comunicativo, o qual desencadeia uma série de passos inferenciais que não ocorrem um após o outro, mas de maneira concomitante, em um *continuum* assimétrico. Nele, por vezes, informações oriundas da memória de longo prazo podem ter destaque em detrimento de outras que acabam fazendo parte de redes ou de sub-redes de integração conceptuais previamente construídas e que, durante o ato comunicativo, podem tornar-se parte de suposições forte ou fracamente manifestas, ou que podem simplesmente não fazer parte do processo interpretativo, mas que estariam de algum modo associadas a dado conceito em outro(s) contexto(s) dinâmico(s). A seleção de determinado elemento de nosso conhecimento enciclopédico para fazer parte da interpretação depende de como situaremos a informação em um contexto *online*, o qual, por sua vez, leva as suposições a serem direcionadas para um MCI específico, cujos contextos *off-line* (cenários culturais, por exemplo), *frames*, esquemas entrariam em jogo de forma a enriquecer a nossa interpretação. O significado que damos às palavras de quem a nós se dirige é definido por seleção de elementos mais relevantes para o processo, numa relação de esforço e efeitos cognitivos que, conforme Sperber e Wilson

(1995), pode resultar em: implicação contextual; modificação das suposições iniciais por fortalecimento ou enfraquecimento delas; ou contradição dessas suposições (como vimos na seção 3.6).

A base para a construção de suposições é, portanto, uma confluência de fatores que advêm do diálogo entre estímulos ostensivos e da memória de longo prazo. Contudo, o processo de construção de conceitos envolve muito mais do que a união desses elementos. Há, antes de o significado emergir de fato, um processo dinâmico que integra, em nossa ótica, a elaboração de inferências envolvendo a ativação de padrões neurais para mapeamentos e conexões de redes e sub-redes complexas, as quais levam à emergência de esquemas e espaços mentais que co-ocorrem para a elaboração de um *blend* interpretativo. Além disso, tal ação inferencial leva em conta um mecanismo dedutivo que foge aos padrões de uma lógica dedutiva para, simplesmente, assumir que as suposições que surgem nos, e a partir dos, espaços mentais *acarretarão* uma interpretação final ligada ao conteúdo do espaço de *blend*.

Esses processos são entendidos aqui como *desencadeadores* de inferências diversas, e os padrões emergentes constituem parte dos mecanismos utilizados pela memória de longo prazo e pela memória de trabalho na construção de significados para conceitos *ad hoc*. Como vimos na seção 3.4, Sperber e Wilson (1995) demonstram que a informação que é *estocada* na memória em certo endereço conceptual recai em três entradas distintas: lógica, lexical e enciclopédica. Já sabemos que as noções de *entradas* e de *estoque* de informações na memória estão ligadas à metáfora da mente como um computador e, portanto, são problemáticas para a Teoria da Relevância, justamente por acreditarmos em processos de ativação de redes de inferências baseados em experiências corpóreas. Como vemos o processo de conceptualização em um *continuum*, a divisão por entradas parece ser um tanto incoerente. Contudo, podemos pensar nessa classificação como uma tarefa metodológica, em que as regras de eliminação – dadas em uma entrada lógica – *aplicam-se* como *molde* à seleção e organização das suposições que farão parte do processo interpretativo. Uma entrada lexical constituiria a ativação de uma sub-rede dentro da rede *online*, constituída pelas múltiplas informações ligadas a um item lexical; essa incluiria informações acerca de planos de uso da linguagem diversos, como os sintáticos e os fonológicos. A entrada enciclopédica, que é também parte da mesma rede conceptual, contém informações sobre a extensão e/ou denotação (e, por conseguinte, conotação) de um conceito, tratando dos objetos, eventos e/ou propriedades que o instanciam. Para nós, a especificação de tais propriedades que constituem dado conceito em maior ou menor grau ocorre porque é desencadeada pelo contexto *online*. Nesse sentido, as propriedades de um conceito emergem e são delimitadas conforme a ativação das redes conceptuais durante a comunicação.

Para o conceito lexical TRISTEZA, por exemplo, haveria um conjunto de suposições desencadeado pelo item lexical ‘*tristeza*’, que se constitui a partir de informações básicas, elementares, sobre o conceito, cujas redes conceptuais são experiencialmente estabelecidas. Sperber e Wilson (1995) mostram ter consciência da existência de abordagens que tentam descrever essas entradas enciclopédicas que visam a tratar das relações entre os vários tipos de suposições contidos nelas e das relações entre as próprias entradas. É interessante notar que os autores levam em conta que “muitos dos modelos têm proposto incorporar noções como *esquema, frame, protótipo* ou *script*” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 88, grifo dos autores), tendo em vista que essas abordagens creem que “os humanos estão dispostos a desenvolverem suposições e expectativas estereotípicas sobre objetos e eventos frequentemente encontrados” (p. 88). Sperber e Wilson (1995) ainda acrescentam: “não queremos argumentar a favor ou contra qualquer um desses modelos”, tendo em vista que “compartilhamos a hipótese básica que é comum a todos eles: [...] a informação enciclopédica contém não apenas suposições factuais, mas também esquemas de suposições que um contexto apropriado pode converter em suposições desenvolvidas” (p. 88).

Desse modo, se há compreensão sobre a rede semântica que envolve o conceito SAUDADE, isso incluiria redes conceptuais que podem ligar-se a conceitos diversos, que são projetados subordinadamente em categorias *ad hoc* para esse caso, através da seleção de sub-redes de integração conceptual. Assim, essas sub-redes, ligadas a outras redes conceptuais por um processo de categorização, como os elementos que constituem as redes para MELANCOLIA, INCOMPLETUDE, FALTA, por exemplo, podem se relacionar como parte dos elementos que constituem SAUDADE, mas poderiam excluir outros, como APROXIMAÇÃO e COMPLETUDE, em contextos determinados. Esses conceitos são tratados como se relacionados a redes ou sub-redes complexas estabelecidas experiencialmente, as quais são acessadas e ativadas, podendo ser utilizadas como elementos mais convencionais, ou *default*, para uma informação mais específica ao processar enunciados, associando objetos e eventos.

Assim, salientamos que, em nossa interface, vemos os significados que estão relacionados a um item lexical não como se estivessem conectados a um conceito primitivo, ou central. De fato, são as propriedades de ativação de padrões inferenciais que levam às associações em rede, desencadeadas durante a comunicação. As entradas lógica, lexical e enciclopédica (conforme defendidas por Sperber e Wilson, 1995) são somente recursos metodológicos para explicitar, *a posteriori*, os níveis de análise e de interpretação de determinados conceitos, pois não se pode definir, por vias computacionais, como os elementos que constituem o conceito distinguem-se em entradas diferentes, e o quê desencadearia essa divisão. Contudo, acreditamos que a ativação

das redes e de esquemas siga padrões que levam em conta uma *categorização ad hoc*⁶⁷ em níveis diversos, dentro das quais um conceito como SAUDADE poderia ser classificado conforme o diálogo entre os contextos *off-line* e *online*. Desse modo, conforme o enunciado, esse conceito poderia ser enquadrado como um sentimento, como uma cantiga, ou como uma planta, por exemplo; dependendo da forma como é entoado (em uma música, em um poema, ou em um enunciado da vida cotidiana, por exemplo), sua interpretação pode sofrer influência se receber maior carga emocional do que em um enunciado sem esse apelo, bem como pode ser compreendido como uma emoção positiva ou negativa; conforme sua posição em um enunciado (ou em combinação com os demais elementos que o constituem), o item lexical pode levar à emergência de um conceito *ad hoc* ligado a aspectos conceptuais de outros conceitos, como SOLIDÃO, INCOMPLETUDE, ou até MELANCOLIA. As sub-redes ligadas a esses conceitos passam a ser extensões da categoria ligadas a SAUDADE, que se constrói através da percepção de gradação evidenciada pelo esquema de imagem ESCALA, o qual proporciona a construção da inferência dada por uma implicatura escalar.

Para a constituição das redes de integração, assumimos as noções de *frame*, de modelos cognitivos idealizados, de esquemas de imagens e demais elementos constituintes dos processos cognitivos que levam à constituição de redes de integração conceptual. Cada um desses elementos carrega aspectos diversos de um mesmo conceito, os quais fazem emergir os aspectos necessários e suficientes para a sua definição em dado contexto *online* e, portanto, tornando-o *ad hoc*.

Conceitos elaborados experiencialmente, por meio da ativação de redes de integração conceptual, emergem a partir do seu resgate na memória enciclopédica, e esses constituem as bases para a elaboração de conceitos abstratos diversos, como os de emoção. A ativação dos padrões de associação ou esquemas é fundamental para dar “certa precisão” à expressão das emoções em dado momento. Dessa maneira, o sentido de (66) *Ela sentia-se fervilhando por dentro*. é possível porque: (i) há um mapeamento metafórico convencional, construído com base em esquemas de imagens desenvolvidos pela experiência com recipientes diversos; (ii) há a ativação de esquemas de rede, com padrões inferenciais ligados a acarretamentos metafóricos e metonímicos, os quais constituem parte de um caminho guiado por uma lógica de acarretamento (se domínio A acarreta o domínio B, então o acarretamento será uma rede que mapeia $A \leftrightarrow B$); (iii) esse construto leva em consideração um mecanismo de controle/organização de processamento, que nada mais é que a propriedade humana de busca por relevância, que leva à escolha dos elementos que devem fazer parte dos espaços mentais e que, a partir deles, são

⁶⁷ Conforme Barsalou (1983) e Barsalou e Sewell (1984), categorias *ad hoc* não existem *a priori*, mas são determinadas conforme os *objetivos* dos interlocutores e conforme a interação.

gerados os focos de significado principal; e (iv) são consideradas as intenções comunicativas dos sujeitos envolvidos na comunicação.

Enfatizamos que, em nossa proposta, conceitos de qualquer sorte, sejam eles de atualização linguística “literal” (dada somente no uso) ou de caráter figurado, percorrem os mesmos passos inferenciais. Assim, redes de integração são ativadas por padrões inferenciais (em rede), sendo que o processamento dedutivo, ligado a um padrão de acarretamento, apenas modela o processo de interpretação. Tal processo aplica-se à elaboração e compreensão de conceitos ligados a emoções, os quais não são gerados meramente pelo entendimento de relações de causa-e-efeito entre estímulo, percepções corporificadas e reflexão, mas em um *continuum* integrado em um só espaço de *blend*.

Em se tratando da emergência de conceitos relacionados a emoções, tomaremos o argumento de Pagán Cánovas (2010), segundo o qual as emoções são sempre *integradas*, no sentido de elas estarem ligadas umas às outras e também a padrões cognitivos, culturais e, principalmente, perceptuais. Nesse sentido, Damásio (2004) sugere que padrões neurais específicos para a emergência de sentimentos de emoção estariam inseridos na neurobiologia do sentimento: para o autor, sentimentos de emoção são produtos de uma construção que perfaz um caminho diferenciado, do ponto de vista neurobiológico, da elaboração de outras imagens mentais. É relevante, então, “elucidar a teia de mecanismos que permitem aos novos pensamentos desencadear estados emocionais e construir sentimentos” (DAMÁSIO, 2004, p. 14). Esses sentimentos de emoção são resultado de um processo cognitivo que resulta na emergência de conceitos a eles relacionados.

Pagán Cánovas (2010) defende que se explore a abordagem da Teoria de Integração Conceptual para os conceitos de emoção e afirma que sua proposta se baseia em duas hipóteses principais. A primeira, de Rosenwein (2002, *apud* PAGÁN CÁNOVAS, 2010), afirma que emoções surgem em *comunidades emocionais* nas quais as pessoas habitam (o mesmo que contextos familiares, institucionais, sociais e culturais, mas com o adendo da percepção intersubjetiva das emoções), em que há um processo continuado de avaliação e expressão dessas emoções pelos próprios membros desses grupos. A segunda tem relação com o que Reddy (2001, *apud* PAGÁN CÁNOVAS, 2010) define como *emotives*⁶⁸, ou modos de expressão emocional, os quais incluem atos de fala, funções comunicativas, ou padrões conceptuais, que são, eles mesmos, instrumentos para mudança, construção, ocultação, ou intensificação de emoções. Dessa forma, Pagán Cánovas (2010) mostra que Reddy define as emoções em termos cognitivos e comunicativos; assim, uma gama de pensamentos tende a ser ativada ao mesmo tempo, isto é, um escopo de

⁶⁸ Não traduziremos esse termo por não encontrarmos um vocábulo de correspondência semântica similar em Língua Portuguesa.

elementos do pensamento que é conectado vagamente, formulado em códigos variados e que possui valência relevante para o objetivo e a intensidade que podem constituir um “esquema”. A mescla poderia mostrar um sistema de *emotives* dentro de uma *comunidade emocional* nos termos de, respectivamente, Reddy (2001) e Rosenwein (2002). Segundo Pagán Cánovas (2010), essa noção é semelhante a da teoria da integração conceptual e a da hipótese da cognição corpórea, estando ligada à ideia de *frames*, esquemas de imagem, *blends*, entre outros.

Desse modo, a ideia de que apenas conceitos complexos de emoções seriam *blends* conceptuais de conceitos mais básicos – e diretos, como RAIVA ou FELICIDADE, por exemplo (cf. BARSALOU, 1999) – de emoções pode não ser válida, tendo em vista que esses autores assumem que o significado de quaisquer conceitos de emoção é *sempre* constituído por algum tipo de processamento cognitivo, independentemente se esse for direto (cf. BARSALOU, 1999), ou metafórico. Ainda que dado conceito de emoção envolva principalmente o resgate de mapeamentos metafóricos e/ou metonímicos mais convencionais, é necessário envolvê-los em uma rede de integração conceptual que leve em conta as percepções do momento da interação, bem como uma série de elementos advindos de um contexto global deverá ser ajustada ao conceito. Dessa forma, um conceito lexical terá seu significado ativado e ajustado pragmaticamente, dessa forma tornando-se conceito *ad hoc*.

É importante enfatizar que a noção de emoções ditas básicas difere da ideia de conceito “básico” de emoção; estudos como o de Ekman *et al.* (1972) comprovaram a existência de emoções básicas por essas terem sido biológica e psicologicamente reconhecidas em culturas diversas, enquanto não podemos sustentar a hipótese de que há *conceitos* básicos de emoção. Conceitos abstratos diretos, como, simplesmente, TRISTEZA, SAUDADE, por exemplo, pode ser interpretados, em momentos comunicativos específicos, como *literais*. Não há conceito literal *per se*, pois esse é apenas um *default* plausível em contextos específicos (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 69), assim como não há *conceitos primitivos* de emoção; o conceito só se distingue entre literal ou figurado no curso da comunicação, sendo elaborado por causa da habilidade de formar categorias e, a partir delas, de elaborar significados de conceitos *ad hoc*.

Sistematizando de maneira geral o que tratamos até aqui, nosso construto de interface metateórica será constituída pelas seguintes propriedades:

- i. A mente é essencialmente corpórea, e com isso defendemos que a memória enciclopédica será formada pelas experiências perceptuais pelas quais o indivíduo passa ao longo de sua vida. Tais experiências explicam em parte a emergência e o entendimento de determinados conceitos que são ressignificados conforme o uso.

- ii. Há dois tipos de contextos: Global e Local. Nós os distinguiremos a fim de explicar as noções que subjazem a memória enciclopédica e as que são levantadas a partir da comunicação.
- iii. A memória enciclopédica é constituída pela base experiencial que é organizada e processada por meio de *frames*, esquemas de imagens, MCIs, processos de categorização, focos de atenção, mapeamentos metafóricos e metonímicos estabelecidos ao longo da vida, os quais serão parte do contexto global, cujos elementos selecionados farão parte da construção do contexto comunicativo, ou local, e, por consequência, do conceito *ad hoc*.
- iv. O significado é dinâmico, situado e contextualizado.
- v. Os conceitos lexicais (i.e. ALEGRIA) que emergem a partir memória enciclopédica e que se unem aos estímulos ostensivos provenientes da interação passarão a ter o *status* de conceitos *ad hoc* (i.e. ALEGRIA*) por serem formados pelo processo interpretativo no curso da interação.
- vi. O processo de escolha das hipóteses interpretativas mais coerentes considerará os Princípios Comunicativo e Cognitivo de Relevância. Desse modo, será possível explicar a escolha dos elementos que constituirão os espaços de *input* e a rede de integração como um todo, devido às noções de esforço e efeito, acessibilidade do contexto (*online*), busca por relevância ótima e intencionalidade.
- vii. Através da noção de busca por relevância ótima, regulada pelos princípios (comunicativo e cognitivo) de relevância (cf. SPERBER; WILSON, 1995), delineamos um mecanismo de controle/organização do processo, que deverá guiar o estabelecimento do foco de atenção (cf. LANGACKER, 2008) e, dessa forma, do *foco de significado principal* (cf. KÖVECSES, 2005, 2010a) para determinado conceito, os quais são responsáveis pela escolha de elementos que farão parte da interpretação.
- viii. O processo de interpretação deverá considerar a elaboração de inferências como processo emergente de padrões de ativação de redes de integração conceptual, elaboradas dinamicamente. Contudo, essa organização é regulada por um processo de molde lógico, conforme expresso anteriormente, que indica que deve haver a construção de suposições [advindas da ativação das redes e das sub-redes de integração] para então ser possível chegar a uma interpretação por meio de implicaturas. Desse modo, a busca por relevância ótima – e todos os processos nela implicados – passa a ser vista como um mecanismo de controle e organização dos mapeamentos e das projeções de redes, em um processo cuja organização é “logicamente” associativa.

- ix. O mecanismo de controle e organização de processamento seleciona os elementos mais relevantes, em termos de esforços e efeitos cognitivos e, conseqüentemente, de busca por relevância ótima, para fazerem parte, primeiro, dos espaços mentais que deverão constituir a rede como um todo e só então levar a uma *projeção selecionada* para o espaço de *blend*⁶⁹, desencadeando uma interpretação por meio de inferências pragmáticas, ou implicaturas. A construção desses espaços mentais ocorre, como mostra a Figura 6, por processos como elaboração do foco de atenção (que constitui o foco de significado principal), categorização, *frames*, esquemas de imagem, MCIs, os quais resgatam e ativam sub-redes de conceitos fundamentadas na experiência e levam à formação de novas redes baseadas em projeções em rede, esquemas e, muitas vezes, mapeamentos metafóricos e metonímicos.

No diagrama expresso pela Figura 6, podemos observar que o sistema conceptual é organizado fundamentalmente pelos aspectos oriundos da experiência, elaborados como sub-redes que constituem a memória enciclopédica (as quais são ativadas devido a um processo de enriquecimento pragmático), além dos processos cognitivos que utilizarão essa memória de longo prazo em função do processo interpretativo envolvido na emergência de significados dinâmicos de conceitos. O diagrama não especifica que os elementos contextuais *off-line* e *online* são executados ao mesmo tempo: há uma base conceptual que inclui elementos cognitivos bem estabelecidos que fazem parte tanto dos processos *online* como dos elementos que são resgatados da memória enciclopédica para fins comunicativos, e é a partir dessa base que o significado emergirá; o processo inferencial deve ocorrer *durante* a interação, assim como a escolha de suposições interpretativas hipotéticas baseadas na acessibilidade do contexto, que se desdobra em global (assumindo-se a existência da base enciclopédica), e local (que é, de fato, aquele que se constitui dinamicamente com base nos estímulos ostensivos processados com os elementos advindos da memória enciclopédica e que se configuram como elementos do contexto *off-line*, ou global).

Elaboramos, *metodologicamente*, um construto em diferentes planos: em um nível mais amplo, há um mecanismo organizacional e de controle de processamento, o qual guia os processos cognitivos para os produtos conceptuais que se tornam funcionais, assim suscitando a emergência de um significado particular *online*. Esse mecanismo geral é constituído por

⁶⁹ Como já mencionamos, a projeção seletiva (isto é, o ato de escolher elementos em detrimento de outros para constituir a rede) não é bem explicada em Fauconnier e Turner (2002) por não determinarem o que desencadeia esse processo. No entanto, a estrutura emergente pressupõe um *padrão de conclusão*, em que, da composição do *blend*, um padrão mais rico é inferido automaticamente. Assim, se há determinados elementos constituindo esse *blend*, outros são inferidos a partir do conhecimento enciclopédico.

mecanismos inferenciais que levam em conta a busca por relevância e a escolha dos elementos que ativarão e constituirão as redes conceituais. Desse modo, a busca por relevância na comunicação e a noção de que esse processo é primordial para a emergência do significado considera a operação dos Princípios de Relevância, conforme Sperber e Wilson (1995), a relação de esforço-e-efeito e o papel da intencionalidade. Podemos afirmar que esses aspectos ocorrem com processos cognitivos mais específicos, os quais estão indicados no diagrama como “processos cognitivos”, em um nível intermediário. Não entraremos em maiores detalhes para esses processos, posto que eles já foram exaustivamente expostos e discutidos anteriormente. É a partir desses elementos que o(s) produto(s), o(s) *significado(s) online*, que se situará(ão) em um nível de enriquecimento, ou especificação pragmática, emerge(m) em comunicação.

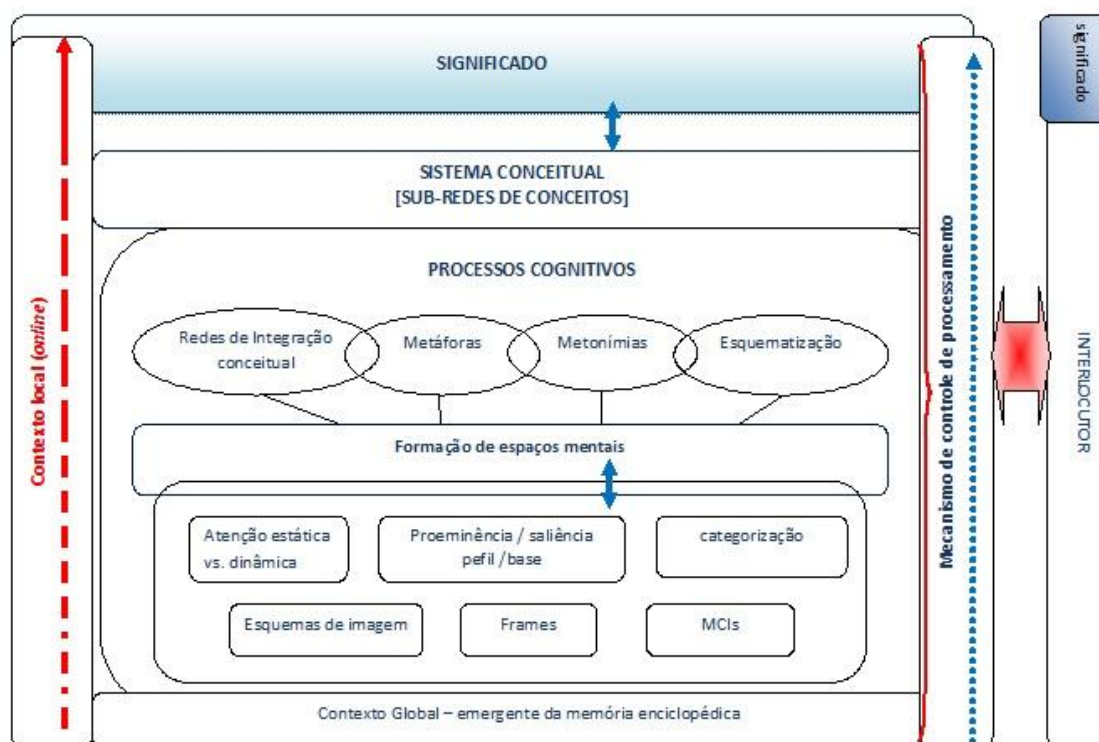


FIGURA 6: Processos cognitivos envolvidos na emergência do significado de conceitos.

FONTE: Esquema elaborado pela autora

Estabelecida a interface, pretendemos mostrar, por meio de exemplos extraídos da mídia de circulação diária, como a nossa interface é capaz de explicar a emergência de significados de conceitos *ad hoc* para emoções.

4.4 A EMERGÊNCIA DO SIGNIFICADO: SOBREPONDO PROCESSOS COGNITIVOS

O propósito desta seção é demonstrar, por meio de textos extraídos de jornais de circulação cotidiana e com versão para a internet, como a nossa interface opera na descrição e explicação do processo de emergência de significado(s) de conceitos relacionados a emoções. As análises dos textos servem para demonstrar como um leitor, no momento de sua leitura, é capaz de captar as intenções comunicativas do autor e elaborar significados para os estímulos ostensivos inscritos no texto.

Os textos selecionados servem para exemplificar o processo que a interface metateórica se propõe descrever e explicar. Como dissemos, não se pode elaborar um significado *exato* para determinada emoção, posto que não há possibilidade de, dadas as diferentes experiências e expectativas de cada leitor (ouvinte), estabelecer redes de integração exatas com base na interpretação dos estímulos ostensivos e na captação das intenções comunicativas do autor (falante). Na busca por exemplos que contivessem expressões linguísticas relacionadas a sentimentos de emoção, utilizamos como critério textos que cujo enfoque está em reportar um evento que teria provocado certa emoção e/ou em que a temática é a própria emoção. Tendo em vista que a interface busca trazer uma perspectiva sobre a compreensão sobre como conceitos *ad hoc* emergem, os *textos-token* que selecionamos para análise apenas *simulam* uma forma de comunicação; entendemos que há, durante a leitura, um *diálogo* entre autor (falante) e leitor (ouvinte), e a interpretação se desdobra apenas no decorrer da leitura. Certamente, essa é apenas uma analogia para uma comunicação dinâmica entre falantes; uma análise de atos comunicativos verbalizados poderia ser mais uma alternativa para corroborar a interface, a qual deve ser desenvolvida em pesquisas futuras. Destacamos que a primeira análise é a que representa em maiores detalhes a construção dessa interface, justificando a sua importância pela explicitação dos aspectos teóricos escolhidos para constitui-la.

Veremos, a seguir, que a análise é elaborada seguindo alguns critérios principais, sem que, necessariamente, eles devam seguir uma ordem de exploração específica: primeiro, o texto selecionado é dividido em segmentos, a fim de facilitar o desenvolvimento da análise como um todo. Segundo, observações gerais a respeito do texto são descritas, como gênero e suporte textual, objetivos, autores, por exemplo. Essas informações são relevantes no processo interpretativo porque é a partir delas que o leitor estabelece as primeiras suposições sobre o texto: ele resgatará de sua memória enciclopédica conhecimentos de sua experiência para compreender os *inputs* ostensivos que o texto oferece. Terceiro, os processos cognitivos subjacentes à

interpretação são identificados, tais como categorização, *framing*, levantamento de esquemas de imagem e MCIs, entre outros. Quarto, mapeamentos metafóricos e metonímicos são reconhecidos como parte do processo de construção de sentido do texto e de significação para determinados conceitos de emoção. Quinto, o foco de significado principal, proveniente da busca por relevância, é estabelecido. Sexto, o mecanismo de controle e organização do processo de conceptualização, que perpassa toda a leitura do texto, leva a uma construção composicional do sentido texto, em que hipóteses interpretativas são selecionadas e elaboradas de acordo com os aspectos inerentes aos Princípios de Relevância, o que leva à construção do contexto *off-line* e, concomitantemente, do *online*. Todos esses passos estão envolvidos na formação de redes de integração conceptual, as quais serão identificadas como produtos do processo de interpretação que faz uso do aparato cognitivo pressuposto na interface.

Vale destacar que a noção de relevância do processo é, ao mesmo tempo, metateórica e teórica: enquanto a busca por relevância guia a formação do construto de interface, ela também deverá orientar as análises dos textos a seguir.

4.4.1 Quando ter raiva é urrar

A análise da notícia abaixo transcrita ilustra a emergência do conceito RAIVA, e a nossa intenção aqui é demonstrar a flexibilidade no processo de conceptualização de emoções. Para avaliar a evolução na construção do significado dessa emoção, optamos por dividir o texto em fragmentos a fim de oferecer uma análise mais detalhada. Veremos que a intensidade da emoção expressa pelo conceito em foco vem se desenvolvendo conforme a leitura se desenrola, e não apenas em um trecho dela. Aqui, a especificação do conceito é crucial para a compreensão do evento descrito pela reportagem como um todo, cuja temática trata de um protesto contra a expansão de um aeroporto. Nesse caso, as metáforas subjacentes à expressão linguística dessa emoção auxiliam a dar cor à descrição do protesto.

(1) *United in a roar of anger; airport fighters make symbolic protest*

MORE than 200 people staged a protest yesterday against the expansion of Coventry Airport at Baginton.

(2) Campaigners from towns, villages and neighbourhoods across Coventry and Warwickshire waved placards and sang songs to show a united front ahead of a public inquiry into the development of a passenger terminal at the site. The deafening sound of a jet taking off was played over loud-speakers before protesters let out a collective scream of anger.

(3) Archy Muir, chairman of the Stoneleigh and Ashow Airport Action Group, who organised the rally, said: "We are here today to send a strong message that local communities do not want the degradation that the temporary terminal brings to the environment.

"It's a symbolic rally to demonstrate the wide range of people against this." [...] ⁷⁰

⁷⁰ **(1) Unidos em um urro de raiva; manifestantes de aeroporto fazem protesto simbólico.** MAIS de 200 pessoas organizaram um protesto ontem contra a expansão do Aeroporto Coventry, em Baginton. **(2)** Manifestantes de

A leitura da manchete expressa no segmento **(1)** pode levar, por inferência, ao reconhecimento da metáfora conceptual TER RAIVA É TRANSFORMAR-SE EM UM ANIMAL ENFURECIDO. De acordo com a perspectiva da Relevância, a expressão “urro de raiva” [*roar of anger*] poderia ser facilmente interpretada através do mesmo caminho inferencial que qualquer outro enunciado percorreria. Provavelmente, ao ler a primeira parte da manchete, o indivíduo faria um primeiro esforço cognitivo para compreender o que o autor quis dizer, o qual é compensado pelas informações apresentadas pelo lide, que auxiliam na construção do contexto inicial.

Destacamos, portanto, a expressão “roar of anger”, que leva o leitor/ouvinte a acessar um conceito *ad hoc* para URRO DE RAIVA*, que emerge a partir da associação de propriedades de espaços de *input* como RUGIDO, ANIMAL CATIVO, EMOÇÃO INTENSA, RAIVA. Sob a perspectiva da Teoria da Metáfora Conceptual, teríamos um mapeamento entre o domínio-fonte ANIMAL CATIVO e RAIVA, os quais constituiriam a metáfora convencional mais geral EMOÇÃO É UM ANIMAL CATIVO, que derivaria os mapeamentos TER RAIVA É TRANSFORMAR-SE EM UM ANIMAL CATIVO e, finalmente, EXPRESSAR RAIVA É RUGIR.

Já de acordo com Kövecses⁷¹, o caminho a ser criado deve levar em conta um número de metáforas e metonímias conceptuais que funcionam em vários níveis de esquematicidade. Nesse caso, para o autor primeiro há a metáfora genérica INTENSIDADE É FORÇA DE EFEITO; segundo, é especificada a metonímia RESPOSTAS EMOCIONAIS PARA AS EMOÇÕES; terceiro, a metonímia COMPORTAMENTO RAIOSO PARA DISCUSSÃO; e, finalmente, a metonímia EMOÇÃO PARA A DETERMINAÇÃO DO ATO liga as emoções às ações. Nesse sentido, a associação entre ‘rugido’ e ‘raiva’ pode ser feita porque os indivíduos resgatam esses mapeamentos conceptuais devido a sua experiência no mundo, sendo levantados nos espaços de *input* a fim de executarem o *blend*. Como já observamos, enquanto a Teoria da Metáfora Conceptual trata do fenômeno por meio da unidirecionalidade dos mapeamentos, a Teoria de *Blending* enfatiza o diálogo de espaços de *input* em projeções bidirecionais; além disso, enquanto a primeira teoria trata de metáforas como relações conceptuais encerradas em si mesmas, a Teoria de *Blending* oferece uma alternativa para explicar a constituição de conceitos *online*, isto é, em que tanto metáforas e metonímias

idades, vilas e redondezas de Coventry e Warwickshire balançavam placas e catavam canções para demonstrar uma frente unida de indagação pública quanto ao desenvolvimento de um terminal de passageiros no local. O som ensurdecido de um jato decolando foi executado em autofalantes antes de os manifestantes soltarem um grito coletivo de raiva. **(3)** Archy Muir, presidente da Stoneleigh and Ashow Airport Action Group, que organizou o protesto, disse: “Estamos aqui hoje para enviar uma forte mensagem de que as comunidades locais não querem a degradação que o terminal temporário traz para o ambiente. É um protesto para demonstrar o grande número de pessoas contra isso” [...]. *Disponível:* http://findarticles.com/p/news-articles/coventry-evening-telegraph-england/mi_7969/is_2005_Jan_24/united-roar-anger-airport-fighters/ai_n33971404/. Acesso em: 02/01/2010.

⁷¹ Comunicação pessoal, set./2009.

convencionais podem relacionar-se com conceptualizações criativas e complexas. Desse modo, podemos tratar da emergência do conceito de uma emoção por meio de uma operação de ativação de padrões em rede, em que há compressão e descompressão dos elementos nos espaços de *input*. Assim, o significado do conceito *ad hoc* RAIVA* emerge a partir da associação de propriedades conceptuais, tais como EMOÇÃO, CORPO, ANIMAL CATIVO, formando assim um *blend* conceptual para que, dessa forma, o entendimento do conceito da emoção em foco, bem como da sua intensidade, realmente se efetive.

Observamos que essas metáforas e metonímias apenas sugerem uma relação de causa-e-efeito entre emoção e ação, a intensidade do ato, o tipo de emoção envolvida no ato e da presença (ou ausência) do ato e o tipo de emoção. Contudo, o item lexical “rugido” [*roar*] aparece no enunciado a fim de simbolizar, entre outras coisas, que os sentimentos envolvidos eram tão intensos que pareciam não serem humanos, mas de algum animal cativo e, por isso, teriam a ação de “gritar” substituída pela de “rugir”. Como, então, se chega a essa inferência?

Ao construir uma metáfora convencional ou criativa, algumas associações são estabelecidas. Embora existam poucas semelhanças entre os aspectos relacionados a RAIVA e a ANIMAL CATIVO, alguns elementos de cada conceito são pinçados a partir dos espaços de *input* com o intuito de construir um novo conceito para uma RAIVA* *ad hoc*. A escolha dos elementos que fazem parte do espaço de *blend* (hipotético) pode ser explicada devido à existência do mecanismo de controle/organização de processamento, e também pela noção de acessibilidade do contexto, em que as suposições, agora entendidas como elementos que fazem parte da rede de integração, emergem conforme o seu grau de força. Nesse processo, as sub-redes que têm um padrão mais forte, isto é, que constituem suposições com maior grau de relevância – gerando, portanto, implicaturas fortes –, são as que podem constituir a rede de integração, elaboradas para a determinação de um conceito. O processo de emergência dessas sub-redes só para no momento em que satisfizer as expectativas de relevância por meio do reconhecimento da intenção do interlocutor, conseqüentemente orientando a interpretação do enunciado e do conceito *ad hoc* de emoção.

É por meio do mecanismo de controle/organização do processamento cognitivo que o foco de significado principal se estabelece. No caso da metáfora em questão, é esse foco que leva à seleção de determinados elementos relacionados a um domínio-fonte para que façam parte de mapeamentos. Nesse sentido, dependendo da forma como o conceito é construído, os *frames* e modelos cognitivos idealizados, ligados ao contexto, são peças fundamentais na delimitação dessa escolha. Nesse caso, para ANIMAL CATIVO um dos significados relacionados é levantado na rede de processamento inferencial por causa de sua saliência: as pessoas possivelmente assumirão,

entre outras definições, que um animal cativo tem como uma de suas características rugir em um momento de tensão por emoção intensa. Aqui, a ideia de ANIMAL DE ESTIMAÇÃO seria excluída do *frame* dessa rede, por exemplo. Embora existam outras noções que podem se ligar ao conceito lexical ANIMAL CATIVO (como a de ferocidade, ou a de rapidez, por exemplo), a interpretação de intensidade do rugido é a mais forte ao se construir os mapeamentos TER RAIVA É TRANSFORMAR-SE EM UM ANIMAL CATIVO e EXPRESSAR RAIVA É RUGIR, inibindo a emergência de quaisquer outros significados; nesse sentido, acreditamos que a emergência do significado, com foco na emergência de alguns elementos em detrimento de outros, é uma questão de ativar padrões de rede no *blending* metafórico com base na busca por relevância ótima.

Há uma relação metonímica entre o comportamento raivoso para uma discussão (neste caso, o tema do protesto), bem como para a resposta emocional da raiva. Dessa forma, o conceito ANIMAL CATIVO é usado para designar um foco para aspectos específicos do conceito da RAIVA* *ad hoc*. Gibbs (1994, Capítulo 7) afirma que a compreensão humana das coisas depende da habilidade de pensar metonimicamente quando mencionadas as partes de um evento e inferido algo sobre toda a situação. A interpretação da metáfora não requer que todos os significados subjacentes a determinado conceito, estocados na memória enciclopédica, sejam elaborados durante a construção da rede inferencial; a escolha de alguns aspectos do conhecimento metonímico sobre ‘raiva’ e ‘animal cativo’ garante que nem todos os elementos dos mapeamentos sejam selecionados, mas apenas os que se relacionam ao foco de significado principal subjacente aos aspectos dinâmicos da conversação, os quais preenchem as expectativas de relevância. Essa é a razão pela qual se pode dizer que, nesse caso, a interpretação da metáfora TER RAIVA É TRANSFORMAR-SE EM UM ANIMAL CATIVO acontece porque as pessoas conceituam a intensidade da raiva dentro do *frame* do comportamento de um animal cativo no instante de emoção intensa.

Nesse exemplo, há a atribuição de propriedades emergentes, as quais não são derivadas de nenhum elemento isolado da metáfora, e nem de regras de composição semântica. A inferência de que expressar a raiva é rugir como um animal cativo surge por causa do resgate de sub-redes experiencialmente estabelecidas na memória enciclopédica a fim de ativar novas redes de integração, as quais perpassam a seleção de elementos ligados a cada espaço de *input* para enfim serem projetados ao espaço genérico, e então para o espaço de *blend*. Em nossa perspectiva, esse tipo de associação em rede são os processos cognitivos trabalhando em função da construção de inferências. Contudo, apesar de os elementos que constituem as redes e sub-redes emergirem concomitantemente, a sua ocorrência pode ser explicada por que a sua formação possui uma ordem lógica, ou seja, há um *molde lógico* a partir do qual essas redes se ajustam. Além disso, o processo de elaboração dos espaços de *input* deve seguir um padrão de força de efeitos

cognitivos, em que a busca por relevância guiará quais elementos (ou suposições) deverão fazer parte desses espaços.

Para Sperber e Wilson (2008), o conceito é ajustado pragmaticamente às circunstâncias de uso, ou seja, é “sensível ao contexto” (p. 86) para que possa ser enriquecido inferencialmente. Nesse caso, o processo cognitivo-conceptual leva à ampliação [*broadening*] do conceito lexical RAIVA. Na manchete em foco, a metáfora criada é uma forma de expressar a dimensão e intensidade da raiva sentida pelas pessoas que organizaram o protesto em relação à expansão do aeroporto. A intenção do autor de descrever os sentimentos dos manifestantes de tal forma leva à evocação de um domínio conceptual que dá indícios sobre o modo como um animal em um cativeiro urra em um momento de emoção extrema como a raiva, bem como à construção do significado com base em um conceito *ad hoc* para esse animal cativo, denotando a maneira como o animal com raiva se portaria. A associação entre as características do rugido do animal cativo e da emoção sentida pelos participantes do protesto levanta a inferência de que, por estarem com raiva, as pessoas gritam com a intensidade de um animal feroz. Essa maneira de expressar linguisticamente essa emoção é um modo econômico, do ponto de vista cognitivo, de mostrar como o protesto ocorreu, já que os esforços despendidos para elaborar esse conceito *ad hoc* RAIVA* e sua dimensão são menores que os efeitos cognitivos em compreender a metáfora de imediato.

Apesar de a Teoria da Relevância ser capaz de lidar com a emergência do significado, a noção de inferência como um processo de construção de um conjunto de suposições não-demonstrativo, vimos que não se pode conceber a noção de que uma suposição possa ocorrer após outra, sem a possibilidade de uma ligação com outras que possam estar co-ocorrendo ao mesmo tempo. Ao adotarmos o padrão de ativação e projeção em rede como processos-base na emergência do significado de um conceito, assumimos uma posição coerente com a noção de ativação de circuitos neurais como símbolos para as inúmeras redes que podem ser combinadas nesse construto, como comprovamos em Feldman (2006) e em Damásio (2004; 2010). Para Kövecses (2005, p. 270), “[...] o *blend* é um processo cognitivo adicional e essencial que intensifica grandemente o potencial para o pensamento criativo”. Ao mesmo tempo, Kövecses (2011) afirma que “[...] o modelo teórico da relevância faz uso de mecanismos conceptuais bem estabelecidos que podem contribuir para a compreensão do enunciado” (p. 22).

Considera-se a rede de integração conceptual um processo motivado por causalidade e intencionalidade: é causal devido à associação entre o efeito e a causa de um fato, os quais geram interpretações muitas vezes mais elaboradas; é intencional porque essa é uma propriedade inerente à cognição humana – quando nos comunicamos, queremos que nossos interlocutores

elaborem o significado pretendido. De acordo com Fauconnier e Turner (2002), as relações de espaços exteriores de intencionalidade e de causa-e-efeito precisam ter compressões na mescla, que acontecem por conta da estrutura causal e intencional do *frame* usado na rede de integração. Isso ocorre porque o *frame* é como um cenário prévio, que participa da rede, ajudando a estabelecer parte dos elementos contextuais que irão contribuir na mescla. O mecanismo de controle/organização de processamento cognitivo guia a seleção não apenas dos elementos dos espaços de *input*, mas da estrutura dos *frames* e MCIs, por exemplo, além de organizar os processos cognitivos que terão papel mais relevante nessa definição.

Na busca por relevância ótima, esse mecanismo guia a escolha por meio de padrões de redes mais fortes, ligados à noção de equilíbrio entre esforço e efeitos cognitivos positivos, os quais operam na elaboração da acessibilidade do contexto. Apenas elementos considerados relevantes farão parte dos espaços de *input*, que por sua vez serão analisados via espaço genérico para fazerem parte do espaço de *blend*. Esses serão relevantes devido ao seu grau de força no momento da elaboração dessas redes, ou seja, no momento da interação. Nesse sentido, não somente os elementos que constituem os espaços de *input* serão processados na rede; numa relação de relevância estabelecida por meio da questão de esforço e efeito, os aspectos considerados relevantes desses espaços para o novo significado entram na mescla resultante. Cada elemento nos espaços de *input* é analisado, o foco de significado é estabelecido a fim de selecionar os elementos mais salientes de cada uma das sub-redes conceptuais envolvidas. Dessa forma, determinados elementos relacionados a um conceito serão preferidos em detrimento de outros porque são aqueles que deverão levar à ativação de redes conceptuais mais fortes. Isso significa que a relação metonímica que subjaz à metáfora será enfocada a fim de ativar um ou alguns dos seus aspectos de acordo com as informações emergentes da memória enciclopédica para a emergência do significado *ad hoc*.

A rede de integração oferece a possibilidade de interpretarmos o enunciado em um *continuum*, sem que seja necessário um esquema de derivação, passo a passo, tal como estabelecido pela Teoria da Relevância, em que o contexto *online* emerge conforme a leitura contínua: no texto, há a descrição de que mais de 200 manifestantes, unidos em um *rugido de raiva*, estão agrupados em um aeroporto a fim de protestar contra a sua expansão. A expressão em itálico revela a intensidade da emoção que os une, provavelmente porque a ideia de expandir o aeroporto afeta as suas vidas. A raiva que as pessoas sentem faz com que elas gritem, e esse ato é expresso pela metáfora TER RAIVA É TRANSFORMAR-SE EM UM ANIMAL CATIVO, uma inferência gerada por mapeamento em rede de integração, o que acarreta também o mapeamento EXPRESSAR RAIVA É RUGIR. O “rugido” simboliza as muitas vozes, aqui símbolo metonímico para as muitas pessoas

contrárias à expansão. O rugido emitido pelas pessoas remete à intensidade de suas emoções, numa analogia ao rugido de um animal cativo, ameaçado de certa forma – do mesmo modo como as pessoas possivelmente se sentem com esse projeto.

Tal interpretação poderia ocorrer de formas diversas, dependendo da interpretação dos estímulos ostensivos por parte dos leitores/ouvintes, e esses possivelmente resultariam em diferentes interpretações, as quais seriam delimitadas pelo contexto; como as experiências de cada indivíduo, ainda que muitas vezes compartilhadas intersubjetivamente, são únicas, a memória enciclopédica de cada indivíduo acaba tendo papel crucial na emergência do significado. Apesar da possibilidade de outras redes serem ativadas e, conseqüentemente, as associações feitas serem diferentes, os elementos escolhidos pelo leitor/ouvinte são aqueles que ele considera os mais relevantes para serem processados.

Constata-se, na continuidade desse texto, uma mudança na descrição da expressão da raiva que os manifestantes sentem, conforme relacionado em **(2)**, acima exposto. Nesse caso, há um foco do sentido da raiva traduzida por analogia ao ruído emitido por um jato ao decolar (“The deafening sound of a jet taking off was played over loud-speakers”). Como podemos notar, é intenção dos organizadores do protesto comunicar que estão insatisfeitos com a ampliação do local. Por causa desse novo foco, as suposições iniciais relacionadas à metáfora conceptual para RAIVA são agora enfraquecidas, fazendo emergir, assim, um novo efeito cognitivo gerado pela intenção dos manifestantes: a inferência que havia emergido na manchete é enfraquecida por causa da expansão do contexto. A partir do novo *input* linguístico, as inferências que emergem levam a associações entre elementos do *input* para o “jato decolando” e o “som ensurdecedor” com o *input* de “grito de raiva coletivo” [“a collective scream of anger”], em **(2)**. É possível, por meio de um *blend* conceptual, estabelecer relações entre esses *inputs* para chegar à interpretação de que o grito de raiva dos manifestantes é tão forte quanto o ruído emitido pela decolagem de um jato, enfraquecendo a primeira inferência metafórica elaborada pela leitura do segmento **(1)**. Tal inferência emerge no espaço de *blend*, e a intenção de que ela seja estabelecida é corroborada a partir da leitura do enunciado expresso em **(3)**. Desse modo, a interpretação de que a mensagem que se quer transmitir no protesto tem força é enfatizada por meio da associação com o ruído emitido pelo jato. Ademais, a suposição de que as pessoas sentem raiva porque a ideia de expandir o aeroporto provavelmente afeta as suas vidas, elaborada durante a leitura da manchete e do lide, em **(1)**, é retomada e fortalecida por causa da ampliação do contexto, em **(3)**, com “[...] as comunidades locais não querem a degradação que o terminal temporário traz [...]” (“[...] local communities do not want the degradation that the temporary terminal brings [...]”).

Há uma mudança no foco de significado conforme a leitura se desenrola; os elementos trazidos em (2) concentram a atenção na associação entre o som ensurdecido de um jato decolando e da intenção de comunicar a intensidade de raiva sentida pelos manifestantes. Ainda no mesmo trecho, temos “scream of anger”, cujo sentido é altamente convencional e aplica-se, em geral, a um ato humano. A mudança de foco (da metáfora TER RAIVA É TRANSFORMAR-SE EM UM ANIMAL FERROZ para o grito de raiva como um ato convencionalmente humano) faz com que a inferência metafórica inicial seja enfraquecida, mas não eliminada, relacionando o sentido dado ao conceito de RAIVA* a reações tipicamente relacionadas a pessoas. Contudo, os elementos “roar” e “deafening sound of a jet taking off” contribuem para a inferência sobre o grau da emoção sentida pelas pessoas no protesto, sendo esses, portanto, elementos fundamentais para o ajustamento do conceito de RAIVA* ao contexto construído pela leitura da notícia.

Constatamos, ainda, que essa interpretação poderia ser estabelecida ainda no lide, cuja função é fornecer ao leitor uma ideia global do texto que se seguirá: nele, é possível observar que o autor elabora um *blend* em que “urro” e “barulho ensurdecido” estão mapeados, mas essa interpretação só será alcançada após a leitura do texto como um todo. Há um *blend* múltiplo, em que “urro”, “barulho ensurdecido de um jato decolando” e “grito de raiva” são mapeados a fim de levar à suposição sobre o grau de emoção envolvida no protesto, antecipado no lide.

A ativação dessa rede só é possível porque os elementos dela devem preencher a expectativa geral da relevância pela indicação de suas conexões em outros espaços ou pela indicação dos caminhos pelos quais o *blend* é desenvolvido. A busca por relevância, como um mecanismo de controle e de organização de todo o processo, leva o leitor a procurar essas conexões, além de incluir na rede as conexões com padrões mais fortes, excluindo elementos que possam levar a associações não requeridas para a interpretação, demonstrando, assim, a importância de um mecanismo que guie o processo de ativação e organização dos padrões em rede.

4.4.2 Ter vapor saindo pelas orelhas numa raiva shakespeariana

Neste exemplo, veremos que os tão discutidos mapeamentos metafóricos RAIVA É CALOR, RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE, RAIVA É INTENSIDADE e, finalmente, a metonímia EFEITOS FISIOLÓGICOS DA RAIVA SÃO A EMOÇÃO têm papel importante na descrição da emoção em foco. Mesmo em se tratando de metáforas e metonímias convencionais, o contexto age sobre a interpretação dessa emoção. Além disso, enfatizaremos a emergência de

metáforas complexas e criativas, que fazem uso de um *frame* literário para especificar tal emoção. Diferentemente dos demais casos, aqui apenas um *excerto* de um texto de jornal será utilizado como exemplo para ilustrar como um conceito relacionado à emoção em foco emerge a partir dos processos cognitivos assumidos na interface metateórica. Trata-se de parte da resenha de Jeff Deck para o livro *JFK, Nixon, Oliver Stone and Me: An Idealist's Journey From Capitol Hill to Hollywood Hell*, de E. Hamburg. Justificamos o uso de apenas parte desse texto porque esse trata de aspectos diversos do livro, e apenas em um momento específico aborda a questão do relacionamento conturbado (e “explosivo”) do autor do livro com Oliver Stone, famoso diretor e roteirista norte-americano. A descrição do comportamento raivoso de Stone é nosso foco aqui; o que importa, neste caso, é demonstrar como o leitor dessa resenha consegue entender o conceito RAIVA* no processo de derivação da inferência a partir dessas poucas informações.

At its heart is Stone, mercurial power-monger and near-Shakespearean tragic figure. Their unsteady relationship provides the narrative arc. “*Oliver would... get a demented look when he was about to explode (which was often),*” Hamburg writes. “*His eyes would glaze over and I would actually get the feeling that I could see smoke coming out of his ears.*” When Stone dismisses Hamburg from his company and later is arrested on drug charges, the party’s over.⁷²

Embora o texto de Deck como um todo seja relevante para a compreensão da resenha do livro discutido, apenas parte dele é selecionada a fim de demonstrar a forma como o conceito RAIVA varia conforme a interação toma forma (nesse caso, a interação se desenvolve conforme o leitor explora o texto). O excerto utilizado descreve as mudanças de humor da figura central do livro escrito por Hamburg. No início, o autor usa o adjetivo ‘mercurial’ [*mercurial*] a fim de caracterizar a personalidade de Oliver Stone, a qual, segundo vemos no resto dessa passagem, é bastante instável e volátil. Nesse caso, o contexto *online* é formulado durante a leitura do texto, tendo em vista que as informações novas (como as desencadeadas por ‘mercurial’ [*mercurial*], ‘near-Shakespearean’ [*quase shakespeariana*] ou ‘tragic figure’ [*figura trágica*], por exemplo) são acrescentadas àquela que é resgatada da memória enciclopédica – como os mapeamentos e as redes de integração conceptual já elaborados experiencialmente e os quais vão constituir o contexto *off-line*. Usando a informação que subjaz essa memória enciclopédica, é possível conectar a referência do adjetivo ‘mercurial’ ao personagem shakespeariano Mercúrio, da peça teatral

⁷² Ao centro está Stone, um traficante mercurial poderoso e figura trágica quase shakespeariana. Seu relacionamento instável dá o arco narrativo: “*Oliver teria... um olhar demente quando ele estava a ponto de explodir (o que era frequente)*”, Hamburg escreve. “*Seus olhos ficariam vidrados e eu na verdade teria a sensação de que eu podia ver fumaça saindo de seus ouvidos.*” Quando Stone demite Hamburg de sua empresa e mais tarde é preso por porte de drogas, a festa acaba. *Texto completo*: Deck, Jeff. *JFK, Nixon, Oliver Stone and Me: An Idealist's Journey From Capitol Hill to Hollywood Hell*. In: Washingtonian, 01.01.2003. *Disponível*: <http://www.washingtonian.com/bookreviews/163.html>. *Acesso em*: 23/05/2011. (Itálicos nossos)

Romeu e Julieta, posto que Deck menciona, logo a seguir, o tipo de “figura trágica quase shakespeariana” [“*near-Shakespearean tragic figure*”] para descrever Stone. Essa associação reforça a ideia de humor instável e temperamental se o leitor tiver em sua memória enciclopédica o dado de que o personagem Mercúrio é imprudente e inconsequente, mostrando constantes mudanças de humor nos primeiros três atos da peça, até sua morte. Com essa associação, o leitor é avisado que o humor de Stone, aqui personagem do livro resenhado, é instável. A analogia ao personagem de Shakespeare para descrever a principal característica de Stone é um estímulo ostensivo que motiva a construção de um *frame* relacionado à peça, o qual desencadeará a seleção de características de Mercúrio que poderiam se encaixar na descrição de Stone. Essa seleção é motivada pela busca por relevância ótima, e a analogia estabelecida entre o humor instável e o personagem shakespeariano leva a um fortalecimento dos efeitos cognitivos e, conseqüentemente, à construção do foco de significado principal, enriquecido pragmaticamente conforme o texto é lido.

Mercúrio parece ser caracterizado pelas propriedades mencionadas; logo, os elementos conectados ao conceito MERCÚRIO são usados para mapear essas propriedades para o espaço no qual o conceito RAIVA será especificado. Dessa forma, uma rede de integração conceptual de escopo duplo (já que possui espaços de *input* com *frames* organizacionais diferentes) que conecta as propriedades do tipo de personalidade de Oliver Stone, ligadas a algumas propriedades do conceito MERCURIO, sugere como ele se comporta em momentos de raiva (extrema). O enunciado seguinte deve corroborar essa suposição – “Seu relacionamento instável dá a trama narrativa.” [“Their unsteady relationship provides the narrative arc.”] –, posto que é um acarretamento compartilhado intersubjetivamente que humor instável também leva a relacionamentos inconstantes com outras pessoas. Esse temperamento inconstante pode ser provocado pela imprudência de Stone. A partir do conteúdo estabelecido pela continuidade da leitura, podemos confirmar que Stone tem também uma personalidade difícil. Considerando a forma como o escritor descreve a personalidade e o comportamento de Stone nessa passagem, observamos que a concepção para RAIVA sofre variações, em que a intensidade dessa emoção é dada, primeiro, pela metáfora conceptual subjacente RAIVA É INSANIDADE e então pela metáfora RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE. Por esse motivo, podemos observar que os vários domínios-fonte que estão conectados ao conceito de RAIVA podem refletir diferentes pontos de vista acerca da intensidade dessa emoção, demonstrando criatividade na elaboração e na expressão de um mesmo conceito.

A busca por relevância como um mecanismo de controle de processamento guia e restringe a escolha de elementos ligados a um conceito. Pelo fato de um conceito lexical ser

utilizado inúmeras vezes ao longo da vida, uma infinidade de redes e sub-redes fundamentadas em interações comunicativas é construída, e é através do uso que algumas dessas redes serão ativadas para a construção do significado de dado conceito. Como já afirmamos, vocábulos (ligados a conceitos lexicais) podem ativar sub-redes de significados alternativos, mas o significado que emerge é contextual, imediato e associado. O mecanismo de controle (e de organização) de processamento determinará quais sub-redes possuem padrões inferenciais mais fortes, isto é, quais elementos, em dado momento, farão parte dos espaços mentais para constituírem uma rede de integração. Tal processo envolve uma medida entre esforços e efeitos cognitivos, em que as sub-redes que devem fazer parte das redes de integração envolvem menor esforço de construção para gerar efeitos cognitivos positivos. Vemos, ao longo desse excerto, que o conceito RAIVA acaba variando justamente pelo fato de o autor lançar estímulos ostensivos diferentes a cada novo enunciado, desencadeando o resgate e a ativação de outras sub-redes conforme o contexto vai se tornando acessível. Essas sub-redes deverão fazer parte da rede de integração que fará emergir os novos significados para o conceito em questão.

A forma como o autor descreve o comportamento de Oliver Stone é uma alusão ao tipo de humor que pode ser esperado dele. Dessa forma, podemos identificar inferencialmente o estágio e a força da raiva desse personagem, tendo em vista que conceitos metafóricos nessa descrição são facilmente reconhecidos, tais como RAIVA É INSANIDADE e RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE. A busca por relevância, como um mecanismo de organização e controle do processamento, guia o leitor na recuperação dessa metáfora a partir de sua memória enciclopédica, para então ajustá-la ao contexto comunicativo e estabelecer o foco para um detalhamento do tipo de raiva a que o autor se refere. Tomando-se os elementos selecionados por esse mecanismo (através da busca por relevância ótima), a ativação de uma rede interpretativa deve levar em conta tais estímulos ostensivos, os quais incluem mapeamentos metafóricos e metonímicos, bem como o uso de *frames*, domínios, além de espaços mentais, entre outros processos que subjazem o conceito lexical em questão.

Como viemos insistindo, o mecanismo de controle (e de organização) de processamento leva em conta os Princípios Comunicativo e Cognitivo de Relevância, a partir dos quais o leitor presume que o enunciado do autor é o estímulo mais relevante que ele poderia ter produzido. Isso ocorre porque o leitor/ouvinte segue um caminho de menor esforço cognitivo, resultando em uma maximização de relevância para os enunciados em questão. A relevância de um enunciado será ótima se gerar um efeito cognitivo positivo, isto é, se novas informações forem adicionadas, fortalecidas, enfraquecidas ou excluídas do ambiente cognitivo desse leitor. Ao selecionar tais domínios-fonte para as metáforas em questão como elementos que devem fazer

parte da rede interpretativa, o mecanismo de controle de processamento torna-se também guia para a ativação de padrões de rede: a escolha dos elementos acarreta a emergência de *frames*, domínios, esquemas de imagens que aos conceitos lexicais estão conectados.

Considerando a passagem na qual o temperamento do personagem é descrito, é possível perceber que a forma como esse é expresso enfatiza a intensidade da raiva que é explorada no texto. É intenção do escritor criar esse efeito ao produzir três mapeamentos metafóricos diferentes para a mesma emoção. No enunciado seguinte, ao dizer “Oliver would... get a demented look when he was about to explode (which was often) [...]” [*“Oliver teria... um olhar demente quando ele estava a ponto de explodir (o que era frequente) [...]”*], o leitor pode elaborar dois mapeamentos diferentes. Um deles está relacionado à expressão ‘olhar demente’, no qual, em conexão com ‘explodir’, leva o leitor a interpretar a intensidade da raiva pela recuperação de mapeamentos metafóricos e metonímicos a partir de sua memória enciclopédica; nesse caso, a metonímia OS EFEITOS FISIOLÓGICOS DA RAIVA ESTÃO PARA A EMOÇÃO parece emergir em primeiro lugar, posto que experiências anteriores relacionadas ao momento de raiva ligam olhar, transpiração, vermelhidão no rosto, pescoço e colo, aumento da temperatura corporal por causa dessa essa emoção. Por vezes, os sentimentos gerados a partir dessas manifestações podem levar a um comportamento incontrollável. Tal suposição emergirá *simultaneamente* com os mapeamentos metafóricos RAIVA É INSANIDADE e também RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE, duas inferências que são geradas e inter-relacionadas a fim de especificar a concepção de RAIVA* naquele momento. Ao ter um “olhar demente” quando o personagem “estava a ponto de explodir”, a intensidade da raiva parece ser tão elevada que essa poderia levar à loucura. Além disso, associa-se a essa inferência ao mapeamento TER RAIVA INTENSA É EXPLODIR, numa clara alusão ao encadeamento gerado pela metáfora convencional RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE, como vimos no Capítulo 2. Assim, há uma sobreposição de sub-redes conceptuais, as quais passam a se relacionar para especificar (e delimitar) o significado da intensidade da raiva. Há, portanto, uma analogia a casos extremos de raiva, relacionado a FLUIDO QUENTE e a INSANIDADE: em um estágio elevado de calor, o fluido quente dentro do recipiente explode, bem como em um estado particular de loucura, sua intensidade pode levar a uma perda de controle racional por causa da raiva. Observamos que, ao utilizar o conceito INSANIDADE para descrever RAIVA, está presente a crença compartilhada na mente coletiva das sociedades ocidentais de que se pode distinguir razão e emoção, numa visão do homem como um ser decomponível e, portanto, que pode ser visto como alguém que, destituído de suas faculdades racionais, está à mercê de suas emoções. Nesse sentido, o homem, entregue à loucura, não seria capaz de raciocinar logicamente, pois suas emoções o invadem – ele é, portanto, incapaz de se enquadrar

numa sociedade extremamente racionalista. O comportamento de Stone, sendo considerado atípico, poderia corroborar essa afirmação.

A fim de chegar a essas interpretações, o leitor deve recuperar da memória enciclopédica os conceitos para OLHAR DEMENTE e para EXPLODIR, gerando assim os conceitos *ad hoc* OLHAR DEMENTE* e EXPLODIR*, que são pragmaticamente ajustados a partir do contexto *online*. O primeiro estaria ligado à metáfora RAIVA É INSANIDADE, já mencionada, inferência fortalecida pelo estímulo ostensivo “His eyes would glaze over [...]” [“Seus olhos ficariam vidrados [...]”]. Já o conceito lexical EXPLODIR também desencadeia a formação do mapeamento metafórico no enunciado seguinte do texto: “[...] I would actually get the feeling that *I could see smoke coming out of his ears.*” [“[...] eu na verdade podia ter a sensação de que eu *podia ver fumaça saindo por seus ouvidos*”] (itálicos nossos). O esquema de imagem RECIPIENTE, a ser resgatado por causa dos estímulos ostensivos do texto, auxilia a recuperar a metáfora conceptual RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE, elaborada por meio da memória enciclopédica experiencial. A partir dessa metáfora, o seguinte mapeamento é elaborado: O PONTO DE FERVURA EM UM RECIPIENTE → O NÍVEL MAIS ALTO DE INTENSIDADE DA EMOÇÃO. Através da construção de uma rede de integração conceptual, os domínios para FUMAÇA e OUVIDOS são comprimidos para então surgir a interpretação de que TER UM NÍVEL ALTO DE RAIVA É TER FUMAÇA SAINDO PELOS OUVIDOS. Nesse caso, FUMAÇA/VAPOR indica o alto nível de raiva e também a possibilidade ou perigo de perda de controle racional. A combinação de RAIVA É INSANIDADE e RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE confirma o grau extremo da emoção em foco.

Essa associação leva à formulação de um conjunto de suposições que emerge de uma cadeia inferencial que considera o resgate de conteúdo ligado a elas a partir da memória enciclopédica, a qual seleciona as informações que fazem parte do contexto *off-line* que circunda o texto para formular o contexto *online*. Dependendo do tipo de informação que subjaz à memória de longo prazo do leitor, essas suposições poderiam emergir em ordem diversa, e até mesmo co-ocorrerem. Os conceitos elaborados nesse processo são situados e, portanto, *ad hoc*, isto é, gerados para uma situação específica, em um tempo específico, embora estejam fundamentados em uma base conceptual previamente estabelecida em certo ponto na vida. Por essa razão, cada vez que uma metáfora ou metonímia conceptual emerge para fazer parte de um processo inferencial, e se ajusta pragmaticamente à comunicação, essa será considerada *ad hoc*. Além disso, a fim de estabelecer uma organização metodológica, essas inferências poderão ser descritas sequencialmente, embora, na maior parte do tempo, emerjam simultaneamente.

O *blend* elaborado para interpretar o significado de RAIVA* organiza uma rede de espaços mentais que irão estabelecer a conexão entre o grau/intensidade dessa emoção e de domínios da

experiência mais concretos, isto é, CALOR e CORPO. Para essa rede, a metáfora convencional RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE emerge a fim de constituir um espaço mental que fará parte da rede. Assim, parte desse mapeamento metafórico se constitui da seguinte forma: FUMAÇA/VAPOR → O MAIS ALTO GRAU DE RAIVA, o qual é selecionado, por meio do estabelecimento do foco de significado principal, pela ligação entre o aumento da temperatura corporal e o aumento no nível de calor. Assim, pode ser compreendido que O MAIS ALTO NÍVEL DE RAIVA está ligado a PONTO DE FERVURA, em que CALOR CORPORAL PARA RAIVA é uma metonímia para a intensidade dessa emoção; conseqüentemente, o conceito lexical FUMAÇA (ou VAPOR) representará o nível de intensidade nesse caso específico. A escolha de domínios, bem como de elementos que terão parte em certo mapeamento (como CALOR → RAIVA e PONTO DE EBULIÇÃO → RAIVA EXTREMA), é guiada pela busca por relevância ótima, na qual as suposições serão elaboradas em ordem de acessibilidade do contexto. Nesse sentido, se domínios como INSANIDADE e CALOR são mais acessíveis para o indivíduo conforme ele os resgata de seu conhecimento enciclopédico, esses serão usados na construção do caminho inferencial que será parte da interpretação do enunciado. Contudo, se um determinado *frame* (neste caso, o da peça teatral *Romeu e Julieta*) relacionado ao personagem shakespeariano, Mercúrio, no início do texto, não está estabelecido na memória enciclopédica, ainda assim o leitor será capaz de construir uma interpretação possível. Embora essa não seja totalmente condizente com a intenção comunicativa do autor do texto, o leitor pode fazer uso dos demais estímulos ostensivos trazidos pelos enunciados subsequentes, já que esses são formados por metáforas altamente convencionais e, portanto, potencialmente universais.

A busca por relevância conduz a seleção de um ou mais focos de significado principal dos domínios que deverão fazer parte da rede. Tal processo, como já mencionamos, é também definido de acordo com fatores contextuais, em que os contextos cultural, social, histórico, etc. (global), têm papel na formação do contexto *online* (local). É através do reconhecimento da intenção comunicativa do interlocutor que a construção do significado de determinado conceito ocorrerá. Devido à maneira como uma emoção é expressa linguisticamente em certo momento, e pelo resgate de sub-redes anteriormente formadas e ligadas a esse conceito é que um significado *ad hoc*, situado e associado ao entorno, emergirá. Mesmo que uma metáfora convencional seja resgatada, como RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE, a sua interpretação será sempre nova, posto que o mecanismo de controle e organização do processo é um guia para a formação de redes de integração conceptual. Assim, no espaço de *blend* há uma fusão entre elementos selecionados a partir dos espaços mentais que constituem a rede, tornando possível a interpretação para *fumaça saindo pelos ouvidos*.

É necessário ressaltar que, sem o mecanismo de controle e organização de processamento, fica difícil explicar como e por que certos elementos que passam a fazer parte dos espaços de *input* são selecionados em detrimento de outros, sendo que há inúmeras sub-redes interligadas ao mesmo conceito. Além disso, no curso da interpretação, os processos cognitivos são desencadeados por graus de relevância, em que um esquema de imagem poderia ter maior proeminência do que um Modelo Cognitivo Idealizado, por exemplo, embora não se possa excluir nenhum desses do processo. Justamente pelo fato de os processos cognitivos co-ocorrerem na construção do significado, nosso modelo de interface não suporta a noção de processamento inferencial com suposições ocorrendo ordenadamente; desse modo, a interpretação em rede, com processos concomitantes, nos parece a melhor explicação para a emergência do significado, ainda que leve em conta certa lógica na organização da rede como um todo.

Contrariando o que dizem Fauconnier e Turner (2002) quando analisam um enunciado como (38)⁷³, afirmamos que a rede que emerge a partir do trecho analisado e destacado em “*Seus olhos ficariam vidrados e eu na verdade teria a sensação de que eu podia ver fumaça saindo de seus ouvidos.*” poderia ser composta por apenas dois espaços mentais, nos quais a metáfora conceptual em questão poderia ser recuperada e inserida em uma rede de escopo duplo. Nela, um novo *frame* é criado, o qual é um *blend* dos elementos dos espaços mentais, tais como FUMAÇA/VAPOR e OUVIDOS. Aqui, a cabeça de uma pessoa com raiva e seus ouvidos são associados com o RECIPIENTE e com as ABERTURAS e, logo, a fumaça seria vista como se saísse pelos ouvidos. Assim, os ouvidos como aberturas do recipiente serão selecionados pelo mecanismo de controle/organização de processamento. Através dele, ‘ouvidos’ são selecionados, ao invés de ‘boca’, ou ‘narinas’, por exemplo, porque eles parecem ser os elementos mais relevantes a ter um local correspondente para a entrada no recipiente pressurizado – os quais podem ser associados ao corpo da pessoa com raiva – no espaço de *blend*. Contudo, como já dissemos, apesar de a rede para a segunda parte do enunciado se diferenciar daquela mostrada por Fauconnier e Turner (2002), o domínio INSANIDADE co-ocorre na formação dessa rede, e a metáfora RAIVA É INSANIDADE passa a ser um dos significados para o conceito RAIVA*. No excerto, temos que Oliver Stone assumiria um “olhar demente” *quando* a intensidade de sua raiva estivesse quase fora de controle, demarcando a distinção entre o conceito de RAIVA como INSANIDADE, e de raiva como FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE, situando a evolução do estado desse sentimento de emoção de um domínio para o outro. Desse modo, há duas concepções para o mesmo conceito *ad hoc* co-ocorrendo, mas as redes conceptuais parecem ser ativadas de forma concomitante, não

⁷³ Estava com tanta raiva que tinha fumaça saindo pelos seus ouvidos.

constituindo o mesmo *blend*, a princípio, mas convergindo para que finalmente acarretem: *quando TER RAIVA EXTREMA É TER VAPOR SAINDO PELOS OUVIDOS* → *RAIVA É INSANIDADE*.

Na rede de escopo duplo, o significado emerge de acordo com o foco de significado principal relacionado à seleção de alguns dos elementos que são parte do contexto nos espaços mentais. Como já afirmamos, o foco de significado é estabelecido por causa da tendência humana de buscar por relevância nas interações. A relevância é, por isso, um mecanismo de controle, ou de organização, que deverá direcionar a escolha dos elementos que farão parte da interpretação que é compatível com as intenções comunicativas do escritor e das expectativas de relevância do leitor. Nesse caso, um conceito *ad hoc* para raiva é especificado de acordo com os contextos (local/global) envolvidos. De acordo com Sperber e Wilson (2008), conceitos são ajustados de acordo com as circunstâncias e são, portanto, sensíveis ao contexto. Assim, é possível perceber que, enquanto o texto é lido, há uma mudança na descrição da emoção em foco: do domínio INSANIDADE para o domínio CALOR (VAPOR SAINDO PELOS OUVIDOS), marcando a variação no foco de significado para a construção desse conceito. No primeiro caso, há um foco na PERDA DE CONTROLE RACIONAL no domínio-fonte INSANIDADE, e no segundo, a intensidade da raiva é implicada pelo foco em (PERIGO DE) PERDA DE CONTROLE RACIONAL, o qual é incluído no domínio-fonte CALOR (VAPOR SAINDO PELOS OUVIDOS). É intenção do escritor evocar uma imagem extrema para essa emoção pelo uso de *frames* que possuem sentidos hiperbólicos. Enquanto o texto se desenvolve, o(s) foco(s) varia(m), mas co-ocorre(m), e esse fato sugere que a RAIVA* pode ter novos significados a cada nova interação, a cada nova linha lida, ou, ainda, o conceito pode assumir duas sub-redes conceptuais concomitantes, como foi o caso de nosso exemplo, em que tivemos uma rede para RAIVA É INSANIDADE e RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE. Nesse caso, os diferentes significados para o conceito convergem para a especificação do alto grau da emoção. Tal conceptualização é parte do processo inferencial que acarreta a interpretação do diálogo como um todo, o qual leva em consideração a interface construída a partir das teorias evocadas aqui.

4.4.3 Quando a felicidade é contagiosa

Neste terceiro exemplo, mudaremos o enfoque para o exame de uma emoção que é muito debatida entre diferentes sociedades, cultuada como um bem precioso, e buscada constantemente como se fosse algo distante. A perspectiva deste texto, no entanto, dá uma direção diferente à ideia de felicidade, em geral classificada por meio das metáforas convencionais FELICIDADE É

PARA CIMA, FELICIDADE É LEVEZA, FELICIDADE É CALOR, entre outras (cf. KÖVECSES, 2000); aqui, o autor da reportagem baseia-se no tema central do estudo descrito para elaborar uma metáfora que perpassa toda a sua escrita: FELICIDADE É UM VÍRUS. Novamente, dividiremos o texto em segmentos para que a análise seja mais bem organizada.

(1) Vírus da felicidade: amigos e tempo dedicado a eles influenciam humor

Estudo americano mostra que contato direto pode transmitir felicidade.

(2)

Quão contagiosa pode ser a felicidade? Muito, dizem pesquisadores americanos. Um estudo recente realizado pela Harvard Medical School e pela Universidade da Califórnia descobriu que a felicidade é como um vírus, transmitido por redes sociais, como a família, os amigos próximos e os vizinhos.

Tristeza, no entanto, não parece se espalhar na mesma proporção de acordo com o estudo, que examinou níveis de felicidade de quase 5 mil pessoas em um período de 20 anos.

(5)



Quanto mais próximo vive um amigo, mais ele transmite alegria ao outro.

(3)

A pesquisa constatou que a felicidade de uma pessoa começa em uma reação em cadeia que envolve amigos, amigos dos seus amigos, e amigos de seus amigos amigos. Portanto, a felicidade pode ser consequência da felicidade de pessoas que não se conhecem. Os efeitos, segundo os pesquisadores, aparentemente, podem durar até um ano, mas podem se deteriorar ao longo do tempo e com a separação geográfica. Os pesquisadores acreditam que o contato face-a-face é um dos fatores mais importantes para que a felicidade se espalhe.

(4)

Proximidade de amigos afeta felicidade:

Quanto mais próximo um amigo é, mais provável que este possa transmitir alegria, afirma a pesquisa. De acordo com dados do estudo, um amigo feliz vivendo a meia milha de distância tem 42% de chances de influenciar na felicidade do outro. O mesmo amigo, vivendo a duas milhas de distância só tem 22% de chance de afetar o humor do outro.⁷⁴

A manchete do texto acima é claramente um estímulo ostensivo não só para o tema da reportagem, mas um indicativo da metáfora conceptual que perpassará todo o texto. Como se poderá ver ao longo da leitura, o vocabulário utilizado para designar FELICIDADE parece não ser tão arbitrário: esse conceito está ligado à metáfora conceptual FELICIDADE É VÍRUS, e isso fica evidente pelas escolhas lexicais subsequentes no texto. Assim, não só pela metáfora evidenciada pelo título, mas os seguintes itens lexicais também corroboram e fortalecem a suposição de que o conceito para essa emoção esteja ligado a uma rede conceptual metafórica em que o domínio-fonte é VÍRUS: ‘contato direto’, ‘transmitir’, no lide, em **(1)**; ‘contagiosa’, ‘vírus’, ‘transmitido’, ‘espalhar’, no excerto **(2)**; ‘reação em cadeia’, ‘efeitos’, ‘deteriorar’, ‘contato face a face’, ‘espalhe’, em **(3)**; ‘transmitir’, ‘afetar’, em **(4)**; e ‘transmite’, na legenda da figura, em **(5)**.

⁷⁴ Disponível: <http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/bem-estar/19,0,3011114,Virus-da-felicidade-amigos-e-tempo-dedicado-a-eles-influenciam-humor.html>. Acesso em 03/12/2010.

A foto e a legenda em **(5)** que aparecem no canto superior direito da reportagem são os primeiros estímulos ostensivos para o leitor, levando-o a criar as primeiras inferências em relação ao tema do texto. A foto é uma metonímia visual relacionada a AMIZADE É PROXIMIDADE, que acarreta FELICIDADE É PROXIMIDADE e, então, AMIZADE É FELICIDADE (essa construção metafórica com dois domínios abstratos se justifica porque, ao longo do texto, o autor parece usar os itens ‘amizade’ e ‘felicidade’ intercambiavelmente, o que dá a entender que ele atribui um mesmo conceito subjacente para essas atualizações linguísticas. A legenda da foto apenas resume o tópico introduzido pelo título, e conforme o texto é lido, poderá corroborar e fortalecer as primeiras suposições acerca do significado do conceito em questão.

Vemos que, em **(1)**, ‘contato direto’ e ‘transmitir’ são itens que estão ligados a um *frame* de doença viral, sugerindo que o contato entre humanos/amigos pode levar a mudanças no estado de saúde e, metaforicamente, no humor – analogia sustentada pela metáfora conceptual implícita no título, permitindo assim um mapeamento como ESTADO DE SAÚDE → HUMOR. Ao buscar relevância na relação entre esses itens e o significado do conceito FELICIDADE, o mecanismo de controle de processamento – que guia o estabelecimento do foco de significado principal para a interpretação desse enunciado – leva, sem muito esforço cognitivo, ao fortalecimento da suposição primeira de que FELICIDADE É VÍRUS. Essa metáfora conceptual, explícita, é gerada por uma ativação de sub-redes de integração. Essas são construídas em espaços mentais oriundos da memória de trabalho pela ativação de estruturas conceptuais, esquemas, ou sub-redes disponíveis na memória de longo-prazo, e estão relacionadas aos conceitos de VÍRUS e DOENÇA VIRAL e, então, ao de FELICIDADE, numa relação de causa-e-efeito: um vírus causa uma doença viral (e, portanto, contagiosa); há um vírus da felicidade e, logo, ele contagia quem tiver contato com ele; se há contato (desse vírus) entre amigos, a relação entre eles causa felicidade, vista metaforicamente como doença viral. No fluxo da comunicação, os espaços mentais criados espontaneamente podem se modificar, mas aqui podemos ver que a inferência inicial – da ativação de uma rede para a metáfora conceptual em questão – é aos poucos reforçada, sendo enriquecida e ajustada pragmaticamente. É importante ressaltar que essa metáfora, introduzida já no título, inaugura um significado para o conceito FELICIDADE*, exprimindo o ponto de vista de quem escreve e estruturando o resto do texto. Assim, por relevância, essa compreensão de FELICIDADE* indica uma interpretação particular para o argumento do autor por parte do leitor, que tem papel fundamental no processo de significação.

Um foco de significado principal para o conceito em questão é especificado na construção de uma rede de integração conceptual. A ativação dessa rede será alinhada à interpretação do texto, acarretando assim um direcionamento para a coesão dele. A partir da

formação de uma rede de escopo único, podemos entender que as projeções entre o contato/proximidade e amizade estão conectadas em uma relação vital de Causa-e-Efeito, motivando a compreensão da emergência da emoção em foco através de seus elementos desencadeadores. Nós entendemos essa rede como sendo de escopo único porque os *frames* dos espaços de *input* são diferentes, e apenas o *frame* de doença viral é projetado para o espaço de *blend*. Portanto, VÍRUS, que tem o papel de domínio-fonte, estrutura o *blend*. Assim, em (2), o termo ‘contagiosa’ evoca a ideia de que há uma inevitável consequência para o contato direto entre amigos, que é essa emoção. A metáfora que domina o texto é transcrita por meio de uma analogia – “felicidade é como um vírus” – reforçando ainda mais a suposição quanto à significação desse conceito *ad hoc*. A inferência metafórica é reforçada por “transmitido por redes sociais, como a família, os amigos próximos e os vizinhos”, os quais seriam o grupo que carregaria o vírus, transmitindo-o pela proximidade.

Ainda no segmento (2), o autor faz um contraponto com o conceito de TRISTEZA*, o que é evidenciado pela conjunção “no entanto”, como se, nesse caso, a emoção expressa pelo item lexical fosse diretamente oposta ao conceito de FELICIDADE*. Essa suposição é reforçada na continuidade do texto: “[...] não parece se *espalhar* na mesma proporção [...], que examinou *níveis de felicidade* [...]” (itálicos nossos). Os efeitos da tristeza, portanto, não são tão contagiosos quanto os da felicidade, mas ainda assim o autor parece tomar emprestado o mesmo domínio conceptual para designar TRISTEZA* aqui; neste caso, a metáfora TRISTEZA É VÍRUS também parece subjazer o texto, mesmo que esse “vírus” se espalhe em menor proporção por ter menor força de contágio.

Em (3), a oração “[...] a felicidade de uma pessoa começa em uma *reação em cadeia* [...]” evoca o potencial de a felicidade, tal como um vírus, se alastrar em uma série de reações provocadas pelo contato direto entre duas pessoas que estabelecem uma relação de amizade: “[...] que envolve amigos, amigos dos seus amigos, e amigos de seus amigos amigos.”. Conforme o texto, tal reação deve se *proliferar* quando essas pessoas estiverem próximas a outras, pelas relações de amizade, assim como ocorre quando um vírus que se aloja em um corpo é transmitido para outro pelo simples contato. Tal analogia é corroborada ao final desse segmento, em que o item ‘a felicidade’, em “[...] o contato face-a-face é um dos fatores mais importantes para que a felicidade se espalhe.”, poderia ser facilmente substituído por “o vírus”. Podemos notar que há uma contradição entre as causas de um vírus para o corpo humano e as causas da felicidade para o indivíduo. Enquanto o primeiro leva a danos físicos, o sentimento de emoção, quando espalhado a outros indivíduos, traz benefícios quando o contato é prolongado. De algum modo, na rede de integração formada, essas informações se diluem no *blend* conceptual, fazendo

emergir a ideia de que o vírus da felicidade, que “começa em uma reação em cadeia” e requer “contato face-a-face” para se proliferar, é benéfico, e não prejudicial, a quem convive com outros indivíduos.

“Proximidade de amigos afeta felicidade” é um subtítulo, no segmento (4), que, novamente, resume a ideia central do estudo relatado pela reportagem e serve também como estímulo ostensivo que reforça as inferências interpretativas anteriores, geradas pela rede de integração. O item lexical ‘afeta’ acarreta, nessa rede metafórica, a ideia de causa. Como vimos no início de nossa análise, a rede de integração que se estabelece para definir o significado de FELICIDADE* subjaz uma relação vital de Causa-e-Efeito. Assim, a proximidade, ou o contato entre amigos leva à amizade, que, por sua vez, causa felicidade. Enfatizamos que, aqui, o autor utiliza o item ‘alegria’, ao invés de ‘felicidade’, como um sinônimo para o último. Nesse sentido, o item lexical ‘alegria’ gera a inferência de que o conceito ALEGRIA* faz parte de uma sub-rede conceptual ligada ao conceito-alvo. Trata-se de uma categorização *ad hoc*, em que ambos os conceitos estão interligados em uma mesma rede conceptual, na qual FELICIDADE* encontra-se em um nível mais convencional, enquanto ALEGRIA* encontra-se em um nível subordinado. Desse modo, estabelece-se, no contexto *online*, uma relação de sinonímia *ad hoc*, em que sub-redes de conceitos são transpostas a fim de delimitar o significado de FELICIDADE*, num processo de ajustamento pragmático em que os conceitos ALEGRIA* e FELICIDADE*, acabam fazendo parte de uma mesma categoria *ad hoc* devido ao estabelecimento do foco de significado principal. O mesmo ocorre quando, ao nos depararmos com o item lexical ‘influenciar’, na continuidade do texto, o mecanismo de controle de processamento guia o leitor a buscar a relevância no uso desse vocábulo e, com isso, a ajustar e estabelecer a relação com o domínio conceptual VÍRUS, em que se pode estabelecer uma extensão de ‘influenciar’ para ‘afetar’ e, desse, para ‘transmitir’, cujas sub-redes ligadas aos conceitos lexicais desses itens se concatenam, criando uma categoria *ad hoc* e, dessa forma, relacionando-os como sinônimos.

4.4.4 Quando o medo é uma força paralisante

O texto escolhido para demonstrar a construção do conceito *ad hoc* MEDO*, escrito por Meyre Kamia, psicóloga, possui uma forma de expressão linguística construída por metáforas relacionadas à área de atuação dessa profissional. Como viemos insistindo desde o início, a forma como nos expressamos linguisticamente está inextricavelmente ligada às experiências elaboradas ao longo da vida. Assim, em “Medos que paralisam o mundo corporativo”, a autora discorre

sobre as causas e os efeitos dessa emoção, os tipos de medo que afetam os indivíduos nas grandes corporações, bem como sobre a forma de lidar com essa emoção a partir da perspectiva da Psicologia. Na leitura e exame do texto, nosso propósito é ressaltar como as formas de ver o medo estão interligadas por meio de metáforas que são, na maioria das vezes, altamente convencionais. Apesar de, ao percorrermos o texto, tomarmos consciência da existência de metáforas ligadas a outros conceitos que não a dessa emoção, nossa reflexão se concentrará na avaliação de como a conceptualização dessa emoção se desenvolve conforme a leitura é processada inferencialmente. Assim como fizemos nas análises anteriores, dividimos o texto em segmentos apenas por uma questão metodológica.

(1) **Medos que paralisam o mundo corporativo**

Os medos que afetam até mesmo os executivos com ótimas competências técnicas

E mais uma vez Sérgio sentia aquelas sensações horríveis, mãos suando, taquicardia, um frio na barriga, um bolo na garganta, uma vontade de sair correndo, mas a consciência de que precisava ficar. Era sempre a mesma coisa. Aos 33 anos, ele não conseguia controlar suas emoções toda vez que precisava falar em público, principalmente quando estava presente toda a diretoria.

Sérgio era uma pessoa muito observadora e interessada. Durante o tempo que permanecera na empresa conseguira detectar as causas dos problemas mais importantes e pensara em algumas soluções possíveis e práticas. Gostara de suas ideias, mas precisava de uma oportunidade para explicitá-las. E aquela reunião, em especial, poderia decidir seu futuro profissional, mas as sensações físicas não permitiam que ele se concentrasse organizasse suas ideias e definisse o melhor momento para falar.

(2)

Foi quando um dos diretores solicitou que os participantes dessem sugestões de como solucionar os problemas da empresa. Nesse momento, a onda na barriga de Sérgio piorou, seu estômago parecia sair pela boca, sua mente deu “um branco”, seu corpo congelou e sua boca não abria. Ele não conseguia por para fora todas as ideias nas quais pensara durante dias! Passou a ouvir alguns colegas de trabalho sugerindo, de forma muito primitiva, algumas das sugestões que ele mesmo já havia pensado e elaborado de forma muito mais rica.

Quando Sérgio, finalmente, conseguiu se controlar, a forma ideal de “vender” a ideia e o momento do impacto já tinha passado. E mais uma vez, frustrado, teve de esperar um novo momento para mostrar sua competência.

O problema de Sérgio não é sua competência técnica, domínio ou conhecimento sobre seu trabalho, mas sim, a falta de competência emocional, ou seja, a falta de capacidade para controlar suas emoções.

(3)

Ao contrário do que muita gente pensa, a emoção é um fator extremamente importante para o sucesso profissional e para a qualidade de vida. Todas as emoções possuem funções adaptativas que são muito importantes para nossa sobrevivência e para nosso desenvolvimento como seres humanos. Entretanto, quando saem do controle, podem prejudicar o nosso desenvolvimento pessoal e profissional.

O medo é a emoção que tomou conta de Sérgio. O medo paralisa nosso corpo e o prepara para a fuga ou luta. No caso da fuga, a pessoa dá um jeito de se esquivar da situação, e, inconscientemente foi o que aconteceu com Sérgio, mesmo contra a sua vontade. A sensação corporal e psicológica é tão ruim que a pessoa não consegue enfrentar a situação e sucumbe. A reação ao medo também pode vir em forma de luta, que pode ser observada, em alguns casos, em pessoas que são muito agressivas e autoritárias. Elas utilizam a agressividade para mascarar a insegurança e manter as pessoas à distância e, desta forma, conseguem esconder seus sentimentos de incompetência, ou algum sentimento de menos valia.

(4)

O medo pode estar por trás de diversos comportamentos que paralisam o mundo organizacional:

Medo do fracasso: gera insegurança e ansiedade tornando a pessoa demasiadamente preocupada com os ‘e

se', 'e se eu não conseguir, 'e se eu errar', 'e se não fizer certo' etc. Também pode estar ligado ao medo de rejeição. Nesse caso, a pessoa pode ter uma crença inconsciente de que deve ser perfeita e fazer tudo perfeito, pois se assim não for, não terá o amor e a admiração das outras pessoas. Resultado: 1) falta de iniciativa: pessoa não toma iniciativa por medo de errar; 2) perda de foco nos resultados: a pessoa fica tão preocupada em se cercar de que tudo está sob seu controle, em não errar, que acaba perdendo grandes oportunidades. Seu foco passa a ser os obstáculos a serem enfrentados e não a meta principal; 3) Procrastinação: a pessoa vai adiando eternamente seus planos e nada concretiza, pois teme a possibilidade de fracasso.

Medo de não ser suficientemente bom: são preocupações excessivas sobre o próprio desempenho e o julgamento alheio. Pessoas que sofrem desse tipo de medo, ao término da atividade, da reunião, de uma apresentação, ou seja lá do que for, costumam trazer à memória as cenas da situação analisando cada detalhe e avaliando seu desempenho baseado em supostos julgamentos alheios 'será que falei alguma bobagem?', 'será que eles gostaram do meu desempenho?', 'estavam me olhando estranho, acho que não gostaram', etc. Resultado: 1) Perda de foco: pessoa gasta muito tempo pensando em situações que não voltarão mais. É o chamado "pensamento ruminante" pelo fato de o mesmo pensamento voltar várias vezes à memória com preocupações que não irão ser resolvidas. Por exemplo, nós não temos controle sobre a percepção das outras pessoas e não tem como adivinhar o pensamento de cada uma delas. 2) Falta de iniciativa, insegurança e preocupação excessiva: pessoa congela frente aos desafios por medo do julgamento alheio.

Medo do sucesso: por incrível que pareça muitas pessoas têm medo do sucesso. Em suas crenças inconscientes funcionam afirmações como 'depois do sucesso vem o fracasso', 'quanto mais alto maior o tombo', 'quero ser rico, mas não quero trabalhar', e por aí vai. Ou então, sentem-se mal ou até mesmo culpadas por estarem em situação privilegiada em relação às outras pessoas. Por conta disso, boicotam-se o tempo todo não aceitando maiores responsabilidades, travancando seu próprio sucesso profissional. Resultado: 1) Falta de comprometimento: a pessoa evita se comprometer para não ter maiores responsabilidades. 2) Auto-sabotagem: evitam chamar atenção, ficar em primeiro lugar e receber elogios.

(5)

Existem outros medos que atravancam nossa vida pessoal e profissional. Mas a boa notícia é que há solução para todos. A Inteligência Emocional é justamente a capacidade de reconhecer as emoções que surgem, como surgem e por que surgem, para depois canalizá-las a nosso favor. Isso requer auto-conhecimento, que só pode ser adquirido pela auto-observação. No caso do medo, existem técnicas muito eficazes que, utilizadas em conjunto, ajudam a aumentar a autoconfiança, a auto-estima, modificar padrões de pensamento e desbloqueio emocional, auxiliando a pessoa a resgatar seu poder pessoal perante a vida e às situações.

O objetivo do trabalho é fazer com que a pessoa resgate a espontaneidade, pois sem ela não há criatividade. O medo bloqueia todo nosso potencial criativo. E criatividade tem a ver com felicidade e motivação.

O medo nunca deixará de existir, mas podemos ir em busca dos nossos sonhos apesar do medo. Isso se chama coragem. É o agir com o coração, superando o medo, com a força da alma em busca de um objetivo. Investir em Inteligência Emocional é mais do que apenas retirar bloqueios, é também investir em sua felicidade e auto-realização.

Meyre Kamia é psicóloga, Mestre em Administração de Empresas, consultora e palestrante. Diretora da Human Value Consultoria, Meyre desenvolve palestras e treinamentos vivenciais utilizando técnicas lúdicas diferenciadas que contribuem para o auto-conhecimento e mudança de comportamento. www.hvalue.com.br⁷⁵

Como as demais emoções básicas no sentido biológico, o medo é produto de um processo evolutivo que é essencial para a sobrevivência de qualquer espécie. É a percepção dessa emoção que nos leva a agir com mais cautela e nos leva a controlar impulsos cuja ação poderia ter efeitos desastrosos caso as sensações provocadas pelo sentimento de medo não emergissem como um mecanismo de autodefesa e de comedimento em relação ao objeto que a desencadeia.

Ao fazer uma leitura geral pelo texto, o leitor/interlocutor passa a construir o contexto *online* sobre o texto como um todo. É possível construir uma primeira suposição que envolve o

⁷⁵ Disponível: <http://www.menvie.com.br/blog/medos-que-paralisam-o-mundo-corporativo/>. Acesso em: 05/09/2011.

objetivo principal do texto: através do conhecimento acerca do gênero textual, o leitor é capaz de elaborar as primeiras hipóteses interpretativas a respeito da intenção da autora. Por se tratar do gênero postagem de blog com o propósito argumentativo de vender um programa de ajuda a pessoas que sofrem com essa emoção, o leitor entende que o objetivo do texto não é apenas especificar os tipos de medo existentes no meio corporativo (como indicam o título e o lide), mas convencê-lo a agir em relação a ele com a ajuda dessa autora. Essas primeiras suposições são formadas a partir da formação de um contexto global, com informações oriundas da memória enciclopédica, acerca dos estímulos ostensivos do texto. Com base nessa elaboração, a busca pela relevância do texto guiará a forma como esse texto será lido, até mesmo contribuindo para a maneira como os significados do conceito MEDO emergirão.

Neste texto, o medo parece ser caracterizado principalmente pela metáfora geral MEDO É FORÇA (CONTROLÁVEL), oriunda da metáfora EMOÇÃO É FORÇA. Já no título, no segmento **(1)**, o leitor evoca esse primeiro mapeamento metafórico, bastante convencional. Esse é um estímulo ostensivo que leva o leitor a elaborar as primeiras inferências sobre o tema do texto. O item lexical ‘medos’, no plural, leva o leitor a inferir que essa emoção pode ser dividida em sub-tipos, fato previsto pela habilidade cognitiva de categorização. Assim, medo é visto com um elemento básico, denominador de uma categoria, cujas extensões, em nível subordinado, especificarão e delimitarão tipos de medo existentes em corporações. Esse aspecto é evidenciado no decorrer do texto, no qual a autora considera a existência de diversos medos, os quais provavelmente provocam reações semelhantes: há uma força interior que impede quaisquer ações frente a desafios. Como estímulo ostensivo inicial, o primeiro mapeamento metafórico anuncia a temática do texto que será lido e também evoca a imagem – e, por consequência, a concepção – principal dessa emoção. No lide do texto, há um fortalecimento na suposição de que essa é a concepção de MEDO presente, pois o item lexical ‘afetam’ seria parte do domínio que constitui FORÇA. Esse elemento que subjaz o domínio-fonte é selecionado por meio do mecanismo de controle de processamento, que organiza e guia essa escolha, tendo em vista que o conceito que subjaz AFETAR faz parte de uma sub-rede ligada ao domínio em uso. Contudo, o uso de “até mesmo” gera, na interpretação desse enunciado, uma implicatura convencional, tendo em vista que o sentido dessa expressão linguística é mais ou menos estável na memória enciclopédica, influenciando o enriquecimento pragmático do enunciado e, conseqüentemente, do conceito. Desse modo, essa expressão lexical leva a uma contradição na ideia recorrente na memória coletiva em nossa cultura de que, no mundo corporativo, os indivíduos não sentem medo, o que se confirma quando nos remetemos às imagens normalmente atribuídas a eles, de leão ou

tubarão, por exemplo, metáforas que atribuem as características de coragem e força desses animais a humanos.

Já no início do texto a autora utiliza-se de efeitos metonímicos para caracterizar essa emoção: “E mais uma vez Sérgio sentia aquelas sensações horríveis, mãos suando, taquicardia, um frio na barriga, um bolo na garganta [...]”, sendo que os dois últimos itens constituem-se também por mapeamentos metafóricos. Em “frio na barriga” e “bolo na garganta”, há correspondências metonímica e metafórica, em que as sensações corpóreas no momento de medo são descritas, de maneira mais geral, por MEDO É UM FLUIDO EM UM RECIPIENTE, sendo então especificadas, respectivamente, por MEDO É FRIO e MEDO É NÓ (=BOLO), esse último acarretando também MEDO É OBSTÁCULO/BARREIRA. Esse bolo que se instala na garganta é visto como uma barreira que impede que o medo possa sair do corpo, recipiente dessa e de outras emoções. Na continuidade do mesmo enunciado, “[...] uma vontade de sair correndo, mas a consciência de que precisava ficar”, há uma mudança de ponto de vista quanto à maneira como a emoção é concebida, mas, ainda que destoe, essa descrição da sensação de Sérgio indica uma possível reação causada pela sensação de medo. Assim, os estímulos ostensivos desse enunciado levam o leitor a resgatar, no domínio conceptual de MEDO, uma relação vital de Causa-e-Efeito: as sensações provocadas pelo medo levariam a uma reação de fuga: “[...] uma vontade de sair correndo [...]”.

Na continuidade do texto, “Era sempre a mesma coisa. Aos 33 anos, ele não conseguia *controlar suas emoções* toda vez que precisava falar em público, principalmente quando estava presente toda a diretoria.” (itálicos nossos), a existência da metáfora MEDO É FORÇA INCONTROLÁVEL reforça a concepção de MEDO sugerida no título da matéria. Ao final do parágrafo, o trecho “E aquela reunião, em especial, poderia decidir seu futuro profissional, mas as sensações físicas não permitiam que ele se concentrasse [...]” retoma a ideia das sensações relacionadas a essa emoção, levando o leitor à ativação da metonímia conceptual OS EFEITOS FISIOLÓGICOS DA EMOÇÃO SÃO A PRÓPRIA EMOÇÃO, e esses efeitos, aqui, são desencadeados pela situação, em que a força da emoção tornam-se tão exacerbadas que parecem difíceis de controlá-las. Até o final do primeiro parágrafo é clara a intenção da autora de argumentar que os efeitos do medo prejudicam o desenvolvimento e o sucesso dos sujeitos, e vemos que essa ideia é referida através de diversos estímulos ostensivos até o final do texto. O próprio exemplo utilizado serve como um estímulo ostensivo potencial, como se o leitor pudesse, de algum modo, se reconhecer no problema de Sérgio, cujas sensações físicas não lhe permitem ter sucesso na carreira.

No segmento (2), há insistência na relação causa e efeito da emoção; segundo a autora, o foco nos desafios fazia com que Sérgio, a figura central da reportagem, sentisse uma variedade de

sensações ligadas ao medo. Em “Nesse momento, ^(a) a onda na barriga de Sérgio piorou, ^(b) seu estômago parecia sair pela boca, ^(c) sua mente deu um ‘um branco’, ^(d) seu corpo congelou e ^(e) sua boca não abria.”⁷⁶, vemos que os efeitos metonímicos ligados à emoção co-ocorrem também com a elaboração de metáforas conceituais. Em (a) “a onda na barriga de Sérgio piorou”, temos duas metáforas co-ocorrendo, MEDO É UM FLUIDO EM UM RECIPIENTE (desencadeado por “na barriga”) e MEDO É UMA FORÇA NATURAL (por “onda”). Seguindo um caminho na busca por relevância ótima, temos que a segunda metáfora se sobrepõe à primeira por possuir um padrão de ativação mais forte, isto é, otimamente relevante. Por isso, os efeitos cognitivos dessa segunda metáfora são mais evidentes do que os da primeira, tendo em vista que MEDO É UM FLUIDO EM UM RECIPIENTE parece ser um mapeamento altamente convencional e, portanto, não constituiria um foco de atenção tão relevante, tendo em vista que quanto maiores os efeitos cognitivos, gerados por elementos novos unidos ao contexto *off-line*, e menor o esforço, maior a relevância. Em termos de estabelecimento de um foco de significado principal, esse mapeamento ficaria ao fundo [*ground*] para a figura expressa pelo segundo mapeamento (MEDO É UMA FORÇA NATURAL). Além disso, há ainda um mapeamento entre AUMENTO e PIORAR, fortalecendo a ideia de quanto maiores as sensações provocadas pelo medo, piores são as (não-)reações a partir delas. Em seguida, a imagem evocada por (b) “seu estômago parecia sair pela boca”, sugere que estômago representa o centro do processamento dessa emoção, um recipiente no qual as sensações desencadeadas pela emoção começam a agir, já evidenciado pela oração anterior. Sendo motivado pela força provocada por essa emoção, ele é impulsionado para fora. Essa interpretação é possível devido à metáfora subjacente, O CORPO É RECIPIENTE PARA AS EMOÇÕES, e, conseqüentemente, MEDO É UM FLUIDO EM UM RECIPIENTE. Em (c) “a mente deu um branco”, a expressão “dar branco” evoca a metáfora IDEIAS SÃO ELEMENTOS EM UM RECIPIENTE e, a partir dela, DAR BRANCO É ESVAZIAR O RECIPIENTE – portanto, o recipiente em que as ideias deveriam se situar parece se esvaziar por causa da emoção. Em (d) “seu corpo congelou”, é evocada a metáfora MEDO É UM FLUIDO QUE CONGELA DE DENTRO PARA FORA, e essa pode estar associada à metáfora em (c) em que DAR BRANCO remete a FRIO/RESFRIAR, em cujo domínio há uma extensão categorial para CONGELAR, gerando uma implicatura escalar baseada no esquema de imagem ESCALA, que leva à elaboração da metáfora CONGELAR É PARALISAR (UMA AÇÃO). Essa metáfora é consistente com a finalização do enunciado, com (e) “e sua boca não abria”, pois seu corpo havia “congelado”. É possível também retomar a metáfora inicial, MEDO É UM FLUIDO EM UM RECIPIENTE, e o corpo, como recipiente, mantém a emoção dentro de si. A falta de ação, evocada em (d), é um efeito provocado pela sensação de medo, o que é corroborado no uso da

⁷⁶ Aqui, optamos por dividir o enunciado de (a) a (e) para realizar uma análise mais detalhada.

boca como barreira para que a emoção não seja demonstrada através de palavras. A evocação e a interligação de tantas metáforas em um só enunciado leva o leitor à percepção de um encadeamento de causa e então efeitos, como se o fluido dessa emoção perpassasse o corpo inteiro até atingir o ponto máximo, que está, naquele momento, bloqueado. No enunciado seguinte, “Ele não conseguia pôr para fora todas as ideias nas quais pensara durante dias!”, o efeito do fluido da emoção de não deixar escapar, em palavras, o medo que sentia leva ao bloqueio também das ideias, as quais são vistas como parte da causa do desencadeamento da emoção.

O parágrafo seguinte novamente recupera a metáfora EMOÇÕES SÃO Oponentes em um embate, quando menciona o fato de que Sérgio “conseguiu se controlar”. O oponente, aqui, é o próprio sujeito, que precisa controlar os efeitos da emoção, seu adversário na luta por desenvolvimento profissional. Vale enfatizar que essa metáfora perpassa o texto, além de a ideia de que EMOÇÃO É FORÇA estar implicada nela. Assim, no parágrafo seguinte, ao mencionar que o problema de Sérgio é “a falta de competência emocional, ou seja, a falta de capacidade para controlar suas emoções”, o mecanismo de controle de processamento busca, nessa metáfora, o mapeamento correspondente para essa expressão; aqui, temos INCAPACIDADE DE CONTROLE DA EMOÇÃO → INCAPACIDADE DE DERRUBAR O OBSTÁCULO.

A emergência de tais metáforas é desencadeada pela ativação da rede conceptual ligada ao conceito MEDO, e a escolha por determinados elementos dos espaços mentais em detrimento de outros se baseia nos estímulos ostensivos ligados à construção do argumento da autora. Com a elaboração dessa metáfora, o leitor atinge efeitos cognitivos positivos com menores esforços, tendo em vista que os domínios implícitos nessa metáfora são experiencialmente reconhecidos e automaticamente recuperados para ativar uma rede de integração que abarca todas as outras metáforas construídas até então. A elaboração dessa metáfora prepara o leitor para a validade do argumento da autora sobre a importância das emoções; a falta de habilidade em lidar com essas emoções, como vimos anteriormente, significa não conseguir controlar uma força (que são as próprias emoções). Essa suposição é fortalecida por “[...] quando saem do controle, podem prejudicar o nosso desenvolvimento pessoal e profissional”, cujas premissas subjacentes estão ligadas à ideia de distinção cartesiana entre razão e emoção.

Como vemos no terceiro segmento, a mesma metáfora continua sustentando os parágrafos seguintes, sendo intercalada por outras, de menor força, mas ainda assim relevantes para a construção de uma perspectiva do conceito MEDO*. Assim, em “O medo é a emoção que tomou conta de Sérgio”, a metáfora implícita MEDO É FORÇA sustenta os efeitos descritos nos enunciados seguintes (“O medo *paralisa* o nosso corpo e o prepara para a fuga ou luta”), assim

como está presente também MEDO É OBSTÁCULO. Sendo essa emoção uma força que pode dominar o sujeito, ele pode fugir da tentativa de transpor o obstáculo ou tentar superá-lo. A partir dessas duas alternativas de ação contra esse inimigo metafórico, a autora focaliza no caso de Sérgio, e tende a direcionar o texto para uma demonstração de como o não enfrentamento do medo pode ser prejudicial à carreira. Assim, quando “a pessoa dá um jeito de se esquivar da situação”, é porque, se OS EFEITOS FISIOLÓGICOS DA EMOÇÃO CORRESPONDEM À PRÓPRIA EMOÇÃO, e o oponente em embate (MEDO) é mais forte (“tão ruim”), o sujeito não consegue vencer o obstáculo (“não consegue enfrentar a situação e sucumbe”). Por outro lado, a autora comenta a possibilidade de o sujeito ter uma “reação ao medo [...] em forma de luta” fazendo referência, novamente, à metáfora conceptual predominante no texto. Assim, estando sob o domínio OBSTÁCULO, podemos resgatar também os elementos LUTA e FORÇA. Nesse sentido, muitas vezes os sujeitos tentam superar os efeitos que o próprio obstáculo lhes suscita. Essa suposição é corroborada em “elas utilizam a agressividade para *mascarar a insegurança e manter as pessoas à distância* e, desta forma, conseguem esconder seus sentimentos de incompetência, ou algum sentimento de menos valia.”. Assim, não conseguir superar a barreira significaria o mesmo que MASCARAR → ESCONDER a ideia de que a força dessa emoção o paralisaria. Aqui, há uma relação entre a metáfora predominante e a de que MEDO É FORÇA NATURAL. Ainda no mesmo enunciado, “sentimentos de incompetência, ou algum sentimento de menos valia” faz com que o leitor recupere o fato de que o medo é visto como uma força paralisante (ideia implícita em MEDO É UM OBSTÁCULO), a qual pode levar à crença de que esses sentimentos sejam frutos da perda de um embate (contra a própria emoção).

Assim, as suposições de que o medo gera certas reações são enfatizadas no enunciado que anuncia os tipos de medos presentes nas grandes corporações: “O medo pode estar por trás de diversos comportamentos que paralisam o mundo organizacional”. Aqui, temos as metáforas MEDO É FORÇA, em que esse medo acarreta reações, e REAÇÕES AO MEDO → COMPORTAMENTOS RELACIONADOS AO MEDO. Logo, REAÇÃO À FORÇA PROVOCADA PELO MEDO → PARALISIA.

No segmento (4), Kamia enumera os três tipos de medo que se manifestam no meio corporativo, reforçando a suposição inicial de que há subtipos de MEDO, o que é sugerido já no título, e, com isso, indica novamente que essa emoção está ligada a uma relação vital de Causa-e-Efeito, já que faz conexão do medo aos seus efeitos fisiológicos. Além disso, como dissemos no início da análise, cada um desses medos representa uma extensão da categoria MEDO, o qual é visto aqui como elemento básico, central, e a projeção dele por estruturas radiais para níveis subordinados demonstra a subdivisão das possíveis causas dessa emoção, aos quais os efeitos parecem estar ligados. Não avaliaremos cada um dos medos explorados pela autora (“Medo do

fracasso”; “Medo de não ser suficientemente bom”; “Medo do sucesso”), tendo em vista que a maioria das metáforas conceptuais descritas já foi explorada até este momento textual.

A metáfora conceptual MEDO É OBSTÁCULO, de maior frequência neste texto, é novamente ativada no segmento (5) em “Existem outros medos que *atram* nossa vida pessoal e profissional”. OBSTÁCULO, aqui, traz em sua rede conceptual um acarretamento para PROBLEMA, ideia que é utilizada pela autora quando, ao deixar implícito que essa emoção é problemática e, portanto, ruim, acrescenta: “Mas a *boa* notícia é que há *solução* para todos [Logo, os medos → os problemas]”.

Após dissertar sobre os problemas enfrentados pelos indivíduos nas corporações por causa da falta de capacidade de controlar seus medos, a autora sustenta que a Inteligência Emocional é a capacidade de lidar com esses efeitos emocionais. O leitor, se conhecedor desse termo a partir da Psicologia (e também do senso comum, com o *best-seller* de Daniel Goleman), é capaz de resgatar informações da memória enciclopédica a fim de constituir parte do contexto *off-line*, acrescentando elementos às suposições em formação. Aqui, a relação vital Causa-e-Efeito é mais uma vez reforçada, gerando um efeito cognitivo positivo quanto à interpretação do conceito MEDO. Além dela, emerge também a relação vital Mudança, que é parte do argumento da autora para vender o programa de tratamento contra as reações ao medo. Essa habilidade busca entender o surgimento de emoções, possivelmente através de suas causas. Dessa forma, ao “canalizá-las a nosso favor”, o sujeito *conduziria* a reflexão desses efeitos para o controle da emoção, e isso fica implícito, novamente, nos seguintes mapeamentos REAÇÕES AO MEDO → COMPORTAMENTOS RELACIONADOS AO MEDO; CONDUIR (AS REAÇÕES AO MEDO) → CANALIZAR (EMOÇÕES); logo, CANALIZAR EMOÇÕES → CONTROLAR EMOÇÕES. Para que isso ocorra, nas palavras da autora, é preciso utilizar técnicas que ajudam a “aumentar a autoconfiança, a auto-estima” (em que o uso da metáfora PARA CIMA É POSITIVO sustenta a afirmação), “modificar padrões de pensamento” (REAÇÕES DE MEDO → COMPORTAMENTOS RELACIONADOS AO MEDO; MODIFICAR REAÇÕES DE MEDO → MODIFICAR COMPORTAMENTOS RELACIONADOS AO MEDO) e “desbloqueio emocional” (em que a metáfora MEDO É OBSTÁCULO é ativada para levar ao acarretamento DESBLOQUEAR O MEDO → VENCER OBSTÁCULO). Desse modo, a pessoa pode “resgatar seu poder pessoal perante a vida e às situações”, em que a emoção é usada em favor do indivíduo, posto que poder pessoal está ligado ao controle das emoções.

No parágrafo seguinte, o uso da metáfora MEDO É UM Oponente em um embate emerge em “O medo *bloqueia* todo o nosso potencial criativo”, já que esse oponente pode trazer bloqueios – ou obstáculos – para a criatividade; nesse sentido, uma outra metáfora volta a figurar a partir dessa inferência: MEDO É OBSTÁCULO, ativando o mapeamento DESBLOQUEAR O MEDO

→ VENCER OBSTÁCULO, em que o obstáculo estaria impedindo o potencial criativo de emergir. Mais uma vez, o medo é visto como algo negativo, ao se considerar que ele pode causar dificuldades em alcançar sentimentos de felicidade e motivação: “E criatividade tem a ver com felicidade e motivação”. Ademais, no parágrafo final, a forma como o medo é elaborado ao longo do texto, como um mecanismo de paralisação de reações, leva a autora a utilizar as expressões lexicais “coragem”, “superando”, “força”, “busca de um objetivo” em direta oposição às reações desencadeadas pelo medo e, dessa forma, como argumento para motivar o leitor a superar seus próprios obstáculos, ou medos. A ideia final é que, superando-se os bloqueios, o indivíduo será capaz de “investir em felicidade e auto-realização [*sic*]”, como podemos observar nos encadeamentos metafóricos: MEDO É OBSTÁCULO; SUPERAR O MEDO É SUPERAR OBSTÁCULO; ao vencer esse obstáculo, o sujeito pode *investir* em felicidade e autorrealização, e INVESTIR EM FELICIDADE É INVESTIR EM UM BEM; logo, INVESTIR EM AUTORREALIZAÇÃO É INVESTIR EM UM BEM. Esses mapeamentos levam ao acarretamento *Se felicidade, então autorrealização* [FELICIDADE → AUTORREALIZAÇÃO].

Vimos, nessa análise, que a busca por relevância leva ao estabelecimento de focos de significados principais para MEDO*, e a pressão por coerência no argumento do texto leva à construção de um ponto de vista embasado na metáfora que nele predomina (MEDO É UM OBSTÁCULO). As demais metáforas pertencentes a sub-redes de integração são ativadas e reconstruídas a partir de elementos do contexto global (a partir da memória enciclopédica) conforme a leitura avança. Essas sub-redes constituem uma rede de integração intrincada e *ad hoc* suficiente para a construção do conceito MEDO*, possível somente por causa da organização proporcionada pelo mecanismo de controle de processamento – o qual busca a relevância dos estímulos ostensivos a fim de selecionar os elementos que devem fazer parte das redes conceptuais e dos encadeamentos (metafóricos e metonímicos) gerados a partir dessa ativação, a fim de se obter um efeito cognitivo positivo, ou uma rede de integração coerente com os demais argumentos do texto.

4.4.5 Quando a tristeza é ubíqua em uma nação

O texto a seguir pertence a uma série de depoimentos elaborados pela ESPN, canal (e *site*⁷⁷) esportivo, que reúne os principais fatos ocorridos nos 25 anos de sua existência. Neste texto em especial, há o relato de número 98 (dentre os “100 momentos mais memoráveis” publicados

⁷⁷ www.espn.com.

pelo site) sobre a homenagem feita por John Francis “Jack” Buck – comentarista esportivo americano que atuou na maior parte do tempo na transmissão de jogos da liga principal de beisebol – dias após o atentado de 11 de setembro de 2011. À época, o comentarista fez um discurso emocionado frente a milhares de pessoas em um estádio, provocando comoção nos espectadores⁷⁸. Transcrevemos, abaixo, o texto na íntegra, dividindo-o em segmentos para fins de análise.

<p>(1)</p> <p>98: Jack Buck's tribute to America</p> <p>Rick Weinberg Special to ESPN.com</p> <p>Six days had passed since the horrific, unspeakable terrorist attack that took the lives of more than 3,500 people and destroyed extraordinary buildings in ugly clouds of black and gray dust and ash. Only six days had passed, and the world was no longer the same. For certain, America was no longer the same. Hearts were heavy. There was still disbelief in the air. Sadness too. Fear and anger, as well. But life, at some point, had to return to some kind of normalcy. The anger and sadness felt for the families of the victims, for all the heroes of 9/11, will never subside, ever, but life still had to go on. Family beckoned. Work and chores too. Living life as it should be, the way it's supposed to be. The entertainment and sports world had to get back to work too. People had to start laughing again, even though it hurt a little, even made you feel a little guilty. Sports was needed, only if to take your mind off that unforgettable day of horror, despair and helplessness.⁷⁹</p>
<p>(2)</p> <p>THE MOMENT</p> <p>It's September 17, 2001. Baseball returns. In St. Louis, the Cardinals prepare to take the field against the Milwaukee Brewers. Sadness permeates the air. Broken hearts need mending. Everyone in the stadium, all 32,563 fans, wave small American flags. Nearly 500 firefighters and police officers line the warning track from the left field line to first base, honoring the heroes who perished six days earlier. There are tears in their eyes, emptiness in their eyes.⁸⁰</p>
<p>(3)</p> <p>As firefighters unfurl a huge American flag in center field, a video tribute plays on the scoreboard accompanied by the beautifully chilling Lee Greenwood song, "Proud to be an American." Then longtime Cardinals Hall of Fame broadcaster Jack Buck, wearing a bright red jacket with an American flag pin on his lapel, strolls to the microphone. There is total silence in the huge stadium. Buck is</p>

⁷⁸ Disponível: <http://sports.espn.go.com/espn/espn25/story?page=moments/98>. Acesso em 15/09/2011.

⁷⁹ Seis dias tinham se passado desde o terrível, impronunciável ataque terrorista que tirou a vida de mais de 3.500 pessoas e destruiu edifícios extraordinários em nuvens feias pretas e acizentadas de poeira e cinzas. Apenas seis dias tinham se passado, e o mundo não era mais o mesmo. Por certo, a América já não era mais a mesma. Corações estavam pesados. Ainda havia a descrença no ar. Tristeza também. Assim como medo e raiva.

Mas a vida, em algum momento, tinha que retornar a algum tipo de normalidade. A raiva e a tristeza sentidas pelas famílias das vítimas, para todos os heróis de 11/09, nunca vai diminuir, nunca, mas a vida ainda tinha que continuar. A família sinalizou. Trabalho e afazeres também. Viver a vida como deveria ser, do jeito que deveria ser.

O mundo do entretenimento e dos esportes teve que voltar ao trabalho também. As pessoas tinham que começar a rir de novo, mesmo que doesse um pouco, mesmo que fizesse você se sentir pouco culpado. Esporte era necessário, somente se para tirar sua mente desse dia inesquecível de horror, desespero e impotência.

⁸⁰ **O MOMENTO**

É 17 setembro de 2001. O beisebol retorna. Em St. Louis, os Cardinals se preparam para entrar em campo contra o Milwaukee Brewers. Tristeza permeia o ar. Corações partidos precisam de conserto.

Todos no estádio, todos os 32.563 fãs, acenam pequenas bandeiras americanas. Cerca de 500 bombeiros e policiais alinham a faixa de alerta a partir da linha de campo da esquerda para a primeira base, homenageando os heróis que morreram seis dias antes. Há lágrimas em seus olhos, vazio em seus olhos.

shaking because of his infirmities and the emotion of the night, the despondency of the moment. He looks out at the crowd, normally a sea of red but on this night it is a pulsating, patriotic sea of red, white, and blue.

Buck reaches into his pocket and pulls out a piece of paper. He leans forward, puts his lips to the microphone and begins reading a poem, a moving, spectacularly heartwarming and patriotic poem that he wrote.⁸¹

(4)

*"Since this nation was founded ... under God
More than 200 years ago
We have been the bastion of freedom
The light that keeps the free world aglow
We do not covet the possessions of others
We are blessed with the bounty we share.
We have rushed to help other nations
... anything ... anytime ... anywhere.*

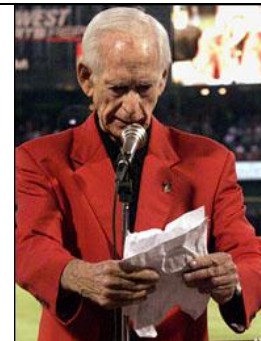
*War is just not our nature
We won't start ... but we will end the fight
If we are involved we shall be resolved
To protect what we know is right.*

*We have been challenged by a cowardly foe
Who strikes and then hides from our view.*

*With one voice we say, "There is no choice today,
There is only one thing to do.*

*Everyone is saying -- the same thing -- and praying
That we end these senseless moments we are living.*

*As our fathers did before ... we shall win this unwanted war
And our children ... will enjoy the future ... we'll be giving."*⁸²



Hall of Famer Jack Buck delivered an emotional speech when baseball returned after September 11th.

(5)

His voice cracks as he utters the final words of the poem. His eyes are watery. So are the eyes of everyone in the stadium. Tears are shed. Then, following a poignant "21-gun" salute sprinkled with exploding fireworks above the stadium, the game begins with players wearing U.S. flags on their jerseys, helmets and caps.⁸³

⁸¹ Conforme os bombeiros desenrolam uma enorme bandeira americana no centro do campo, uma vídeo em tributo é reproduzido no placar acompanhado pela bela canção arrepiante de Greenwood Lee, "Orgulho de ser americano."

Então o comunicador de longa data do Hall da Fama dos Cardinals, Jack Buck, vestindo uma jaqueta vermelha brilhante com um bóton de bandeira americana na lapela, chega ao microfone. Há um silêncio total no enorme estádio. Buck está tremendo por causa de suas enfermidades e pela emoção da noite, pelo desânimo do momento. Ele olha para a multidão, normalmente um mar de vermelho, mas nessa noite é um mar pulsante, patriótico, de vermelho, branco e azul.

Buck enfia a mão no bolso e tira um pedaço de papel. Ele se inclina para a frente, coloca seus lábios perto do microfone e começa a ler um poema, um poema tocante, espetacularmente emocionante e patriótico que ele escreveu.

⁸² "Desde que esta nação foi fundada por Deus... / Mais de 200 anos atrás / Temos sido o bastião da liberdade / A luz que mantém o mundo livre iluminado / Não cobiçamos os bens dos outros / Somos abençoados com a generosidade que compartilhamos. / Temos levado às pressas para ajudar outras nações / ... qualquer coisa ... a qualquer momento ... em qualquer lugar. // Guerra não é apenas a nossa natureza / Não vamos começar ... mas vamos terminar a luta / Se estamos envolvidos que devem ser resolvidos / Para proteger o que sabemos estar certo. // Temos sido desafiados por um inimigo covarde / Que bate e depois se esconde da nossa vista. // Com uma voz que diz: "Não há escolha hoje, / Há somente uma coisa a fazer." // Todo mundo está dizendo - a mesma coisa - e rezando / Que acabamos com esses momentos sem sentido que estamos vivendo. // Como nossos pais fizeram antes ... vamos ganhar esta guerra indesejada / E nossos filhos ... apreciarão o futuro ... que nós vamos lhes dar."

⁸³ Sua voz se emudece quando ele pronuncia as palavras finais do poema. Seus olhos estão lacrimejantes. Assim estão os olhos de todos no estádio. Lágrimas são derramadas. Então, após uma comovente saudação com 21 tiros com fogos de artifício explodindo acima do estádio, o jogo começa com os jogadores vestindo bandeiras americanas em seus uniformes, capacetes e bonés.

O suporte textual-virtual no qual o texto está inserido, texto de *site* esportivo, bem como o seu gênero, depoimento, são os primeiros estímulos ostensivos utilizados pelo leitor na interpretação. Essas informações, reconhecidas pelo leitor, formarão parte do contexto *off-line*, ou global, que servirão como guias no desenvolvimento da leitura. Além disso, dentro do texto-depoimento, está o gênero *discurso*, cujo o objetivo é gerar comoção nos espectadores e provocar mudanças nas suas atitudes – destacamos, então, a emergência da relação vital Mudança.

O título é outro estímulo ostensivo aparente a desencadear uma série de suposições sobre o tema. É nele que se concentra a temática do texto – neste caso, uma homenagem à América dias após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. Essa inferência inicial é reforçada por outro estímulo ostensivo importante: a foto de “Jack” Buck e a legenda que a acompanham são elementos que levam a efeitos cognitivos positivos por acrescentar a informação de que o tributo ocorre dias após o atentado, no recomeço das atividades esportivas. Os amantes do beisebol nos Estados Unidos certamente reconhecerão a personalidade ali estampada, e a legenda que resume o evento reportado no texto traz informações adicionais sobre a sua temática. Essas primeiras inferências são elaboradas desse modo por um leitor que é capaz de resgatar de sua memória enciclopédica a lembrança sobre o fato ocorrido em 11 de setembro e como isso abalou os Estados Unidos, e a expressão “*emotional speech*” [discurso emocional], que salienta o gênero inserido neste depoimento, leva à construção dessa primeira interpretação. Até aqui, o leitor é capaz de ter uma visão geral do texto, buscando no seu conteúdo corroboração para suas primeiras hipóteses.

No início do texto – segmento **(1)** –, o autor, R. Weinberg, faz uma breve exposição do evento. Podemos notar que a forma como ele retrata aquele momento sofre grande influência da carga emocional que predominava no país. Aqui, *terrorista* é uma metonímia à qual se atribui toda uma rede de indivíduos defensores de uma ideologia contrária aos ideais americanos, e a noção de *ataque terrorista* está ligada à metáfora TERRORISMO É UM ANIMAL SELVAGEM, desencadeada pela expressão *ataque* (ATAQUE DE UM ANIMAL → ATAQUE TERRORISTA). O significado que emerge a partir desse mapeamento metafórico é expandido e ajustado com o sub-mapeamento das expressões “tirou a vida” e “destruiu”, em que o comportamento de um animal reflete a forma como o ataque terrorista é visto pelo autor: ATAQUE TERRORISTA É ATAQUE DE UM ANIMAL. A descrição das “nuvens feias pretas e acinzentadas de poeira e cinzas” dão um tom de gravidade e levam à construção de uma imagem mental do dia do ataque terrorista, em que os efeitos da queda das torres gêmeas foram nuvens de pó e de cinzas, mas a ênfase em cores escuras (pretas e

acinzentadas) reforça a ideia de gravidade e de sentimentos de pesar da situação, de onde se podem resgatar as metáforas ligadas ao domínio ESCURO: RUIM É ESCURO e TRISTE É ESCURO.

Aqui, o autor refere-se a “mundo” como uma metonímia para designar as pessoas de maneira geral que acompanharam com perplexidade a repercussão do atentado e, também, mostra “América” como uma metonímia que restringiria ainda mais esse grupo de pessoas, sugerindo que o ataque afetaria de maneira mais profunda o povo americano. O autor então explora os sentimentos do povo em relação a esse fato: em “Corações estavam pesados” [*“Hearts were heavy”*], temos, concomitantemente, uma metonímia, CORAÇÃO CORRESPONDE AO CENTRO DAS EMOÇÕES, e as metáforas CORAÇÃO É RECIPIENTE [PARA AS EMOÇÕES]; EMOÇÕES SÃO ELEMENTOS DENTRO DE UM RECIPIENTE; e, provavelmente, ANGÚSTIA [DENTRO DO CORAÇÃO] É PESO. A seguir, “descrença” [*disbelief*] é um estado mental que está ligado a essa complexa rede que designa os sentimentos dos expectadores da tragédia, aos quais se somam TRISTEZA, MEDO, RAIVA. Essas emoções, “ainda [...] no ar” [*“still [...] in the air”*], são assim expressas pelo fato de serem compreendidas como iminentes, já que as pessoas ainda têm medo e sentem-se ameaçadas. Por isso, os mapeamentos EMOÇÃO É UMA FORÇA e EMOÇÃO É UMA SUBSTÂNCIA NATURAL IMPREGNADA NO AR estão implícitos no enunciado.

A seguir, o autor justifica o recomeço do evento esportivo com a ideia de que “a vida tinha que continuar”, fazendo emergir a metáfora altamente convencional A VIDA É UMA VIAGEM, em que a morte das vítimas foi um ponto de parada (A MORTE É O PONTO FINAL DA VIAGEM) para os que se foram, enquanto os que continuaram vivos devem seguir suas jornadas. Essa inferência é reforçada por “[...] a vida, em algum momento, tinha que *retornar* a algum tipo de normalidade.” (RETORNAR À VIDA → RECOMEÇAR A VIAGEM). Embora o enunciado anterior sugira que não é possível ter a mesma vida de antes (através da identificação de uma implicatura convencional gerada por “algum tipo de”, em “Mas a vida, em algum momento, tinha que retornar *a algum tipo de* normalidade.”), elementos da vida cotidiana (família, trabalho e afazeres) levam as famílias e amigos das vítimas, bem como os “heróis de 11/09” (metonímia que refere a bombeiros, policiais, médicos e todos aqueles que auxiliaram no resgate) a retornarem a sua jornada. Pelo fato de a metáfora A VIDA É UMA VIAGEM ser amplamente difundida na cultura ocidental, há a crença de que, apesar da intensidade das emoções daquele momento, as pessoas que continuam vivas devem persistir em seus caminhos (CONTINUAR A VIDA → CONTINUAR A VIAGEM). Essa inferência é reforçada em “A raiva e a tristeza sentida pelas famílias das vítimas, para todos os heróis de 11/09, nunca vai diminuir, nunca, mas a vida ainda tinha que continuar”, além de resgatar a metáfora A INTENSIDADE DE UMA EMOÇÃO É QUANTIDADE

(DE UMA SUBSTÂNCIA EM UM RECIPIENTE) como um construto geral que abarca ambos os conceitos de emoção envolvidos, especialmente o de RAIVA e o de TRISTEZA.

No parágrafo seguinte, temos que “O mundo do entretenimento e dos esportes teve que voltar ao trabalho também”, o que sugere que entretenimento e esportes fazem parte das vidas das pessoas e, portanto, de suas jornadas. Aqui, destacamos a emergência da metáfora conceptual A VIDA É UM JOGO A SER JOGADO e, portanto, há uma implicatura, regida pela relação vital de Mudança, de que O JOGO (DA VIDA) DEVERIA CONTINUAR. Contudo, essas áreas são vistas como elementos de distração para a vida, na qual a memória da tragédia passa a fazer parte: “Esporte era necessário, somente se para tirar sua mente desse dia inesquecível de horror, desespero e impotência”. Os sentimentos associados ao dia da tragédia passam a fazer parte da complexa rede de integração que é formulada com base na orientação dada pelo mecanismo de controle de processamento. Raiva e tristeza parecem ser os sentimentos de emoção predominantes até aqui, aos quais são associados a diversos outros. Em “As pessoas tinham que começar a rir de novo, mesmo que doesse um pouco, mesmo que fizesse você se sentir um pouco culpado”, há uma justificativa implícita para que as atividades esportivas recomecem, pois elas podem fazer com que outras emoções, mais prazerosas, tenham lugar na vida das pessoas, retirando o foco de atenção dos sentimentos de tristeza e associados que predominavam nesses dias. Aqui, “começar a rir de novo” é associado à metonímia OS EFEITOS DA EMOÇÃO CORRESPONDEM À EMOÇÃO, em que rir poderia estar associado a emoções cujo aspecto positivo lhes é inerente, como ALEGRIA, por exemplo, em que “de novo”, desencadeia uma implicatura de que os sentimentos de emoção associados a “rir” poderiam ser comuns ao povo americano antes do atentado; ao dar continuidade à viagem (A VIDA É UMA VIAGEM), ou ao jogo (A VIDA É UM JOGO A SER JOGADO), as pessoas deveriam também retomar essa ação. A oração “mesmo que doesse um pouco” complementa tal inferência metonímica, e é ajustada pragmaticamente conforme a metáfora MAL EMOCIONAL É DANO FÍSICO é resgatada da memória enciclopédica que carrega as experiências com dor relacionada a emoções intensas. Pelo fato de sentir emoções positivas, como alegria ou prazer, ir de encontro ao sentimento geral de tristeza e luto do povo americano, os sujeitos poderiam sentir culpa, mas, segundo o autor, trata-se de um caminho necessário no processo de recuperação emocional auxiliado pelo foco de atenção voltado a atividades ou eventos esportivos. Entendemos, então, que o texto como um todo e o discurso de Buck estão pautados nas relações vitais de Representação, Identidade e Mudança, propondo uma reação para os sentimentos de raiva, revolta e tristeza que tomam o país.

Com o subtítulo “O momento”, o segmento (2) transporta o leitor para a ocasião em que a homenagem seria feita. Justificado o retorno do campeonato de beisebol mesmo em um tempo

em que o povo americano ainda está sob o efeito de forte impacto emocional, o autor ainda assim enfatiza a intensidade do sentimento de tristeza que predomina: “Tristeza permeia o ar. Corações partidos precisam de conserto”. A partir dessas duas orações, é possível elaborar as seguintes metáforas conceptuais para TRISTEZA*: para a primeira, TRISTEZA É UMA FORÇA NATURAL e, então, TRISTEZA É UMA SUBSTÂNCIA NATURAL QUE ESTÁ NO AR; para a segunda, temos a metonímia CORAÇÃO CORRESPONDE AO RECIPIENTE CENTRAL DAS EMOÇÕES e, a partir disso, a metáfora CORAÇÃO PARTIDO É UM RECIPIENTE QUEBRADO, de onde podemos extrair os seguintes sub-mapeamentos, cujos elementos são selecionados pelo mecanismo de controle e organização do processo: CORAÇÃO → RECIPIENTE; CORAÇÃO EMOCIONALMENTE ABALADO → RECIPIENTE COM ESTRUTURAS PARTIDAS; RECUPERAÇÃO EMOCIONAL → CONserto DO RECIPIENTE. No parágrafo seguinte, o autor continua descrevendo o local e as pessoas que fazem parte do evento, ainda enfatizando suas emoções: “Há lágrimas em seus olhos, vazio em seus olhos” e, novamente, mais mapeamentos metonímicos e metafóricos se unem à compreensão do sentimento do povo. Nesse sentido, a metonímia OS EFEITOS DA EMOÇÃO CORRESPONDEM À EMOÇÃO denota que as lágrimas nos olhos caracterizam a tristeza que as pessoas sentem, e a metáfora TRISTEZA É VAZIO, complementa a construção *ad hoc* de TRISTEZA*. É possível, ainda, identificar a metáfora OS OLHOS SÃO UMA ABERTURA PARA AS EMOÇÕES, tendo em vista que O CORPO É RECIPIENTE PARA AS EMOÇÕES.

O segmento **(3)** dá continuidade a essa descrição, mas aqui o foco de atenção não está somente sobre os espectadores, mas esse se volta à presença de Jack Buck, que lê um poema escrito para a ocasião. O gênero textual escolhido por Buck é comumente reconhecido como uma estrutura textual que, na maioria das vezes, leva a certa desconforto emocional e, provavelmente, a sua intenção ao escrevê-lo nesse formato é, de fato, causar esse tipo de impacto em quem o ouve ou lê. A escolha desse gênero e do seu conteúdo corrobora a hipótese interpretativa elaborada pela evidência dos primeiros estímulos ostensivos no contato com o texto como um todo: na legenda da foto, “discurso emocional” [*emotional speech*] dá indícios do conteúdo do tributo reproduzido dentro do texto de Weinberg. A simples menção da leitura desse gênero leva à recuperação de um esquema cognitivo baseado nas experiências de leitura relacionadas a essa formação textual, e prepara o leitor (e os ouvintes naquele momento) para um texto com conteúdo com alta carga emocional – descrito por Weinberg como “um poema tocante, espetacularmente emocionante e patriótico”. Com isso, é possível resgatar a metáfora EFEITO EMOCIONAL É TOQUE FÍSICO, a qual complementa a interpretação possível da opinião do autor sobre o texto de Buck.

Antes de transcrever o poema escrito por Jack Buck, porém, o autor descreve o cenário com elementos patrióticos, possivelmente com a intenção de, ao resgatar tais símbolos (metonímicos, por representarem o país), causar comoção e sentimentos ufanistas devido à memória recente do atentado. Temos, então, os elementos “bandeira americana no centro do campo”, “vídeo em tributo”, “bela canção arrepiante” (em que *arrepiante* sugere a presença da metonímia OS EFEITOS DA EMOÇÃO CORRESPONDEM À EMOÇÃO, além da relação vital de Causa-e-Efeito: a canção leva à emoção com tal efeito), o título da canção “Orgulho de ser americano” e “bóton de bandeira americana” como estímulos ostensivos relevantes que correspondem à intenção dos organizadores de provocar fortes emoções nos espectadores. Tais símbolos podem ser compreendidos como situados em uma relação vital de Identidade, devido ao uso ostensivo de elementos relacionados à cultura americana, de Mudança, por motivar as pessoas a continuarem vivendo suas vidas, por meio da evocação aos valores que constituem essa nação, e de Representação, posto que um espaço de *input* corresponde a elementos a serem representados, e o outro, aos elementos que o primeiro representa: neste caso, os símbolos, ostensivamente reunidos e contextualizados em um único fragmento de texto, representam metonimicamente os sentimentos do povo americano, agora em um momento de fragilidade.

Em meio a todos esses estímulos ostensivos, a presença de Jack Buck, que faz parte da história dos jogos de beisebol americano (“Hall of Famer Jack Buck”), também é um elemento simbólico na intenção de causar comoção, posto que se pode dizer que, culturalmente, um evento esportivo é demonstração de patriotismo e, logo, de que o beisebol se constitui como um símbolo da nação. A descrição meticulosa da sequência dos atos de Jack Buck – em que o foco está primeiro no que Buck veste, a seguir para a sua aproximação ao microfone, o seu olhar para a multidão, para o fato de pegar um papel no bolso, etc. – tratar-se-ia de um registro de atos banais. Contudo, essa forma de exposição revela a intenção do autor em levar o leitor a criar um *frame* visual em que os momentos anteriores à leitura da homenagem são descritos como se estivessem em uma cena de filme em câmera lenta, como se o autor, ao prolongar a descrição desses detalhes, enfatiza também a sensação de que as emoções das pessoas estão concentradas em um tempo que demora a passar, criando uma analogia entre tempo e dor, ou sofrimento (SOFRIMENTO É DOR), do povo americano. Se essa for a interpretação mais aproximada dessa construção textual, podemos destacar aqui que há uma relação vital de Tempo comprimida na emergência das redes de integração: aqui, o tempo está relacionado com a memória, com a continuidade, à mudança e à falta de simultaneidade, pois a forma como o evento é descrito faz com que o enfoque se volte para a marcação de uma passagem lenta do tempo, com o intuito de

dar destaque às ações como eventos que carregam emoções e, portanto, a dor do povo americano.

No mesmo segmento, temos que o comportamento silencioso da multidão, que ao mesmo tempo consistia em “[...] um mar pulsante, patriótico, de vermelho, branco e azul.” pode corroborar as hipóteses interpretativas anteriormente exploradas, tendo em vista que o retorno às atividades esportivas ainda estaria marcado por uma forte comoção no país, o que aumentaria os sentimentos patrióticos de união. Isso se justifica pela metáfora MULTIDÃO É MAR, que se relaciona com uma sub-rede metafórica O CENTRO DAS EMOÇÕES É O CORAÇÃO e, decorrente dessa última, as metáforas INTENSIDADE É PULSAR, INTENSIDADE É QUANTIDADE e INTENSIDADE É FORÇA DE EFEITO. Por último, podemos identificar, nas cores “vermelho, branco e azul”, que vestiam a multidão, uma representação da bandeira americana que, por sua vez, é uma metonímia que representa o país. Estando organizadas e encadeadas por meio do mecanismo de controle de processamento, essas metáforas e a metonímia levam à interpretação desse trecho a partir da identificação da intenção do seu autor de descrever de forma comovente o evento além de emocionar, ainda mais, o leitor.

O poema lido por Jack Buck está transcrito no segmento (4). Nele, seu autor utiliza elementos linguísticos relacionados à religião (“fundada por Deus”; “abençoados”; “rezando”) e a guerras (“... mas terminar a luta”; “desafiados por um inimigo”; “guerra indesejada”), possivelmente interligados a fim de fazer com que os espectadores rememorem um passado de crenças, fé, valores e lutas. É possível que a intenção do comunicador seja motivar o povo americano a não perder a fé e enfrentar a guerra [ao terror] que se instalava após o atentado, e por isso faz um discurso que tem por objetivo atingir emocionalmente quem o ouve. No poema, as metáforas predominantes são PASSADO É ATRÁS, LIBERDADE É LUZ, TER ATTITUDE É LUTAR EM UMA GUERRA, TERRORISMO É INIMIGO (COVARDE), LUTAR CONTRA O TERROR É LUTAR CONTRA UM INIMIGO e FUTURO É UM BEM OFERTADO. As metáforas subjacentes ao poema refletem o argumento de Jack Buck de que a nação americana, “bastião da liberdade”, deve persistir, não se entregar ao “inimigo covarde” e lutar nessa guerra (contra o terror). Novamente, as relações vitais de Identidade, de Representação e, especialmente, de Mudança são elaboradas a fim de constituírem o argumento motivacional pretendido pelo locutor esportivo.

Apesar de o poema em tributo aos EUA, de Buck, ser o tópico da homenagem, focalizaremos na forma como Weinberg trata e desenvolve o conceito de TRISTEZA ao *descrever* o evento como um todo. Por isso, não exploraremos o poema em seus detalhes, apesar de reconhecermos a sua importância como argumento para motivar o povo americano a persistir e lutar na sua jornada e, por fim, causar comoção geral – e motivação – em sua audiência. O que

nos interessa são as nuances nos significados assumidos para TRISTEZA e para outras emoções projetadas a partir desse conceito conforme Weinberg descreve o evento, o que, numa categorização *ad hoc*, situaria TRISTEZA* como elemento básico e central da categoria a partir da qual os demais elementos seriam projetados.

O último segmento encerra a descrição do tributo prestado à nação ainda emocionalmente abalada. Novamente, pelo fato de o texto ter forte apelo emocional, o mecanismo de controle de processamento leva o leitor a selecionar elementos ligados a essa característica, o que não requer um esforço cognitivo demasiado; é intenção do autor criar esse efeito em seus leitores. Essa suposição é fortalecida com “Sua voz se emudece quando ele pronuncia as palavras finais do poema. Seus olhos estão lacrimejantes. Assim estão os olhos de todos no estádio. Lágrimas são derramadas.”. Há evidência, portanto, de relações vitais associadas ao resgate da memória sobre o atentado ocorrido em 11 de setembro de 2001 e a associação deste com o evento em tributo à América: emergem relações vitais de Tempo (o espaço do tempo em que o atentado ocorreu é anterior ao espaço associado ao tributo), de Espaço (pela óbvia diferença de local em que cada fato ocorre), de Mudança (em que podem ser listados a presença das torres que constituíam o World Trade Center em relação à queda desses prédios; a forma como o evento mudou o sentido da vida das pessoas e os sentimentos de patriotismo reforçados), de Identidade (pelo sofrimento compartilhado por todos no país) e de Parte-Todo (em que as lágrimas são símbolos salientes para o sofrimento do povo americano). Todas essas relações são elaboradas, nessa rede conceptual, sob o escopo da relação de Causa e Efeito. A relação vital de Parte-Todo é uma compressão na rede de integração que constitui a metonímia conceptual EXPRESSAR SOFRIMENTO É VERTER LÁGRIMAS, ou TRISTEZA SÃO LÁGRIMAS, e ao referir-se às lágrimas nos olhos de Jack Buck e também da audiência, o leitor é levado a uma dimensão de toda a dor e tristeza que o povo americano sente naquele momento.

4.5 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERFACE

Vimos que o construto metateórico que delínhamos aqui se justifica por descrever e explicar o caráter flexível do significado de conceitos de emoção através de uma proposta que visa a integrar, de forma parcial, abordagens teóricas que divergem em seus fundamentos em diferentes níveis. A sistematização da interface decorre da exaustiva descrição, nos capítulos anteriores, das bases teóricas a partir das quais pudemos examinar as propostas para então deliberarmos sobre quais aspectos poderiam ser utilizados na explicação da emergência de nosso

objeto complexo, conceitos de emoções. Assim, orientando-nos pela noção de perspectivismo científico (GIERE, 2006), e por uma Metateoria de Interfaces (CAMPOS, 2007), pudemos delinear um modelo que é capaz, também, de dar conta das questões levantadas para cada abordagem e avaliadas ao longo das descrições. Esse empreendimento é organizado a partir de uma noção de relevância ótima, em um sentido metateórico; afinal, é muito mais custoso criar novos pressupostos do que utilizarmos concepções já estabelecidas e utilizadas com sucesso na identificação e resolução de uma questão específica.

Acreditamos que a noção de relevância deve ocorrer em dois níveis: em primeiro plano, é entendida como um processo que organiza, externamente, a composição do construto metateórico tal como o que propusemos neste capítulo final, em que teorias são revisitadas a fim de constituírem uma nova perspectiva acerca do objeto complexo, também concebido sob o ponto de vista desse construto. Em um segundo plano, em nível interno, a consciência de que somos guiados por relevância ótima é capaz de explicar como e quais processos cognitivos envolvidos na emergência de um conceito *ad hoc* são selecionados e executados, assim como traz uma contribuição no resgate e na ativação de esquemas e redes conceptuais já elaborados em experiências pregressas. Portanto, ao utilizarmos a noção de relevância ótima, passamos a compreendê-la em um nível metateórico, na definição do construto de interface, e também como um processo dinâmico, que guia o curso cognitivo e comunicativo da emergência do significado.

O objetivo deste capítulo foi organizar a construção da nossa interface metateórica entre as abordagens sob o escopo da Linguística Cognitiva e a Teoria da Relevância, estruturando os seus fundamentos a partir do levantamento de questões para cada uma das teorias descritas. A fim de corroborar a funcionalidade desse construto, utilizamos textos em que o enfoque se dá em um evento que teria provocado certa emoção e/ou em que a temática é a própria emoção. A partir deles, pudemos examinar cada texto com minúcia e ilustrar como, num contexto dinâmico, dados conceitos reconhecidos em uma comunidade de fala podem assumir diferentes significados: há uma forte dependência do conhecimento enciclopédico de cada indivíduo envolvido na leitura (ou na interação), e, por isso, cada um imprime no texto um sentido único, situado e contextualizado.

O uso de textos escritos se justifica por eles constituírem uma modalidade de comunicação, e pelo fato de a emergência do significado ocorrer de forma análoga a interações comunicativas orais. Desse modo, notícias extraídas da mídia serviram para ilustrar o processo de interação em que o autor, no papel de falante, exprime ostensivamente a intenção de comunicar algo para um leitor, ou ouvinte, que deve interpretar inferencialmente o que é dito. Como vimos, entendemos o processo inferencial como um padrão de ativação em rede, em que as suposições

podem co-ocorrer nos espaços mentais, mas sem deixar de considerar os moldes dedutivos previstos pela Teoria da Relevância. Assim, ainda que a hipótese de que a formação da rede de integração demonstre que possíveis significados são frutos da compressão e da descompressão para a formação de um *blend* interpretativo, acreditamos ser necessário que esse processo seja executado através de um mecanismo de controle e organização do processo, fundamentalmente estabelecido pelos Princípios de Relevância (cf. SPERBER; WILSON, 1995), já que é por meio dele que: (i) selecionamos os componentes dos espaços mentais, ou de *input*, oriundos de sub-redes existentes na memória enciclopédica e dos *inputs* comunicativos; (ii) organizamos os elementos dos espaços mentais que devem ser executados na rede de integração conceptual, bem como os processos cognitivos com papel mais relevante na conceptualização; e (iii) determinamos, por meio da análise dos padrões de ativação em rede mais fortes, a interpretação por meio de inferências pragmáticas, ou implicaturas.

Apesar de observarmos que os padrões inferenciais do tipo associativo/conexionista, como propõem Fauconnier e Turner (2002) e Feldman (2006), e do tipo dedutivo, conforme Sperber e Wilson (1995), divergirem em seus modelos, na interface metateórica cada qual assume um papel no processo interpretativo. Se o primeiro é mais pontual, em que os padrões em rede suportam um processo de projeção e execução de um *blend* na emergência do significado, enquanto o segundo serve como um *molde geral* para a organização do primeiro. Desse modo, seguindo um caminho por relevância ótima, em que os efeitos superam os esforços cognitivos, o *processo* é guiado e organizado para levar à formação do espaço de *blend*, *produto* das projeções em rede.

Enfatizamos a questão do processo em oposição ao produto porque, como muitas vezes afirmamos, o significado só pode ser construído no curso da comunicação. Sendo assim, mesmo que a memória de longo prazo sustente um conhecimento enciclopédico ligado a conceitos lexicais, é necessário que mecanismos cognitivos como categorização, *framing*, resgate de esquemas de imagem, organização de MCIs, estabelecimento do foco de atenção, entre outros, sejam considerados como parte de um *continuum*, composto de maneira parcial (cf. Langacker, 2008). Como vimos na Figura 6, a significação é apenas a ponta, o produto final, de uma gama de elementos que se organizam de acordo com o padrão de rede ativado e que se ajustam pragmaticamente, conforme a comunicação toma forma. Não basta apenas analisar as prováveis inferências implicadas nos enunciados do texto; é preciso ter consciência dos processos subjacentes a essa interpretação.

Por fim, reafirmamos a importância da análise linguística dos conceitos lexicais em contextos dinâmicos, ou comunicativos. Acreditamos que é somente pela observação da

interação que podemos elaborar significados para aquilo que o falante, ou autor do texto, tem a intenção de dizer. Como vimos nas análises, não basta apenas analisar um enunciado para determinar o seu significado, de forma isolada; esse conceito sofre variação de acordo com a memória enciclopédica de cada sujeito envolvido que emerge na forma de contexto *off-line* (ou global). Esse passa a ser mutuamente compartilhado conforme o contexto *online* (ou local) se constrói, estabelecendo um conceito *ad hoc*, que se origina de uma base mais ou menos estável, por causa das experiências corpóreas, mas flexível devido aos muitos estímulos ostensivos que o moldam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS FUTUROS

*“Não temas outra coisa [salvo as palavras].
Somos as palavras que usamos. A nossa vida é isso.”
(José Saramago, in José Saramago nas Suas Palavras)*

Pensar sobre a conceptualização das emoções como um objeto de complexidade teórica através do construto que elaboramos nos proporcionou um exercício de análise dos processos de significação descritos pelas teorias abordadas neste trabalho. A interface metateórica é assim reconhecida por sugerir uma avaliação das abordagens envolvidas a fim de estruturar uma perspectiva que pode trazer luz à descrição e explicação do processo de emergência do significado de conceitos. Note-se, com isso, que não tivemos a pretensão de elaborar uma nova teoria, mas desejávamos explorar a tese de que uma interface traria uma explicação plausível para a construção do significado de conceitos de emoção.

Ao dissertarmos acerca da conceptualização e da compreensão de expressões relacionadas a emoções, foi necessário considerar que elas são, ao mesmo tempo, biológica e socioculturalmente construídas. Nesse sentido, as emoções podem assumir facetas potencialmente universais, devido à natureza dos corpos que temos, mas ao mesmo tempo sofrem forte influência do meio no qual estamos inseridos. Reconhecer essa primeira construção é entender o ponto de vista assumido sobre os nossos próprios sentimentos de emoção: é a partir dessa interface entre o caráter biológico, social e cultural relacionados ao que sentimos que poderemos construir a nossa crença sobre o que são emoções e sobre quais bases o processo de conceptualização se firmará. As concepções que emergem por meio das experiências são delimitadas através das expressões linguísticas que são atualizadas ao falarmos sobre o que sentimos. Assim, os rótulos atribuídos a quaisquer emoções indicam a forma como as elaboramos e compreendemos, mas um recorte de uma classificação linguística somente não determina o valor semântico dessas emoções, porque é pelo partilhar de experiências, numa construção contínua, que o significado de um conceito lexical é enriquecido. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a forma como pensamos as nossas emoções tem eco na nossa expressão linguística, o modo como as transmitimos e compartilhamos também deve moldar a construção de redes conceituais que levarão à construção e emergência do significado.

Ao estruturarmos o capítulo inicial definindo um entendimento para a realidade e, conseqüentemente, para estabelecermos a nossa concepção para emoções, pretendíamos situar o processo de construção do significado a partir da hipótese de um realismo corpóreo, que compreende a relação corpo-mente-cérebro como inextricável. Desse modo, a construção da realidade depende da elaboração interdependente de uma objetividade (entre parênteses), da subjetividade (elaborada somente pela relação com o outro) e da intersubjetividade, a partir da qual os ambientes cognitivos tornam-se mutuamente compartilhados. Nesse sentido, o contexto global, construído a partir do resgate e da seleção de elementos da memória enciclopédica, é formulado pela interação com outros indivíduos, assim como a sua subjetividade depende do compartilhar intersubjetivo para que possa existir. Conseqüentemente, conceitos de emoções são definidos conforme os pontos de vista construídos a partir do que se designa como realidade.

Não se pode mais pensar nas emoções como aspectos que distorcem a racionalidade, mas como partes fundamentais dela; afinal, não existe algo como um estado emocional neutro: é impossível que não elaborem um julgamento sem que uma emoção esteja manifesta, ainda que sutilmente, como no caso das emoções de fundo (mal-estar e ansiedade, por exemplo). Estando em uma amálgama indissociável, mente-corpo/razão-emoção são vistos como aspectos humanos que ocorrem em um *continuum*; por isso, a noção de dualismo ontológico, instaurada pela tradição cartesiana, perde força. Conceber essas relações como se fossem separadas decorre do fato de o foco de significado cognitivo não abranger todos os aspectos de um evento (comunicativo), mas dar preferência a alguns pontos somente (cf. LANGACKER, 2008). Por isso, um dualismo *metodológico* se configura para organizar as experiências, mas é natural que o senso comum o transforme em uma verdade ontológica.

Afirmamos que a noção de foco de atenção, que estabelece o que Kövecses (2005) entende como foco de significado principal para um conceito, é oriunda do que denominamos de mecanismo de controle e organização de processamento. Assim, entendemos que a noção de relevância é guia para estruturar os processos cognitivos descritos em Linguística Cognitiva e, por isso, capaz de dar conta de vários níveis dessa organização, embora não possamos afirmar que esses sejam elaborados de maneira gradual. Primeiro, esse mecanismo é responsável por filtrar, dentre os diversos estímulos ostensivos, os mais relevantes para que sejam processados inferencialmente, os quais levam à seleção dos elementos oriundos da memória enciclopédica para que esses façam parte do contexto global – os aspectos provenientes dessa organização formarão, então, os espaços mentais que farão parte da rede de integração conceptual. Segundo, processos cognitivos como categorização, esquematização, resgate e reformulação de esquemas de imagem, de MCIs e de *frames*, por exemplo, são estruturados e organizados por relevância, e

entram em cena conforme forem necessários para a elaboração da rede conceptual sem que um processo exclua o outro. Terceiro, pelo fato de nem todos os elementos dos espaços mentais constituírem a rede, mais uma vez a noção de relevância é utilizada para explicar a seleção e as projeções em rede desses elementos, bem como estabelecer quais são os padrões de ativação (e suposições) mais fortes a fim de executar o *blend*. Esse processo gera inferências pragmáticas do tipo *implicaturas*, tendo em vista que o significado só pode emergir por causa da elaboração do contexto *online*.

A ativação de redes conceptuais faz emergir o significado com diferentes graus de força por causa do seu grau de entrenchamento [*entrenchment*] (LANGACKER, 2008); por isso, quanto mais entrenchada [*entrenched*] a rede estiver (como quando um conceito tem um grau alto de estabilidade na memória de longo prazo por causa do seu grau de frequência, familiaridade e/ou convencionalidade, por exemplo [GIORA, 1997]), maior a força das suposições que dela emergirão, e mais fácil será a acessibilidade do contexto *online*. Nesse caminho inferencial, o grau de força dessas suposições e a noção de relevância determinarão o ponto em que o processo interpretativo deve ser encerrado (SPERBER; WILSON, 1995).

A elaboração da nossa interface dependia, basicamente, da avaliação de como cada teoria envolvida explica o processo de conceptualização, do questionamento de seus princípios teóricos e da tentativa de resolvê-las por meio do novo construto. Assim, a noção de relevância também pode ser vista como metateórica: ao questionarmos pontos fundamentais em cada uma das teorias tratadas aqui, não buscávamos explicar os fenômenos pela criação de novos elementos teóricos, que por vezes poderiam servir como soluções *ad hoc* apenas. Com a construção de uma interface que assumisse pontos comuns, de coerência forte, entre a Linguística Cognitiva e a Teoria da Relevância, o esforço dessa estruturação se deu no campo da aproximação, da análise e da organização dessa perspectiva, e não na criação de elementos totalmente novos para cada uma das abordagens teóricas. Portanto, podemos dizer que a construção por interface carrega um comprometimento por relevância ótima.

Caso não assumíssemos alguns dos pressupostos da Teoria da Relevância, não poderíamos explicar as escolhas dos elementos que devem fazer parte da interpretação, em detrimento de outros, nem como a rede conceptual e os processos subjacentes a ela são organizados. Nesse caso, a ativação desses padrões em rede é explicada segundo da noção de relevância e a existência de um molde lógico, que preconiza que da projeção de espaços mentais um *blend* específico emergiria com a interpretação possível para o enunciado. Além disso, não conseguiríamos construir uma noção de inferência pragmática que se ajuste à noção de redes (neurais) conceptuais. Ademais, pouca atenção seria dada ao aspecto comunicativo da construção

do significado, tendo em vista que o contexto (*online*) toma forma por meio de interações, levando à emergência de uma intersubjetividade e, conseqüentemente, de um ambiente cognitivo mutuamente compartilhado, em que o interlocutor é capaz de produzir inferências acerca das intenções do falante em comunicar algo.

Por outro lado, excluir os princípios da Linguística Cognitiva da descrição do processo de conceptualização significaria não poder explicar como os elementos que constituem a memória enciclopédica são elaborados e se estabelecem para, uma vez ativados, constituírem o processo inferencial. Também não seria possível tratar do papel das experiências corpóreas na conceptualização, tendo em vista que, numa teoria baseada na hipótese da modularidade massiva da mente, fatores como percepções, sensações, interação do corpo com outros corpos não seriam considerados. Também não poderíamos explicar o surgimento de propriedades emergentes atribuídas a metáforas e metonímias, já que mesmo o mecanismo dedutivo preconizado por Sperber e Wilson (1995) não demonstra como ocorrem as associações de atributos constituintes de domínios tão diversos como NÓ NA GARGANTA e MEDO, ou CALOR e RAIVA, por exemplo.

Por meio da avaliação crítica dessas abordagens e do levantamento das questões teóricas exploradas ao longo do texto pudemos justificar a validade de nossa interface. Defendemos que tal aproximação metodológica é capaz de ampliar o potencial explanatório do processo de conceptualização, oferecendo uma importante discussão no debate da compreensão de conceitos relacionados a emoções. Há, portanto, uma contribuição metateórica que visa um tratamento para os processos cognitivos subjacentes à emergência significados de conceitos de maneira dinâmica. Enfatizamos, mais uma vez, a importância do(s) contexto(s) para a interpretação, já que o significado só se constrói a partir de uma relação de intersubjetividade, em que há forte dependência das relações com os outros.

Procuramos ilustrar o construto de interface através dos textos extraídos de jornais em mídia eletrônica, em que pressupomos um diálogo entre o autor (falante) e o leitor (ouvinte). Vimos que o significado dos conceitos de emoção, nosso foco de análise, nunca está pronto; à medida que o texto é explorado, o significado do conceito *ad hoc* vai tomando forma. O mesmo ocorre em interações orais, e é por esse motivo que, futuramente, pretendemos estudar a conceptualização de emoções por meio da expressão delas em discursos orais. A aplicação da interface poderá ser realizada por meio de vídeos, numa simulação de situação comunicativa na vida cotidiana, por depoimentos, ou até mesmo pelo método de entrevista, em que determinado tópico deve levar à fala sobre emoções. Demonstraremos, assim, de que forma a interface contribui para explicar questões de interpretação, possibilitando uma organização dos processos cognitivos – descritos para fazerem parte do construto metateórico – que constituem a

conceptualização desde o processo de produção do enunciado até a sua compreensão pelo interlocutor.

Além disso, pensamos ainda ser necessária uma atenção especial à forma como desenvolvemos a questão das inferências, para nós frutos de redes de integração conceituais e de um mecanismo dedutivo que guia os processos constituintes da rede, a seleção de elementos dos espaços mentais e também o controle e a organização da rede de integração como um todo. Dessa forma, poderemos avaliar a recuperação de inferências a partir de textos e diálogos orais a fim de contribuir para pesquisas sobre processos interpretativos.

Apesar de termos focalizado em conceitos relacionados a emoções, cujas redes de integração requerem espaços mentais particulares para as percepções ligadas a elas, o tipo de construto proposto no capítulo final nos permite dar tratamento à significação de quaisquer conceitos. Sustentamos que a construção do significado de um conceito *ad hoc* depende da composição dos processos subjacentes à rede de integração. Há, ainda, um caminho de mão dupla nesse processo: um só conceito lexical pode ser elemento desencadeador da construção do significado das demais redes conceituais ativadas pelos estímulos ostensivos constituintes do enunciado, bem como a organização da composição (parcial) de dado enunciado é determinante na constituição do significado específico do conceito *ad hoc* em foco. Em outras palavras, se os elementos que formam o enunciado são guias para a composição do significado de um conceito, as redes conceituais relacionadas a esse mesmo conceito contribuem na significação do enunciado como um todo. Por isso, em uma pesquisa futura pretendemos tratar de questões de composicionalidade também para os demais conceitos envolvidos num mesmo enunciado e como os significados das redes conceituais podem afetar a interpretação do enunciado, e do texto, como um todo.

Por fim, acreditamos que a interface contribui em grande medida para a descrição e explicitação da emergência do significado sob uma perspectiva sociocognitiva, embora o construto deva ser examinado em maior profundidade para dar conta do potencial explanatório da dinamicidade comunicativa. Além disso, é necessário explorar, em profundidade, o papel da noção de explicatura na interpretação – seria ela parte da implicatura, um quase-dito, a qual seria produto de uma Gestalt no nível semântico? Também a noção de inferência ainda necessita de maior formalização. A proposta construída nesta tese apenas propõe uma maneira de compatibilizar teorias a fim de organizar o estudo da significação.

Nesse sentido, enfatizamos que a nossa intenção para uma pesquisa futura é, sobretudo, explorar o funcionamento de conceitos de emoção no uso discursivo em interações dinâmicas/orais, tendo como base esse construto metateórico articulado com as diferentes

dimensões assumidas no processo de significação. Acreditamos que a apreensão e a compreensão de conceitos de emoção por diferentes culturas também parece ser uma importante direção de pesquisa, especialmente se observadas as condições de comunicação entre indivíduos aprendizes de uma língua específica.

REFERÊNCIAS

- ARREGUY, M. E. A percepção corporal no paradigma da mente encarnada. In: *Fractal Revista de Psicologia*. V. 20, n. 1, p. 183-194, jan./jun. 2008.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. (trad. e notas de Manuel Júnior, Paulo Alberto e Manuel Pena). Lisboa: INCM, 1998.
- ARISTÓTELES. De anima III 4-5. In: ZINGANO, Marco. *Ração e sensação em Aristóteles: um ensaio sobre De Anima III 4-5*. Coleção Philosophia. Porto Alegre: L& PM, 1998.
- ARISTOTLE. De Anima. In: SOLOMON, R. C. *What is an emotion? Classic and contemporary readings*. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 2003, p. 5-11.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Claredon Press, 1962.
- AZCÁRATE, Asunción López-Varela. *Rescaldos del tiempo: una exploración pluridisciplinar de la crisis de la representación del tiempo en ciencia y narrativa*. Tese de doutorado. Universidad Complutense de Madrid, 2002.
- BARSALOU, L. W. Ad hoc categories. In: *Memory & Cognition*, 11 (3), 1983, p. 211-227.
- BARSALOU, L.W. Perceptual symbol systems. *Behavioral and Brain Sciences*, 22, 1999, 577-609.
- BARSALOU, L.W. Situated conceptualization. In: COHEN, H.; LEFEBVRE, C. (eds.). *Handbook of categorization in cognitive science*. Amsterdam: Elsevier, 2005, p. 619-650.
- BARSALOU, L.W.; SEWELL, D.R. (1984). Constructing representations of categories from different points of view. *Emory Cognition Project Technical Report n° 2*, Emory University, 1984.
- BARSALOU, L. W.; Yeh, W.; Luka, B.J.; Olseth, K.L., Mix, K.S.; Wu, L.-L. Concepts and meaning. In: Beals, K. Cooke, G., Kathman, D. McCullough, K.E., Kita, S.; TESTEN, D. (eds.). *Chicago Linguistics Society 29: papers from the parasession on conceptual representations*. University of Chicago: Chicago Linguistics Society, 1993, p. 23-61.
- BEZERRA Jr., Benilton. O lugar do corpo na experiência do sentido: uma perspectiva pragmática. In: BEZERRA JR., B.; PLASTINO, C. A. (Org.). *Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje*. 2001, p. 13-42.
- BORODITSKY, Lera. How language shapes thought: the languages we speak affect our perceptions of the world. In: *Scientific American*. February, 2011, p. 63-65.
- CAMPOS, Jorge. The sciences of language: communication, cognition and computation. AUDY, Jorge Luis Nicolas, MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). *Innovation and interdisciplinarity in the university = Inovação e interdisciplinariedade na universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

CANNON, Walter. *Bodily changes in pain, hunger, fear and rage: an account of recent researches into the function of emotional excitement*. New York: Appleton and Company, 1915.

CARSTON, Robin. "Enrichment and loosening: complementary processes in deriving the proposition expressed". *UCL Working Papers in Linguistics* 8. p. 205-234, 1996.

CARSTON, Robin. Metaphor, ad hoc concepts and word meaning – more questions than answers. *UCL Working Papers in Linguistics* 14. p. 83-105, 2002a.

CARSTON, Robin. *Thoughts and Utterances: the pragmatics of explicit communication*. Oxford: Blackwell, 2002b.

CARSTON, Robin. *Metaphor: ad hoc concepts, literal meaning and images*. Disponível: <http://www.aristoteliansociety.org.uk/pdf/Carston.pdf>. Maio de 2010. Acesso em: 24/07/2010.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

COSTA, Jorge Campos da. Comunicação e inferência em linguagem natural. In: *Letras de Hoje*, v. 40, n.1, p. 107-133, março de 2005.

DAMÁSIO, Antonio. *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*. Trad. portuguesa de Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Companhia das Letras 1996.

DAMÁSIO, António. *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DAMÁSIO, António. *Self comes to mind: constructing the conscious brain*. London: William Heinemann, 2010.

DARWIN, Charles. *The expression of Emotion in Man and Animals*. 1998 [1896].

DAVIDSON, Donald. Three varieties of knowledge. In: *Subjective, intersubjective, objective*. Clarendon Press: Oxford, 2001[1991], p. 205-220.

DESCARTES, René. *As paixões da alma*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

EKMAN, Paul, FRIESEN, Wallace V.; Ellsworth, Phoebe. *Emotion in the human face: guidelines for research and an integration of findings*. New York, Pergamon Press, 1972.

EKMAN, Paul. An argument for basic emotions. In: *Cognition and emotion* 6, 1992, p. 169-200.

EKMAN, Paul. *Emotions Revealed: Recognizing faces and feelings to improve Communication and emotional life*. New York: Times Books, 2003.

EMANATIAN, Michele. Metaphor and the expression of emotion: the value of cross-cultural perspectives. In: *Metaphor and symbolic activity*, 10(3), 1995, p. 163-182.

ESCANDELL-VIDAL, M. V.. *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Ariel, 1996.

EVANS, Vyvyan. *How words mean: lexical concepts, cognitive models, and meaning construction*. Oxford Linguistics. New York: Oxford University Press, 2009.

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. *Cognitive Linguistics: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. Polysemy and Conceptual Blending. In: NERLICH, B.; HERMAN, V.; TODD, Z.; CLARKE, D. (eds.) *Polysemy: Flexible Patterns of Meaning in Mind and Language*. A volume in the series *Trends in Linguistics*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 79-94.

FELDMAN, J. A. *From Molecule to Metaphor: a neural theory of language*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2006.

FELTES, H. P. M. *Semântica Cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FELTES, H. P. M. Linguística cognitiva e teoria da relevância: perspectivas para a construção de uma teoria de interface para inferências. In: CAMPOS, J.; RAUEN, F. J. (orgs.) *Tópicos em Teoria da Relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FIGUEIREDO, Vinícius de. *Kant & a crítica da razão pura*. Filosofia passo-a-passo 54. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FILLMORE, C. Frames and the semantics of understanding. In: *Quaderni di Semantica*. V. 6, n. 2, 1985, p. 222-254.

FODOR, J. *The modularity of mind*. An essay on faculty psychology. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1983.

FORGACS, Balint. Verbal metacommunication – why a metaphorical mapping can be relevant? (Verbalis metakommunikacio – Mitol relevans egy metaforikus lekepezes?). In: *Hungarian Psychological Review (Magyar Pszichologiai Szemle)*. Vol. 64, n° 3, 2009, p. 593-605.

FREGE, G. *Investigações lógicas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002 [1892]. [Tradução de Paulo Alcoforado].

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem* [trad. Paulo Alcoforado]. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978.

FRIJDA, N. Emotions are functional, most of the time. In: EKMAN, P.; DAVIDSON, R. (eds.) *The nature of emotion: fundamental questions*. New York: Oxford University Press, 1994.

GALLI, Marcelo. Odeio, logo existo. In: *Filosofia: ciência & vida*. Ano III, n° 27. São Paulo: Ecala, 2008.

GIBBS, R. W. Jr. Literal meaning and psychological theory. In: *Cognitive Science* 8, 1984, p. 575-304.

GIBBS, R. W. Jr. *The poetics of mind: figurative thought, language, and understanding*. New York: Cambridge University Press, 1994.

GIBBS, R. W. Jr. Making good psychology out of blending theory. In: *Cognitive Linguistics* 11-3/4, 2000, p. 347-358.

GIBBS, R. W. Jr.. The dynamic complexities of metaphor interpretation. In: DELTA: Documentação em Estudos em Linguística Teórica e Aplicada [online]. Vol. 26, 2010a, p. 657-677. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502010000300013&script=sci_abstract Acesso em: 10/10/2011

GIBBS, R. W. Jr. The wonderful, chaotic, creative, heroic, challenging world of Researching and Applying Metaphor: a celebration of the past and some peeks into the future. In: LOW, Graham; TODD, Zazie; DEIGNAN, Alice; CAMERON, Lynne (eds.). *Researching and Applying Metaphor in the real world*. Human cognitive processing 26. John Benjamins Publishing Company, 2010b.

GIBBS, R. W. Jr.; CAMERON, L. The social-cognitive dynamics of metaphor performance. In: *Cognitive Systems Research*, 9, 2008, p. 64-75.

GIBBS, R. W. Jr.; TENDAHL, M. "Cognitive effort and effects in metaphor comprehension: Relevance Theory and Psycholinguistics". In: *Mind & Language* 21 (3), 2006, p. 379-403.

GIERE, Ronald N. *Scientific Perspectivism*. Chicago and London: The university of Chicago Press, 2006.

GIORA, Rachel. Understanding figurative and literal language: the graded salient hypothesis. In: *Cognitive Linguistics* 8 – 3, 1997, p. 183 – 206.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. O corpo sentido e os sentidos do corpo anoréxico. Rev. Nutr., Campinas, v. 22, n. 6, Dec. 2009. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000600003&lng=en&nrm=iso. Acessado em 23 de março de 2010.

GODDARD, Cliff (ed.). *Cross-linguistic semantics*. Studies in language companion. Series 102. John Benjamins Publishing Company. 2008.

GRADY, Joseph E. Theories are buildings revisited. In: *Cognitive Linguistics* 8 – 4, 1997a, p. 267 – 290.

GRADY, Joseph E. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. PhD Dissertation. University of California, Berkeley, 1997b.

GREINER, Christine. *O corpo: pistas para estudos interdisciplinares*. São Paulo: Annablume, 2005.

GRICE, H. P. Meaning. In: STEINBERG, Danny; JAKOBOVITS, Leon. *Semantics: a interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975 [1957], p. 52-65.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, Peter and MORGAN, Jerry. *Syntax and semantics*. V.3, Academic Press, 1975, p. 41-58.

- HARDER, Peter. Partial Autonomy. In: JANSSEN, Theo; REDEKER, Gisela. (eds.). *Cognitive Linguistics: foundations, scope, and methodology*. Cognitive Linguistics Research 15. New York: Mouton de Gruyter, 1999.
- HORN, L.R. *On the semantic properties of logical operators in English*. Dissertation for Ph.D. in Linguistics. Los Angeles: UCLA, 1972.
- HUME, David. *Sumário do tratado da natureza humana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- IMMORDINO-YANG, Mary Helen. Toward a Microdevelopmental, Interdisciplinary Approach to Social Emotion. In: *Emotion Review*, 2010, p. 1-4.
- JAMES, William. *What is an emotion?* In: *Mind*, 9,1884, p. 188-205.
- JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- JOHNSON, Christopher. Metaphor vs. conflation in the acquisition of polysemy: the case of see. In: HIRAGA, M.; SINHA, C.; WILCOX, S. (Eds.). *Cultural, Psychological and Typological Issues in Cognitive Linguistics. Current Issues in Linguistic Theory*. V.152. Amsterdam: John Benjamins, 1999, p.155-169.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5. ed. Trad. de Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KÖVECSES, Zoltán. *Emotion concepts*. New York: Springer-Verlag, 1990.
- KÖVECSES, Zoltán. *Metaphor and emotion: language, culture, and body in human feeling*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- KÖVECSES, Zoltán. *Metaphor: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2002a.
- KÖVECSES, Zoltán. Emotion concepts: social constructionism and Cognitive Linguistics. In: FUSSELL, Susan R. (ed.) *The verbal communication of emotions*. Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2002b.
- KÖVECSES, Zoltán. *Metaphor in culture: universality and variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- KÖVECSES, Zoltán. *Language, mind and culture: a practical introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- KÖVECSES, Zoltán. The conceptual structure of happiness. In: TISSARI, Heli; BIRGITTA PESSI, Anne; SALMELA, Mikko (eds.). *Happiness: Cognition, Experience, Language*. Studies across Disciplines in the Humanities and Social Sciences 3. Helsinki: Helsinki Collegium for Advanced Studies, 2008a, p. 131-143.
- KÖVECSES, Zoltán. Metaphor and emotion. In: GIBBS, R. *The Cambridge Handbook of Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008b.

- KÖVECSESE, Zoltán. *Metaphor. A Practical Introduction*. Second edition. Oxford: Oxford University Press, 2010a.
- KÖVECSESE, Zoltán. A new look at metaphorical creativity in cognitive linguistics. In: *Cognitive Linguistics* 21–4, 2010b, p. 663–697.
- KÖVECSESE, Zoltán. Metaphor, creativity, and discourse. In: D.E.L.T.A., 26: *Metaphor and cognition*. Vol. especial, nº esp., 2010c, p. 719-738.
- KÖVECSESE, Zoltán. Recent developments in metaphor theory: Are the new views rival ones? In: *Review of Cognitive Linguistics*. Vol. 9, Nº 1, 2011, p. 11-25(15)
- LAKOFF, George. *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal About the Mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, George. Cognitive Semantics. In: ECO, U.; SANTAMBROGIO, M.; VIOLI, P. *Meaning and mental representation*. Indiana University Press, 1988, p. 119-154.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.
- LAKÖFF, G.; KÖVECSESE, Z. The cognitive model of anger inherent in American English. In: HOLLAND, Dorothy; QUINN, Naomi. (ed.). *Cultural models in language and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 195-221.
- LAKOFF, G.; TURNER, M. *More than a cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: Chicago University Press, 1989.
- LANGE, Carl Georg; The mechanism of emotions. In: Green, Christopher D. (org.) *Classics in the History of philosophy*. Toronto, 1912 [1885].
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar, Volume I*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.
- LANGACKER, Ronald W. *Cognitive grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.
- LAZARUS, R. *Emotion and adaptation*. New York: Oxford University Press, 1991.
- LAZARUS, R. Appraisal: the minimal cognitive prerequisites of emotion. In: EKMAN, P.; DAVIDSON, R. (eds.) *The nature of emotion: fundamental questions*. New York: Oxford University Press, 1994.
- LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LEVINSON, S. C. *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA.: The MIT Press, 2000.

- LIMA, Paula Lenz Costa. About primary metaphors. In: *Delta* 22, Especial, 2006, p. 109-122.
- LIMA, P. L. C.; FELTES, H. P. M.; MACEDO, A. C. P. Cognição e Metáfora: a teoria da metáfora conceptual. In: MACEDO, A. C. P.; FELTES, H. P. M.; FARIAS, E. M. P. *Cognição e Linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- LUTZ, Catherine. *Unnatural emotions*. Chicago: Chicago University Press, 1988.
- MANDLER, Jean. *The foundations of mind: origins of conceptual thought*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- MARQUES, Marcelo P. Amor platônico? In: *Cult.* Ano 13, nº 146. São Paulo: Ed. Bregantini, maio/2010.
- MATURANA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Organizado e traduzido por Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- MATURANA, H. R; VARELA, F. J. *De máquinas e seres vivos: Autopoiese: A organização do vivo*. Tradução: Juan Açuña Llorens. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.
- NEALE, Stephen. *Paul Grice and the philosophy of language*. *Linguistics and philosophy*. N. 15, p. 509-559, 1992.
- NERLICH, B.; CLARKE, D.D. Ambiguities we live by. In: *Journal of Pragmatics* 33, 2001, p. 1-20.
- NIEDENTHAL, Paula. Emotion concepts. In: LEWIS, Michael; HAVILAND-JONES, Jeannette; BARRETT, Lisa Feldman. *Handbook of emotions*. 3rd ed. New York: The Guilford Press, 2008, p. 587-600.
- ORTONY, A.; SCHALLERT, D. L.; REYNOLDS, R. E.; ANTOS, S. J. Interpreting metaphors and idioms: some effects of context on comprehension. In: *Journal of verbal learning and verbal behavior*, 17, 1978, p. 465-477.
- ORTONY, Andrew; TURNER, Terence J. What's basic about emotions? In: *Psychological Review*. Vol. 97, nº 3, 1990, p. 315-331.
- PAGÁN CÁNOVAS, Cristóbal. *Conceptual Blending Theory and the History of Emotions*. Disponível: <http://sites.google.com/site/cristobalpagancanovas/>. Acesso em 20/07/2010.
- PARAFRAGOU, Anna. Mindreading and verbal communication. In: *Mind & Language*, vol. 17, n. 1 e 2. Fevereiro/Abril, 2002, p. 55-67.
- PINKER, S. *The Language Instinct*. England: Penguin Books, 1994.
- PLATÃO. *A República*. (tradução de Maria Helena da Rocha Pereira). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- PLATÃO. *Crátilo*. (Tradução de Pe. Dias Palmeira) Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1994.
- PLATÃO. Fédon. In: *Diálogos*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará. Coleção Amazônica. Série Farias Brito, V. 3-4, 1973.

PLATÃO. Timeu. In: *Diálogos*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará. Coleção Amazônica. Série Farias Brito, V. 11, 1973.

PLATÃO. *O Banquete*. Virtualbooks, 2003. Disponível: www.virtualbooks.com.br. Acesso em 01/03/2010.

PLUTCHIK, Robert. The nature of emotions. In: *American Scientist* 89, 2001, p. 344. Disponível: <http://cogweb.ucla.edu/ep/Emotions.html>. Acesso em 07/06/2010.

PORTO, Leonardo Sartori. *Hume*. Filosofia passo-a-passo 69. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PRINZ, Jesse. Emotions embodied. In: SOLOMON, R. (ed.) *Thinking about feeling*. New York: OUP, 2003, p. 44-59.

PRINZ, Jesse. Which emotions are basic? In: EVANS, D.; CRUSE, P. *Emotion, Evolution, and Rationality*. Oxford University Press. 2004.

QUINN, Naomi. "The cultural basis of metaphor", in: Fernandez, J. W. (ed.). *Beyond Metaphor: The Theory of Tropes in Anthropology*. Stanford, S., 1991, p. 56-93.

REDDY, Michael. The conduit metaphor. A case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (org.) *Metaphor and thought*. Cambridge University Press, 1979.

RIBEIRO, André Antônio. *A filosofia da linguagem em Platão*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

ROHER, Tim. Pragmatism, Ideology and Embodiment: William James and the Philosophical Foundations of Cognitive Linguistics. In: SANDRIKLOGOU; DIRVEN (eds.) *Language and Ideology: Cognitive Theoretical Approaches*. Amsterdam: John Benjamins, 2001, p. 49-82.

ROSALDO, Michelle. Toward an Anthropology of Self and Feeling. In: Seweder, R.; LeVine, R. (Orgs.). *Culture Theory. Essays on Mind, Self and Emotion*. Cambridge University Press: 1984, p. 137-157.

ROSCH, Eleanor. "Cognitive representations of semantic categories". In: *Journal of Experimental Psychology: General*, 104, 1975, p. 192-233.

ROSCH, Eleanor. Principles of Categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. B. (eds.). *Cognition and categorization*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates, 1978.

ROSCH, E.; MERVIS, C.; GRAY, W.; JOHNSON, D. BOYES-BRAEM, P. "Basic objects in natural categories". In: *Cognitive Psychology*, 8, 1976, p. 382-439.

ROSENTHAL, Leah Hannah. *Talking about feelings: the language of emotion and its relationship to physiology*. PhD Dissertation. University of California, Berkeley, 1998.

ROSSA, C. R.. Implicaturas escalares: a pragmática complementando a semântica. In: IBAÑOS, A. M. T.; SILVEIRA, J. R. C. *Na interface semântica / pragmática: programa de pesquisa em lógica e linguagem natural*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SABINI, John; SILVER, Maury. Why emotion names and experiences don't neatly pair. In: *Psychological Inquiry*. Vol 16. N° 1, 2005, p. 1-10.

SACRAMENTO, M. H.; VIEIRA, A. J. H. Entrevista: Humberto Maturana. In: *Revista Humanitates*. Vol. I, nº 2, Novembro de 2004. Disponível: <http://www.humanitates.ucb.br/2/entrevista.htm>. Acesso em 10/06/2010.

SAMUELS, Richard. Evolutionary Psychology and the Massive Modularity Hypothesis. *Philosophy of Science*, 49, 1998, p. 575-602.

SAPIR, E. 'The Status of Linguistics as a Science' (1929). In: SAPIR, E. *Culture, Language and Personality* (ed. D. G. Mandelbaum). Berkeley, CA: University of California Press, 1958.

SCHACHTER, Stanley; SINGER, Jerome E. Cognitive, Social, and Physiological Determinants of Emotional State. In: *Psychological Review* 69, 1962, p. 379-399.

SCHNALL, S.. The pragmatics of emotion language. *Psychological Inquiry*, 16, (2005), p. 28-31.

SEARLE, J. R. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SELLARS, Wilfrid. *Science, Perception and Reality*. Atascadero, CA: Ridgeview Publishing Company, 1963 [1991].

SILVEIRA, J. R. C.; FELTES, H. P. M. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SINHA, Chris. Grounding, mapping and acts of meaning. In: JANSSEN, Theo; REDEKER, Gisela (eds.) *Cognitive linguistics: Foundations, scope and methodology*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999, p. 223-255.

SINHA, Chris; JENSEN DE LÓPEZ, K. Language, culture and the embodiment of spatial cognition. In: *Cognitive Linguistics*, v. 11, n. 1, 2000, p. 17-41.

SIQUEIRA, Maity. *As metáforas primárias na aquisição da linguagem: um estudo interlinguístico*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2003.

SPERBER, Dan. In defense of massive modularity. In: DUPOUX, E. *Language, Brain and Cognitive development: essays in honor of Jacques Mehler*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001, p. 47-57.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Précis of Relevance: communication and cognition. *Behavioral and Brain Sciences* 10. 1987, p. 697-754.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. 2nd ed. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. "A deflationary account of metaphors." In: GIBBS, R. ed. *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 84-105.

SPINOZA, Benedict Baruch de. *The ethics*. The echo library, 2006.

SOLOMON, R. C. "From "Emotions and Choice". In: SOLOMON, R.C. *What is an emotion? Classic and contemporary readings*. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 2003, p. 224-235.

SOLOMON, Robert (ed.). *What is an emotion? Classic and contemporary readings*. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 2003, p. 5-11.

- SOLOMON, Robert. The philosophy of emotions. In: LEWIS, Michael; HAVILAND-JONES, Jeannette; BARRETT, Lisa Feldman. *Handbook of emotions*. 3rd ed. New York: The Guilford Press, 2008.
- STALNAKER, Robert. *Context and content: essays on intentionality in speech and thought*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- STRAWSON, P. F. On referring. *Mind*, 59, p. 340 – 344, 1950.
- STRAWSON, P. *Logico-linguistic papers*. Methuen, London: 1971.
- SZCZESNIAK, Konrad. O retorno da Hipótese Sapir-Whorf. In: *Ciência Hoje*. Abril de 2005, p. 63-65.
- SWEETSER, Eve. Compositionality and blending: semantic composition, in a cognitively realistic framework. In: JANSSEN, T.; REDEKER, G. (eds.). *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope and Methodology*, Berlin: Mouton de Gruyter, 1999, p. 129-162.
- TALMY, Leonard. *Toward a Cognitive Semantics*. (Vols. 1 e 2). Cambridge, MA: MIT Press, 2000.
- TENDAHL, Markus. *A Hybrid Theory of Metaphor: Relevance Theory and Cognitive Linguistics*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- TENDAHL, M.; GIBBS, R. “Complementary perspectives on metaphor: Cognitive linguistics and relevance theory.” *Journal of Pragmatics* 40, 2008, p.1823-1864.
- TURNER, Mark. The literal versus figurative dichotomy. In: COULSON, Seana; LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, Barbara. *The Literal and Nonliteral in Language and Thought*. Frankfurt: Peter Lang, 2005, p. 25-52.
- VARELLA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. *The embodied mind: cognitive science and human experience*. Massachusetts Institute of Technology, 1991.
- VEGA MORENO, R. Metaphor interpretation and emergence. *UCL Working Papers in Linguistics*, 16, 2004, p. 297-322.
- VEREZA, Solange Coelho. Articulating the conceptual and the discursive dimensions of figurative language in argumentative texts. In: *D.E.L.T.A., 26: especial*, 2010, p. 267-284.
- ZHANG, Grace. Fuzziness and Relevance Theory. *Foreign Language and Literature Studies* 22 (2), 2005, p. 73-84.
- ZINGANO, Marco. *Razão e sensação em Aristóteles: um ensaio sobre De Anima III 4-5*. Coleção Philosophia. Porto Alegre: L& PM, 1998.
- WILSON, Margaret. Six Views of Embodied Cognition. In: *Psychonomic Bulletin & Review*, 9 (4) 2002, p. 625-636.
- WILSON, Deidre. Parallels and differences in the treatment of metaphor in Relevance Theory and Cognitive Linguistics. *Studies in Pragmatics*. (Journal of the Pragmatics Society of Japan) 11, 2009, p. 42-60.

- WILSON, D.; CARSTON, R. *Metaphor, Relevance and the 'Emergent Property' Issue*. In: *Mind and Language* 21 (3), 2006, p. 404–433.
- WILSON, D; CARSTON, R. A unitary approach to lexical pragmatics: relevance, inference and ad hoc concepts. In: BURTON-ROBERTS (ed). *Advances in Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 230-260.
- WILSON, D; CARSTON, R. Metaphor and the ‘emergent property’ problem: a relevance-theoretic treatment. In: *The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication*. V. 3: A Figure of Speech, 2008, p. 1-40.
- WILSON, D.; SPERBER, D. Relevance theory. In: *Handbook of Pragmatics*. Eds. G. Ward and L. Horn. Oxford: Blackwell, 2004, p. 607-632.
- WILSON-MENDENHALL, Christine D.; BARRETT, Lisa Feldman; SIMMONS, W. Kyle, BARSALOU, Lawrence W. Grounding emotion in situated conceptualization. In: *Neuropsychologia* 49, 2011, p. 1105-1127.
- WIERZBICKA, A. *Semantics: Primes and Universals*. Oxford University Press, Oxford, 1996.
- WIERZBICKA, A. *Emotions Across Languages and Cultures: Diversity and Universals*. Cambridge University Press, Cambridge, 1999.
- WITTGENSTEIN, L.. *Investigações filosóficas*. Vol. Wittgenstein. 3. ed. São Paulo: Abril, 1984 [1953].
- WHORF, B. L.. Science and Linguistics. In: *Technology Review* 42(6), 1940.
- YU, Ning. The contemporary theory of metaphor. Philadelphia: John Benjamins, 1998.
- YU, Ning. Chinese metaphors of thinking. In: *Cognitive Linguistics*. Volume 14, Issue 2-3, 2003, p. 141–165.